



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO
SOCIAL**

SARA REBECA DA MOTA SALES

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DEBATE DA PÓS-
GRADUAÇÃO NOS CBAS E ENPESS**

**FORTALEZA – CEARÁ
2015**

SARA REBECA DA MOTA SALES

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DEBATE DA PÓS-GRADUAÇÃO
NOS CBAS E ENPESS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão social.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aurineida Maria Cunha.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Sales, Sara Rebeca da Mota.

A produção de conhecimento sobre pessoas com deficiência no Serviço Social: uma análise a partir do debate da pós-graduação nos CBAS e ENPESS [recurso eletrônico] / Sara Rebeca da Mota Sales. - .

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 254 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Abaiara, .

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientação: Prof.^a Dra. Aurineida Maria Cunha.

1. Pessoas com deficiência. 2. Produção do conhecimento. 3. Pós-graduação. 4. Serviço Social. I. Título.

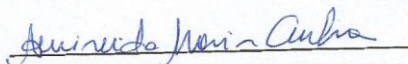
SARA REBECA DA MOTA SALES

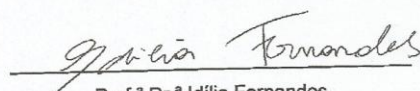
A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DEBATE DA PÓS-
GRADUAÇÃO NOS CBAS E ENPESS

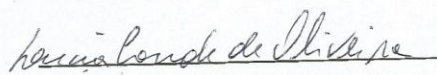
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Área de Concentração: Serviço Social.

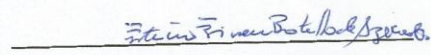
Aprovada em: 26 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Aurineida M. Cunha (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof.ª Dr.ª Idília Fernandes
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul – PUCRS


Prof.ª Dr.ª Lúcia Conde de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof. Dr. Estenio E. B. de Azevedo
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Ao meu amigo, companheiro e amor,
Danilo Castro Pinheiro, que se fez
presente em todos os momentos dessa
árdua e longa caminhada, motivando-me
e dando forças para que eu não desistisse
de chegar até aqui. A você, todo o meu
amor e a minha gratidão. Essa
dissertação também é sua!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos, sobretudo, a de me permitir realizar o sonho de ingressar no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, e fechar esse ciclo de minha vida acadêmica para que outros ciclos sejam vivenciados.

À Prof.^a Dr.^a Aurineida Cunha, pelo suporte, pelas correções e generosidade ao repassar os seus conhecimentos.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Estenio Azevedo e Prof.^a Lúcia Conde, pelas críticas, conselhos e questionamentos, e, de modo carinhoso, à Prof.^a Dr.^a Idília Fernandes que, mesmo de tão longe, dispôs-se a compartilhar conosco as suas experiências e discussões sobre as PcD, temática que nos encanta e que pouco se evidencia na pauta e no horizonte de pesquisa do Serviço Social brasileiro.

A esta universidade e, especialmente, ao Curso de Serviço Social (graduação e mestrado), por oportunizarem a janela onde hoje vislumbro uma perspectiva mais abrangente do mundo e dos seres humanos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que tornou possível a realização deste trabalho.

Às minhas companheiras de vida e academia, Érica e Thacyana, por todos os momentos partilhados dentro e fora da UECE, pelos risos, conversas e, acima de tudo, pela amizade que já ultrapassa os muros da universidade.

Ao meu amado, Danilo, pelos conselhos, paciência, atenção e por contribuir de forma tão dedicada com a pesquisa, dividindo (literalmente) este “filho” (o TCC) comigo.

À minha família, aos amigos e colegas que acreditaram em mim e que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação e/ou colaboraram com a construção deste trabalho.

“Mas, de repente, um aluno inquieto aponta para um vazio indefinido, sem contornos, no mapa. ‘Qual é o nome daquele mar?’, ele pergunta. O professor responde: ‘O nome daquele mar eu não sei. Nunca fui lá. Não o naveguei. Não o conheço. Por isso, nada tenho a dizer. É mar desconhecido, por navegar. Mas, com o que sei sobre os outros mares, vou lhe ensinar a se aventurar por mares desconhecidos: essa é a aventura suprema. Para isso nascemos’.”

(Rubem Alves)

RESUMO

O estudo ora apresentado analisou a produção do conhecimento na pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social. A pretensão foi realizar um levantamento das principais tendências e concepções referentes à temática da deficiência nas produções de professores e estudantes dos mestrados e/ou doutorados da área no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), sobretudo, os que aconteceram nos anos de 1998 a 2013. Os estudos selecionados caracterizaram-se, também, em seus aspectos metodológicos, bem como nos resultados/conclusões obtidos através dos mesmos. A perspectiva da dissertação foi provocar reflexões a respeito da visibilidade da temática, pessoa com deficiência, no âmbito do Serviço Social, concebido em suas dimensões investigativa e interventiva, e a forma como aquela tem sido apropriada pelos pesquisadores da referida área. Sendo assim, foi utilizada a metodologia da revisão de literatura. A abordagem caracterizou-se por sua natureza mista ou quanti-qualitativa, com o uso da estratégia de triangulação concomitante. Enquanto estratégia de coletas de dados, utilizou-se, ainda, as pesquisas dos tipos bibliográfica, documental e exploratória. Os dados foram dispostos em gráficos, tabelas e quadros, para a apreciação do leitor, e o seu processo de análise e interpretação deu-se a partir da análise de conteúdo do tipo temática. A expectativa, com a pesquisa, foi o fomento do debate sobre pessoas com deficiência no âmbito do Serviço Social e, sobretudo, na pós-graduação *stricto sensu*, realizando as devidas mediações com as determinações macrossociais, e destacando o conhecimento enquanto produto histórico, bem como o seu papel subsidiário na transformação social. Isto posto, considerou-se que, em todo o material consultado, ganharam relevo as pesquisas que apontavam para uma perspectiva social de deficiência, apesar da presença do modelo biomédico em algumas análises, bem como de visões conservadoras, preconceituosas e pejorativas sobre o assunto, sobretudo, no que diz respeito ao uso inadequado das terminologias, o que necessitou, todavia, de uma análise aprofundada sobre o contexto em que se estavam inscritos os estudos e seus autores.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Produção do conhecimento. Pós-graduação. Serviço Social.

ABSTRACT

The study presented here examined the production of knowledge in the stricto sensu graduate degree in Social Work. The purpose was to survey the main trends and conceptions relating to disability's thematic in the productions of teachers and students of the Masters and PhD in the area, in the Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) and in the Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), especially those that occurred in the years 1998-2013. The selected studies were also characterized in its methodological aspects and in its the results and conclusions. The focus of this dissertation was to cause reflections on the theme's visibility, people with disabilities, under the Social Work, that was conceived in their investigative and interventional dimensions, and how that theme has been appropriated by area's researchers. Therefore, it was used the methodology of literature revision. The approach was characterized by its mixed or quantitative and qualitative nature, with the use of concurrent triangulation strategy. As a strategy of data collection, it was used also bibliographic, documentary and exploratory research. Data were arranged in graphics, tables and charts, for the reader's appreciation, and their process of analysis and interpretation gave up from the thematic content analysis. The expectation, with the survey, was the promotion of debate about the disabled people under the Social Work and, above all, in the stricto sensu graduate degree, performing the necessary mediations with the macro-determinations, and highlighting knowledge as a historical product and its subsidiary role in social transformation. In this sense, it was considered that, throughout the material consulted, throughout the material consulted, gained prominence the researches that pointed to a social perspective of disability, despite the presence of the biomedical model in some analyzes, and conservative views, prejudicial and pejorative about it, especially in the with regard to misuse of terminology, that it needed, however, a thorough analysis of the context in which the studies and their authors were enrolled.

Keywords: Disabled people. Knowledge production. Graduate degree. Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil (1991-2010)	91
Gráfico 02 – Comparação do quantitativo de trabalhos sobre pessoas com deficiência nos CBAS e ENPESS por ano de publicação.....	129
Gráfico 03 – Distribuição dos trabalhos dos CBAS por níveis de formação em Serviço Social.....	234
Gráfico 04 – Distribuição dos trabalhos dos ENPESS por níveis de formação em Serviço Social.....	235
Quadro 01 – Relação do número de trabalhos submetidos e aprovados, por ano, nos CBAS (1998-2013)	25
Quadro 02 – Panorama dos trabalhos analisados nos CBAS (1998-2013), escolhidos a partir dos critérios de inclusão/exclusão, de acordo com a metodologia da revisão de literatura.....	26
Quadro 03 – Relação do número de trabalhos submetidos e aprovados, por ano, nos ENPESS (1998-2013).....	27
Quadro 04 – Principais linhas de pesquisa, com suas respectivas temáticas, na área do Serviço Social nos anos 1990	153
Quadro 05 – Principais linhas de pesquisa, com suas respectivas temáticas, nos programas de pós-graduação em Serviço Social nos anos 1990.....	155
Quadro 06 – Principais eixos temáticos da área de Serviço Social, com suas respectivas linhas e projetos de pesquisa, no triênio 2001-2003	162
Quadro 07 – Relação do número de trabalhos aprovados no VII ENPESS, por eixo temático	169
Quadro 08 – Eixos temáticos.....	175
Quadro 09 – Trabalhos por eventos	175
Quadro 10 – Eixos temáticos e número de trabalhos por eventos	176
Quadro 11 – Eixo temático – Seguridade social, previdência e assistência social ..	178
Quadro 12 – Eixo temático – Seguridade social, reabilitação e saúde	180
Quadro 13 – Eixo temático – Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho.....	182
Quadro 14 – Eixo temático – Pessoas com deficiência, inclusão social e	

educação.....	184
Quadro 15 – Eixo temático – Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais.....	185
Quadro 16 – Eixo temático – Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais	187
Quadro 17 – Eixo temático – Infância e adolescência.....	188
Quadro 18 – Eixo temático – Pessoas com deficiência e família	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Apoio Educacional ao Deficiente
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APABB	Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil
APARU	Associação de Paraplégicos de Uberlândia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação em Pesquisa e Política Social e Serviço Social
CDPD	Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CORPU	Coordenadoria de Treinamento, Produção e Apoio Profissionalizante
CPA	Centro de Pesquisas Audiológicas
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DIADef	Divisão de Atendimento às Pessoas com Deficiência
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ETUFOR	Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcAH no Rio Grande do Sul
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNAD	Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência
HPRLLP	Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais
HRAC	Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PSI	Programa Surdez na Infância
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SMAS-RJ	Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro
SNPD	Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESP-FR	Universidade Estadual Paulista – Franca
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A INSERÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	34
2.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIAL E SUA ÊNFASE NO SERVIÇO SOCIAL	38
2.1.1 Dimensões interventiva e investigativa: uma unidade dialética que abrange o <i>ethos</i> e a formação profissional em Serviço Social	58
2.1.2 A revisão curricular dos anos 1980/90 e as novas perspectivas para o Serviço Social: centralidade da pesquisa na formação graduada e pós-graduada	70
2.1.3 O papel da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social	78
2.2 “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” NO ENSINO SUPERIOR: OS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA SOBRE A FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL	86
2.2.1 Manutenção do passado no presente: formação sócio-histórica e contrarreforma universitária no Brasil	87
2.2.2 Formação acadêmico-profissional do assistente social e reafirmação da heteronomia do conhecimento no âmbito da “universidade operacional”	94
3 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO DEBATE	99
3.1 QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	103
3.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	110
3.2.1 “Nada sobre nós sem nós”: a trajetória histórica das pessoas com deficiência e sua luta por direitos	114
3.2.2 Pessoas com deficiência no Brasil: um longo caminho para efetivação de direitos	123
3.3 AS CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E A VISIBILIDADE DO DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	132
4 A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (1998-2013)	150

4.1 BREVE BALANÇO DA PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 1990-2000	151
4.2 OS EVENTOS CIENTÍFICOS DO SERVIÇO SOCIAL: IMPORTANTES CANAIS DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	164
4.2.1 CBAS	164
4.2.2 ENPESS	168
4.3 QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	174
4.4 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (1998-2000)	190
4.5 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (2004-2007)	195
4.6 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (2008-2010)	210
4.7 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (2012-2013).....	220
5 CONCLUSÃO	237
REFERÊNCIAS.....	242

1 INTRODUÇÃO

A realidade é filtrada pelos diferentes pontos de vista de cada pesquisador (VELHO, 1999). Neste sentido, a pesquisa não se caracteriza como neutra, visto que possui uma intencionalidade que se materializa em respostas dadas aos dilemas da sociedade contemporânea, daí a sua dimensão política. Em outros termos, as “[...] temáticas não são só acadêmicas. São temáticas de vida, políticas e culturais” (informação verbal)¹.

Considerando tais afirmações, a motivação para estudar a temática das pessoas com deficiência se deu através da experiência de estágio e, sobretudo, da pesquisa monográfica, sob o título *“O direito a ter direitos”: um estudo sobre a gratuidade do transporte coletivo e a viabilização de direitos das pessoas com deficiência no município de Fortaleza-CE*, ambas realizadas junto à Divisão de Atendimento às Pessoas com Deficiência (DIADEF) da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (ETUFOR). A inserção neste campo oportunizou o contato com a realidade dos usuários da Política de Gratuidade do Transporte Coletivo do referido município. Isso sem mencionar o aprendizado que foi viabilizado não só por aqueles sujeitos, mas pelos profissionais e estagiários envolvidos na operacionalização da política.

Enfatizando a necessidade de um saber politicamente posicionado a respeito de determinadas questões, fizemos a opção pelo objeto de estudo: a produção do conhecimento sobre pessoas com deficiência no Serviço Social. Tal escolha refletiu, ao mesmo tempo, uma inquietação política e teórica, configurando-se a compreensão teórica como uma forma de fazer política, ainda que o significado de ambas não possa ser confundido. Com isso, defendemos a não neutralidade da ciência, pesquisa e produção do conhecimento.

Tal concepção é muito cara ao Serviço Social, uma vez que a defesa de direitos configura-se como um dos princípios do Código de Ética do (a) Assistente Social de 1993², o qual também aponta para a democracia, a liberdade e a

¹ Informação fornecida por Maria Lúcia Martinelli no III Seminário Estado, Sociedade e Políticas Públicas, em Fortaleza, em agosto de 2012.

² Resultado de um amplo processo de reconceituação pelo qual passou a categoria, o Código de Ética do Assistente social de 1993, ainda em vigor, traz o novo projeto ético-político da profissão. O que pode ser observado, na grande maioria dos artigos, é a preocupação com a transparência, responsabilidade e comprometimento com o exercício profissional. Nele, constam onze princípios

igualdade como valores éticos centrais. Esse é o compromisso que a profissão vem assumindo nas últimas décadas, que se destaca pela ruptura com o conservadorismo.

Todavia, salientamos que os desafios são inúmeros, principalmente quando levamos em conta o processo de mudanças que entra em cena nos anos 1990, e que se adensa neste século XXI; traduzindo-se em “novas” preocupações para a pesquisa e a investigação em Serviço Social, o que responde pelas atuais expressões da questão social³.

É justamente nesta realidade, conforme o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, que se encontram mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, isto é, quase 24% da população do Brasil. Mais do que meros números, tais dados evidenciam a relevância do esforço intelectual aqui empreendido. Ou seja, estudar as investigações do Serviço Social sobre as pessoas com deficiência, tendo como intuito a apreensão das principais temáticas, tendências e concepções presentes nos estudos dessa área do conhecimento, onde pressupomos a existência de um déficit nas pesquisas sobre a temática em questão, daí a sua pertinência e atualidade.

Neste sentido, o objetivo foi analisar a produção de conhecimento na pós-graduação em Serviço Social acerca das pessoas com deficiência. Ademais, a nossa pretensão foi realizar um levantamento das principais tendências e concepções referentes à deficiência nas produções de professores e estudantes dos mestrados e/ou doutorados da área no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), sobretudo, os que aconteceram entre fins dos anos 1990 e primeiras décadas do século XXI. Também caracterizamos os estudos selecionados em seus aspectos teóricos e metodológicos, bem como nos resultados/conclusões obtidos através dos mesmos.

fundamentais norteadores deste exercício, que se articulam e complementam entre si, e a partir dos quais foram elaborados os artigos do referido código; onde é possível visualizar um maior respeito pela população usuária, através da viabilização de direitos, e compromisso ético com a luta da classe trabalhadora. Os onze princípios são: liberdade, direitos humanos, cidadania, democracia, justiça social, diversidade, pluralismo, articulação, projeto societário, qualidade na prestação dos serviços e não discriminação.

³ Isso não significa, contudo, a existência de uma linearidade entre dinâmica da sociedade e produção de conhecimentos. Há, antes de tudo, mediações as quais envolvem escolhas temáticas, recortes analíticos e posturas metodológicas.

Embora não possa ser reduzida à pós-graduação – já que é impensável dissociada da intervenção –, a pesquisa em Serviço Social, de acordo com Setubal (2011), apresenta-se de forma mais sistematizada e acentuada com a criação daquela, especialmente após a saída dos primeiros mestres e doutores. É no âmbito acadêmico que o processo de pesquisa e produção do conhecimento se torna mais facilmente viabilizado, devido às condições propícias naquele encontradas e, no caso dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por ser a chamada “produtividade” um dos requisitos para manutenção dos mesmos.

A pós-graduação, nesta perspectiva, constitui um dos campos privilegiados da produção de conhecimentos. Isso se dá, mais especificamente, a partir dos anos 1970, com o processo de refuncionalização e expansão do ensino superior instaurado pela ditadura militar. É nesse momento que se inicia a produção de conhecimento no Serviço Social que, dentre vários fatores, está relacionada à criação dos seus primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, cujas atividades “[...] estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica, que tem nas universidades o seu espaço privilegiado [...]” (KAMEYAMA, 1998, p. 34).

Na pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, as pessoas com deficiência ganharam centralidade, enquanto tema de investigação, entre os anos de 1996 e 1997. No período considerado por Kameyama (1998) – 1975 a 1997⁴ –, foram produzidas 958 dissertações de mestrado e 70 teses de doutorado, perfazendo um total de 1028 trabalhos. Destes, 36 (3,5%) versavam sobre o eixo “Saúde e Deficiência Física e/ou Mental”. Sobre a deficiência, as preocupações de estudo giravam em torno das seguintes discussões: características conceituais; mercado de trabalho; estigmas contra a pessoa com deficiência institucionalizada; políticas estatais; e trabalho do Serviço Social junto às famílias, tendo em vista o incentivo ao processo de reabilitação (KAMEYAMA, 1998).

Considerando os dados relativos às teses/dissertações e projetos de pesquisa do período de 1998 a 2003, Lara (2011) também aponta os principais temas e tendências de investigação no Serviço Social, que se traduzem tanto em

⁴ Período correspondente à realização da pesquisa de Kameyama (1998) junto às teses de mestrado e dissertações de doutorado, produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação da PUC/SP, PUC/RJ, UFRJ, UFPB, UFPE, UnB e UNESP-Franca.

termos de relevância⁵, como em preocupações atuais para os pesquisadores daquela área⁶. Neste âmbito, os eixos sobre pessoas com deficiência e envelhecimento abrangem, juntos, 4,6% da produção, o que corresponde a 35 trabalhos.

Essas produções respondem, conforme Lara (2011), pelas principais expressões da questão social. Yamamoto (2012), por sua vez, corrobora com o pensamento ao dizer que o conhecimento se configura, para a categoria profissional, como um produto coletivo historicamente datado. Em outros termos, os objetos de pesquisa e investigação do Serviço Social são expressões de determinada conjuntura sócio-histórica. Sendo assim, alguns esclarecimentos são necessários:

1) O Serviço Social não investiga tudo, mas as manifestações da “questão social” entendidas a partir da perspectiva da totalidade, da *centralidade do trabalho* e que se expressa numa sociedade dividida em classes; 2) as pesquisas estão relacionadas ao projeto ético-político profissional comprometido com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais e com as outras profissões que se pautam pela construção de conhecimentos que não se resumem apenas a diagnósticos ou justificativas da sociedade burguesa, mas que priorizam desvendar as contradições sociais e perquirir os caminhos de superação; 3) isso não quer dizer que estamos produzindo conhecimento parcial, pelo contrário, produz-se um conhecimento que se preocupa em compreender como emergem as contradições sociais e, portanto, não se contenta somente em explicar ou justificar as condições dadas; 4) o conhecimento para o Serviço Social não é apenas uma forma de saber, mas, especialmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para intervir na realidade social; 5) o estudo da ideologia da sociedade burguesa, das configurações do modo de produção capitalista e da exploração do capital sobre o trabalho é essencial para entender a vida social, que, necessariamente, tem sua materialidade e sua espiritualidade condicionadas pela forma de *ser* e *existir* das relações sociais que se produzem e reproduzem pela lógica da propriedade privada e do trabalho estranhado; 6) a busca do embasamento no *pensamento crítico* que teve como principal preocupação estudar as particularidades da produção e reprodução da vida social da sociedade burguesa e as possibilidades de *transcendência* não é uma questão meramente de opção *teórica*, mas antes de tudo uma questão prática, ou seja, uma necessidade de conhecer os mecanismos ocultos da aparência *fetichizada* da sociedade capitalista; 7) a aproximação da *perspectiva ontológica materialista-histórica (e dialética)* que busca nas obras de Marx e Lukács as principais referências é um convite para aqueles que objetivam um saber que não se limita ao saber erudito, acomodado, apologético, mas, acima de tudo, o saber inquieto que questiona a vida social, a qual carece de conhecimento que tencione mudanças. (LARA, 2011, p. 49-50, grifos do autor).

⁵ Dentre os temas destacados por sua relevância, estão: trabalho, reestruturação produtiva, pobreza e exclusão social (Cf. LARA, 2011).

⁶ Os temas que traduzem as preocupações atuais dos pesquisadores em Serviço Social são: transformações no mundo do trabalho, questão agrária, etnia, meio ambiente, envelhecimento e PcD (Cf. LARA, 2011).

Partindo das constatações acima, sobretudo, as de Kameyama (1998), podemos inferir que os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social, nas suas primeiras produções, não tratavam a deficiência em sua transversalidade, mas apenas sob o viés da saúde. Isso se deu devido à influência de um dos modelos clássicos de interpretação da deficiência, no caso, o modelo biomédico ou individual. Tal influência foi percebida, inclusive, por meio das leituras dos trabalhos que versavam sobre a temática nos CBAS e ENPESS, principalmente nos eventos que se realizaram entre fins da década de 1990 e começo dos anos 2000.

Neste contexto, embora importantes conquistas tenham sido alcançadas, sobretudo, em termos de avanço do movimento pela inclusão social das pessoas com deficiência, bem como da terminologia e do arcabouço jurídico-legal referente ao segmento (ambos materializados nos acordos e tratados internacionais), o paradigma da integração, vinculado à perspectiva biomédica, ainda coexistia com o modelo social da deficiência. Na legislação brasileira, por exemplo, constatamos a criação da chamada Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em cujo decreto regulatório – Decreto N. 3.298/99 – atentamos para uma concepção de deficiência bastante atrelada à perda e/ou “anormalidade”.

Entretanto, com o passar dos anos, outros avanços significativos foram conquistados, sobretudo, no tocante aos direitos fomentados às pessoas com deficiência. Dentre estes avanços, podemos citar a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, da qual o Brasil tornou-se signatário em 2008.

A Convenção, que tem como objetivos principais a promoção e pleno desfrute dos direitos humanos por parte das pessoas com deficiência, estabelece a igualdade de condições entre os que possuem ou não algum tipo de deficiência, constituindo um dever dos Estados Partes pelo cumprimento de tais determinações.

Assim como a Convenção, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) foi resultado de um amplo processo de lutas sociais, do qual as pessoas com deficiência também fizeram parte, principalmente através dos tensionamentos para que suas demandas fossem incluídas no texto constitucional que, dentre seus vários progressos, trouxe: a defesa da cidadania, dignidade e liberdade da pessoa humana; não discriminação e igualdade (art.5º); e prevalência dos direitos humanos.

As pessoas com deficiência são referenciadas, ainda, na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nas leis trabalhistas – a exemplo da Lei N. 8.213/1991,

também conhecida como “Lei de Cotas” –, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dentre outros decretos e legislações que dizem respeito ao usufruto dos espaços públicos e oportunidades pelo já mencionado segmento social. Nesta perspectiva, também podemos fazer alusão ao Decreto N. 5.296/2004, que regulamenta as Leis N. 1.048/2000 e 1.098/2000, todos estes referendando a Política de Acessibilidade.

Cabe destacar que tais conquistas não se deram ocasionalmente. Foram frutos da luta social das pessoas com deficiência, que começaram a se organizar em movimento político na década de 1970. Esse movimento surgiu com o intuito de “dar voz àquilo que foi escondido para oprimir” – em referência à expressão utilizada por Freire (1978) –, tornando-se as pessoas com deficiência protagonistas de sua luta e sujeitos de sua própria história, cuja trajetória tem sido perpassada pela defesa dos direitos humanos e da cidadania.

São as mobilizações e o movimento social do segmento os principais responsáveis pelas mudanças nos modelos, terminologias e paradigmas referentes à deficiência. Neste sentido, também provocam transformações nos direitos voltados às pessoas com deficiência, bem como nas políticas e programas a estes condizentes.

Como veremos posteriormente, os modelos clássicos de interpretação da deficiência são historicamente vistos como expressões do entendimento sobre a temática e incorporados pela prática social. Partindo dessa compreensão, asseguramos que o movimento das pessoas com deficiência possui um papel essencial no tocante à problematização e reflexão sobre as concepções e tratamento da questão. E, o Serviço Social não deve ficar alheio a essas transformações, à medida que se configura como profissão que tem como objeto as expressões da questão social, buscando no movimento da realidade o horizonte de sua intervenção e investigação.

Portanto, a discussão sobre pessoas com deficiência começa a aparecer nas produções acadêmico-profissionais do Serviço Social, especialmente no período de 1998 a 2007 quando surgem, particularmente no CBAS, eixos temáticos específicos versando sobre questões que envolvem o segmento em estudo, seja

referindo-se ao debate dos direitos e garantias⁷, seja articulando-se à temática da velhice⁸. Apesar dessa significativa inclusão, a discussão sobre pessoas com deficiência não foi contemplada em sessões temáticas específicas nos últimos CBAS (2010 e 2013), tal como se verificou nos períodos anteriores. E, nos ENPESS analisados, essa inclusão só foi percebida em um evento, no caso, o IX ENPESS, que aconteceu em 2004 e contou com o sub-eixo “*Política Social – Pessoas Portadoras de Deficiência*”.

Levando em consideração o que foi dito, os eventos no Serviço Social, sobretudo, ENPESS e CBAS, tem constituído importantes espaços de diálogo político-científico e de socialização das pesquisas produzidas ou em andamento, norteando, assim, o debate da categoria. É a criação desses eventos que, somada a outros fatores – como as reformas curriculares das décadas de 1980 e 1990, e o surgimento, nos anos 1970, dos primeiros programas de pós-graduação em Serviço Social, bem como das entidades representativas da categoria, CEDEPSS e ABESS (atualmente denominada de ABEPSS), e dos primeiros periódicos da área, Cadernos ABESS e Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS – exerceu um papel fundamental no processo de desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social. Portanto, corroboramos com o que assevera Lara (2011):

As produções veiculadas nesses espaços evidenciaram as preocupações de pesquisa em relação à discussão metodológica, às controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais e humanas, suas implicações na construção do conhecimento e na intervenção profissional. (LARA, 2011, p. 36-37).

A centralidade da pesquisa na formação e no exercício profissional dos assistentes sociais revela-se, do mesmo modo, no teor dos eixos temáticos que reúnem as comunicações nos grandes encontros e reuniões do Serviço Social, como os CBAS e ENPESS, ambos promovidos pelas entidades representativas da profissão – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

O CBAS agrega, trianualmente, palestrantes, estudantes (graduação e pós-graduação), trabalhadores (as) e participantes, inclusive de outras áreas profissionais. É considerado a maior reunião político-acadêmica de assistentes

⁷ XI e XII CBAS que aconteceram, respectivamente, em 2004 e 2007.

⁸ IX e X CBAS que, de modo respectivo, sucederam-se em 1998 e 2001.

sociais e adquire uma importância, assim como os demais eventos da categoria, devido à necessidade de auto-justificação da atividade profissional do Serviço Social perante seus “credores” institucionais e sua “clientela” (IAMAMOTO, 2012; CARVALHO; IAMAMOTO, 2013).

O ENPESS configura-se como evento bienal, que vem sendo realizado desde 1988, tendo como objetivo principal o incentivo à produção do conhecimento na área. Tal objetivo, por sua vez, dá-se através da articulação entre projetos de pesquisa, do estímulo à associação entre pesquisadores e instituições, bem como do aprofundamento de temáticas pertinentes e relevantes, com o intuito de fomentar o debate, o intercâmbio de experiências e divulgação das produções do Serviço Social. Assim, o referido evento constitui um importante espaço de discussão e aprimoramento acadêmico, bem como de apresentação da pesquisa científica da área, sendo mantido pela ABEPSS em sua tradição bienal de realizar o encontro.

Dito isto, os eventos científicos do Serviço Social configuram-se como espaços privilegiados para a socialização dos resultados de pesquisas, o que oportuniza o mapeamento dos principais temas de interesse e do acervo investigativo da categoria profissional.

Tomando como base a exposição feita até aqui, o estudo em tela propõe as seguintes indagações: 1) Quais as principais tendências, eixos temáticos, concepções e terminologias sobre pessoas com deficiência existentes no debate da pós-graduação brasileira em Serviço Social, mais especificamente, na esfera dos CBAS e ENPESS realizados entre 1998 e 2013? 2) Como se caracterizam, do ponto de vista metodológico, os estudos referentes à deficiência, de autoria dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social no âmbito dos CBAS e ENPESS (1998-2013)? 3) Quais as proposições, pontos convergentes e divergentes de cada uma dessas discussões? 4) Quais os possíveis estereótipos ainda existentes sobre pessoas com deficiência?

Desta maneira, o nosso objetivo geral foi analisar as principais tendências, eixos temáticos, concepções e terminologias sobre pessoas com deficiência nos trabalhos publicados pela pós-graduação (mestrado e doutorado) brasileira em Serviço Social nos CBAS e ENPESS realizados entre 1998 e 2013. Neste sentido, tencionamos identificar também a influência de outras áreas nos estudos do Serviço Social, ponderando que o rebatimento tardio de temas neste

campo, como é o caso da deficiência, pode levar à incorporação indiscriminada, por parte dos pesquisadores, de diferentes concepções presentes na bibliografia de autores das Ciências Sociais, o que assinala o ecletismo, como demonstra Kameyama (1998) em seus apontamentos relativos às debilidades do processo de produção do conhecimento em Serviço Social.

Destacamos, ainda, os objetivos específicos: caracterizar, metodologicamente, os estudos referentes à temática da deficiência dos autores da pós-graduação em Serviço Social, no âmbito dos CBAS e ENPESS (1998-2013); identificar as proposições, pontos convergentes e divergentes desses trabalhos; problematizar os possíveis estereótipos ainda existentes sobre pessoas com deficiência, centrados nos enfoques tradicionais e/ou discursos do senso comum, que vêem na deficiência a possibilidade de cura ou de prática da caridade. Partimos, portanto, da abordagem social da deficiência, situando o debate no plano mais geral de produção e reprodução das relações sociais, bem como do convívio da sociedade com as diferenças/deficiências. Nesta perspectiva, a temática é trabalhada a partir de seu significado social e histórico.

A fim de atingir os objetivos propostos, realizamos, primeiramente, um mapeamento quantitativo nos anais dos CBAS e ENPESS (1998-2013), identificando todos os trabalhos – tanto a nível geral (profissionais e estudantes da graduação) como de pós-graduação *stricto sensu* (professores e/ou estudantes dos mestrados e doutorados em Serviço Social) – que traziam como preocupação central a categoria pessoas com deficiência.

A partir da metodologia da revisão de literatura, foram estabelecidos os critérios de seleção dos estudos, possibilitando, pois, a indicação da amostragem que se caracterizou como intencional, isto é, seguiu um critério por julgamento e determinação da pesquisadora. Por conseguinte, os recursos utilizados para fixação da amostra não se caracterizaram como aleatórios. Ao invés da aleatoriedade, decidimos “[...] intencionalmente, considerando uma série de condições [...], o tamanho da amostra” (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

Assim, foram escolhidos os trabalhos que, do nosso ponto de vista, compreendemos como essenciais para o esclarecimento do objeto em foco: a análise crítica da produção de conhecimento em Serviço Social, em termos da revisão de literatura, referente às pessoas com deficiência, que tomou como ponto

de apoio os trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS pelos docentes e discentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na referida área.

Quanto à escolha do CBAS, esta se deveu ao peso significativo que o congresso vem assumindo nos últimos anos, sobretudo, se considerada a sua natureza de reunião político-científica – envolvendo não só profissionais de Serviço Social e outras áreas, mas também pesquisadores e estudantes da graduação e pós-graduação da área. Isso tem se refletido no crescimento expressivo das produções aí socializadas, conforme o quadro a seguir.

Quadro 01 – Relação do número de trabalhos submetidos e aprovados, por ano, nos CBAS (1998-2013)

Ano	Trabalhos submetidos	Trabalhos aprovados
1998	Não informado pelo evento	442
2001	940	748
2004	Não informado pelo evento	1500
2007	1119	835
2010	1351	1132
2013	Não informado pelo evento	1120

No tocante à inclusão do ENPESS, julgamos a mesma como necessária devido à amostra de trabalhos pouco significativa, que foi previamente colhida a partir dos critérios de inclusão/exclusão dos textos referente aos CBAS ocorridos no período analisado, o que podemos vislumbrar por meio do Quadro 02. Além disso, por se tratar de um estudo sobre a produção do conhecimento na pós-graduação em Serviço Social, consideramos o ENPESS como o evento por excelência, devido ao seu caráter, que é diferenciado do CBAS, por se configurar como um encontro de pesquisadores, onde os profissionais, sobretudo, os da pós-graduação, apresentam os resultados de suas pesquisas.

Quadro 02 – Panorama dos trabalhos analisados nos CBAS (1998-2013), escolhidos a partir dos critérios de inclusão/exclusão, de acordo com a metodologia da revisão de literatura

ANO	TOTAL	PORCENTAGEM DOS TRABALHOS A SEREM ANALISADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE TRABALHOS INSCRITOS NO CBAS	PORCENTAGEM DOS TRABALHOS A SEREM ANALISADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE TRABALHOS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
1998	2	0,45%	40,00%
2001	1	0,13%	12,50%
2004	9	0,60%	17,31%
2007	2	0,24%	10,00%
2010	1	0,09%	7,69%
2013	5	0,45%	23,81%
TOTAL	20	0,35%	16,81%

Este panorama quantitativo concerne aos trabalhos sobre pessoas com deficiência dos autores da pós-graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social de todo o Brasil. Ressaltamos, porém, que, no ano de 2001, não foi possível analisar nenhum trabalho, já que o único que foi selecionado não atendia às necessidades de nossa análise, por estar disponível apenas no formato de resumo. Em 2007, ao invés de dois, analisamos somente um trabalho, pois o outro, na verdade, não abordava a categoria pessoas com deficiência, embora estivesse disposto em eixo temático específico, no caso, o que tratava sobre os “Direitos e Garantias das Pessoas com Deficiência”. Sendo assim, as análises nos CBAS perfizeram um total de dezoito, e não de vinte trabalhos.

Diante do exposto, a nossa análise crítica abrangeu também o ENPESS, que vem se consolidando, nas últimas décadas, como um significativo canal de debates e interlocução acadêmica, e o mais importante evento científico do Serviço Social brasileiro. Prova disso é o aumento contínuo das produções, assim como vem ocorrendo no CBAS, bem como da grande demanda pelo evento, o que pode ser visto por meio do quadro disposto abaixo.

Quadro 03 – Relação do número de trabalhos submetidos e aprovados, por ano, nos ENPESS (1998-2013)

Ano	Trabalhos submetidos	Trabalhos aprovados
2000	334	230
2004	Não informado pelo evento	535
2006	1024	745
2008	1356	852
2010	1682	1293
2012	Não informado pelo evento	1343

Salientamos que, para a nossa pesquisa, utilizamos apenas os trabalhos inscritos nas modalidades de comunicação oral e pôster, pois percebemos que não conseguiríamos dar conta de tamanho universo. Nos ENPESS, sobretudo os de 2006, 2008, 2010 e 2012, observamos a presença de outras modalidades: mesas temáticas coordenadas; e oficinas de projetos de teses, dissertações e iniciação científica. Consideramos relevante destacar, ainda, a importante contribuição dos encontros dos grupos e redes de pesquisa, cujos 34 resumos inscritos no XI ENPESS (2008) não foram incluídos no número de trabalhos apresentados no Quadro 03.

Cabe ressaltar, também, que, no período analisado (1998-2013), não conseguimos ter acesso aos anais dos ENPESS que se realizaram nos anos de 1998 e 2002. Aos demais que nos foram viabilizados, contamos com a valiosa colaboração da colega de mestrado, Ana Paula Silveira Morais Vasconcelos que, estando em Brasília/DF, desempenhou o papel de informante junto à ABEPSS e nos trouxe os anais de 2000, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 gravados em DVD. Portanto, Ana Paula foi a pessoa que estabeleceu uma espécie de “ponte” entre nós e a ABEPSS, ou, nos termos de Freire (1978), constituiu-se como “auxiliar de investigação” ou, ainda, “recolhedora”.

Isto posto, afirmamos que a escolha do CBAS, articulada a do ENPES, possibilitou-nos um olhar mais amplo sobre os eventos do Serviço Social, analisando, comparativamente, como a categoria pessoas com deficiência vem aparecendo nos dois âmbitos, onde, inclusive, percebemos a participação freqüente dos mesmos pesquisadores, todavia utilizando diferentes recortes de uma mesma temática, no caso específico, a deficiência. O estudo minucioso de cada trabalho selecionado viabilizou, desta forma, a análise das principais temáticas, tendências, terminologias e concepções presentes nas produções sobre pessoas com deficiência da pós-graduação brasileira em Serviço Social, a partir dos trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS no período de 1998 a 2013.

Como recorte temporal, definimos o período de 1998 a 2013, porque foi a partir do final dos anos 1990, como já mencionamos anteriormente, que as pessoas com deficiência ganharam centralidade enquanto tema de investigação na pós-graduação (KAMEYAMA, 1998). Quanto ao CBAS, este passou a incluir um eixo temático voltado ao segmento em questão, o que se repetiu nos três anos seguintes de realização do evento (2001, 2004 e 2007). Desde então, ocorreram mais duas edições desta reunião político-científica de assistentes sociais, momento em que houve a exclusão do eixo aqui referido.

Neste sentido, foram revisitados, no intervalo entre 1998 a 2007, apenas os trabalhos das sessões de comunicações e/ou pôsteres cujo tema foi pessoas com deficiência e, nos anos subsequentes (2010 e 2013), somente aqueles em cujo título constatamos uma das seguintes palavras: “pessoa(s) com deficiência, deficiência(s), “pessoa(s) deficiente(s)”, “pessoa(s) portadora(s) de deficiência” e “portador(es) de deficiência e/ou necessidades especiais”⁹. O mesmo se deu

⁹ Os termos usados entre aspas encontram-se em desuso atualmente. Sobre a utilização correta dos termos, Arruda (2012, p. 88) afirma satiricamente: “mas por que pessoa com e não pessoa portadora de deficiência? Simples. A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta a sua deficiência: ela tem uma deficiência. Uma pessoa só porta algo que possa deixar de portar, deliberada ou casualmente. [...]. E quanto às necessidades especiais? Melhor deixá-las para o necessário pagamento das contas no final do mês”. Corroborando com tal assertiva, Sasaki (2002, p. 06) diz: “usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica [...]. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências”. Em relação a isso, Cardoso (2008) alerta, em especial aos profissionais de Serviço Social, que o uso de termos ou conceitos desvinculados da noção de sujeito e cidadania caracteriza práticas de teor preconceituoso e segregador. A autora recomenda, por sua vez, a utilização de termos que humanizem e personalizem o sujeito e a sua rede de relacionamentos. Sendo assim, a expressão “pessoas com deficiência” passa a entrar em uso a partir da década de 1990, permanecendo até os dias atuais.

também no ENPESS, ou seja, utilizamos as palavras a pouco mencionadas para identificar os trabalhos que seriam analisados.

Outro critério utilizado para a seleção dos estudos revisados correspondeu aos trabalhos de autoria dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, ou que, pelo menos à época de realização de cada CBAS e ENPESS, estavam inseridos em tais programas (seja no corpo docente, seja no corpo discente). Importante deixar claro que os autores foram identificados por meio de consultas à *Plataforma Lattes*¹⁰, onde estão inseridas as informações de pesquisadores, estudantes e principais agências de fomento do Brasil.

Tal escolha possui uma intencionalidade à medida que, vale ressaltar novamente, é no âmbito da pós-graduação que o processo de pesquisa e produção do conhecimento viabiliza-se e ganha mais impulso, embora não possa ser àquela reduzido.

A partir desta perspectiva, o intuito foi provocar reflexões a respeito da visibilidade da temática, pessoas com deficiência, e da forma como o assunto tem sido apropriado nos maiores eventos de natureza político-científica no âmbito do Serviço Social, com destaque para as produções da pós-graduação nessa área.

Sendo assim, a revisão de literatura apresentou-se como extremamente vantajosa, no sentido de oportunizar uma maior compreensão e profundo entendimento de determinado fenômeno, oferecendo-nos um quadro completo de conceitos complexos, teorias e problemas; além de proporcionar agilidade na divulgação do conhecimento, tendo como produto final a síntese do estado atual de conhecimento sobre determinado assunto, bem como a identificação de possíveis lacunas a serem preenchidas com desenvolvimento de novas pesquisas (GALVÃO, MENDES & SILVEIRA, 2008).

O processo de elaboração da revisão de literatura teve início com a identificação do tema ou da questão norteadora da pesquisa. No caso do estudo em

¹⁰ A Plataforma Lattes constitui uma experiência, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na integração da base de dados de Currículos, Grupos de Pesquisa e Instituições em um único Sistema de Informações. Neste âmbito, o Currículo Lattes representa o padrão nacional de registro da vida regressa e atual dos estudantes e pesquisadores brasileiros, sendo hoje adotado pela maioria das agências de fomento, universidades e institutos de pesquisa do país. Devido à sua riqueza de informações e crescente abrangência e confiabilidade, tem se configurado como elemento essencial e obrigatório à análise de mérito e competência dos processos de financiamentos na área científica e tecnológica (Cf. CNPq, s/d).

tela, o objetivo foi analisar as principais temáticas, tendências, terminologias e concepções presentes nos estudos sobre pessoas com deficiência da pós-graduação brasileira na área de Serviço Social, tendo como ponto de partida as produções intelectuais dos CBAS e ENPESS realizados entre 1998 e 2013.

Na seqüência, foi indicada a amostragem por meio do estabelecimento de critérios de seleção dos estudos, os quais já foram acima elencados. Depois disso, realizamos a categorização dos estudos selecionados, com a organização das informações extraídas dos mesmos (metodologia, resultados, conclusões e concepção de pessoas com deficiência e/ou deficiência dos autores) e a formação do banco de dados. Esta etapa assemelhou-se à coleta de dados na pesquisa convencional.

A partir de então, procedemos com a avaliação crítica dos estudos incluídos – que correspondeu à análise dos dados na pesquisa convencional –, a interpretação e/ou discussão dos resultados, bem como a elaboração da síntese da revisão.

Seguindo uma abordagem de natureza mista, também conhecida como quanti-qualitativa ou multimetodológica, o presente estudo constitui-se “[...] na articulação de ambos os tipos de dados, que partem de fundamentos e características distintas” (PRATES, 2012, p. 123). Este tipo de enfoque se desenvolve, segundo Creswell (2007, p. 211), em virtude da “[...] necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo (ou em um programa de estudo)”.

À guisa de visualização da proposta de investigação, como o próprio enfoque misto parece sugerir, usamos a estratégia de triangulação concomitante, caracterizada pela implementação simultânea ou não seqüencial dos dados quantitativos e qualitativos, bem como pela integração dos dois tipos de dados nas fases de coleta e interpretação. Isso sem falar na prioridade que, idealmente, pode ser dada a ambos os métodos (quanti e qualitativos), mas, na prática, pode-se dar prioridade à técnica quantitativa ou qualitativa (CRESWELL, 2007). No caso do nosso estudo, utilizamos as duas técnicas, contudo priorizamos a qualitativa, levando em consideração o objetivo central da própria investigação.

Portanto, entendemos como necessária a articulação quantitativo/qualitativo, pois a dicotomização dessa relação, numa perspectiva

dialética, torna-se falsa. A dinâmica das relações sociais, nesta perspectiva, é apropriada em suas dimensões quantificáveis e qualificáveis, e, no caso dos sujeitos da pesquisa, como enfatiza Bourguignon (2008), tal articulação pode garantir o protagonismo dos mesmos por meio da explicitação das dimensões objetivas e subjetivas de sua existência:

Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca de compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não podemos descartar que ele também se revela pelos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando trabalha condições de vida, renda, ocupação, etc. O diferencial está na forma como tratamos esses dados, buscando revelar o que, para que e por que enfatizamos o quantitativo. São determinações objetivas expressas através da pesquisa e que podem fundamentar análises sobre a riqueza da realidade, avaliar projetos e programas sociais, redirecionar ações que garantam a dignidade desse sujeito, seus direitos sociais, civis e políticos. Precisamos evidenciar que os dados quantitativos não expressam apenas o desenvolvimento econômico de um país, mas como esse desenvolvimento incide sobre as condições de vida do cidadão. (BOURGUIGNON, 2008, p. 145).

Partindo destas considerações, utilizamos, ainda, a pesquisa do tipo bibliográfico, com a realização de consultas ao material já elaborado sobre o tema em questão; além da apropriação das pesquisas documental e exploratória, enquanto estratégias de coleta de dados.

Além da abordagem qualitativa, realizamos, conforme mencionamos em linhas anteriores, um panorama quantitativo envolvendo os números de trabalhos identificados, a partir de seu título, com a temática “pessoas com deficiência”, nas edições dos CBAS e ENPESS aqui analisadas, tanto a nível geral (graduação e profissionais de Serviço Social ou outras áreas) como de pós-graduação (mestrados e doutorados). Os dados resultantes desse mapeamento foram dispostos em gráficos e tabelas para a apreciação do leitor.

O processo de análise e interpretação dos dados deu-se por meio da análise temática, uma das modalidades de análise de conteúdo, que pode ser compreendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2010, p. 44).

A análise de conteúdo, além de ser um procedimento técnico, faz parte de uma história de busca teórica e prática no campo das investigações sociais

(MINAYO, 2010). No que se refere à sua operacionalização, esta técnica se inicia com uma leitura de primeiro plano, nesse caso, dos documentos para, então, atingir o nível mais profundo, indo além dos sentidos evidenciados no material; o que só se torna possível, conforme Minayo (2010), a partir das relações feitas entre significantes (estruturas semânticas) e significados (estruturas sociológicas) dos enunciados dos textos, articulando-os com os fatores determinantes de suas características (contexto cultural, variáveis psicossociais e processo de produção da mensagem). A análise temática, por sua vez, desdobra-se em três fases: pré-analítica, exploratória e interpretativa.

Tendo isto em vista, a interpretação dos dados da pesquisa procedeu da seguinte maneira: primeiramente, escolhemos os documentos a serem analisados a partir da retomada dos objetivos do estudo e leitura do material, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo. Neste momento, foram determinadas a unidade de registro, a unidade de contexto, os recortes, a forma de categorização e codificação, e os conceitos teóricos orientadores da análise.

Após esta etapa, teve início o processo de categorização – que consistiu em reduzir o texto às palavras e/ou expressões significativas –, a escolha das regras de contagem, bem como a classificação e agregação dos dados, onde foram selecionadas as categorias responsáveis pela especificação dos temas; visando-se alcançar o núcleo de compreensão do texto. Por último, submetemos os dados a operações estatísticas – a fim de colocar em relevo as informações obtidas –, donde procedemos com a realização de inferências e interpretações.

Não compreendemos o conhecimento como absoluto e universal, devido ao seu caráter histórico e provisório. Daí que, no processo de construção do mesmo (processo este de constante afirmação e negação), precisamos desaprender, no sentido de despirmos a nossa alma das falsas noções, além de estarmos sempre abertos a novos caminhos e descobertas.

Neste processo de (des)construção, estruturamos o trabalho da seguinte forma: na segunda seção, abordamos o contexto das décadas de 1980 e 1990, bem como as conquistas aí adquiridas pelo Serviço Social, sobretudo, em termos de pesquisa, produção conhecimento e as mudanças na proposta formativa da profissão. Neste sentido, também achamos necessário discutir as dimensões interventiva e investigativa da formação e exercício profissionais, bem como a

articulação entre as formações graduada e pós-graduada, adentrando, ainda, no momento atual de contrarreforma do ensino superior e suas repercussões para a pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social.

Na terceira secção, debatemos sobre a histórica relação entre Serviço Social e questão social, e como as manifestações da mesma têm perpassado o cotidiano das pessoas com deficiência. Apresentamos, ainda, trajetória histórica do segmento em questão, suas conquistas, principalmente no tocante aos direitos e às políticas; bem como os modelos clássicos de apreensão da deficiência (biomédico e social) e a forma como estes tem influenciado na construção dos direitos e das políticas que os materializam, e, inclusive, nas próprias discussões do Serviço Social, de modo especial, nos trabalhos que analisamos. Na quarta e última seção, socializamos os resultados da pesquisa e alguns aspectos relativos à situação da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social, particularmente, nos anos 1990 e 2000.

A expectativa, com este estudo, foi o fomento do debate sobre pessoas com deficiência no âmbito do Serviço Social e, sobretudo, na pós-graduação *stricto sensu*, realizando as devidas mediações com as determinações macrossociais, e destacando o papel do conhecimento enquanto subsidiário da transformação social. O conhecimento, no sentido que o apreendemos aqui, não se reduziu ao pragmatismo. Considerando a perspectiva abordada até aqui, julgamos pertinente encerrar a secção com as palavras de Fernando Pessoa:

Procuo despir-me do que aprendi. Procuo esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram. E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos. Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras. Desembrulhar-me e ser eu [...].

2 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A INSERÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

“Os anos 80 marcam uma etapa de amadurecimento da produção teórica da profissão, e a Universidade foi a grande protagonista deste processo. Já os anos 90 representam avanços quanto à consolidação do projeto ético-político profissional, o que repercutiu nas proposições destinadas à formação e na direção social da profissão, aspectos essenciais à reconstrução crítica e à consolidação da própria natureza da profissão”.

(BOURGUIGNON, 2008, p. 27-28).

Os anos 80 e 90 do século XX constituem um marco para o Serviço Social, pois é aí que se desdobra um contexto de inquietações e reflexões na profissão. No entanto, cabe destacar que tais avanços são frutos de um longo processo histórico e tributários das contribuições e impasses referentes, mais especificamente, à segunda metade dos anos 60, “[...] momento em que se engendra, através do Movimento de Reconceituação¹¹, um processo de renovação do Serviço Social” (BOURGUIGNON, 2008, p. 29).

É a partir da década de 1980, por sua vez, que se presencia a instituição do debate acadêmico no Serviço Social de modo mais sistemático, o que marca um processo de ruptura com o conservadorismo presente na profissão desde a sua constituição.

Durante a década de 80, esse processo de rompimento com o conservadorismo gerou, no interior da profissão, uma cultura que reconhece a *pluralidade teórico-metodológica*; no entanto fortalece a *orientação marxista* como *direção hegemônica* para o projeto ético-político profissional. Essa orientação coloca como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça social e dignidade humana, definidos e explicitados no Código de Ética de 1993, marco significativo para a profissão nos anos 90. (BOURGUIGNON, 2008, p. 31, grifos nossos).

¹¹ Compreendemos como Movimento de Reconceituação o processo de renovação que se desenvolveu entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como base a crítica dos assistentes sociais ao Serviço Social tradicional. Segundo Lara (2011, p. 20), “esse processo foi de fundamental importância para a profissão se aproximar de autores da tradição marxista e iniciar de forma mais homogênea, no âmbito da formação e do exercício profissional, uma postura crítica diante do capitalismo”.

O surgimento da relação pesquisa/Serviço Social dá-se em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual da categoria profissional e de demandas da sociedade. Contudo, a pesquisa se mostra como potencialidade para o Serviço Social no contexto universitário, “[...] que, embora seja espaço privilegiado de se fazer pesquisa, sofre interferências na sua relação com a sociedade” (BOURGUIGNON, 2008, p. 44).

No período que Netto (1991) denomina de “*militar-fascista do ciclo autocrático burguês*”, efetivou-se a vinculação entre universidade e vertente da intenção de ruptura¹², o que possibilitou a inserção do Serviço Social no espaço acadêmico e o intercâmbio intelectual da profissão com os investigadores das demais áreas do saber, criando-se, assim, as oportunidades para o desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento no Serviço Social.

Nesse processo de desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento no Serviço Social, são destacados o surgimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social e a criação, em 1987, do Centro de Documentação em Pesquisa e Política Social e Serviço Social (CEDEPSS)¹³ que, juntamente com as demais entidades representativas da categoria, como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)¹⁴, exerceram um

¹² Nesse momento, devido às condições impostas pela Ditadura Militar, a universidade mostrou-se como um território menos adverso ao projeto de ruptura, motivando os protagonistas de tal vertente a optarem pelo trabalho acadêmico.

¹³ Criado em 1987, o CEDEPSS se constituía em órgão acadêmico da ABESS, cuja principal atribuição era o fomento da pesquisa e da produção do conhecimento no Serviço Social.

¹⁴ A então ABESS, atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), foi fundada em 1946 e modificada em 1998, quando da Assembléia Geral Extraordinária promovida pela gestão de transição da entidade (dezembro/1997-dezembro/1998). Tal gestão foi escolhida, sobretudo, para fins de criação e aprovação de um novo estatuto para a entidade, favorecendo, assim, a superação de seus entraves financeiros e administrativos, bem como da antiga polarização entre ensino de graduação e pesquisa/pós-graduação. Precisava, além disso, obter a aprovação das novas Diretrizes Curriculares junto ao Ministério da Educação (MEC) e avançar no debate com as escolas de Serviço Social (PONTES, 2011). Criou-se, então, uma entidade única, havendo a extinção do CEDEPSS. Tal processo se deu em um contexto de intensa investida governamental para a desestruturação do ensino público. Diante dessa permanente necessidade de defesa da formação pública e de qualidade e de fazer frente às contrarreformas neoliberais, o estatuto que regulamentou e recriou a estrutura da ABESS com a denominação de ABEPSS “[...] trazia embutida a preocupação com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis da formação profissional (graduação e pós-graduação) como condição para enfrentar o desafio da capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, conforme as diretrizes curriculares. A reestruturação era também uma condição institucional para consolidar a Abepss como entidade científica que deveria buscar não somente a qualificação da formação profissional, mas também a estruturação dos núcleos e grupos de pesquisa” (BOSCHETTI, 2011, p. 30). Logo, podemos afirmar que a reorganização institucional e redefinição do papel da referida entidade em sociedade científica atrelaram-se a determinados fatores, tais como: o contexto de profundas transformações na realidade brasileira e de novas demandas da política

relevante papel no desenvolvimento da pesquisa, fazendo com que a produção de conhecimento nessa área ganhasse novo impulso.

Somando-se a isso, temos a criação de eventos científicos – CBAS e ENPESS – e espaços de socialização das pesquisas produzidas ou em andamento – Cadernos de pesquisa do CEDEPSS e Cadernos ABESS, que permaneceram em vigor entre 1986 e 1998¹⁵, além dos periódicos do Serviço Social.

Exerceu, também, importante contribuição nesse processo a reforma curricular de 1982, que pôs a pesquisa como uma das exigências da formação profissional, o que é reafirmado e acrescido nas Diretrizes Curriculares de 1996, que busca garantir uma formação baseada na pesquisa sob a ótica pluralista.

O pluralismo supõe o diálogo e a interlocução crítica entre portadores de diferentes perspectivas político-ideológicas, tendo a investigação como princípio e condição de formação e exercício profissionais. Nessa conjuntura, a pesquisa surge, portanto, como uma preocupação formativa.

Em sua trajetória histórica, a profissão, ao construir e reconstruir um legado teórico, estabelece diálogo crítico com outras áreas do conhecimento, sendo importante interlocutora no campo das reflexões sobre a questão social e seu enfrentamento através das políticas públicas. (BOURGUIGNON, 2008, p. 41).

Embora grandes avanços tenham sido alcançados nas últimas décadas do século XX (80-90), muito há que se conquistar em termos de consolidação e socialização daqueles, sobretudo, no que diz respeito ao rompimento da “dicotomia prática profissional/pesquisa científica”, segundo o que é constatado por Bourguignon (2008). Logo, mesmo que venha sendo privilegiada no âmbito da profissão, a pesquisa ainda constitui uma exigência que os desafios do mundo contemporâneo põem ao Serviço Social, carecendo de:

[...] maiores investimentos e uma postura do profissional de permanente crítica e indignação com as manifestações sociais do modelo de desenvolvimento econômico que sujeita a maioria da população ao processo de exclusão social. (BOURGUIGNON, 2008, p. 42).

educacional, com repercussões para o Serviço Social; expansão da profissão no país; e avanços significativos para a pesquisa e produção do conhecimento na área. Concluímos, dessa maneira, que não se trata somente de uma mudança de nomenclatura. A mudança, construída coletivamente pelas unidades de ensino, traz consigo a preocupação com o caráter indissociável do tripé ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de formação profissional (graduação e pós-graduação).

¹⁵ A partir de então, os Cadernos ABESS foram substituídos pela Revista Temporalis.

Nesta seção, pretendemos realizar uma reflexão sobre a formação e a produção do conhecimento no Serviço Social a partir da centralidade da dimensão investigativa e desenvolvimento da pesquisa, mais especificamente na nova proposta curricular. Assim, a exposição se constitui de dois momentos ou tópicos principais que se desdobram em subtópicos.

O primeiro tópico – intitulado *A produção do conhecimento social e sua ênfase no serviço social* – busca subsidiar a compreensão da relação conhecimento social/Serviço Social, adentrando a discussão da unidade dialética entre dimensões interventiva e investigativa, quando retomamos o pressuposto defendido por Bourguignon (2008), ou seja, a pesquisa como constitutiva e constituinte da “prática profissional”¹⁶; o que é determinado pela natureza interventiva e inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho.

¹⁶ Vale salientar que Bourguignon (2008) compreende a prática profissional como uma dimensão da práxis e objetivação do exercício da profissão. Segundo esta visão, tal prática constitui “[...] campo empírico das inquietações profissionais e estimulador da atitude investigativa, capaz de mobilizar um processo de investigação [...]” (BOURGUIGNON, 2008, p. 121). E o exercício profissional, neste sentido, [...] refere-se a um conjunto complexo de elementos que abarca: o desencadeamento de um processo de formação profissional; o entendimento das competências e atribuições previstas na regulamentação da profissão (Lei 8.662/93); o comprometimento para com o Código de Ética de 1993, que orienta as ações profissionais; o comprometimento dos profissionais para com um processo de capacitação continuada; a ocupação de espaços interventivos; o *desenvolvimento de um processo de produção de conhecimento centrado nas particularidades da profissão*. (BOURGUIGNON, 2008, p. 123, grifos nossos). Iamamoto (2006) vem contrapor tal perspectiva a partir de um dos elementos da atual proposta curricular, o que, para a referida autora, representa uma ruptura com a visão hegemônica nos anos 1980. A “prática profissional”, na perspectiva aí assumida, é apreendida como trabalho e o exercício profissional encontra-se inscrito em processos de trabalho. Dito por Iamamoto (2006, p. 61): “[nos] anos 1980, os assistentes sociais descobriram a importância da consideração da dinâmica das instituições e das relações de poder institucional para se pensar o Serviço Social, assim como as políticas sociais, os movimentos e lutas sociais. A imagem que poderia representar o esquema dominante de análise tinha no *centro* a “prática do Serviço Social” e, no seu *entorno*, a dinâmica institucional, as políticas sociais, os movimentos sociais como fatores relacionados ao exercício profissional. Mas, geralmente, ao se falar em prática referia-se, exclusivamente, à atividade do Assistente Social. Os demais elementos citados eram tidos como *condicionantes* dessa prática, com uma certa relação de *externalidade* em relação a ela” (grifos da autora). Portanto, a eleição da categoria trabalho, para além de uma mudança de nomenclatura, significa uma mudança de compreensão. Enquanto trabalho, o Serviço é também pensado através dos elementos constitutivos de qualquer processo de trabalho: matéria-prima ou objeto, instrumentos e produto. Para Lessa (2006), no entanto, o debate sobre a relação Serviço Social/categoria trabalho não se resume a um problema prático/interventivo ou à delimitação da identidade profissional, havendo aí consequências imediatas e inevitáveis que são identificadas pelo autor em seu caráter filosófico e ideológico, além de sociológico e político. O posicionamento de Lessa (2006) é compartilhado por Costa (2011), que localizam a “prática” dos assistentes sociais na esfera ideológica, divergindo, portanto, da concepção de Serviço Social contida no *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Segundo esta concepção, a profissionalização do Serviço Social é considerada como uma especialização do trabalho e sua *prática como realização de um processo de trabalho* que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Contrariamente, Lessa (2006) e Costa (2011) não apreendem o Serviço Social como trabalho, já que o mesmo não atua na transformação da natureza em bens

Partindo de tal pressuposto e tendo em vista os grandes avanços que o Serviço Social alcançou nesses últimos trinta anos – sobretudo em termos de formação graduada e pós-graduada, pesquisa e produção do conhecimento –, a intenção foi situar profissão no contexto das transformações mais recentes, trazendo como pano de fundo a contrarreforma universitária e os conseqüentes desafios para o projeto de formação profissional vigente.

Portanto, procuramos abordar a contrarreforma do ensino superior da década de 1990, sobretudo nos anos 2000, quando estão localizadas as reformas empreendidas pelo Governo Lula (2003-2010). Tal discussão, por sua vez, não poderia deixar de ser mediada pela apreensão da formação social brasileira – que particulariza a inserção do país no capitalismo mundial – e o seu peso na trajetória histórica do ensino superior.

A partir dessa visão geral, foram oferecidas as condições para o debate proposto pelo subtópico posterior – *Formação acadêmico-profissional do assistente social e reafirmação da heteronomia do conhecimento no âmbito da “universidade operacional”*. Nessa parte, vislumbram-se os impactos da contrarreforma em questão no Serviço Social, mais especificamente na formação profissional, com destaque para a produção de conhecimento; tendo em mente o processo de descaracterização, pelo Ministério da Educação (MEC), do projeto de formação materializado nas Diretrizes de 1996, o que implicou em sérias repercussões para a pesquisa enquanto eixo estruturante do processo formativo do assistente social e horizonte para a produção de conhecimento.

2.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIAL E SUA ÊNFASE NO SERVIÇO SOCIAL

O conhecimento é uma forma de o ser humano se expressar ao longo de sua história. A produção do conhecimento, a partir deste entendimento, tem como

necessários à reprodução social. Em outros termos, não cumpre a função mediadora entre seres humanos e natureza, atuando em relações puramente sociais. Trata-se, dessa maneira, de um dos complexos sociais parciais cuja função social é organizar os atos dos indivíduos para que realizem o trabalho necessário à reprodução social (LESSA, 2006; COSTA, 2011). Com isto, não pretendemos esgotar o debate em seu aspecto político, embora este não deva ser escamoteado. O campo resolutivo de tal discussão encontra-se, em nosso entendimento, no âmbito ideológico-filosófico que corresponde ao da visão de mundo.

base as experiências sociais, daí o caráter sócio-histórico da mesma. É por meio das relações entre os seres humanos e destes com a natureza que há a construção do conhecimento.

Ao mesmo tempo em que se diferencia da natureza, a espécie humana não pode ser concebida sem aquela, ou melhor, ambas não podem ser pensadas separadamente, pois o ser humano precisa relacionar-se com esfera natural para sobreviver e perpetuar a sua espécie, constituindo-se também como ser natural.

Embora a ação humana seja biologicamente determinada, não se reduz a esta dimensão, tal como acontece com a interação animal-natureza. O ser humano não está restrito à imediatez das situações com as quais se defronta, ultrapassando limites e produzindo de modo universal, para além de sua sobrevivência pessoal e de sua prole.

A atividade humana tem por mediação a incorporação de experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos de geração a geração. Essa transmissão, por sua vez, dá-se através da educação e da cultura, possibilitando à nova geração a não regressão ao ponto de partida que a precedeu. Nesta perspectiva, o processo de produção da existência humana constitui um *ato social*.

O *trabalho* se encontra na base de todas as relações humanas, de modo a determinar e condicionar a vida, sendo que a base de toda e qualquer sociedade é composta pelas relações de trabalho (a sua forma de divisão e organização, bem como o nível técnico dos instrumentos e meios disponíveis para a produção de bens materiais); e condiciona as formas políticas, jurídicas e o conjunto das *idéias* existentes em cada sociedade.

As idéias, por sua vez, também são produtos da existência humana e de suas relações que se estabelecem em dado momento histórico. Parte das idéias produzidas pelo ser humano constitui, portanto, o conhecimento referente ao mundo em suas diferentes formas (senso comum, *científico*, teológico, filosófico, estético etc.). Não obstante seja incorreto ou parcial, ou expressão de posições antagônicas, tal conhecimento traduz as condições materiais de determinado momento histórico.

A *ciência*, enquanto uma das formas de conhecimento produzido pelo ser humano ao longo de sua história, é determinada pelas necessidades humanas em dado momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas intervém. Trata-se de uma tentativa do ser humano compreender e explicar a natureza de forma racional,

buscando a formulação de leis que possibilitem a atuação humana. Caracteriza-se, de acordo com Andery et al. (1994), como uma atividade metódica cujo objetivo é conhecer a realidade, tendo por intermédio ações passíveis de serem reproduzidas.

Como a ciência é histórica e reflete as condições concretas de determinado momento, as divergências presentes nesta atividade não são apenas temporais, mas podem ocorrer num mesmo período e numa mesma sociedade. Deste modo, “[...] os antagonismos presentes em cada modo de produção e as transformações de uma forma de produção a outra serão transpostos para as representações que o homem faz, inclusive, para o conhecimento” (ANDERY et al., 1994, p. 16).

A história, nesta perspectiva, constitui o caminho para a compreensão da ciência hoje. Assim, as análises apresentadas por Andery et al. (1994) encontram-se fundamentadas no entendimento de ciência como parte das idéias que o ser humano produz tendo como finalidade a satisfação de suas necessidades materiais. Conseqüentemente,

Só se pode entender a produção de conhecimento científico – que teve e tem interferência na direção tomada pelo ser humano – se forem analisadas as condições concretas que condicionaram e condicionam sua produção, sem excluir a análise da dinâmica interna da própria ciência (negar a autonomia do conhecimento científico é fazer uma avaliação, pelo menos, simplista da relação que a ciência e a sociedade guardam entre si). (ANDERY et al., 1994, p. 17, grifos nossos).

Tanto o conhecimento como o processo de construção do mesmo configuram-se, para Bourguignon, como expressões da *práxis humana*¹⁷. É por meio deste processo que o ser humano atende as suas necessidades, buscando, ao

¹⁷ Esta categoria é definida por Freire (1978) como ação e reflexão transformadora da realidade, o que implica em conhecimento e criação. Segundo o autor, ação sem reflexão se reduziria a puro ativismo, assim como esta sem aquela se reduziria ao subjetivismo/verbalismo, ao “blá-blá-blá”, de acordo com as palavras do mesmo.. De acordo com Bourguignon (2008, p. 60), “[práxis] é uma categoria filosófica que, na perspectiva marxista, expressa a articulação entre a ação e o conhecimento, constituindo-se de um processo da transformação de ação, do conhecimento e do próprio sujeito”. Portanto, para a referida autora, é à luz dessa categoria (práxis) que os problemas do conhecimento, da sociedade, da história e do próprio ser devem ser abordados. Tal categoria possui uma centralidade no universo conceitual marxiano que não separa teoria e ação, fazendo com que aquela adquira um sentido amplo. Trata-se de uma categoria constitutiva do ser social e, como tal, viabiliza a apreensão das possibilidades de objetivação desencadeadas pelo ser humano no processo de satisfação e construção das suas necessidades e relações sociais em determinado contexto sócio-histórico. Dito isto, podemos afirmar, resumidamente, que a práxis supõe e mobiliza uma ação transformadora sobre a realidade.

mesmo tempo, conhecer e intervir criticamente no mundo, além de viabilizar a construção de novas formas de relações e de enfrentamento das determinações sócio-históricas presentes na sociedade. Isto está intimamente vinculado ao que é próprio do ser humano, que se constitui como ser da práxis, histórico-social e de relações. Configura-se, também, como um ser de necessidades, ao mesmo tempo em que as inventa, e assim o faz no próprio processo de produção da existência humana, cuja essência fundamental é a prática.

O processo de produção da existência humana se dá numa realidade em permanente transformação, cuja principal característica envolve as relações sociais. É no contexto dessas relações que o ser humano se constitui como ser social e que há a produção do conhecimento, compreendida como resultado crítico, histórico e processual da ação humana.

Nesta perspectiva, o processo de construção do conhecimento trata-se da busca de satisfação de uma das necessidades humanas, constituindo-se como uma das expressões e objetivações mais complexas da prática social humana. Corroborando com tal posicionamento, BOURGUIGNON (2008, p. 59) enfatiza:

O conhecimento é uma das formas do homem de se expressar no decorrer de sua história, sendo construído na relação entre os homens e destes com os objetos da natureza, e é uma das formas de apropriação do mundo pelo homem, através da prática social. (grifos nossos).

Sendo assim, podemos asseverar que:

A produção de conhecimento via pesquisa é condição ontológica da existência humana, isto é, faz parte da natureza humana produzir conhecimento para responder às suas necessidades através da pesquisa. A pesquisa, portanto, se coloca como uma das possibilidades de objetivação das intenções humanas que se processa por meio do trabalho. (BOURGUIGNON, 2008, p. 53, grifos nossos).

O conhecimento, a partir deste ponto de vista, constitui uma das formas de apropriação do mundo realizada pelo ser humano e, portanto, trata-se de uma atividade baseada na práxis. A produção de conhecimento através da pesquisa, como condição ontológica da existência humana, parte do pressuposto do trabalho como base de sustentação e mobilização de todas as relações humanas. É, pois, entendida na perspectiva de totalidade, enquanto expressão particular do trabalho humano que se objetiva tendo por mediação a pesquisa.

No Serviço Social, o conhecimento configura-se como particularidade de um todo complexo que abrange conhecimentos heterogêneos e diversos. Este todo complexo denominamos conhecimento social.

Ao mesmo tempo em que é particularidade, aquele conhecimento também se constitui em totalidade histórica, complexa, estrutural, parcial e com dominantes. Como enfatiza Baptista (1992, p. 88), “nós não temos um único serviço social. Temos um conhecimento do serviço social que é complexo, diferenciado, o qual, historicamente, sofre a dominação de determinados modos de pensamento [...]”.

Enquanto parte deste processo, o Serviço Social vem lutando com o intuito de “[...] por um lado, desvelar [...] que contribuição pode dar à produção do conhecimento social; e, por outro lado, situar que tipo de apropriações ele pode fazer do que já existe acumulado e o como pode fazê-las” (BAPTISTA, 1992, p. 84).

A produção do conhecimento no Serviço Social, por sua vez, não se caracteriza como uma realidade dada. Pelo contrário, é fruto de um caminhar histórico, donde destacamos o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, cuja necessidade foi possibilitada e, simultaneamente, imposta por um contexto histórico de profundas transformações na sociedade brasileira, expressas no processo de lutas democráticas. Tal processo, cuja visibilidade no cenário político se deu somente no último quartel dos anos 1970, condicionou o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, o que exigiu novas respostas profissionais.

Dessa renovação, derivou significativas alterações nos campos da pesquisa, do ensino e da organização político-corporativa dos assistentes sociais, buscando, assim, garantir a contemporaneidade do Serviço Social, conforme pontua Iamamoto (1993, p. 102):

[...] assegurar sua conciliação com a história presente, capaz de decifrar as necessidades e condições da sociedade brasileira, de modo a ter propostas que lhe possibilitasse afirmar-se como uma profissão necessária no espaço e tempo dessa sociedade.

Dito isto, assumimos a perspectiva das discussões aqui tecidas. Isto é, o conhecimento em sua historicidade, conforme expõe Setubal (2011, p. 20):

[...] o conhecimento, como produto da pesquisa no Serviço Social, não é uma realidade dada, que se expresse e se observe desde os primórdios da institucionalização e reconhecimento social da profissão na sociedade brasileira. É o resultado de um caminhar, de um proceder histórico que se

vem construindo e reconstruindo gradativa e permanentemente não só no desempenho da prática acadêmica, mas também no contexto da prática institucional, espaço que dá conta da concretude das demandas sociais, decorrentes dos problemas originários das diferentes dimensões estruturais, conjunturais do país, principalmente no âmbito político e econômico.

Enquanto fruto das experiências sociais, o conhecimento constitui uma aproximação da realidade, algo temporal, que habita o terreno da possibilidade e se encontra limitado às condições históricas do período de estudo. É neste sentido que Almeida, Brasil e Osterne (2013) advogam o caráter provisório do conhecimento que se expressa como um devir constante.

Conseqüentemente, “[se] afirmarmos que conseguimos apreender, pelo conhecimento científico, todas as particularidades dos ‘objetos de pesquisa’, negamos a dialética do mundo real, que é permeado por contradições e constantes mudanças” (LARA, 2011, p. 202).

Tal argumentação é válida para o Serviço Social, sobretudo, no que se refere ao seu “devir de prática profissional formuladora de conhecimentos históricos”, numa referência à expressão utilizada por Setubal (2011, p. 124) que, mais uma vez, afirma o caráter histórico do conhecimento:

[...] o *conhecimento tem um caráter histórico*, pois todo ele foi adquirido e conquistado por meio de um longo treinamento, treinamento que requer para cada novo desempenho o melhoramento dos resultados anteriores e o empreendimento de batalhas epistemológicas, metodológicas e até políticas. Dessa forma, a pesquisa não pode ser pensada em desconexão com o contexto útero desse conhecimento, do ambiente fomentador do próprio existir do homem como ser pesquisador. (grifos nossos).

Ainda sobre o caráter social do conhecimento, a mesma autora destaca:

[...] como ‘processo coletivo de cooperação’, requer que, por ocasião da sua construção, mesmo quando a iniciativa seja de procedência individual, vários sujeitos, de uma forma ou de outra, estejam com ele envolvidos. Por isso, o *caráter social do conhecimento* está presente desde os momentos que antecedem a sua elaboração e se expressa durante todo o desenvolvimento da pesquisa, fazendo ressaltar, na sua natureza, as várias colaborações obtidas pelo pesquisador no percurso da sua caminhada investigativa. (SETUBAL, 2011, p. 134, grifos nossos).

Por isso, não podemos afirmar a existência de um conhecimento absoluto, universal e objetivo, o que também se aplica ao Serviço Social, já que aí “[o] mundo [...] não é visto, muito menos apreendido, da mesma maneira pelos diferentes sujeitos envolvidos e responsáveis por essa prática profissional” (SETUBAL, 2011, p. 135). Daí, retomamos o pensamento de Baptista (1992), quando esta defende a

existência de um conhecimento em Serviço Social, caracterizado por sua complexidade, historicidade e diferencialidade. Em resumo, não há um único Serviço Social.

A produção do conhecimento, neste sentido, é um processo que envolve tensões entre paradigmas, cuja convivência está atrelada à configuração dos modos particulares de relação entre classes e grupos sociais num determinado momento histórico. Logo,

[..] tem-se não uma superação de paradigmas, mas paradigmas que convivem e que, historicamente, se reestruturam com a desestruturação de alguns de seus elementos, manutenção de outros e emergência de novos elementos. Esse processo de reestruturação vai se fazendo, cada vez alcançando novos patamares e deslocando-se a partir de novos polos de hegemonia. (BAPTISTA, 1992, p. 87).

No Serviço Social, por exemplo, o pensamento forjado na tradição marxista é hegemônico. Porém, isso não significa que toda a categoria se posicione como marxista, e sim que grande parte das pessoas reconhecidas nesta área e representantes do avanço de seu saber estão filiadas às correntes do pensamento predominantemente marxistas (Cf. BAPTISTA, 1992).

Entre os modos divergentes de apreensão do conhecimento que perpassam o Serviço Social, destacam-se, de acordo com Setubal (2011), duas vertentes fundamentais para o entendimento de pesquisa, a empirista e a dialética, que podem ser assim distinguidas:

[...] uma que atribui ao conhecimento valor apenas instrumental, generalista e útil ao desenvolvimento de uma prática considerada eficaz e outra que coloca o conhecimento no patamar construído pelas diferentes formas de ação e percepção do Serviço Social no seu construir-se e reconstruir-se histórico. A visão instrumental parte do princípio de que o conhecimento origina-se e sustenta-se na própria prática profissional com o auxílio de teorias generalizadoras que viabilizam certa compreensão do objeto para uma intervenção imediata. Tal conhecimento conduz-nos a uma percepção empirista, compreensão distanciada e conseqüentemente insuficiente do objeto na sua manifestação abstratamente elaborada. A segunda vertente defende o conhecimento como um produto dialético que apreende, em um só momento, a forma de se expressar do Serviço Social num determinado espaço e tempo, bem como as alternativas viáveis de intervenção. Não é um conhecimento apriorístico, sensível, mas organiza-se a partir da correlação de forças políticas e ideológicas contidas nas relações sociais. (SETUBAL, 2011, p. 31).

Considerado o caráter multiforme do conhecimento em Serviço Social, partimos da concepção de Setubal (2011), que apreende o conhecimento como

produto de um processo metodologicamente construído por meio da pesquisa em Serviço Social. Em resumo,

[...] o conhecimento é para nós uma elaboração intelectual resultante do processo que ultrapassa o plano meramente sensível, pela mediação do raciocínio lógico, dialético e da consciência sobre a realidade do objeto observado. Na sua formulação teórico-metodológica, não pode o conhecimento ser deslocado da empiria para que assim possa dar conta do objeto na sua concretude e se apresentar no ponto de finalização como um produto histórico, conseqüentemente válido para uma realidade determinada; pois ainda que a empiria não represente todo o real, ela é importante e necessária ao trabalho teórico, por fornecer os dados no seu contexto histórico, na sua dinamicidade, na experiência sensível. (SETUBAL, 2011, p. 32).

Nesta perspectiva, a produção do conhecimento no Serviço Social, para a autora, constitui um processo que se materializa por meio da pesquisa, sobretudo, a partir da criação dos programas, o que é corroborado pela seguinte citação:

[...] no Serviço Social não só vem ocorrendo a expansão quantitativa de pesquisas, mas que esse, à medida que se transforma como profissão inserida num mercado de trabalho, redimensiona a sua própria maneira de ver a pesquisa e passa qualitativamente a ter com esse processo uma relação mais íntima, e conseqüentemente mais comprometida com a produção de conhecimento. (SETUBAL, 2011, p. 69).

Neste âmbito, a objetividade da pesquisa e da produção do conhecimento tem configurado-se como principal inquietação de determinados autores, em especial, Lara (2011, p. 205) que afirma estar tal objetividade em:

[...] desnudar o cotidiano contrastante das relações sociais da sociedade burguesa, bem como seu modo de produção e reprodução social, desencadeador das mais diversas expressões da 'questão social', que a cada nova manifestação dilacera milhares de vidas.

Isto é, a produção do conhecimento, neste campo, orienta-se por demandas ontológicas, cuja intencionalidade está vinculada a projetos societários que representam interesses de classe, daí a impossibilidade da chamada neutralidade científica (Cf. LARA, 2011); algo tão reclamado pelas correntes positivistas, cujo erro, segundo Löwy (1985), está em considerar a existência de um corte entre ciência e ideologia.

Löwy (1985), apoiado em uma concepção marxista do conhecimento científico, diz não haver a possibilidade de ação neutra na relação entre sujeito e objeto, pois ambos exercem determinações entre si. "Deste modo, não existe a ciência pura de um lado, e a ideologia de outro. Existem pontos de vista científicos que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe" (LÖWY, 1985, p. 104),

o que não implica no chamado “reducionismo sociológico” que diz respeito à redução da ciência ao ponto de vista da classe social. Sobre este erro, alerta o autor:

Para Marx a questão não era assim. Não bastava definir o caráter de classe de um economista para determinar o conteúdo científico de sua obra. Temos que entender que existe uma particularidade do conhecimento científico que não pode ser reduzida ao enfrentamento das posições de classes diferentes. (LÖWY, 1985, p. 104).

A partir do que foi dito acima, inferimos que:

[...] não podemos fazer da pesquisa e do conhecimento científico uma situação alheia às necessidades práticas e históricas do homem. Quando nos referimos à prática, não queremos dizer uma prática pragmática, bem ao modo burguês, mas uma prática que tenha relação direta com a *práxis social* entendida como campo de possibilidades da *transformação social*. (LARA, 2011, p. 201, grifos do autor).

Logo, o saber possui uma objetividade, cuja expressão pode ser observada no seguinte trecho:

A investigação sobre a realidade social não é simplesmente um incômodo subjetivo, que apenas satisfaz a curiosidade do pesquisador; ao contrário, o ser que indaga procura inquirir sobre algo que advém da objetividade social, a qual carece do conhecimento para ser desvendada. (LARA, 2011, p. 204).

Ao indagarem sobre o real, os assistentes sociais devem fazê-lo com o objetivo de tratar a questão social e as suas expressões, e, posteriormente, realizar “[...] o esforço de perquirir a *potência revolucionária do trabalho* e retornar o conhecimento produzido aos sujeitos envolvidos.” (LARA, 2011, p. 206, grifos do autor).

Urge considerar, portanto, que as questões motivadoras da investigação, no Serviço Social, não decorrem somente de intenções pessoais ou de uma exigência da categoria profissional, ainda que tais motivações sejam frutos dos interesses do pesquisador e de um contexto social e historicamente determinado.

As questões que movem a pesquisa derivam, sobretudo, da natureza interventiva do Serviço Social, do envolvimento crítico do assistente social com o processo contínuo de apreensão das múltiplas determinações das demandas sociais e da experiência social acumulada tanto pela profissão como pelo profissional em relação ao enfrentamento das expressões da questão social, o que se traduz em um amplo leque de preocupações para a investigação na área. Isso não significa, contudo, a existência de uma linearidade entre dinâmica da sociedade e produção

de conhecimentos. Há, antes de tudo, mediações que envolvem escolhas temáticas, recortes analíticos e posturas metodológicas (KAMEYAMA, 1998). Bourguignon (2008, p. 143) destaca, ainda, os elementos que mobilizam os profissionais a se envolverem com a pesquisa:

A profissão é plural em relação aos referenciais que fomentam tanto a prática como a pesquisa. Pode haver diferentes motivações para cada dimensão do exercício profissional. Há motivações que podem ser de cunho individual, uma paixão pessoal em relação a uma temática específica de pesquisa, ou uma preocupação de ordem teórica, mas de maneira geral *as motivações estão no próprio processo de enfrentamento das expressões da questão social*, que ganha visibilidade em função de um processo de reflexão e inquietação permanente desse profissional quando enfrenta as contradições sociais que rebatem na forma como ele responde a essas demandas bem concretas. (grifos nossos).

Neste sentido, o conhecimento:

[...] é sempre processo que envolve um esforço de reconstrução da realidade em nossa mente. Parte-se da realidade concreta, tendo como referência um objeto determinado, e por meio de processos de abstrações e aproximações às suas determinações, relações e processualidade histórica, volta-se à realidade após desvelá-la em sua totalidade complexa. O método dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas, sem a pretensão de esgotar a complexidade e dinamicidade do real. (BOURGUIGNON, 2008, p. 20).

No trecho acima, a autora faz referência ao conhecimento construído por meio de investigação fundada no método crítico-dialético, cuja perspectiva é assumida hegemonicamente pela profissão.

O método de Marx consiste na elevação do abstrato ao concreto¹⁸. Começamos, assim, “pelo real e pelo concreto” e, com o avanço progressivo da análise, chegamos a conceitos e abstrações¹⁹ que levam a determinações²⁰ cada vez mais simples. “Com efeito, depois de alcançar aquelas determinações mais simples, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso [...]” (NETTO, 2009, p. 684), no sentido de vislumbrarmos uma totalidade rica de determinações e relações diversas. Trata-se, portanto, da “viagem de volta” que, na concepção marxiana, é classificada como o método mais adequado para a elaboração teórica.

¹⁸ O concreto, no sentido marxiano, é síntese de múltiplas determinações, “unidade do diverso”, que aparece no pensamento como processo de síntese. Não se configura como ponto de partida, embora o seja efetivamente.

¹⁹ Abstração diz respeito à capacidade intelectual que viabiliza a extração de um elemento da sua contextualidade determinada (totalidade), isolando-o e examinando-o. Trata-se de um recurso indispensável ao pesquisador, à medida que possibilita a análise, retirando do elemento abstraído as suas determinações mais concretas até chegar a “determinações as mais simples”.

²⁰ Determinações constituem traços referentes aos elementos que compõem a realidade. Por isso, o conhecimento concreto do objeto implica o conhecimento de suas múltiplas determinações.

É assim que, em sua crítica aos teóricos idealistas alemães, Marx e Engels (2009, p. 31-32) formulam tal concepção de maneira mais precisa:

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. Também as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica e toda outra ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo. No segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência.

Daí, extraímos o argumento essencial das elaborações marxianas, expressão da análise da realidade histórica e expressamente materialista que se constitui como determinação das relações entre ser e consciência. Tal argumento pode ser assim resumido: não é a consciência que determina a vida, e sim a vida que determina a consciência.

O método materialista histórico dialético representa, de acordo com Brito (2003, p. 259), “um olhar sobre o real que supera o dualismo entre sujeito e objeto na construção do conhecimento”. Na compreensão deste real complexo, que é síntese de várias determinações – sendo o papel do pesquisador perceber e analisar tal movimento –, propõe-se fazer um caminho de ida e volta por meio do qual “[...] do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples” (MARX, 1982, p. 14), havendo a elevação do abstrato ao concreto. Ou seja, o real é ponto de partida e de chegada.

O método crítico-dialético é constituído, também, pelas seguintes dimensões: totalidade, historicidade, materialidade e dialeticidade. Logo, o objeto só pode ser conhecido em conexão com o real, que é totalidade, consistindo em algo inacabado e em constante movimento; e só se reproduz no pensamento porque tem existência material, independentemente do sujeito que o conhece; além de possuir uma dimensão histórica, contraditória e complexa.

O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. (NETTO, 2009, p. 685).

O conhecimento do concreto – que é o conhecimento das suas múltiplas determinações – envolve, ainda, a relação universalidade/particularidade/singularidade. À medida que há a reprodução das determinações de um objeto, o pensamento vai reproduzindo a sua riqueza/concreção real. “As ‘determinações as mais simples’ estão postas no nível da universalidade; na imediatividade do real, elas mostram-se como singularidades [...]” (NETTO, 2009, p. 685).

A pesquisa marxiana tem como objetivo conhecer as categorias²¹ constitutivas da sociedade burguesa. Conseqüentemente, a teoria da sociedade burguesa também deve ser rica em categorias. “E foi neste sentido que se desenvolveu a pesquisa de Marx: encontrar a articulação específica que a organização burguesa, organização da produção, confere às (suas) categorias econômicas” (NETTO, 2009, p. 687).

O método de Marx, enquanto resultado de um demorado processo investigativo, não expressa um conjunto de regras formais aplicáveis ao objeto. “O método implica, pois, [...] uma determinada *posição* [...] do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, p. 689, grifos do autor). Vale ressaltar, ainda, que é neste âmbito (conexão método/teoria) que estão articuladas as três categorias teórico-metodológicas, as quais parecem nuclear as concepções marxianas: totalidade, contradição e mediação²².

²¹ As categorias, nesta perspectiva, são tidas como históricas e transitórias, reais e objetivas, ou seja, ontológicas, bem como reflexivas, reproduzindo-se teoricamente por meio de procedimentos intelectivos.

²² A sociedade burguesa, sob o ponto de vista marxiano, é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, complexa, e constituída por totalidades de menor complexidade, o que não significa, por sua vez, que se trate de um todo construído por “partes” integradas de modo funcional e harmônico. Essa totalidade também é dinâmica, sendo o seu movimento resultante do caráter contraditório de todas as totalidades que a compõem. Além disso, as totalidades de menor complexidade encontram-se articuladas por sistemas de mediações (internas e externas), sem os quais a sociedade burguesa (totalidade concreta e complexa) seria uma realidade indiferenciada, e tal diferenciação cancelaria o caráter do concreto, que é determinado como “unidade do diverso”. Portanto, ao articular estas três categorias nucleares, “[...] Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2009, p. 691).

A relação teoria/método, que corresponde à articulação entre tratamento metodológico e formulação teórica, aparece limpidamente no comentário feito por NETTO (2009, p. 690):

[...] não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se ininteligível sem a consideração de seu método.

Assim, o significado da teoria, segundo o ponto de vista marxiano, não pode ser reduzido ao exame das formas dadas de um objeto, descrito detalhadamente, e pelo pesquisador que constrói modelos explicativos para dar conta de seu movimento visível, baseando-se em hipóteses que apontam para relações de causa/efeito, o que ocorre nos procedimentos empiristas e/ou positivistas. Não se trata, também, da construção de enunciados discursivos sobre os quais a comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, conforme a perspectiva defendida pela pós-modernidade (NETTO, 2009). É o que se enfatiza, pois, na citação abaixo:

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento [...]. Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a *reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa* [...]. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, p. 673, grifos do autor).

O objetivo do método que propicia o conhecimento teórico é alcançar a essência do objeto, partindo da aparência. No caso de Marx, o objeto do conhecimento é a sociedade burguesa fundada no modo de produção capitalista, tendo como problema específico de pesquisa o estudo da gênese, consolidação e desenvolvimento dessa forma histórica de produção material. Tal objeto, por sua vez, possui existência objetiva, independentemente do sujeito pesquisador. Dessa maneira, “[para] elaborar a reprodução ideal (a teoria) do seu objeto real (que é a sociedade burguesa), Marx descobriu que o *procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material*” (NETTO, 2009, p. 682, grifos do autor). Dito em outros termos: “[uma] teoria social da sociedade burguesa [...] tem

que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (NETTO, 2009, p. 682).

Uma vez determinado o seu objeto, é posta a questão do método para Marx, ou seja, de como se vai conhecer esse mesmo objeto. Tal questão, na teoria social marxiana, também se apresenta como problemática, o que, de acordo com Netto (2009), não se deve apenas a razões de natureza político-filosófica, mas a razões ideopolíticas, sobretudo, por essa teoria vincular-se a um projeto revolucionário. Assim sendo, a análise e a crítica de suas formulações teórico-metodológicas ainda permanecem condicionadas às reações despertadas por aquele projeto. Tais afirmativas são corroboradas pelas seguintes constatações:

[...] uma parcela considerável das polêmicas em torno do pensamento de Marx parte menos de motivações científicas e mais de recusas ideológicas – afinal, Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista. (NETTO, 2009, p. 669).

Na teoria social, a questão do método se apresenta como um problema principal. Não casualmente, sempre que as ciências sociais são objeto de questionamento, a discussão metodológica está em primeiro plano. Assim aconteceu na década de 1970, quando a crise da sociologia acadêmica tornou-se perceptível e, em seu aprofundamento, motivou o desenvolvimento do debate sobre os “paradigmas”.

Nesta conjuntura, enquanto as ciências sociais curvaram-se ao influxo do neoliberalismo e pós-modernismo, ao pensar a sociedade a partir de “novos paradigmas” cuja categoria central seria a subjetividade e não o trabalho, o Serviço Social percorreu um caminho inverso, tendo como um de seus referenciais a busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Tal concepção foi fruto do Movimento de Reconceituação, resultante da reação ao conservadorismo, o que acabou colocando o Serviço Social como única profissão a conter no código de ética uma menção explícita à necessidade de superação da alienada sociabilidade regida pelo capital.

Tal situação, por sua vez, pôs o Serviço Social numa posição socialmente complicada, já que se definia anteriormente como uma disciplina “interventiva” que buscava a sua teoria nas ciências sociais. Isto possibilitou o estabelecimento de uma nova relação entre ambos, tendo como fundamento não uma alteração substantiva dos conhecimentos de que os assistentes sociais necessitam para uma

atuação dirigida no sentido vislumbrado por seu código de ética, mas a possibilidade de satisfazer tais necessidades com a produção teórica das ciências sociais que abdicaram da pesquisa de problemas complexos envolvendo a transição da sociedade burguesa para outra emancipada.

A distância socialmente interposta entre os horizontes do Serviço Social e as perspectivas dominantes nas ciências sociais coloca à profissão a necessidade de desenvolver, pelo menos em parte, as investigações de fundo de que precisa, o que a tem retirado de uma condição de “subalternidade” teórica em relação a tais ciências.

As investigações críticas ao capitalismo passam a ganhar impulso no campo do Serviço Social, viabilizando, assim, a inserção deste como produtor de “teoria pronta” no conjunto das ciências sociais, além do crescimento intelectual da profissão e da atração de teóricos anticapitalistas advindos das ciências sociais para esta área do conhecimento.

O acúmulo teórico verificado no Serviço Social tem ampliado a presença e sua interlocução com o conjunto das ciências sociais, trazendo duas conseqüências perceptíveis:

[...] por um lado, nos seus programas de pós-graduação nota-se um movimento, permeado de contradições e dificuldades, pelo qual aos poucos os espaços vão se abrindo para o novo tipo de pesquisa e de investigação, muito distantes dos tradicionais “estudos de caso”; por outro lado, não apenas recebe influências e herda temas das ciências sociais que estimulam e diversificam as investigações próprias, específicas, ao Serviço Social, mas também introduz novos tópicos na agenda das Ciências Humanas. (LESSA, 2006, p. 03-04).

Verifica-se, ainda, o aumento dos índices de citações de autores do Serviço Social, expresso na interlocução e incorporação da bibliografia produzida por estes nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no Brasil; o que é acrescido por uma abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais e pela inserção de quadros intelectuais da área como formadores de massa crítica no campo dos movimentos sociais, sindicais e populares.

Além disso, amplia-se a demanda de profissionais de outras áreas pelos cursos de pós-graduação em Serviço Social. Tal demanda, além de ser motivada pela busca do conhecimento crítico no âmbito das ciências humanas e sociais, caracteriza-se pela interlocução com a área e pelo reconhecimento da qualificação

de seus docentes; sem mencionar as linhas de pesquisa e os referenciais teórico-metodológicos daqueles programas.

Por fim, temos o significativo crescimento da demanda por intelectuais do Serviço Social para a participação em bancas de avaliação de teses e dissertações em áreas afins, assim como a crescente participação daqueles em eventos e debates acadêmicos que abordam temas de relevância para o entendimento das tendências e dinâmicas da sociedade contemporânea.

Diante destes argumentos, Mota (2013, p. 24) reafirma a sua hipótese principal que versa sobre o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, ao concluir que:

[...] o Serviço Social brasileiro, historicamente, construiu uma cultura profissional a partir do exercício profissional, no âmbito do processo ampliado de reprodução social, mas nele não encerra a sua função ideopolítica. Assim, os reais e concretos constrangimentos do trabalho profissional [...] inegavelmente incidem sobre o sujeito profissional, tensionando os processos de intervenção, mas não respondem pela totalidade das dimensões que compõem a cultura profissional do Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, [...] em face das condições objetivas dadas pelo desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e sob o influxo do Projeto Ético-Político Profissional, o Serviço Social ampliou a sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil, e o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional, mas expondo uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão voltada para a intervenção direta na realidade.

O desenvolvimento da atitude investigativa é condição fundamental para a pesquisa. Portanto, ao refletir sobre a atitude investigativa (constitutiva e constituinte do trabalho profissional) e a prática da pesquisa no âmbito do Serviço Social, estamos pensando a pesquisa como particularidade (BOURGUIGNON, 2008). Por intermédio desta, há a objetivação da produção do conhecimento que, na perspectiva de totalidade, é entendida enquanto expressão particular do trabalho humano (idem).

A partir deste entendimento, a pesquisa é tomada como princípio educativo e científico. Trata-se de um questionamento sistemático que aponta para o estabelecimento de diálogo crítico e criativo permanente com a realidade. Tal concepção representa um rompimento “[...] com a imagem de que pesquisa é

processo restrito a alguns privilegiados acadêmicos e que requer domínio de técnicas sofisticadas [...]” (BOURGUIGNON, 2008, p. 112).

Entretanto, a pesquisa, como meio de construção do conhecimento e transformação da realidade, nem sempre esteve presente no Serviço Social. Tendo em vista que a profissão é determinada pelas condições sócio-históricas, em sua gênese, ligada ao tratamento moral da questão social como expressão do ethos conservador característico do legado católico e da elite brasileira, não se constatava a produção de conhecimento e a prática da pesquisa como instrumento capaz de viabilizar uma intervenção crítica, propositiva e comprometida com as demandas da profissão e de seus usuários.

Os anos 1980 constituem, deste modo, um importante marco para o Serviço Social brasileiro e sua vertente de ruptura com o conservadorismo, no sentido do debate teoricamente fundado na relação entre profissão e questão social. Neste processo, a questão social aparece como elemento fundamental do atual projeto de formação profissional, materializado nas Diretrizes Curriculares, quando se reclama a necessária apreensão daquela enquanto parte constitutiva das dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social. Ela (a questão social) é considerada, também, em sua transversalidade com os demais componentes do currículo, conforme enfatiza Tavares (2007, p. 92):

[...] as Diretrizes Curriculares de 1996 incluem entre as matérias básicas conteúdos que objetivam a correta apreensão da acumulação capitalista e das desigualdades sociais. Estas propõem que conheçamos o desenvolvimento desigual e combinado, no sentido de decifrar a relação capital-trabaho ou, se preferirmos, a contradição capital-trabalho, da qual – unanimidade entre os assistentes sociais – resulta a questão social.

Neste contexto, em que a questão social é posta como eixo ordenador da formação profissional, ocorre a aproximação do Serviço Social à tradição marxista, o que se trata da:

[...] realização, hoje, de uma direção anunciada naquele momento, a qual foi sobreposta por um conjunto de exigências teórico-políticas de qualificação profissional e capacitação docente que levou ao acerto de contas teórico-metodológico que perpassou a década de 80 [...]. (ALMEIDA et al., 1997, p. 21).

É necessário ponderar, ainda, o porquê a reflexão marxista aparece como referência ao Serviço Social em determinado momento. Partindo da perspectiva da práxis, asseguramos que não é a leitura de Marx que torna crítico o posicionamento

do Serviço Social (do ponto de vista da reflexão). É a inserção dos assistentes sociais, enquanto crítica prática, que põe a esses profissionais a necessidade de um referencial que dê conta disso. Ou seja, é na medida em que o Serviço Social se posiciona criticamente, do ponto de vista da prática, e se insere nas lutas, de um modo mais intenso, a partir dos anos 1980, que a própria profissão vai reconhecendo a necessidade de uma reflexão que dê conta dessa experiência. Logo, é a experiência prática do Serviço Social, no sentido da ação reflexiva (práxis), que reposiciona a profissão tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

No que toca à concepção teórico-metodológica marxiana, inúmeras são as dificuldades apresentadas em seu estudo, desde aquelas derivadas da sua própria complexidade, até as que se referem às interpretações equivocadas, deformadas, falsificadas e/ou adulteradas.

Curiosamente, quando se analisam os equívocos e as adulterações existentes acerca desta concepção, verifica-se que foram responsáveis por eles tanto os próprios seguidores de Marx quanto seus adversários e detratores. Uns e outros, por razões diferentes, contribuíram decisivamente para desfigurar o pensamento marxiano. (NETTO, 2009, p. 669).

Neste campo, grande parte das deformações teve por base a influência do positivismo que, conforme NETTO (2009), foi dominante nas elaborações dos pensadores da Segunda Internacional – organização socialista que vigorou entre 1889 e 1914 –, não sendo superada, e sim agravada com as incidências neopositivistas no desenvolvimento ideológico posterior da Terceira Internacional – organização comunista que existiu entre 1919 e 1943 –, o que culminou na ideologia stalinista.

Estas influências tiveram como resultado principal uma representação simplista da obra de Marx, de cuja base surgiu farta literatura “manualística”, e a apresentação daquele como teórico “fatorialista” que situa, na análise histórica e social, o “fator econômico” como determinante em relação aos “fatores” sociais, culturais etc., expressando-se aí uma concepção reducionista e/ou de determinismo econômico.

Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árdus esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais etc. (NETTO, 2009, p. 670).

Dessa forma, são destacados dois eixos sobre os quais se concentra a crítica a Marx: suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas no universo teórico marxiano; e presença do “determinismo” e “evolucionismo” que comprometeriam a teoria social de Marx. Segundo tais concepções, portanto, “[...] uma dinâmica qualquer (econômica, tecnológica etc.) dirigiria necessária e compulsoriamente a história para um fim já previsto (o socialismo)” (NETTO, 2009, p. 671).

Dito isto, a formação requerida pelo perfil do assistente social, previsto nas Diretrizes Curriculares, inclui: leitura obrigatória da obra marxiana, sobretudo das categorias econômicas, sem as quais não se pode compreender a questão social e o seu “caráter corolário” (numa alusão à expressão utilizada por NETTO, 2011) do desenvolvimento capitalista; disciplina obrigatória para o tratamento específico da produção capitalista e da questão social em todas as unidades de ensino em Serviço Social; conhecimento das matrizes teóricas do pensamento, no sentido de evitar opções neutras e se eliminar o ecletismo que produz os diversos marxismos, com repercussões negativas para a formação profissional; e disciplinas optativas que sejam estímulo ao despertar da curiosidade histórica, propiciando a extração, a partir da realidade, das mediações que explicam a relação entre Serviço Social e desenvolvimento capitalista (TAVARES, 2007).

É neste âmbito da formação que se demanda o necessário conhecimento da questão social, reforçando o caráter cognoscível desta, enquanto parte constitutiva da dimensão investigativa do Serviço Social, bem como da dimensão interventiva que só se materializa, com eficiência, à medida que se aproxima da realidade. Isto demanda a realização de um percurso cheio de mediações entre conhecimento teórico universal e fenômenos singulares. Partindo desta compreensão, Santos (2012, p. 249) coloca:

É saturando o debate da ‘questão social’ de mediações sócio-históricas que se demonstra o seu caráter reflexivo numa dada direção. Ou seja, o potencial totalizador da ‘questão social’, quando desenvolvido na perspectiva da ‘pesquisa concreta de situações concretas’, evidencia a justeza da formulação que a define como resultante dos mecanismos de exploração do trabalho pelo capital, densificando o embate com as demais concepções presentes no terreno das ciências sociais e incorporadas na cultura profissional.

A proposta do projeto de formação profissional da ABEPSS encontra-se alinhada à tradição marxista, especialmente quando parte da premissa de que as

relações sociais fundantes da sociedade capitalista são também geradoras da questão social. É a partir desta que se tem a base de fundação do Serviço Social naquela sociedade, isto é, trata-se do elemento que dá concretude à profissão. Portanto,

Ao adotar o pensamento de Marx como direção, o Serviço Social assume explicitamente a proposta de apreensão da totalidade social, o que equivale a privilegiar as determinações e não as definições. *A questão social é um objeto em constante movimento: pode-se descrevê-la por meio de suas expressões, nunca defini-la.*

Essa dimensão da totalidade diferencia radicalmente a abordagem da questão social da ótica das 'situações sociais-problemas', implicando desafios em cuja base se inscreve uma formação fundada na pesquisa, sobretudo no conhecimento do processo de acumulação capitalista. (TAVARES, 2007, p. 90-91, grifos nossos).

Sendo assim, corroboramos com Tavares (2007) que reconhece a importância de uma sólida formação fundada em Marx. Tal formação, segundo a autora, garante não só a qualificação de profissionais competentes para o mercado, mas, sobretudo, a direção do curso a partir de um projeto societário para além do capital:

Ao contemplar uma formação que também está direcionada a um projeto societário para além do capital, o curso mune os profissionais de uma bagagem teórico-metodológica que tem permitido a um significativo número deles transitar no interior das Ciências Sociais com autoridade só garantida a quem conhece a realidade. (TAVARES, 2007, p. 115).

Para isso, torna-se imprescindível o conhecimento da tradição marxista e a implementação das Diretrizes Curriculares sem falseamentos; o que não significa, por sua vez, que todos devam ser marxistas, e sim que haja a abolição do ecletismo no Serviço Social, buscando cada um o aprofundamento para a defesa de suas convicções e evitando o marxismo vulgar. Tal debate, no entanto, será aprofundado no decorrer da exposição. Por ora, desenvolveremos a discussão sobre as dimensões interventiva e investigativa como partes indissociáveis e presentes na formação e exercício profissional, tomando como ponto de partida a questão social que é intrínseca a tais dimensões.

2.1.1 Dimensões interventiva e investigativa: uma unidade dialética que abrange o *ethos* e a formação profissional em Serviço Social

O caráter cognoscível da questão social²³ constitui, de acordo com Santos (2012), parte da dimensão investigativa do Serviço Social, visto que a intervenção só se materializa, com eficiência, à medida que se aproxima da realidade, o que demanda a realização de um percurso cheio de mediações entre conhecimento teórico universal e fenômenos singulares. Logo, a formação do assistente social:

[...] precisa contemplar a aquisição de habilidades não apenas no terreno técnico-operativo, mas também investigativo para o que a pesquisa, devidamente informada numa perspectiva ético-política e teórico-metodológica crítica, é um instrumento essencial. (SANTOS, 2012, p. 248).

E Guerra (2009, p. 702) complementa:

Daí a *necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social*, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, *através da pesquisa*, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica. (grifos nossos).

Tal compreensão, porém, não se deu automaticamente²⁴. Foi no período posterior a 1968²⁵ que se criaram as condições de alteração da formação e do exercício profissional do assistente social, enquanto expressão das demandas postas ao Serviço Social nos marcos da “autocracia burguesa”, demonstrando, pois,

²³ Os anos 1980 constituem um marco para o Serviço Social brasileiro e sua vertente de ruptura com o conservadorismo, no sentido do debate teoricamente fundado na relação entre profissão e questão social. Neste processo, a questão social aparece como elemento fundamental do atual projeto de formação profissional, materializado nas Diretrizes Curriculares de 1996, quando se põe a necessária apreensão daquela enquanto parte constitutiva das dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social. Questão social é, pois, compreendida aqui como o objeto de intervenção do Serviço Social, segundo Iamamoto (2006), o que gera a necessidade da ação profissional. Ela é “[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2006, p. 27). Ainda conforme a autora em tela, a questão social, além das desigualdades, (re) produz as mais diversas formas de resistência, o que expressa o movimento contraditório das relações sociais.

²⁴ Não houve, por parte do Serviço Social brasileiro, um reconhecimento da pesquisa, enquanto constituinte do perfil e das atribuições incorporadas pela profissão, até os fins dos anos 1960.

²⁵ Neste momento, foi realizada a reforma universitária do regime militar em vigência no país. Pressionada pela classe média e pelo sistema econômico que carecia de recursos humanos, tal reforma evidenciou-se por seu caráter burocratizante e racionalizador. Logo, as principais medidas adotadas foram: a adequação do sistema educacional à lógica empresarial, sendo esta introduzida também na gestão universitária, com o objetivo de baratear o ensino superior para o Estado; e a expansão do ensino superior privado, com a ampliação de vagas de baixa qualidade, sobretudo, para os trabalhadores mais pobres. (Cf. CISLAGHI, 2012).

o caráter tardio de inserção da atividade investigativa neste campo profissional. Neste marco, ocorreu também a laicização da formação e a sua efetiva integração à esfera acadêmica, donde se pode destacar a criação, no início da década de 1970, dos cursos de pós-graduação, principais atores no processo de estímulo à pesquisa no Serviço Social²⁶.

Na contemporaneidade, a pesquisa vem se materializando como um importante elemento para o Serviço Social brasileiro, confirmando “[...] a sua maioria intelectual e as suas condições para participar da interlocução com as ciências sociais” (NETTO, 2009, p. 692). Considerado tal entendimento, o Serviço Social é tratado a partir de uma dupla dimensão, inerente à sua constituição nos últimos anos: como *profissão e área do conhecimento* (MOTA, 2013, grifos nossos).

A dimensão intelectual mantém uma unidade contraditória – ou seja, passível de negações e afirmações – com o exercício profissional, embora se faça constatações quanto à distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão (Cf. MOTA, 2013) ou, nos termos de Netto (2009), entre o exercício investigativo do pesquisador acadêmico e o do profissional de Serviço Social. Com isto, tais autores não pretendem corroborar com uma suposta “hierarquia” ou “divisão do trabalho” entre o pesquisador acadêmico e o profissional de Serviço Social. Pelo contrário, fazem a defesa de uma unidade – que não significa identidade – entre ambas as dimensões.

Essas dimensões possuem vínculos e se referem à realidade objetiva, porém encerram distinções: enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, também ele referenciado por aquela produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais. Nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social do Serviço Social. (MOTA, 2013 p. 19).

Destarte, é necessário o desenvolvimento de uma atitude investigativa por parte do assistente social em seu espaço sócio-ocupacional, de modo a tornar ainda mais qualificado o exercício da profissão (NETTO, 2009). Este pensamento é reforçado por Setubal (2011), que coloca as ações interventiva e investigativa como

²⁶ Foram por intermédio dos esforços empreendidos pela e na pós-graduação que se teve o reconhecimento, em 1987, do Serviço Social como área do conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que, além de servir como instrumento de institucionalização da pesquisa entre nós, viabilizou o seu fomento, proporcionando o acesso dos pesquisadores a recursos indispensáveis.

momentos complementares e, simultaneamente, diferentes da construção do conhecimento, o que pode ser observado a partir da seguinte afirmativa:

[...] nem toda ação interventiva é calcada num estudo diagnóstico no sentido pleno da palavra, e que nem todo diagnóstico é voltado para a atuação, pelo menos de imediato, como deveria ser. Entretanto, por mais incipiente que se apresentem essas ações, elas necessitam do mínimo de informações teóricas, ou seja, de conhecimentos produzidos a partir da pesquisa. Esta, por sua vez, se enriquece ao dialogar com as experiências sociais, ao mesmo tempo que nutre teoricamente essas experiências. (SETUBAL, 2011, p. 14).

Assim, a investigação e a intervenção são dimensões que, apesar de consideradas em suas naturezas distintas, abarcam a dialética do *ethos* profissional, afirmando a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício profissional do assistente social, o que está expresso nas competências e atribuições da profissão (GUERRA, 2009); bem como no projeto de formação profissional da década de 1990, o qual estabelece em seus princípios as “[...] dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61).

Ainda sobre a atitude investigativa, Bourguignon (2008) vem reiterar que esta se faz presente na trajetória histórica do Serviço Social como constitutiva e constituinte da “prática profissional”.

Constitutiva porque a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar a sua intervenção. Constituinte porque, inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação profissional mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional. Nesse processo, a profissão sofre determinações estruturais que, contraditoriamente, tanto a desafiam como, por vezes, criam-lhe barreiras, impedindo que, na singularidade da prática profissional, muitos profissionais ainda não percebem a vinculação orgânica entre intervenção/investigação. (BOURGUIGNON, 2008, p. 22).

A pesquisa, nesta perspectiva, é constitutiva e constituinte do Serviço Social, sendo determinada pela natureza interventiva e inserção desta profissão na divisão social e técnica do trabalho, o que é reafirmado pela autora: “[é] constitutiva e constituinte porque faz parte da natureza da profissão e aparece e se desenvolve socialmente ao desvendar a complexidade do real e nele busca as possibilidades de intervenção” (BOURGUIGNON, 2008, p. 47).

A pesquisa, ainda que recente a sua tradição no Serviço Social brasileiro, vem expandindo-se significativamente nestes últimos anos, principalmente com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na década de 1970; além de assumir um importante papel na conquista de um estatuto acadêmico e de maioria intelectual para a profissão que:

[...] possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto para a intervenção profissional qualificada, quanto à *ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação strictu sensu*. (GUERRA, 2009, p. 702, grifos nossos).

Este estatuto de maioria intelectual é corroborado por Mota (2013), à medida que esta constata o significativo papel assumido pelo Serviço Social brasileiro enquanto produtor de conhecimentos nas áreas das ciências humanas e sociais. Tal constatação se apóia na natureza das comunicações em eventos científicos, no aumento das citações de autores do Serviço Social, sem falar na grande demanda de outras áreas do conhecimento por cursos de pós-graduação em Serviço Social.

O Serviço Social legitima-se, portanto, pela via da intervenção, mas é por meio da investigação que temos verificado o seu amadurecimento teórico e intelectual, dispondo, atualmente, de uma produção científica e bibliográfica própria, processo resultante da pesquisa e do seu reconhecimento, desde a década de 1980, pelas agências de fomento. Esta produção, segundo Guerra (2009), expande-se cada vez mais para outros países latino-americanos – que a reconhecem não só pela sua qualidade, mas pelo seu teor radicalmente crítico –, e estabelece um diálogo com respeitáveis intelectuais, tanto a nível nacional como internacional.

O conhecimento²⁷ do Serviço Social, enquanto particularidade de um todo complexo – isto é, o conhecimento social que inclui uma diversidade e uma heterogeneidade de conhecimentos – possui uma especificidade, aqui demonstrada por Baptista (1992, p. 88-89):

O assistente social se detém frente às mesmas questões que os outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico.

²⁷ Ressalta-se que o conhecimento, no sentido aqui apreendido, não se reduz ao pragmatismo, pois só é útil na medida em que é verdadeiro, e não verdadeiro porque útil (KAMEYAMA, 1998).

Os assistentes sociais, ao indagarem sobre o real, devem fazê-lo com o objetivo de tratar a questão social e, neste sentido, “[...] estudem as expressões da questão social e, posteriormente, façam o esforço de perquirir a *potência revolucionária do trabalho* e retornar o conhecimento produzido aos sujeitos envolvidos” (LARA, 2011, p. 206, grifos do autor). Assim sendo,

[...] o Serviço Social, mesmo quando desenvolve uma prática aparentemente apenas interventiva, está produzindo um tipo de conhecimento: um conhecimento profissional resultante da sua inserção em práticas concretas. Esse conhecimento, gestado e desenvolvido na ação profissional, é fruto representativo, também, de experiências sociais adquiridas a partir das condições estruturais de determinado momento histórico. (SETUBAL, 2011, p. 30).

Por meio da investigação científica, é possibilitada a apreensão das conexões do real ao assistente social. A partir de então, constrói-se um caminho mais seguro de aproximação das respostas concretas, as quais são almeçadas pelas intervenções profissionais.

É também através da pesquisa que se viabiliza o desenvolvimento de competências profissionais em três níveis: teórico-metodológico, político e técnico-operativo²⁸ (GUERRA, 2009). Nesta acepção, a preocupação central das investigações do Serviço Social deve ser o sujeito da pesquisa, no sentido de que a direção social almejada – a emancipação humana – é orientada pelo projeto ético-político da profissão, possibilitando, assim, o desenvolvimento de práticas éticas e politicamente comprometidas com a realidade social, as quais buscam no coletivo e na troca de saberes as alternativas de superação das condições adversas.

Bourguignon (2008) corrobora com esse posicionamento, ao situar os sujeitos partícipes do processo investigativo como preocupação central, constituindo uma das três dimensões e/ou pilares da relação pesquisa/Serviço Social. Neste caso, a autora se refere ao sujeito que demanda a prática profissional, usuário das políticas públicas que, em sua condição de cidadão, deve ser visto como protagonista de sua história, e não como mero dado ou fonte de informação. Ou

²⁸ No âmbito teórico-metodológico, é desenvolvida a capacidade de compreensão do assistente social sobre o seu papel profissional no campo das relações sociais a partir de uma perspectiva de totalidade social. No âmbito político, a pesquisa oportuniza a apreensão da sociedade enquanto espaço de contradições, dos interesses sociais e econômicos inerentes aos projetos societários, partidários e profissionais. Do mesmo modo, ela traz à tona os protagonistas da cena política, bem como suas alianças e articulações, donde a importância do estabelecimento de estratégias profissionais e sociopolíticas; evidenciando o significado social e político das demandas e respostas profissionais. Já no âmbito técnico-operativo, tem-se o desenvolvimento da capacidade investigativa, por meio da qual se viabilizam não só as respostas qualificadas às demandas vislumbradas no projeto de intervenção profissional, mas a reconstrução crítica destas.

seja, a centralidade do sujeito vincula-se à sua condição ontológica, não se tratando apenas de uma estratégia metodológica de pesquisa (Cf. BOURGUIGNON, 2008).

Esta preocupação com o reconhecimento do sujeito/cidadão está presente, inclusive, no projeto ético-político da profissão. Bourguignon (2008) acrescenta, ainda, que não se pode perder de vista o contexto histórico em que aquele se insere e onde se desenvolvem as suas relações com o assistente social.

A pesquisa deve destinar-se não só a compreender as relações estruturais, mas, numa perspectiva de totalidade, o processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Por isso, não podem passar despercebidas nas pesquisas da área as diferentes formas como o sujeito se relaciona com a realidade social. (BOURGUIGNON, 2008, p. 23).

A preocupação com o sujeito configura-se, dessa maneira, como um dos aspectos fundamentais da pesquisa e da intervenção em Serviço Social, o que podemos verificar por meio da seguinte citação:

Vinculada à prática profissional e com o desafio de fundamentá-la, reanimá-la e renová-la, a pesquisa em Serviço Social trabalha com objetos plenos de significados atribuídos pelos diversos sujeitos participantes da prática profissional do assistente social. Os objetos de atenção profissional, no âmbito da pesquisa e da intervenção, trazem à tona a experiência e o conhecimento desses sujeitos, os quais precisam ser compartilhados, compreendidos e traduzidos à luz de um diálogo crítico com o corpo de conhecimentos já acumulados pelo Serviço Social. (BOURGUIGNON, 2008, p. 47).

Para o Serviço Social, a pesquisa é um meio de construção de um conhecimento que tenha compromisso com as demandas dessa profissão sócio-histórica, constituindo-se em desafio permanente aos profissionais com pretensões críticas e propositivas no atual cenário nacional e em relação ao processo formativo da categoria.

A pesquisa não se direciona apenas à compreensão de um objeto específico em um contexto recortado da realidade. Acima de tudo, deve preocupar-se em responder objetivamente à complexidade dos problemas sociais que afetam os sujeitos concretos. E, para os assistentes sociais, a pesquisa configura-se como caminho inevitável:

A realidade de trabalho e a problematização do objeto de atenção profissional mobiliza o assistente social a construir mediações que levam ao fortalecimento da atitude investigativa e do inconformismo às determinações de uma lógica e racionalidade instrumental. [...].

O exercício da pesquisa [...] possibilita aprender a trabalhar com as diferentes dimensões da realidade, construindo recursos para captar essas

dimensões e estabelecer as relações necessárias à compreensão do objeto de estudo. (BOURGUIGNON, 2008, p. 130-131).

O projeto intelectual e ético-político da profissão é o que alimenta a atitude investigativa do pesquisador, movimentando-o a fazer pesquisa. Neste sentido, o Código de Ética prevê aos assistentes sociais em sua relação com os usuários: garantia da plena informação e discussão das possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, ainda que estas sejam contrastem com os valores e as crenças individuais dos profissionais; devolução das informações colhidas nos estudos e/ou pesquisas aos usuários, no sentido do fortalecimento dos interesses destes; informação à população usuária sobre o uso de registros audiovisuais e pesquisas relacionadas a eles, bem como a forma de sistematização dos dados obtidos; fornecimento de informações sobre o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, quando fornecido e resguardado o sigilo profissional (BRASIL, 2011).

A relação estabelecida com o sujeito da pesquisa orienta-se, desta maneira, por uma preocupação ética, o que revela um traço da particularidade da pesquisa no Serviço Social (BOURGUIGNON, 2008). Esta preocupação expressa escolhas pessoais e profissionais referentes ao sujeito, trazendo à tona o projeto ético-político que fundamenta o desenvolvimento de pesquisas alinhadas aos valores da democracia, da cidadania e da emancipação humana.

Tal relação deve ser pautada, ainda, no diálogo crítico, com capacidade de gerar novos conhecimentos e viabilizar a elevação do nível de consciência daquele. A garantia desse protagonismo dos sujeitos está vinculada a uma pesquisa com compromisso ético e político, capaz de provocar mudanças sociais, bem como a um conhecimento que em sua construção seja subsidiário de políticas públicas.

Para tanto, o profissional precisa posicionar-se e reconhecer na sua prática oportunidades não só de colher informações junto aos sujeitos – cujo armazenamento muitas vezes gera documentos estéreis, incapazes de suscitar mudanças –, mas também transformar informações através do diálogo e problematização sistemáticos com a realidade, com seus protagonistas, e sustentados no suporte teórico-metodológico construído pela profissão. (BOURGUIGNON, 2008, p. 163).

Os espaços de intervenção constituem, assim, campos privilegiados para a realização de pesquisas, pois os sujeitos participantes de nossas pesquisas são, antes de tudo, os sujeitos usuários e/ou destinatários das políticas públicas e dos

serviços sociais, por meio de nossa intervenção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Deste modo, tais espaços:

[...] apresentam grandes possibilidades de colocar o sujeito como protagonista desse processo. Precisamos potencializar o acesso às informações sobre a realidade social dessa população e, através da pesquisa sistemática, buscar alternativas que rompam com os padrões socioeconômicos que geram relações de exclusão social, pobreza e subalternidade. (BOURGUIGNON, 2008, p. 162).

Logo, é por meio da relação estabelecida com a população usuária que é possibilitada a esta a garantia de sua centralidade tanto no processo de intervenção como no processo de investigação. Além disso, há a necessidade de o próprio assistente social colocar-se como protagonista nesse processo, como sujeito produtor de conhecimento nesse campo de ação, reconhecendo a si mesmo como tal e esta competência, a fim de propor alternativas de intervenção criativas e inovadoras. Para tanto, Bourguignon (2008) propõe a existência de uma relação mais afinada entre a Universidade e as demandas de trabalho do assistente social, cabendo àquela, “[...] através de seus níveis de graduação e de pós-graduação e de forma articulada, promover o estreitamento entre o processo de investigação e o processo de intervenção” (BOURGUIGNON, 2008, p. 165).

Garantir o processo de socialização do conhecimento construído por meio da pesquisa é necessário à viabilização da centralidade do sujeito, “[...] de forma a provocar uma nova postura e novos conhecimentos que sustentem novas formas de agir dos segmentos subalternos em relação às suas condições de vida” (BOURGUIGNON, 2008, p. 168). Porém,

[...] as condições em que se faz pesquisa, hoje, nas universidades, dificultam o processo de amadurecimento em torno do material colhido e fundamentos analíticos, bem como a devolução dos resultados obtidos. *As dificuldades de devolução e socialização de conhecimento não se restringem ao Serviço Social, estão presentes na academia, constituindo-se em desafio para as Ciências Sociais e Humanas. Isso remete à própria estrutura universitária, comprometida com o saber das classes dominantes.* (BOURGUIGNON, 2008, p. 169, grifos nossos).

A respeito disso, Chauí (2001, p. 72) constata:

Se, por outro lado, examinarmos o campo de nossas investigações, também não encontraremos grandes motivos de júbilo. Estamos comprometidos até o âmago com o saber das classes dominantes. Se, nas áreas das ciências exatas, esse compromisso aparece mediado, isto é, o teor das pesquisas está condicionado aos financiamentos, no caso das ciências humanas o compromisso não possui sequer o alibi da submissão financeira. *A sociedade brasileira, tanto em sua estrutura quanto em sua história, tanto*

na política como nas idéias, é descrita, narrada, interpretada e periodizada segundo cortes e visões próprio da classe dominante. Esse aspecto se torna verdadeiramente dramático naqueles casos em que o “objeto de pesquisa” é a classe dominada. Além de roubar-lhe a condição de sujeito, as pesquisas tratam suas histórias, seus anseios, suas revoltas, seus costumes, suas produções, sua cultura no continuum de uma história que, além de não ser a dela, muitas vezes é aquela história que o dominado, implícita ou explicitamente, está recusando. *Em outras palavras, os dominado penetram nas pesquisas universitárias sob as lentes dos conceitos dominantes, são incluídos numa sociedade que os exclui, numa história que os vence periodicamente e numa cultura que os diminui sistematicamente.* Comparsas involuntários dos dominantes, os “objetos de pesquisa não têm hora e vez no recinto da universidade. Se não pensarmos nesses compromissos que determinam a própria produção universitária, nossas discussões sobre a democratização se convertem num voto piedoso e sem porvir. (grifos nossos).

Em sua crítica ao compromisso do saber produzido nas universidades com os interesses dominantes, Chauí (2001) relaciona tal processo às características da formação social brasileira, historicamente interpretada a partir do olhar das elites, e sugere, ao mesmo tempo, a urgência de retorno e/ou socialização das pesquisas acadêmicas aos sujeitos.

Cabe destacar aí a particularidade da pesquisa como objetivação do trabalho humano (BOURGUIGNON, 2008). Considerando o sentido aqui explicitado de produção do conhecimento, ou seja, como expressão daquele trabalho, a pesquisa científica – enquanto meio de construção do conhecimento – nada mais é do que uma forma assumida pela atividade humana. Esta forma de trabalho possui um caráter histórico, pois:

[...] agrega na sua essência os avanços do conhecimento, cultura e o domínio cada vez mais complexo dos instrumentos que viabilizam o trabalho humano. É histórico, também, porque o pesquisador incorpora-se ao movimento sociocultural da sociedade, reconstruindo o conjunto das idéias e conhecimentos que a humanidade produziu de forma a promover o desenvolvimento social, político e cultural da sociedade e transformar os meios necessários à reprodução da existência humana. (BOURGUIGNON, 2008, p. 90-91).

Isto posto, elencamos alguns elementos da pesquisa científica que podem ser relacionados ao trabalho humano: *teleologia*, ou seja, orienta-se por um fim, o que mobiliza interesses, objetivos, conhecimentos, ética, habilidades e ação humana, imprimindo-lhe um significado; *objeto de trabalho* que é reconstruído teoricamente, expressando sempre determinadas relações concretas e contraditórias que devem ser apreendidas em sua complexidade; realiza-se através da *mobilização de conhecimentos; meios e instrumentos* com capacidade de

apreensão da natureza do objeto em todas as suas dimensões; *produto final* que constitui os resultados alcançados com a investigação e objetiva-se na prática social humana.

O trabalho científico, nesta perspectiva, possui uma qualificação social, sendo “[...] resultante de uma necessidade material e objetiva, que é tomada/apreendida subjetivamente pelo pesquisador e transformada em objeto de atenção científica” (BOURGUIGNON, 2008, p. 93). O pesquisador caracteriza-se, então, como um trabalhador especializado do campo das Ciências. Enquanto tal, está sujeito às contradições sociais e às desigualdades quanto à distribuição de renda e conhecimento na sociedade, ocupando um importante papel no modo de produção. Aqui, enfatizamos o *caráter contraditório da atividade humana*, de modo particular, na sociedade burguesa, onde as relações sociais são regidas pelos interesses do mercado e pelo processo de produção de mercadorias, o que podemos vislumbrar na citação abaixo:

O trabalho humano, ao mesmo tempo que é meio de plena realização humana, contraditoriamente pode ser também determinante da condição de alienação a que se sujeita. Reconhecendo esse caráter contraditório, o trabalho científico constitui a possibilidade de colocar em prática o conhecimento produzido socialmente e de romper com as teias da opressão e alienação, visto que a investigação científica de cunho dialético se ocupa em desvendar a constituição da sociedade. (BOURGUIGNON, 2008, p. 102).

Logo, o conhecimento produzido por aquele trabalhador especializado, o pesquisador, caracteriza-se como teórico-prático, devendo estar a serviço da população, nesse caso particular, a população brasileira, a fim de lhe propiciar condições de superação dos entraves ao desenvolvimento social e humano. A pesquisa pode, desta maneira, trazer possibilidades a países em situação de dependência no cenário internacional, como o Brasil:

A pesquisa se coloca como uma das possibilidades de rompimento e superação dessa situação, bem como de construção de uma identidade nacional própria, em que o homem/cidadão seja capaz de buscar no seu próprio contexto cultural, nas suas potencialidades econômicas e na acumulação do conhecimento humano socializado as alternativas de rompimento dos entraves ao seu desenvolvimento. Aprendendo, assim, a buscar respostas para o enfrentamento da questão social na sua própria realidade, nas suas experiências cotidianas de vivência na pobreza e falta de acesso a recursos, bens e serviços condizentes com suas necessidades. (BOURGUIGNON, 2008, p. 95-96).

Para isso, os pesquisadores necessitam de uma formação coerente com a sua responsabilidade social. Enquanto expressão do trabalho humano, a pesquisa científica constitui-se em mediação entre ser humano/natureza e/ou ser humano/sociedade. Tal entendimento remete ao debate sobre a *responsabilidade social do trabalho do pesquisador*, que deve questionar-se sobre o destino das suas investigações. À vista disso, corroboramos com as assertivas que seguem:

O conhecimento – resultado do processo de investigação permanente da realidade – deve ter como referência concreta os seus frutos, materializados na prática social humana e nas alterações que geram nas condições de vida do homem, nos seus comportamentos, nas suas atitudes e relações que estabelecem entre si e com a natureza e nas determinações sociais que impedem processos de rompimento com as condições de subalternidade em que se encontram.

O objeto de atenção dos profissionais/pesquisadores são reconstruções teóricas que se processam vinculadas aos objetivos do profissional, à sua experiência pessoal e social, e retratam o nível de engajamento ao seu tempo histórico e ao acúmulo de conhecimentos produzidos socialmente. A apreensão do objeto de pesquisa se faz sustentada em instrumentos adequados à sua natureza. A pesquisa é, portanto, trabalho objetivado. (BOURGUIGNON, 2008, p. 105-106).

No Serviço Social, a concepção de retorno e alcance das pesquisas aí desenvolvidas orienta-se, conforme Bourguignon (2008), pelo princípio de que o conhecimento produzido pelos profissionais precisa ganhar força social e romper com os muros da academia e da própria profissão, tendo a capacidade de intervir nas dinâmicas societárias e na vida dos sujeitos/usuários. Conseqüentemente,

A preocupação com o retorno social e o alcance social de nossas produções refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é, retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem essa realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando os seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais. (BOURGUIGNON, 2008, p. 175).

Há aí uma dimensão política, na medida em que o conhecimento produzido deve evidenciar uma direção estratégica para uma intervenção profissional ética e politicamente comprometida com processos concretos, materializando, assim, o projeto profissional. O impacto do conhecimento produzido pelo Serviço Social adquire, então, dois níveis que se entrecruzam: o *acadêmico* (que estabelece requisições específicas para a circulação dos resultados alcançados com a pesquisa) e o *profissional* (cujas exigências são decorrentes de demandas e inserção do profissional pesquisador em diferentes espaços ocupacionais), pois a

consolidação dessa produção está vinculada ao seu reatamento e incorporação no exercício profissional.

Entretanto, a articulação entre o conhecimento produzido pelo Serviço Social e as demandas profissionais não se faz de forma imediata, e sim através de *mediações* que são definidas por Setubal (2011, p. 66):

As mediações são, então, ações dinâmicas que, por serem abstratamente construídas, só são percebidas a partir de procedimentos sistemáticos, estimuladores do ato reflexivo e originário desses, no movimento permanente do sujeito cognoscível em direção ao objeto na sua manifestação real. (grifos nossos).

Há, ainda, diferentes vertentes teórico-metodológicas no Serviço Social. Estas impõem tratamentos diversificados às expressões objetivas de existência dos sujeitos. Vale ressaltar: o Serviço Social não constitui um bloco homogêneo, destacando-se aí as influências da *tradição positivista* e da *teoria social crítica de Marx*.

Nesta perspectiva, coloca-se como imperativa a capacitação continuada para a renovação dos fundamentos teórico-metodológicos, bem como a necessidade de imprimir direção ético-política ao conhecimento produzido pelo Serviço Social:

Para que os profissionais valorizem o conhecimento produzido na área e, além disso, repensem suas relações com o conhecimento que possuem, com as transformações e atualizações decorrentes do acúmulo do conhecimento profissional, é preciso que valorizem o processo da pesquisa, e para isso precisam vivenciar esse processo. Para tanto, é necessário investimento em cursos de atualização e de pós-graduação que alcancem as demandas dos próprios profissionais do Serviço Social. O impacto depende também da organização política que mobiliza os profissionais a discutirem suas práticas, condições de trabalho, a realidade social, motivando a busca de conhecimento. É isso que gera a necessidade de qualificar a intervenção. A intervenção, a organização política e a pesquisa tem que caminhar juntas para o fortalecimento da categoria e alcançar avanços na concretização do projeto ético-político profissional. (BOURGUIGNON, 2008, p. 187).

A autora supõe, dessa maneira, o estabelecimento de uma relação produtiva e orgânica entre os níveis de formação profissional, graduado e pós-graduado, visto que, para ela, a maioria dos estudantes dos programas de pós-graduação é docente e está inserida em unidades de ensino em Serviço Social da região de abrangência das universidades, verificando-se um impacto significativo das produções da pós-graduação em relação à graduação. É o que desenvolveremos no subtópico posterior.

2.1.2 A revisão curricular dos anos 1980/90 e as novas perspectivas para o Serviço Social: centralidade da pesquisa na formação graduada e pós-graduada

A pesquisa envolve um processo decorrente de investimentos em formação profissional. Neste sentido, a graduação e, com ela, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ganham destaque, pois abrem o caminho para o processo de pesquisa, conforme a citação abaixo:

A graduação não só é espaço essencial para o desenvolvimento da atitude investigativa, como nele o aluno tem a oportunidade de construir sínteses e de estabelecer ricas relações entre a realidade da prática profissional em campos de estágio e o conhecimento acumulado pela profissão no âmbito das Ciências Sociais e da tradição marxista. O TCC constitui momento singular de sistematização de conhecimento. (BOURGUIGNON, 2008, p. 131).

No entanto, vale relembrar que tal entendimento nem sempre esteve presente no Serviço Social. As significativas mudanças nos campos da pesquisa e do ensino dos assistentes sociais resultaram da já mencionada renovação do Serviço Social, que surgiu de uma necessidade possibilitada e concomitantemente imposta por determinado contexto sócio-histórico. Aí, presenciamos profundas transformações em nossa sociedade, expressas no processo de lutas democráticas, que se tornou visível no cenário político somente em fins dos anos 1970. Tal processo constituiu-se, pois, em condicionante elementar do horizonte de preocupações emergentes no âmbito da profissão, exigindo novas respostas da mesma.

Logo, pensar a *pesquisa e a formação sob uma ótica histórica* significa o necessário rompimento com visões endógenas, presas às fronteiras internas do Serviço Social. Ou seja,

É na história da sociedade, na prática social que se encontra a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções. Assim, é lançado o olhar para um horizonte mais amplo – horizonte que apreenda o movimento da sociedade e as demandas aí gestadas para o Serviço Social – que se torna possível iluminar as suas particularidades na trama das relações de classe. (IAMAMOTO, 1993, p. 102).

Enquanto especialização do trabalho inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo da sociedade – visão presente desde os anos 1980 – o Serviço Social evidencia o seu significado sócio-histórico, enquanto profissão socialmente

determinada na história da sociedade brasileira. Sendo assim, não foge às mudanças históricas que alteram a divisão social e técnica do trabalho no âmbito das estruturas produtivas.

Para garantir a contemporaneidade do Serviço Social, é requisitado o rompimento com visões endógenas ou focalistas que o aprisionam em seus muros internos, compreendendo a profissão como parte e expressão da história da sociedade. Dessa maneira, partimos do pressuposto defendido por Yazbek (2009, p. 144):

[...] a profissão e o conhecimento que a ilumina se explicam no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto das relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações. (grifos nossos).

Na gênese do Serviço Social brasileiro, que se dá em face da expansão do capitalismo nos anos 1930, é bastante conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico, imprimindo àquela um caráter de apostolado. Este é fundado na abordagem da questão social como “problema moral e religioso” e toma como referência a Doutrina Social da Igreja, o ideário franco-belga de ação social e a retomada do pensamento de São Tomás Aquino, expresso no neotomismo (YAZBEK, 2009).

Com a tecnificação do conservadorismo católico, nos anos 1940, presenciamos o seu encontro com o Serviço Social norte-americano e a teoria social positivista, respondendo à necessidade de reorientação da profissão, a fim de atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e às requisições do Estado que começa a implementar políticas sociais. Assim, a matriz positivista configura-se como primeiro suporte teórico-metodológico buscado pelo Serviço Social, tendo em vista a sua necessidade de qualificação e modernização (YAZBEK, 2009).

As primeiras escolas de Serviço Social surgem quando do desencadeamento do processo de urbanização e industrialização, bem como da expansão e oficialização da ação social. Dessa maneira, a formação profissional do emergente Serviço Social é oferecida por escolas vinculadas à Igreja católica e fundamentadas no positivismo e neotomismo, referenciais adotados pela vertente tradicional de cunho doutrinário e conservador. A pesquisa aparece, neste primeiro

momento, como matéria no currículo determinado pela Lei n.º 1889/1953 que “dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais” (BRASIL, 1953).

O questionamento ao tradicionalismo, hegemônico no Serviço Social em seus primeiros anos, tem início na década de 1960, através de um amplo movimento que se dá no bojo das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que expressam as novas configurações da expansão capitalista mundial. Este movimento de renovação ocorre em diferentes níveis (teórico, metodológico, político e operativo), o que traduz as insatisfações e inquietações assumidas pela profissão no referido contexto histórico.

No âmbito do Movimento de Reconceituação, há o confronto de tendências divergentes que se desdobram e se explicitam nas seguintes vertentes de análise: *vertente modernizadora*, cujas melhores expressões são os documentos de Araxá e Teresópolis, ambos identificados e alinhados à ideologia das políticas desenvolvimentistas e de um projeto tecnocrático/modernizador, concepções tornadas dominantes pela ditadura; *vertente inspirada na fenomenologia*, presente na Nova Proposta de Ana Augusta Almeida, emerge como metodologia dialógica e se apropria das concepções de diálogo, pessoa e transformação do sujeito, configurando-se como uma forma de reatualizar o conservadorismo característico do pensamento inicial da profissão; *vertente marxista* que, embora com uma apropriação problemática do marxismo em um momento inicial, é aí que surge o compromisso efetivo com a ruptura com o Serviço Social tradicional (NETTO, 1991).

Diante deste contexto de inquietações no Serviço Social, a pesquisa reaparece como matéria no segundo currículo regulamentado, de acordo com Setubal (2007), através do Parecer n.º 286/1962. Todavia, não se encontra entre as matérias obrigatórias do currículo aprovado em 1970, “[...] por estar implícita no espírito integrador ensino-pesquisa da Reforma Universitária” (SETUBAL, 2007, p. 68) no período da Ditadura Militar.

Nessas primeiras propostas curriculares, o ensino da pesquisa reduz-se ao ensino da metodologia, da elaboração de questionários e formulários, tabulações, relatórios etc., sendo a pesquisa tratada como o conjunto de procedimentos e regras pré-estabelecidas no conhecimento do real. Neste âmbito, ganham terreno posturas

empiristas, positivistas e posteriormente funcionalistas (SILVA, N., 1987). Sob a influência de tais posturas e partindo da compreensão da ordem social como algo perfeito e imutável, o objeto é destituído de sua essência, visto de forma descontextualizada da totalidade. Logo, a produção do conhecimento é inexistente, restringindo-se o Serviço Social ao consumo e manipulação de conceitos e teorias sobre fatos sociais provenientes de outras áreas.

É somente nos anos 80 e avançando na década de 90, no âmbito da adoção da teoria social de Marx como referência analítica e da sua efetiva interlocução com o Serviço Social, que ocorre a inserção da pesquisa no processo formativo dos assistentes sociais, o que, segundo Cardoso (1998), constitui uma exigência na superação do pragmatismo, cuja presença foi marcante na história da profissão e ainda se faz presente na contemporaneidade.

Até este momento, grandes conquistas coletivas se inscrevem no terreno do Serviço Social: real inserção do Serviço Social no âmbito universitário, o que impulsionou a progressiva submissão da formação profissional às exigências da pesquisa e extensão; consolidação da pós-graduação *strictu sensu* nessa área profissional que, já no alvorecer dos anos 80, contava com seis cursos de mestrado; e reconhecimento científico junto às unidades de fomento à pesquisa. Sobre isto, Iamamoto (1993, p. 104) tece as seguintes considerações:

[...] os Assistentes Sociais responderam ativamente e de uma forma fértil aos novos desafios postos pelo novo tempo na sociedade brasileira, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, seja em termos de formação acadêmica, seja em termos do repensar de sua prática, contribuindo decisivamente para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social, para a travessia de sua “cidadania acadêmica”. (grifos nossos).

Assim, na quarta proposta curricular, aprovada em 1982 após um amplo processo de reflexões, a pesquisa “[...] já é incluída como matéria básica, garantindo a sua inserção no âmbito da graduação” (CARDOSO, 1998, p. 27). Este processo, por sua vez, é resultado do debate, promovido já no final da década de 70 pela ABESS e pelas unidades de ensino, sobre a reformulação do terceiro currículo (SETUBAL, 2007). Nas atuais diretrizes curriculares, a pesquisa é parte dos princípios básicos e condição da formação profissional, e não apenas exigida como matéria.

Portanto, a formação de uma postura investigativa permanente é uma exigência fundamental que deve perpassar todo o processo da formação

profissional. Mas a pesquisa é, essencialmente, o desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de produção de conhecimentos. (CARDOSO, 1998, p. 27).

Corroborando com este posicionamento, Setubal (2007, p. 68) assim escreve:

Ao trazer para o centro a preocupação com a pesquisa, o Serviço Social reconhece a sua complexidade como profissão histórica, inserida e construída no movimento real da formação social capitalista. Procura não se contentar com a aparência da coisa, descobre caminhos que conduzem à apreensão da essência da realidade e, com isso, justifica a razão do existir da teoria e da ciência.

Todas as assertivas acima nos levam a considerar o caráter tardio de inserção da atividade investigativa no Serviço Social que, conforme já mencionamos, deu-se após 1968, ou seja, quase quarenta anos depois do surgimento da profissão no Brasil. Assim, de acordo com Kameyama (1998, p. 34), “[a] formação dos assistentes sociais como profissionais, dado o seu caráter interventivo, privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção de conhecimento”.

A compreensão do Serviço Social como “profissão eminentemente prática” constituiu sua gênese no Brasil na década de 1930. Esse caráter “[...] foi fortemente cravado para compor o perfil do tipo de profissional que o sistema político brasileiro necessitava para dar resposta à questão social” (SETUBAL, 2007, p. 68), ainda se fazendo útil às regras do capitalismo que necessita de respostas imediatas e profissionais para implementar, acriticamente, os programas sociais focalistas, de caráter paliativo e sem compromisso com o alcance universal do bem-estar social.

Com o passar do tempo, entretanto, conjunturas e estruturas político-sociais se reconfiguram, assumindo novas roupagens. E o Serviço Social, como profissão construída historicamente, encontra-se emaranhado por essas mudanças que são marcas dos sinais do tempo na realidade em que aquele se efetiva. Tais mudanças “[...] favorecem contradições internas no próprio sistema que as fecundam, que, paradoxalmente, favorecem o surgimento de fatos e de comportamentos suscitadores de ações que vão de encontro aos próprios interesses da estrutura que os produz” (SETUBAL, 2007, p. 68). Essas contradições, por sua vez, já possuem visibilidade no âmbito da categoria profissional:

A definição de redimensionar a formação e, conseqüentemente, a prática do Serviço Social já está clara, após os debates fecundos ocorridos no interior

da profissão. A idéia do Serviço Social concebido como profissão eminentemente prática vem sendo aos poucos eliminada pelo reconhecimento da obrigatoriedade dos profissionais de campo saberem apreender a realidade para nela introduzir mudanças. (SETUBAL, 2007, p. 68-69).

Logo, a construção e consolidação da prática da pesquisa no Serviço Social, como elemento histórico,

[...] se processa na medida em que a profissão enfrenta *demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações*, tendo como referência a *perspectiva teórico-metodológica crítica* que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão. Consolida-se no processo de construção e afirmação do *projeto ético-político profissional* comprometido com a democracia e justiça social, materializado no *Código de Ética de 1993* e no *processo de Revisão Curricular* que fundamenta a formação profissional. Também se constitui na medida em que a profissão alcança *maturidade intelectual*, evidenciada pela sua produção teórica e capacidade de diálogo crítico com diferentes áreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas. (BOURGUIGNON, 2008, p. 109, grifos nossos).

Nessa construção, os profissionais de Serviço Social vêm exercendo o papel de protagonistas, por meio de suas entidades representativas – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – e dos espaços de socialização do conhecimento – congressos, encontros, seminários, conferências, cursos, publicações etc. –, mobilizando-se e se fazendo presentes como sujeitos políticos frente às questões que afetam o exercício profissional e a garantia dos direitos sociais no âmbito das políticas públicas. Isso sem falar na capacidade de manter importante interlocução com os movimentos sociais, o que amplia o potencial de enfrentamento das crises e transformações do mundo contemporâneo.

Mas, é preciso ressaltar a importância da pesquisa já nos momentos iniciais da graduação. Com isso, a nossa intenção não é restringir a formação profissional ao espaço universitário. Ao apreendermos a formação sob uma perspectiva de totalidade, corroboramos com Setubal (2007) que entende a graduação como momento inicial e finito desse processo. Por outro lado, não podemos negar que a universidade constitui, de fato, o “útero” acolhedor e criador de futuros pesquisadores. Neste sentido, aquela importância:

[...] precisa ser exaltada [...] por todos os que têm a missão de contribuir com uma postura interdisciplinar, com uma formação profissional aliada às demandas do mercado, com fundamentação teórico-metodológica e com o projeto ético-político da profissão. (SETUBAL, 2007, p. 70).

Em termos de oportunidade de fazer pesquisa, Bourguignon (2008) constata diferenças entre espaço tradicional de intervenção profissional – instituições públicas e privadas – e espaço acadêmico, onde o assistente social atua como docente:

Nesse caso, o marco é a pós-graduação e a demanda institucional por pesquisa. Articulada à extensão e ao ensino, a pesquisa alimenta o processo ensino-aprendizagem e dá vida à academia, vinculando este espaço institucional às demandas concretas da realidade. (BOURGUIGNON, 2008, p. 134).

Apesar disso, a autora não tal articulação (universidade/espços de intervenção profissional) em todas as universidades, havendo aí uma ênfase no ensino, enquanto espaço de reprodução e não de construção do conhecimento.

A universidade – enquanto responsável por promover a produção de conhecimento –, ao estabelecer uma relação crítica, criativa e responsável socialmente com os espaços de intervenção profissional, mantém ativa a relação teoria/prática necessária ao exercício profissional. (BOURGUIGNON, 2008, p. 134).

Sabemos que a universidade é alimentada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Porém, como evidenciamos acima, são raras as instituições em que essa articulação se materializa, à medida que se caracteriza como escassa a vivência dessas três atividades de forma integral. Quando as mesmas existem, ocorrem isoladamente, podendo-se falar até da existência de privilégios de uma sobre a outra. Diante disto, acreditamos, assim como Setubal (2007, p. 69-70),

[...] que os esforços coletivos, desenvolvidos por professores e alunos no sentido de implementar a pesquisa na universidade são fundamentais para o ensino, para a extensão e para a vida profissional. Só assim a formação acadêmica sairá do plano do ideal, do abstrato para dar corporeidade à prática profissional, seja ela desenvolvida na universidade, seja em outras instituições onde o assistente social funcionalmente se insira. É na relação pesquisa e ação, profissional e pesquisa que se adquire maturidade intelectual, que se desmistifica o aparente como realidade concreta, que se reconhece na realidade a sua complexidade e riqueza ao se constituir como totalidade.

Na maioria das universidades brasileiras, a pesquisa resulta da iniciativa pessoal do pesquisador que ainda enfrenta dificuldades para a movimentação de seus esforços, dos quais aquela atividade depende, em grande parte, para se realizar. É este pesquisador que:

[...] mobiliza recursos financeiros e materiais, agrega pesquisadores iniciantes, compõe equipes de trabalho e, quando não dispõe de recursos financeiros, se organiza com recursos próprios para alcançar seus objetivos,

enfrentando a burocracia institucional e compondo, em sua carga horária fechada de trabalho, espaços para a pesquisa. Talvez essa não seja a realidade em grandes instituições universitárias de tradição em pesquisa, constituindo-se em referência nacional, mas com certeza é a realidade para universidades de médio porte, onde a tônica é o ensino e a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. (BOURGUIGNON, 2008, p. 134-135).

O processo de pesquisa supõe, portanto, o exercício do rigor teórico-metodológico no tratamento dispensado ao tema de pesquisa, o que não se opõe à exigência de criatividade, mas a pressupõe. Tal processo exige, ainda, dedicação de longa duração e, neste sentido, deve fazer parte de um projeto intelectual e pessoal; o que requer investimento, formação continuada e amadurecimento ao longo do processo de aproximação contínua ao objeto delineado para a investigação. Desta maneira, “[o] ponto de partida pode se encontrar na graduação, ser fundamentado e exercitado nesse primeiro momento, mas deve encontrar na pós-graduação os meios necessários para o seu amadurecimento” (BOURGUIGNON, 2008 p. 138).

É com este intuito que propomos, tomando por base as reflexões de Bourguignon (2008), uma relação produtiva e orgânica entre os níveis de formação profissional (graduação e pós-graduação), tendo em vista também a mobilização do retorno e alcance das pesquisas no Serviço Social, já que:

[...] esses alunos da pós-graduação, quando retornam às suas instituições de origem, acabam sendo multiplicadores e, através do ensino, pesquisa e extensão, geram influências que extrapolam os muros da academia. (BOURGUIGNON, 2008, p. 180).

Todavia, a referida autora constata um problema pertinente à divulgação do que se produz no Serviço Social, recomendando a urgência de se pensar estratégias de socialização da produção acadêmica, principalmente por reconhecer a forma diferenciada que a profissão tem de lidar com o conhecimento. Ao contrário das demais áreas, o conhecimento construído pelo Serviço Social é consubstanciado por sua natureza interventiva. Neste empreendimento, consideramos como extremamente importante o papel da pós-graduação, através da qual se tem consolidado o diálogo crítico do Serviço Social com as demais áreas do conhecimento, constituindo-o em referência em temáticas de pesquisa em que a dimensão social é trabalhada sob uma perspectiva histórico-crítica e de totalidade (BOURGUIGNON, 2008).

De fato, é com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação, nos anos 1970, que se inicia a produção de conhecimento no Serviço Social, tornando esse nível de formação profissional, se não o único, mas um privilegiado espaço para a construção do saber. A partir desse momento em diante, o assistente social passa a ser reconhecido como profissional com competência para produzir conhecimentos e dialogar com as diferentes áreas do saber, o é que inerente à dupla dimensão do Serviço Social constituída nos últimos anos: como profissão e área do conhecimento, segundo os termos utilizados por Mota (2013). E a pós-graduação, dentre outros protagonistas desse processo, cumpre um papel fundamental, que será abordado no próximo item.

2.1.3 O papel da pós-graduação *stricto sensu* no desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social

Embora não possa ser reduzida à pós-graduação, a pesquisa em Serviço Social – que é indissociável da intervenção – apresenta-se de forma mais sistematizada e acentuada com a criação dos cursos de formação pós-graduada, especialmente após a saída dos primeiros mestres e doutores (SETUBAL, 2011). É no âmbito acadêmico que o processo de pesquisa e produção do conhecimento se viabiliza mais facilmente, devido às condições propícias encontradas naquele e, no caso dos programas de pós-graduação, por ser a chamada “produtividade” um dos requisitos para manutenção dos mesmos.

A pós-graduação desenvolvida pelo Serviço Social brasileiro é, nessa perspectiva, um espaço privilegiado da produção de conhecimentos, sendo a sua construção compreendida como expressão do desenvolvimento histórico da profissão (SILVA, 2004).

Partindo dessa compreensão, constatamos que as primeiras expressões da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, no Brasil, são registradas nos anos 1970, com o processo de refuncionalização e expansão do ensino superior instaurado pela ditadura militar. Nesse momento, dá-se início à produção de conhecimento no Serviço Social. Produção que, como dissemos anteriormente, surge articulada à criação dos primeiros cursos de pós-graduação, cujas atividades “[...] estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade

científica e técnica, que tem nas universidades o seu espaço privilegiado [...]” (KAMEYAMA, 1998, p. 34).

No período do regime militar, ocorre a obstaculização do projeto de ruptura, como perspectiva profissional que busca romper com o tradicionalismo e trilhar novos caminhos para o Serviço Social. Isso faz com a universidade se torne um terreno menos adverso a tal projeto, pois “[...] quer na área estatal, quer na área privada, o terreno para inovações prático-profissionais na perspectiva da ruptura era demasiado estreito e seu custo extremamente alto” (NETTO, 1991, p. 250). A universidade, neste sentido, oferece aos protagonistas da vertente acima referida

[...] não só um campo profissional novo [...], mas relativamente menos inseguro para o projeto de ruptura. Entendamo-nos: *a universidade enquadrada e amordaçada [...] nunca foi território livre; no entanto, pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento [...]*. Permitiria, se as condições fossem minimamente favoráveis, na *conjugação de pesquisa e extensão*, o atendimento de necessidades de elaboração e experimentação – e estas eram absolutamente imprescindíveis ao projeto de ruptura. (NETTO, 1991, p. 250-251, grifos nossos).

A opção pelo trabalho acadêmico pelos profissionais da vertente de ruptura expressa, porém, mais do que uma forma de sobrevivência. Objetivamente, reflete a escolha de assistentes sociais comprometidos com a renovação profissional que rompesse de maneira efetiva com o Serviço Social tradicional e suas seqüelas. Portanto, a inserção da formação do assistente social no espaço universitário é vista como um vetor significativo no processo de renovação da profissão, proporcionando um caminho um tanto mais propício ao questionamento e trabalho teórico-metodológico dos representantes da perspectiva de rompimento com o tradicionalismo.

A partir desta perspectiva, há a inserção mais assídua do Serviço Social na academia e a interlocução com profissionais das demais áreas do saber, o que oportuniza o desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento. E, com a nova inserção dos assistentes sociais no debate acadêmico, a pesquisa emerge como um pré-requisito para a formação e o exercício profissional.

Antes da inserção do Serviço Social nas universidades, até a década de 1970, os cursos funcionavam isoladamente como escolas e a aproximação com a pesquisa, pelo menos em proporções consideráveis, era quase inexistente. Os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* iniciam nesse período por meio das

seguintes universidades: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1971; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RIO), em 1972; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1977; e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), juntamente com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979.

Embora o seu início tenha se dado nos anos 1970, a consolidação e a expansão da pós-graduação em Serviço Social são verificadas somente na década de 1980, nos marcos da construção do projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo, passando a contar com seis cursos de mestrado e a alcançar o nível de doutorado. É nesse contexto, com o protagonismo da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, que novas demandas e requisições – tanto no plano teórico quanto prático – são exigidas à profissão, cobrando-lhe análises cada vez mais críticas e radicais. A partir daí, a pós-graduação percebe também a necessidade de sua renovação. Tal processo é marcado, de acordo com Guerra (2011), pela volta do exílio e da clandestinidade de importantes quadros intelectuais, colaborando com o enriquecimento dos programas de formação pós-graduada, por meio da introdução de um pensamento profundamente crítico.

Ainda na década de 80, o Serviço Social obteve o reconhecimento pelos órgãos oficiais – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – como campo específico de estudos e pesquisas. Essa validação se deve, sobretudo, à implantação da pós-graduação na área, conforme nos afirma Sposati (2007). Além disso, trata-se de um fato que, para Guerra (2011), é de extrema relevância para fazer fecundar a pesquisa no Serviço Social, configurando-se como uma conquista que abre possibilidades de financiamento e inclusão de pesquisadores deste campo no quadro geral do CNPq.

No que tange à produção na pós-graduação, contabilizamos 958 dissertações de mestrado e 70 teses de doutorado, entre 1975-1997, perfazendo um total de 1028 trabalhos, conforme estudo de Kameyama (1998) que nos afirma:

De fato, os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimentos, mas não são suficientes, na medida em que grande parte dos projetos de pesquisa é realizada individualmente, e também na medida em que o ensino na pós-graduação (nível mestrado) é concebido antes de tudo para formar recursos humanos

para a docência (ensino) e, subsidiariamente, para a pesquisa. (p. 34, grifos nossos).

Entendemos, dessa maneira, que a pesquisa em Serviço Social não se reduz aos programas de pós-graduação, “[...] pois em todas as áreas de intervenção da profissão [...] ela oferece condições de aproximação, nas devidas proporções, da realidade e de suas complexas determinações” (LARA, 2011, p. 38). Isso se dá a partir de uma dupla dimensão do Serviço Social – intelectual e interventiva –, que não se limita ao consumo de conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, constituindo-se como produtor de um saber subsidiário à sua formação e ao seu exercício profissional. Logo, é forçoso corroborar com a citação abaixo:

O Serviço Social configura-se como uma forma particular de inserção na sociedade. Caracteriza-se pela forma de intervir na vida social, contendo uma dimensão intelectual e uma dimensão interventiva. Enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Por isso, as investigações apresentam-se, em termos gerais, como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real. (KAMEYAMA, 1998, p. 71).

Sabemos que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e os avanços aí decorrentes, em especial, aqueles concernentes à pesquisa e à produção do conhecimento, contam com a contribuição, se não exclusiva, pelo menos, predominante dos programas de pós-graduação. “Programas que, através da produção da pesquisa crítica e engajada, contribuem para dar uma fundamentação mais rigorosa à graduação em Serviço Social” (GUERRA, 2011, p. 136).

Como exemplo desta contribuição, podemos destacar a difusão do pensamento marxiano e da tradição marxista, na qual a constituição da pós-graduação teve um papel essencial, imprimindo a preocupação com a busca dos fundamentos e do questionamento à visão instrumental e tecnicista da profissão (GUERRA, 2011). Assim, as décadas de 1970 e 1980 marcaram também a aproximação do Serviço Social com as matrizes teóricas que colocavam as seguintes categorias de análise como fundamentais para o entendimento da realidade social: questão social, luta de classes e movimentos sociais. Esse momento significou, para Lara (2011), o início do aprofundamento dos estudos das

teorias sociais críticas pelos assistentes sociais, onde se evidencia a teoria social de Marx.

Sobre a fecundidade do período em que se processa uma renovação do Serviço Social brasileiro, marcado pela passagem dos anos 1970 aos 1980, Netto (2005) escreve:

Integrado no sistema universitário em todos os níveis, nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constitui a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das idéias reconceituadas, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação – por isto é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do *espírito* da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente em pesquisa. (NETTO, 2005, p. 17-18, grifos do autor).

É por meio deste “Serviço Social crítico” – que expressa o “espírito da Reconceituação” e constitui “a prova de que esta continua viva”, numa alusão às expressões utilizada por Netto (2005) – que a profissão alcança, dentre outras conquistas, a interlocução crítica com as ciências sociais, não mais se construindo como “receptáculo vazio” ou “vazadouro acrílico” dos produtos destas. Ao incorporar a crítica ao tradicionalismo, a Reconceituação lançou as bases para a referida interlocução, “[...] abrindo-se a novos influxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo” (NETTO, 2005, p. 12).

É através desta vertente crítica, ainda, que o Serviço Social consolida a sua “maioridade intelectual” (NETTO, 2009), sendo hoje reconhecido como área de produção de conhecimento e desfrutando de audiência e respeitabilidade pública no plano acadêmico, tanto nacional como internacional; além de investir na construção e implementação de um projeto societário que preza pela defesa de uma educação pública, gratuita, laica, democrática, socialmente relevante e autônoma (GUERRA, 2011).

De fato, o Serviço Social vem crescendo enquanto área de produção do conhecimento. Este crescimento é confirmado, principalmente, em nível de pós-graduação. De acordo com os dados da CAPES, referentes a 2014, o Brasil possui 15 cursos de doutorado em Serviço Social – UFES, UFF, UCPEL, UFPI, PUC-Rio,

UFSC, UNESP-FR, UEL, UnB, UFPE, UERJ, UFMA, UFRJ, PUC-RS e PUC-SP – e 33 cursos de mestrado acadêmico, grande parte situados em instituições públicas (aproximadamente 58%, isto é, 21 cursos); o que demonstra uma tendência inversa da expansão dos cursos de graduação, que se dá nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (Cf. IAMAMOTO, 2012).

A natureza dos 33 programas de pós-graduação na área de Serviço Social é a que será relatada a seguir: 18 em Serviço Social, 06 em Política Social, 03 em Políticas Públicas, 01 em Políticas Sociais e Cidadania, 1 em Serviço Social e Política Social, 01 em Direitos Sociais, 01 em Desenvolvimento Regional, 01 em Economia Doméstica e 01 em Trabalho e Questão Social.

Comparando-se a 2007 (CAPES/MEC apud IAMAMOTO, 2012), a área registra um crescimento de 06 cursos de doutorado e de 09 mestrados acadêmicos. Estes programas são submentidos, periodicamente, à avaliação da CAPES/MEC a qual leva em consideração os seguintes critérios: proposta do programa, corpo docente e discente, atividades de pesquisa e formação, produção intelectual, teses e dissertações, e nível de inserção social. A última avaliação da CAPES²⁹ mostra 12,1% com conceito 06 (seis), o que equivale a quatro programas; 9,1% com conceito 05 (cinco), referente três programas; 30,3% com conceito 04 (quatro), incluindo dez programas; e 48,5% com conceito 03 (três), abrangendo dezesseis programas.

As notas atribuídas evidenciam, portanto, o crescimento da área acima referida, o que é corroborado pela presença de novos cursos. Isto sem falar no alto nível de excelência e desempenho oferecido pelos programas, sobretudo se o relacionarmos aos dados de 2007.

²⁹ As notas atribuídas pela CAPES/MEC aos programas de pós-graduação significam, de acordo com Iamamoto (2012, p. 455):

- a) notas 6 e 7 – exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, com desempenho equivalente aos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino e cujo corpo docente desempenhe papel de liderança e representatividade na respectiva comunidade;
- b) nota 5 – alto nível de desempenho, sendo esse o maior conceito admitido para programas que ofereçam apenas mestrado;
- c) nota 4 – bom desempenho;
- d) nota 3 – desempenho regular atende ao padrão mínimo de qualidade exigido;
- e) notas 1 e 2 – desempenho fraco, abaixo do padrão mínimo de qualidade requerido. Os programas com esse nível de desempenho não obtêm a renovação do reconhecimento de seus cursos de mestrado e doutorado.

Não obstante aos avanços sinalizados até aqui, os anos 2000 vem consolidar um processo de sucateamento do ensino superior em todos os níveis – iniciado, no Brasil, em fins da década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) –, evidenciando os elementos de continuidade entre a atual reforma universitária e aquela dos anos de ditadura militar. Isso, segundo GUERRA (2011), reverbera na pós-graduação, pondo em risco o seu padrão de qualidade acadêmica que, de forma contraditória, marcou o projeto educacional da ditadura.

Em face do atual modelo de educação superior – obediente a uma lógica mercantilista, pragmática, instrumental e produtivista –, a pós-graduação “[...] é instrumentalizada para responder diariamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado” (GUERRA, 2011, p. 138).

Na seqüência desse desmonte e desregulamentação dos espaços do ensino superior – expressões do processo de flexibilização demandado pelo capital no enfrentamento de sua crise – tem-se a ruptura do tripé que o sustenta (ensino, pesquisa e extensão), ao mesmo tempo em que ocorre o aligeiramento dos cursos. Isso sem mencionar o modelo CAPES de avaliação que é bastante criticado, pois se realiza sem levar em consideração a análise crítica do contexto educacional e das condições em que determinadas exigências são cumpridas. Neste sentido, Guerra (2011) considera que:

A avaliação precisa ser situada dentro de seus limites. Ela vale o que vale. Ela não é mais do que uma avaliação realizada por uma agência de regulação que tem como orientação a indução da produção, o que significa imprimir nesta avaliação uma lógica competitiva e hierárquica, dentro de critérios que fogem à natureza e à lógica da produção das ciências sociais e, mais ainda, das ciências sociais aplicadas. Além das diferenças em termos de áreas, há que se mencionar as diferenças regionais. (GUERRA, 2011, p. 145).

Tal modelo, ainda conforme a referida autora, não apenas é aceito passivamente por nós, como também o naturalizamos, pois não visualizamos qualquer alternativa a ele:

Muitas de suas exigências nos servem muito pouco. Caso, por exemplo, nossas produções fossem publicadas apenas em veículos internacionais, a pesquisa e a produção se distanciariam cada vez mais das necessidades e interesses da sociedade brasileira, e, sobretudo, das classes populares. A universidade acabaria reforçando seu caráter elitista e antipopular. (GUERRA, 2011, p. 145).

No caso da pós-graduação no Serviço Social, o desafio é o enfrentamento da tendência de valorização da concepção instrumental de conhecimento. “Sofremos ainda do isolamento das investigações, na medida em que o predomínio é da produção individual, fruto de monografias, teses e/ou dissertações” (GUERRA, 2011, p. 147).

Consideramos como outro desafio aos programas de pós-graduação na área, além da socialização/publicação das pesquisas, o tratamento desigual dado pelas agências de fomento:

Em relação aos financiamentos, as restrições sofridas pela área em termos de bolsas ou financiamentos de pesquisas limitam a inserção de novos pesquisadores no campo da produção de conhecimento, bem como o avanço dessa produção, de forma a consolidar a prática sistemática da pesquisa, e que tenha ressonância no avanço das discussões de problemáticas que permeiam a prática profissional no contexto das políticas públicas e em processos de enfrentamento das expressões da questão social.

Reconhecemos que os esforços para romper com os limites institucionais de investimentos em pesquisa são grandes, no entanto esbarram na herança cultural que cerceia o avanço do conhecimento da área do Serviço Social como portadora de uma identidade científica. (BOURGUIGNON, 2008, p. 185).

Diante desses desafios, colocamos a necessidade de questionamento do atual modelo de pós-graduação, vislumbrando um modelo divergente deste e que considere os valores do nosso projeto ético-político. Nele, privilegiaríamos a formação de um sujeito com capacidade de indagação sobre a realidade em que vive, não aceitando, de forma passiva, a mercantilização, o aligeiramento e a banalização da formação profissional. Daríamos prioridade, ainda, à produção com relevância social que dê respostas às demandas e interesses da sociedade, sobretudo, àqueles referentes à classe trabalhadora, aos movimentos e suas lutas. Por fim, a primazia também seria dada às iniciativas que observassem a solidariedade entre os programas, no sentido de alavancar os que estivessem mais fragilizados perante àquela lógica (GUERRA, 2011).

Portanto, o “modelo de pós-graduação que queremos”, ainda nas palavras de Guerra (2011), solicita o resgate do papel crítico e social da universidade brasileira,

[...] como instituição social, efetivamente pública, gratuita, democrática, autônoma, socialmente referenciada, dotada de recursos materiais e humanos capazes de atender às demandas do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, onde a educação é pensada como um direito e

não como um serviço concebido e avaliado sob critérios mercantis. (GUERRA, 2011, p. 152).

A pesquisa, neste contexto de financeirização do capital e neoliberalismo, emerge, de acordo com Bourguignon (2008),

[...] como mediação necessária, pois através dela poderemos decifrar a realidade contemporânea por meio da apreensão de seus nexos constitutivos, sua incidência nas condições de vida do cidadão, nas exigências que o mercado de trabalho faz ao Serviço Social, bem como construir alternativas teórico-metodológicas sustentadas no movimento contraditório do próprio real. (BOURGUIGNON, 2008, p. 148).

Logo, “o modelo de pós-graduação que queremos” requisita também uma definição clara da política de financiamento que dê prioridade às pesquisas com valor e alcance sociais, bem como à educação que tenha compromisso com a construção de uma sociedade que lute contra as desigualdades e opressões, sejam elas de classe, gênero, geração, raça/etnia, religião, credo etc. Para isso, é preciso haver uma sintonia de tal modelo com os valores do projeto ético-político construído coletivamente pela profissão em sua luta histórica contra o conservadorismo que marca a sua trajetória, “[...] servindo aos segmentos da população que buscam as políticas sociais como única forma de atendimento das suas necessidades de sobrevivência” (GUERRA, 2011, p. 152).

É em torno deste modelo que a categoria profissional e suas entidades representativas – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – devem estar articuladas e organizadas, tendo como perspectiva a defesa da qualidade da formação profissional em seus diferentes níveis (graduação e pós-graduação), que é vista por Guerra (2011) como uma das mediações necessárias à construção de um novo modo de sociabilidade. Enfatizaremos este debate na próxima seção.

2.2 “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” NO ENSINO SUPERIOR: OS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA SOBRE A FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

A crise estrutural do capital, desencadeada na década de 1970, pôs em cheque o modelo fordista/taylorista de produção e o Estado de Bem-Estar Social. É neste contexto de reestruturação produtiva que ocorrem profundas mudanças no mundo do trabalho, bem como na relação Estado/sociedade.

O Brasil, ao mesmo tempo em que vê promulgada a Constituição de 1988, baseada na proteção e promoção dos direitos do cidadão, vivencia a ofensiva neoliberal a partir dos anos 1990, pondo na contramão tais conquistas. O novo modelo de acumulação capitalista estabelece a minimização do Estado em suas funções e estrutura burocrática, tendo como objetivos o enxugamento dos gastos públicos e a transferência de setores estratégicos para o mercado. Tudo isso acaba recaindo sobre as políticas sociais – e, dentre estas, a política educacional –, reforçando o seu caráter pontual e seletivo.

Neste contexto, a educação privada que havia crescido, desde os anos 1980, nos níveis fundamental e médio se estende para o campo universitário numa perspectiva de manutenção e de aprofundamento de traços históricos fundamentais do ensino superior brasileiro.

[...] privatização, heteronomia e massificação numa perspectiva ideológica a serviço da coesão social, em suma, um projeto de privilegiamento do capital contra a perspectiva dos trabalhadores de terem a educação como um direito social. (CISLAGHI, 2012, p. 282).

A universidade, enquanto “instituição social” – e, por isso, não isolada das determinações da sociedade (Cf. CHAÚÍ, 2001) – constitui-se em alvo da chamada “globalização neoliberal”, sendo por esta cooptada (SANTOS, 2011).

2.2.1 Manutenção do passado no presente: formação sócio-histórica e contrarreforma universitária no Brasil

A compreensão da trajetória do ensino superior brasileiro é perpassada por uma necessária mediação com a nossa formação sócio-histórica. Nesse sentido, as propostas atuais para a política educacional, à medida que se materializam na transferência do fundo público para o setor privado e na massificação desregrada do ensino superior público em prejuízo da qualidade, não mudam o padrão histórico do mesmo no Brasil, reafirmando o seu caráter privatizante e heterônimo.

A história do ensino superior no Brasil acompanha a trajetória da nossa formação sócio-histórica. A criação tardia das universidades reflete a nossa heteronomia, marca central do papel do país dentro do capitalismo mundial. O avanço do neoliberalismo como contraofensiva do capital reatualiza e reconfigura esse papel. (CISLAGHI, 2012).

No que concerne à realidade brasileira, Fernandes (1976) oferece pistas fundamentais para uma efetiva aproximação da mesma. Enquanto país da periferia capitalista³⁰, o Brasil carrega as marcas de sua particularidade histórica que é caracterizada pelo patrimonialismo e clientelismo, bem como pela coexistência, no processo de modernização, entre conservação e progresso – daí a expressão “modernização conservadora” –, com a permanência de importantes elementos da antiga ordem colonial.

O chamado liberalismo à brasileira (BEHRING & BOSCHETTI, 2008) foi recortado pelas nossas elites, mantendo-o em seus aspectos formais. A estrutura patrimonialista permaneceu a mesma. A burocratização da dominação patrimonial corroborou para privilegiar, politicamente, o prestígio social dos estamentos senhoriais (Cf. FERNANDES, 1976). Deste modo, não houve a incorporação de amplos segmentos sociais, e nem a generalização dos direitos políticos e sociais. No período contemporâneo, sob os ditames do neoliberalismo, tal tendência tem se aprofundado.

Dada a forma de inserção do país na ordem econômica mundial no início dos anos de 1990 – em que se considere o peso de sua formação sócio-histórica, já evidenciada anteriormente – presencia-se, aqui, uma total subordinação ao projeto neoliberal³¹; o que significou, na concepção de Behring (2003), uma contrarreforma estatal, pelo menos do ponto de vista dos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988³², principalmente no capítulo que trata da ordem social.

³⁰ Esta posição de capitalismo dependente ou de periferia, segundo Fernandes (1976), não é uma questão geográfica ou de transição, mas uma forma em que tal sistema se reproduz, sobretudo nas fases expansionistas. A nossa burguesia nunca quis ser independente, e, em articulação com a burguesia internacional, ela sedimentou o terreno para o imperialismo de grandes nações em nosso país. O burguês brasileiro moderno renasceu das cinzas do senhor antigo, prendendo-se ao passado “como se fosse uma cadeia de ferro.” (FERNANDES, 1976 p.167).

³¹ É necessário atentar para o “caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo”, consoante os termos de Behring (2003). Tal fato deve-se, ainda de acordo com a autora, a dois condicionantes: o *processo de transição democrática*, o qual foi fortemente controlado pelas elites para conter uma possível radicalização da vontade popular; e a *complexa estrutura industrial*, construída no período de substituição de importações. Assim, as transformações ocorridas no Brasil, com o fim da ditadura militar e as contradições presentes no processo de transição democrática, criaram as condições – geradas num permanente contraponto entre diferentes projetos –, econômicas, políticas, intelectuais e morais para os acontecimentos desencadeados na década de 1990, palco principal da contrarreforma do Estado.

³² Em concordância com tal afirmativa, Behring e Boschetti (2008) dizem que a Constituição significou um dos mais importantes avanços em termos de política social. Para Mota (2010), é somente com aquela que se instituem as bases formais e legais daquilo que se poderia chamar de Estado de Bem-Estar. Porém, o modo pelo qual se deu a integração do Brasil à ordem econômica mundial, no início da década de 1990, resultou na subordinação do país ao projeto neoliberal, com a consequente

A universidade não se encontra, pois, indiferente a este contexto. Enquanto “instituição social”, nos termos de Chauí (2001), é expressão da sociedade na qual está inserida:

Ora, a universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada. (CHAUÍ, 2001, p. 35, grifos da autora).

A universidade brasileira tem expressado, em seu modo particular – sempre levando em consideração a articulação entre formação social e modo de produção³³ (SANTOS, 2012) – as ideias e práticas do neoliberalismo atualmente dominantes. Assim, é exemplar a maior articulação com as demandas do mercado, tanto na pesquisa como no ensino, ao mesmo tempo em que o critério da produtividade acadêmica passa a direcionar a dinâmica dessa instituição, a despeito do aprofundamento do conhecimento e de seu caráter crítico.

Como parte das modificações da forma estatal em curso, a contrarreforma universitária propõe uma compatibilização entre ensino superior e financeirização da economia, com a conseqüente submissão da universidade aos interesses dos organismos internacionais, sobretudo, o Banco Mundial ao propor a massificação do ensino superior como forma de superação de níveis ínfimos de desenvolvimento e direcionando a formação profissional para as novas demandas do mercado. Portanto,

[o] propósito foi o de compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais. (IAMAMOTO, 2012, p. 433).

Nesse cenário, há uma tendência de deslocamento dos direitos sociais, dentre os quais se encontra a educação superior, passando a ser tratada como

retração das políticas sociais, num quadro de profunda regressão no exercício e na universalização dos direitos, o que veio a se constituir como o “*Estado de mal-estar social*”.

³³ Santos (2012) demonstra ser insuficiente o tratamento da questão social somente a partir do modo de produção. Em outros termos, remeter a questão social às relações de exploração do trabalho pelo capital não é o bastante. Para a real compreensão das relações sociais, as categorias modo de produção e formação social requerem a mediação uma da outra. A autora adota uma concepção ontológico-social da categoria modo de produção, que engloba aspectos econômicos e extra-econômicos, manifestando-se nela mediações não só das instâncias de organização da vida material, mas também da sociabilidade; o que contempla um determinado modo de organização dos aspectos político-jurídicos, morais, ideológicos, culturais etc., isto é, o modo de vida. Nesse sentido, além das forças produtivas/relações de produção, esse processo é repleto de mediações histórico-concretas, daí que para compreender os modos de produção, deve-se recorrer à categoria formação social.

mercadoria e voltada ao setor de prestação de serviços (Cf. IAMAMOTO, 2012), bem como a expansão de sua oferta na precária modalidade e à distância. Verifica-se, ainda, um processo de massificação da formação universitária, em detrimento da democratização/universalização daquela.

Tal processo volta-se para um duplo objetivo: a formação de mão de obra qualificada para atender às necessidades do modelo de acumulação capitalista; e a busca de coesão social por meio da ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, ainda que pouco qualificadas (CISLAGHI, 2012).

Um balanço das principais medidas de contrarreforma universitária – iniciadas com FHC (1995- 2002) e aprofundadas no segundo governo Lula (2007-2010) – demonstra o subfinanciamento das universidades públicas nesse período mais recente, corroborando com uma das características fundamentais do ensino superior brasileiro, ou seja, a privatização.

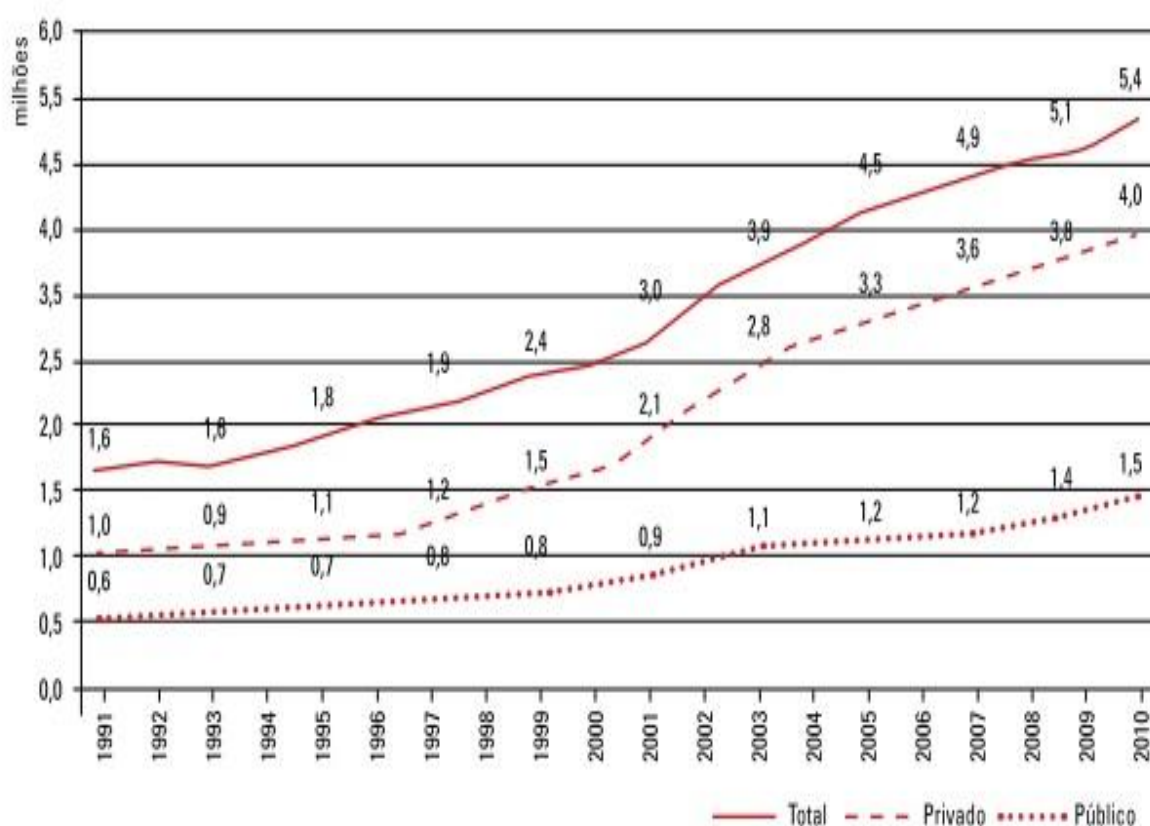
Logo, “[...] a expansão privatizada e a heteronomia do país na estruturação do ensino superior são *marcos históricos* que ganham no período do capitalismo neoliberal traços particulares” (CISLAGHI, 2012, p. 269, grifos nossos), introduzindo rupturas e continuidades³⁴ entre reforma universitária da ditadura e contrarreforma do Governo Lula:

A contrarreforma universitária recente, ao mesmo tempo que guarda continuidade com a reforma da ditadura, que pretendia adequar o ensino superior às necessidades do capital monopolista num país de capitalismo dependente, tem também em relação a ela rupturas. Agora, a contrarreforma universitária pretende atender não só aos interesses do capitalismo central imperialista, mas ao capitalismo neoliberal que avança sobre os direitos dos trabalhadores e sobre o fundo público dos países para garantir sua sobrevivência em meio a crises estruturais cada vez mais frequentes. (CISLAGHI, 2012, p. 282).

³⁴ As principais semelhanças entre ambas as reformas são: “[...] redução de currículos e diminuição dos cursos de formação profissional, criando carreiras de curta duração, instituição de vestibulares unificados possibilitando o aproveitamento de todas as vagas pelos aprovados, criação de ciclo básico comum para cada área, criação de um primeiro ciclo especializado para carreiras de curta duração como formação de professores, criação de um segundo ciclo especializado para carreiras de longa duração como medicina e engenharia. Ainda objetivava a eliminação dos “espaços ociosos e dos professores ociosos”, aumentando a produtividade com redução de custos objetivando a “plena utilização da capacidade instalada”. (CISLAGHI, 2012, p. 265-266).

O gráfico e a tabela a seguir sintetizam o processo de privatização do ensino superior, especialmente nos anos de 1991-2010. Durante esse período, pode-se perceber o crescimento do número de matrículas, o que foi, porém, protagonizado pelo setor privado, corroborando a modernização conservadora (Cf. Gráfico 01).

Gráfico 01 – “Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil (1991-2010)”



Fonte: INEP *apud* MACÁRIO, VALE & ALVES, 2013.

Tabela 01 – “Relação inscritos/vagas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – BR, NE e CE (1991-2010)”

Ano	BRASIL		NORDESTE		CEARÁ	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1991	6,2	2,7	5,7	4,0	6,9	3,6
1992	6,1	2,2	4,9	3,0	5,2	3,4
1993	6,6	2,4	5,9	3,0	6,3	3,1
1994	7,3	2,4	6,5	3,1	7,3	4,0
1995	7,9	2,9	7,3	4,4	7,4	5,9
1996	7,5	2,6	6,8	3,7	8,7	6,4
1997	7,4	2,6	6,4	3,2	7,3	5,8
1998	7,5	2,2	6,6	2,9	7,7	4,8
1999	8,0	2,2	6,7	2,7	6,8	3,8
2000	8,9	1,9	7,9	2,2	8,5	3,4
2001	8,7	1,8	7,2	2,1	9,3	3,0
2002	8,9	1,6	7,1	1,8	9,9	2,4
2003	8,4	1,5	8,3	1,5	9,8	1,6
2004	7,9	1,3	7,3	1,4	8,3	2,1
2005	7,4	1,3	7,0	1,5	9,9	1,9
2006	7,1	1,2	7,2	1,4	7,1	2,3
2007	7,0	1,2	6,3	1,4	7,1	2,3
2008	7,1	1,2	6,1	1,3	6,5	2,2
2009	6,6	1,3	6,9	1,8	10,2	2,2
2010	7,6	1,2	8,8	1,3	9,5	1,6

Fonte: INEP *apud* MACÁRIO, VALE & ALVES, 2013.

Comparativamente ao Gráfico 01, a Tabela 01 demonstra que concomitante ao crescimento das matrículas no ensino privado, existe uma evolução na quantidade de vagas ofertadas neste setor que se evidencia na razão decrescente entre inscritos e vagas ofertadas. Fica claro, pois, que o ensino superior brasileiro vem sendo perpassado por importantes mudanças desde a década de 1990, as quais são resumidamente expressas no trecho abaixo:

a) reestruturação curricular objetivando a sobredita adequação aos saberes e competências requeridas pelo mercado, o que, em regra, tem resultado no retorno do tecnicismo, no aligeiramento e empobrecimento da formação superior; b) o condicionamento de verbas para instituições públicas à realização de metas quantitativas, sob rígido controle baseado na lógica empresarial [...]; c) *a diversificação da estrutura institucional do ensino superior, criando condições para o vertiginoso crescimento de faculdades isoladas, centros universitários e institutos superiores, principalmente o setor privado.* (MACÁRIO, VALE & ALVES, 2013, p. 12, grifos nossos).

Com base nos dados acima, concluímos que a contrarreforma estatal em curso reatualiza a modernização conservadora na política de educação superior, principalmente por estar adequada às orientações dos organismos financeiros internacionais, “[...] segundo os quais a expansão do acesso ao ensino superior na realidade dos países periféricos só pode se efetivar pela via do mercado, bem como pela diversificação desse nível de ensino” (MACÁRIO, VALE & ALVES, 2013, p. 15). Não por acaso, tal orientação cumpre uma função ideológica, à medida que “[...] aparentemente atende a demandas históricas das classes subalternas e, concretamente, garante mercado e lucratividade para inversões de capitais em importante nicho, numa época de crise estrutural” (Idem).

A lógica de subordinação da educação à acumulação capitalista traz como consequências a precarização da universidade; o comprometimento da qualidade do ensino superior e da sua função pública, bem como o seu desfinanciamento; desvalorização e desqualificação da docência universitária; e eliminação da pesquisa e extensão das funções acadêmicas (IAMAMOTO, 2012).

A concepção de autonomia para a universidade, coagida a disputar recursos no mercado como qualquer empresa, transmuda-se em autonomia financeira. Nesse processo, de acordo com Koike (2009), a academia perde a liberdade para produzir conhecimento com destinação social universal.

O empresariamento do ensino superior, ainda conforme a autora supracitada, traz consequências deletérias e imediatas à formação profissional. A atual reforma do ensino superior é sustentada, assim, por uma “*formação aligeirada e minimalista*”, bem como pela flexibilidade e desregulamentação do processo formativo. Nessa perspectiva,

[a] qualidade da formação e a produção de conhecimento estariam ameaçadas pelo “aulismo” em detrimento da pesquisa, pela falta de formação de pesquisadores e de intercâmbio desinteressado [...] com a sociedade. (KOIKE, 2009, p. 208).

No Serviço Social, verifica-se uma tendência de redução do ensino universitário à transmissão de conhecimentos e concentração das pesquisas na pós-graduação (IAMAMOTO, 2012). Desta maneira, a contrarreforma do ensino superior brasileiro – norteadada pela privatização e pela lógica de lucratividade – compromete o projeto profissional e estimula o conservadorismo no universo acadêmico-profissional da categoria, o que repercute negativamente no processo de

organização política da mesma (IAMAMOTO, 2012). É o que será exposto, mais detalhadamente, no item posterior que tomará como ponto fulcral de discussão a formação profissional em Serviço Social e, no seu interior, a produção de conhecimento.

2.2.2 Formação acadêmico-profissional do assistente social e reafirmação da heteronomia do conhecimento no âmbito da “universidade operacional”³⁵

Para Iamamoto (2012), a reflexão sobre o trabalho do assistente social na contemporaneidade sugere o trato da formação acadêmico-profissional dessa categoria no âmbito universitário, principalmente no contexto de privatização das políticas públicas – dentre elas, a política educacional – e de submissão destas à lógica financeira; o que vem sendo direcionado pelo projeto neoliberal, com fortes repercussões para o ensino superior. Deste modo,

[...] pensar o trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche requer também tratar o processo de formação dessa força de trabalho qualificada no âmbito do ensino universitário, sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas da prevalência dos interesses do grande capital e de seus centros estratégicos mundiais. (IAMAMOTO, 2012, p. 432).

Koike (2009) corrobora com este pensamento ao afirmar que as transformações societárias desencadeadas com a crise capitalista contemporânea põem novas exigências à prática e à formação profissional, bem como à organização dos sujeitos da profissão. Sendo assim, tal reflexão requer:

[...] cuidadosa avaliação crítica desse estágio do capitalismo, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os sujeitos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário. (KOIKE, 2009, p. 202).

³⁵ Universidade operacional – ou universidade de resultados e serviços – é uma expressão utilizada por Marilena Chauí para fazer referência às principais tendências presentes na chamada “terceira fase da universidade”, quais sejam: redução da autonomia universitária ao gerenciamento empresarial e à flexibilização; separação entre ensino e pesquisa; e qualidade medida pela produtividade. Ainda de acordo com Chauí (1999 apud CISLAGHI, 2012), a universidade teria passado por três fases. A primeira corresponderia à “*universidade clássica*” que estaria mais voltada ao conhecimento. A esta sucederia a “*universidade funcional*”, já adaptada às necessidades do capital de qualificação da força de trabalho. A terceira fase seria a “*universidade operacional*”. “Adequada à lógica de ‘serviço público não estatal’ a universidade passa, então, de instituição social a organização social” (CISLAGHI, 2012, p. 267).

As considerações acima merecem especial atenção, especialmente quando se faz referência à década de 1990. Desde esse período, o sistema educacional brasileiro vem passando por um processo de adequação às necessidades de resposta do capital à crise contemporânea, no contexto da contrarreforma do Estado e do ajuste neoliberal, conforme o que abordamos anteriormente.

Na contramão dessas transformações societárias, tem-se a aprovação, em 08 de novembro de 1996, das Diretrizes Curriculares que trazem consigo uma perspectiva de formação profissional diferenciada e colidente com a concepção de educação supramencionada. Tal aprovação se deu por meio de Assembleia Geral da então ABESS (atual ABEPSS) – composta por unidades formadoras da graduação e pós-graduação em Serviço Social –, após um amplo processo de construção.

Sob a denominação de “Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”, as Diretrizes vem reafirmar os pressupostos do Currículo de 1982 – os quais passam a ser apenas acrescidos –, com o intuito de se avançar no sentido da apropriação da Teoria Social crítica. Nesse sentido, estruturam-se da seguinte maneira: articulação entre *núcleos*, compostos pelo de fundamentação da vida social, da formação sócio-histórica do Brasil e do trabalho profissional, os quais, por sua vez, desdobram-se em *matérias* e estas em *disciplinas* e *demais componentes curriculares* (KOIKE, 2009, grifos nossos).

Em 2001, a proposta da ABEPSS, enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), sofreu significativas alterações, tendendo a reducionismos teórico-metodológicos e desvios ético-políticos da formação profissional (ABEPSS, 2007). Tais alterações trazem consigo uma perspectiva privatista e de flexibilização da formação voltada para o mercado, reflexos da contrarreforma do ensino superior, sob orientação neoliberal e consoante aos ditames dos organismos financeiros internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Presencia-se, portanto, um processo de descaracterização dos elementos do projeto de formação profissional da ABEPSS pelo MEC, que se deu em três direções: “[...] à *direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social*” (IAMAMOTO, 2012, p. 445, grifos da autora).

Nas Diretrizes Curriculares de 1996, reafirma-se, ainda, a centralidade – enquanto elemento basilar que perpassa a totalidade da profissão – e o caráter formativo da pesquisa – intrínseca às dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social –, bem como a sua condição de eixo estruturante das atividades acadêmicas elementares, tendo como horizonte a produção do conhecimento e o exercício do pluralismo³⁶ (ABREU, 2007). Sendo assim,

Na particularidade da formação profissional essa noção está presente em todo o processo e nos registros da elaboração das diretrizes curriculares, sob a coordenação da ABEPSS, como uma condição fundamental para o avanço da inserção profissional, de forma orgânica, no movimento da história e exigência na constituição e desenvolvimento dessa profissão, sob a perspectiva dos interesses e lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora, base da emancipação de toda a sociedade e horizonte do projeto ético-político profissional que se afirma na sociedade brasileira desde o final dos anos 1970. (ABREU, 2007, p. 120).

Todavia, a proposta do MEC prevê a redução do ensino da pesquisa à disciplina, bem como a restrição de seu conteúdo à dimensão técnico-operativa. Dessa maneira, duas tendências são verificadas pela pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares: concentração da pesquisa na pós-graduação e possibilidade de distanciamento desta das necessidades da graduação; e redução da pesquisa ao ensino de disciplinas específicas na graduação, com exceção de alguns alunos inseridos em iniciação científica (ABEPSS, 2006 apud ABREU, 2007).

Perde-se, assim, a perspectiva de transversalização da pesquisa a toda formação e de materialização da postura investigativa. É nessa conjuntura que se reforça o caráter instrumental e imediatista da investigação e produção de conhecimento, num processo de alienação e empresariamento do docente e pesquisador, com a negação da autonomia e conseqüente reafirmação do caráter heterônomo do conhecimento, cuja finalidade deixa de ser a descoberta da verdade histórica – havendo um domínio do saber pragmático, instrumental e internacionalizado; o que corrói a dimensão pública da pesquisa. É com esse intuito que lamamoto (2012, p. 449) afirma:

³⁶ “O pluralismo aqui considerado como aspecto constitutivo da natureza da vida acadêmica, portanto uma exigência do processo de formação, sob a orientação do projeto ético-político profissional que se concretiza no embate e debate entre as diferentes correntes de pensamento e ação humana, com a prevalência e direção da Teoria Social crítica” (ABREU, 2007, p. 121).

[...] estimula-se o estreitamento de laços da universidade com o mundo empresarial – no financiamento de pesquisas, laboratórios, bolsas de estudos, convênios para a prestação de serviços, entre outros, além da venda de serviços a organismos governamentais. Procede-se ao empresariamento de docentes e pesquisadores, agora transformados em captadores de recursos, submetidos às exigências das agências financiadoras e às demandas dos clientes que encomendam os serviços a serem prestados, em uma relação típica de mercado. As entidades contratantes passam [...] a interferir na definição de temas e no seu processamento, imprimindo um caráter imediatista e instrumental à investigação e à produção de conhecimentos. O cientista-pesquisador torna-se prisioneiro de sua própria atividade criadora e do resultado encomendado [...]. Tem-se a inversão da relação sujeito/objeto no ato mesmo da atividade científica [...], o que introduz, no interior da produção acadêmica na esfera pública, a alienação da atividade e do seu produto para o próprio produtor.

Neste sentido, a autora supracitada traz como desafio à materialização do projeto do Serviço Social brasileiro um empenho coletivo – tanto da categoria como das suas entidades representativas – em favor da garantia de implementação e preservação do projeto de formação original; sendo fundamental, para isso, o acompanhamento e assessoria ao processo de implantação das diretrizes curriculares nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O Serviço Social brasileiro, como já sabemos, vem assumindo um significativo papel enquanto produtor de conhecimentos nas áreas das ciências humanas e sociais, o que é corroborado pela natureza das comunicações em eventos científicos, pelo aumento das citações de autores do Serviço Social e pela grande demanda de outras áreas do conhecimento por cursos de pós-graduação em Serviço Social (MOTA, 2013).

Tal processo teve como marco as décadas de 1970 e 1980, nas veredas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro³⁷. A partir de então, a profissão não se limita, apenas, ao consumo de conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, tornando-se, portanto, produtora de um saber subsidiário à formação e ao exercício profissional dos assistentes sociais; o que proporcionou maior ênfase à pesquisa e à produção de conhecimentos (LARA, 2011).

Pensar a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social implica a identificação das tendências presentes na realidade que, na atual

³⁷ Compreende-se por movimento de reconceituação o processo de renovação que se desenvolveu entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como base a crítica dos assistentes sociais ao Serviço Social tradicional. Segundo Lara (2011, p. 20), “esse processo foi de fundamental importância para a profissão se aproximar de autores da tradição marxista e iniciar de forma mais homogênea, no âmbito da formação e do exercício profissional, uma postura crítica diante do capitalismo”.

conjuntura, são influenciadas pelas transformações societárias as quais vêm sendo operacionalizadas na década de 1990 e início do século XXI; provocando alterações nas relações sociais que, por sua vez, geram “novas” preocupações de estudos para os assistentes sociais, que são convocados a atuar sobre as múltiplas expressões da questão social, por meio da defesa dos direitos humanos e das políticas públicas que os viabilizam.

Consideramos, pois, a necessidade de reafirmar a centralidade da pesquisa no processo formativo do Serviço Social, como algo intrínseco à dimensão investigativa e interventiva da profissão; donde reafirmamos principalmente neste contexto adverso à produção de conhecimento, a importância da articulação da categoria com suas entidades representativas em torno da efetivação de seu projeto original de formação.

3 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO DEBATE

“A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da *questão social* que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.”

(IAMAMOTO, 2012, p. 452).

O objetivo desta seção é tecer uma breve análise acerca da relação entre pessoas com deficiência e a questão social em suas diferentes manifestações, destacando a visibilidade do debate no Serviço Social e as concepções de deficiência aí presentes.

Segundo Andrade e Silva (2014, p. 263), “há séculos as pessoas com deficiência sofrem com o preconceito e a visão de não serem capazes de conviver com os considerados normais nos diversos espaços sociais”. Especificamente na realidade brasileira, conforme o Censo realizado pelo IBGE, em 2010, mais de 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, o que significa, em termos percentuais, 24% da população do país.

Nesta realidade, as ações voltadas às pessoas com deficiência baseavam-se na caridade e no assistencialismo, que foram predominantes no período que antecedeu a década de 1970. Até então, prevaleceram as práticas isoladas de exclusão, sendo as pessoas com deficiência confinadas pela família ou recolhidas às Santas Casas ou prisões.

Historicamente, a expressão das diferenças tem sido subjugada pela criação de padrões no campo social, produzindo, desta maneira, a chamada “cultura

da normalidade”. Isso quer dizer que “a predominância da exaltação de uma ordem determinada e de um padrão socialmente consolidado tem afastado a possibilidade da convivência entre as singularidades das pessoas” (FERNANDES, 2012a, p. 18).

No entanto, esse quadro de isolamento e/ou confinamento das pessoas com deficiência em ambientes restritos – familiar e/ou de atenção médica – vem mudando paulatinamente, por meio da atuação dos movimentos sociais que lutam em prol dos direitos e da cidadania do referido grupo social (ANDRADE; SILVA, 2014). No Brasil, o movimento político das pessoas com deficiência surgiu nos anos 1970, conforme a tese sustentada por Lanna Júnior (2010), tendo como intuito “*dar voz aquilo que foi escondido para oprimir*”, em alusão aos termos utilizados por Freire (1978). Assim, tal movimento tenciona lutar pela participação das pessoas com deficiência, fazendo-as sujeitos de sua própria história.

Cabe destacar, tomando emprestadas as palavras de Andrade e Silva (2014),

[...] que apenas no século XX esses sujeitos começaram a ter maior visibilidade, seja por meio do atendimento médico, da atenção ofertada nas escolas de ensino especial ou pelo desenvolvimento de tecnologias que melhoram as suas condições de vida. (ANDRADE; SILVA, 2014, p. 263).

Quanto ao debate sobre a inclusão social das pessoas com deficiência, este só se evidencia na sociedade brasileira nos anos 1990, tendo como intenção a garantia dos direitos humanos desse segmento social, bem como a busca de maior protagonismo das pessoas com deficiência nos diversos espaços – educação, política, trabalho etc. (ANDRADE; SILVA, 2014). O paradigma da inclusão social, nesta perspectiva, intenciona:

[...] a constituição de uma sociedade inclusiva, onde não somente as pessoas com deficiência tenham de se adequar ao convívio social, como as sem deficiência estejam preparadas e receptivas para conviver com as diferenças. Ademais, o ambiente físico deve estar acessível para que, independentemente da dificuldade de locomoção, todos tenham autonomia no seu direito de ir e vir. (ANDRADE; SILVA, 2014, p. 263).

A fim de assegurar o direito de todas as pessoas, inclusive as com deficiência, tendo em vista o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e habilidades, foram elaborados uma série de dispositivos legais, como, por exemplo, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Esta foi aprovada, em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU), adquirindo o status de

Emenda Constitucional no Brasil, uma vez que este se tornou signatário daquela em julho de 2008, fazendo cumprir o artigo quinto da Constituição Federal de 1988 (CF/1988): “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional [...] serão equivalentes às emendas constitucionais” (inciso LXXVIII; §3º).

A Convenção tem como principais objetivos a promoção e proteção do pleno desfrute dos direitos humanos – concebidos como indivisíveis e interdependentes – por parte das pessoas com deficiência em condições de igualdade com os demais, constituindo um dever dos Estados Partes o cumprimento de tais objetivos.

Assim como a Convenção, a CF/1988 foi resultado de um amplo processo de lutas sociais, do qual as pessoas com deficiência também fizeram parte³⁸. Dentre os avanços trazidos pela chamada “constituição cidadã”³⁹, podemos destacar: a defesa da cidadania e dignidade da pessoa humana, bem como da liberdade (art.1º); não discriminação (art.3º) e igualdade (art.5º); prevalecendo, desta maneira, os direitos humanos (art.4º).

Existem, ainda, referências às pessoas com deficiência na LOAS – Lei N. 8.742/1993 –, nas leis trabalhistas, na LDB – Lei N. 9.334/1996 –, dentre outras leis e decretos voltados à ampliação das possibilidades de usufruto dos espaços públicos e das oportunidades pelas pessoas com deficiência (ANDRADE; SILVA, 2014).

Dito isto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por ocasião da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – realizada em Brasília entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2012 – e do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – comemorado no dia 03 desse mesmo mês –, lançou um manifesto intitulado “*Um longo caminho para efetivar direitos*”, onde denunciou os paradoxos que envolvem o debate acerca das deficiências no Brasil. Dentre as

³⁸ O Brasil acabava de sair de um regime ditatorial. A população ansiava, dessa maneira, pela consolidação de um governo democrático e duradouro, o que culminou com o processo de elaboração de uma nova Constituição, no qual as pessoas com deficiência tiveram ampla participação, através da luta pela inserção de suas demandas no texto constitucional. Abordarei mais sobre essa questão no primeiro capítulo deste trabalho (LANNA JÚNIOR, 2010).

³⁹ Tal denominação deve-se à abertura dada à participação popular no processo que culminou com a elaboração da Constituição Federal de 1988. (LANNA JÚNIOR, 2010).

principais denúncias, tem-se, por exemplo, a distância grotesca entre o avançado arcabouço legal e normativo do país sobre esse tema e a sua concretização.

Portanto, são inúmeros os desafios postos ao Serviço Social, cujo significado sócio-histórico está relacionado ao resgate dos direitos de seus usuários, no sentido da emancipação, da autonomia e do exercício da cidadania destes sujeitos (CARDOSO, 2008). Esta é uma situação que, na verdade, exige dos assistentes sociais uma reflexão que consiga perceber tais contradições e imprimir uma prática que avance na defesa da emancipação humana⁴⁰. Daí a importância de associação entre conhecimento e ação radical que, no entendimento de Lara (2011),

[...] torna-se o caminho para a edificação de *uma nova forma histórica*, pautada pela *emancipação do homem*, bem distante das condições atuais apresentadas por milhões de vidas atormentadas e restringidas no mínimo necessário para seu sobreviver natural, biológico. Sem falarmos em crescente desemprego, trabalho precarizado, ou seja, a constante permanência da lógica desumana do capital. (LARA, p. 209, grifos do autor).

Em outros termos, “nossa preocupação não é só com o saber, mas *com o saber para transformar*” (LARA, p. 210, grifos do autor).

Importa enfatizar, igualmente, que aqueles desafios se tornam ainda maiores, principalmente se levarmos em conta o processo de mudanças que entrou em cena desde os anos 1990, e que se adensa neste século XXI; traduzindo-se em “novas” preocupações para a pesquisa e a investigação em Serviço Social, o que responde pelas atuais expressões da questão social.

⁴⁰ Sem adentrar em polêmicas sobre tal assunto, o que desejamos esclarecer, já tomando por base as inquietações de Silveira (2010), é que temos ciência do compromisso e vínculo intrínseco do Serviço Social com a emancipação humana, o que requer da profissão uma postura crítica, bem como a utilização de determinados instrumentos, dentre os quais encontramos os direitos humanos. Porém, questionamos: em que medida estes contribuem para a realização da finalidade a qual se propõe o Serviço Social? Souza (2010, p. 01) parece ser bem clara com relação a isso: “[no] nosso entendimento, os direitos humanos têm sido fervorosamente utilizados como poder da ideologia, de forma alienada, tornando profecias de fé, e solapando o espaço de debate da esquerda em nível planetário. A sociedade capitalista contemporânea, a partir das relações sociais reificadas, criou uma fobia social ante a defesa de um projeto alternativo, radicalmente humano. Em outras palavras, significa dizer que, um projeto radialmente humano, não se reduz à tese de que os direitos humanos seriam o patamar máximo. Os mesmos são necessários para o processo de transição, mas, contraditoriamente, são inoperantes, na sociedade em que o homem seja o homem emancipado”. O que podemos vislumbrar aí é a possibilidade de emancipação humana através da superação de um modo de sociabilidade fundado na exploração, como mostra Medeiros (2011). Os direitos humanos, neste sentido, são meios necessários para se atingir tal finalidade – a emancipação humana –, embora não constituam o patamar máximo a ser atingido. Para o aprofundamento do debate, ver também: Aquino e Azevedo (2007); Azevedo (2012); Gomes (2013).

3.1 QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Em sua reflexão sobre o trabalho do assistente social na esfera estatal, Raichelis (2009) afirma que as profissões são construções históricas e, neste sentido, só ganham significado se analisadas dentro do movimento das sociedades nas quais estão inseridas.

Enquanto construção histórica, o Serviço Social tem seu surgimento condicionado pelas necessidades do desenvolvimento capitalista em determinado momento que, para Netto (2011), diz respeito à fase madura do capitalismo, ou seja, na idade dos monopólios⁴¹.

É nesse contexto que a questão social surge e se põe como alvo da intervenção estatal, momento em que se dá também a profissionalização do Serviço Social, cuja particularidade está associada à intervenção nos processos e mecanismos condizentes ao enfrentamento daquela, nas suas expressões mais agudas, que se renovam e atualizam ante as diversas conjunturas sociopolíticas. A questão social constitui, pois, parte da dinâmica capitalista e das lutas sociais contra a exploração do trabalho, e é no âmbito dessa tensa relação que trabalha o assistente social.

No capitalismo, há uma indissociabilidade entre trabalho explorado e questão social. Entretanto, além de ser determinada pela contradição capital/trabalho, a apreensão da questão social é perpassada pelas particularidades histórico-culturais e nacionais de cada formação social. Neste sentido, as Diretrizes de 1996 são bem claras, especialmente pelo que asseguram nos pressupostos da formação profissional em Serviço Social:

O agravamento da questão social em face das *particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil*, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de

⁴¹ Em fins do século XIX, o capitalismo experimenta profundas modificações em sua dinâmica e ordenamento econômicos, o que, segundo Netto (2011), incide na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais por aquele envolvidas. Trata-se, portanto, do período histórico marcado pela passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, que potencia, recolocando em um patamar mais elevado, as contradições próprias à sociedade burguesa. Importa frisar, acima de tudo, que a constituição da ordem monopólica está atrelada a um objetivo primário e urgente, que é o acréscimo dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados. Logo, tal ordem se caracteriza pela crescente centralização e concentração de capital, com a imposição de profundas mudanças na organização da produção, do trabalho e do Estado.

organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. (ABESS, 1997, p.60, grifos nossos).

Logo, a análise da questão social mostra-se insuficiente quando desarticulada das devidas mediações entre modo de produção e formação social. Em outros termos, para a real compreensão das relações sociais, as categorias modo de produção e formação social requerem a mediação uma da outra, já que, conforme Santos (2012)⁴², não é o bastante remeter a questão social somente às relações de exploração do trabalho pelo capital.

De acordo com Netto (2011, p. 152), a expressão questão social “[...] não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”; o que é brilhantemente exposto por Iamamoto (2012) em sua crítica à literatura profissional e ao debate francês sobre a questão social.

O debate teórico-conceitual sobre a questão social já foi suficientemente elaborado, sobretudo, pela categoria de assistentes sociais. Assim sendo, não cabe reiterá-lo aqui. O que importa salientar e observar com bastante ênfase é que a questão social, por nós apreendida como objeto de intervenção e conhecimento do Serviço Social, é posta como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Mota (2010) reforça esta assertiva quando diz que, na atualidade,

[não] se trata mais [...] de procurar identidades, especificidades, teorias ou métodos próprios, mas de adensar a discussão em torno de temas e questões que permitam particularizar a profissão de Serviço Social no conjunto de práticas sociais da sociedade burguesa, refinando a sua capacidade de conhecer, analisar e transformar o real – e, neste

⁴² Apoiada nos fundamentos da crítica da economia política, em articulação com a vertente crítica do pensamento social brasileiro, o objetivo central da obra de Santos (2012) é particularizar o debate da questão social, inserindo-a no contexto de formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Assim, a autora procura oferecer aos leitores, além do debate conceitual, o entendimento da questão social a partir do entrelaçamento de seus diferentes níveis de apreensão (histórico e conceitual), tendo como foco de análise as particularidades do desemprego e da questão social na realidade brasileira. A “questão social” (entre aspas) é concebida por aquela como expressão das desigualdades sociais, que não são reduzidas à pobreza, oriundas do modo de produção capitalista. O uso do termo entre aspas diz respeito ao próprio entendimento teórico do qual a autora parte. “Questão social”, nesta perspectiva, é compreendida enquanto conceito e não como categoria, uma vez que, contrariamente às suas expressões, não possui existência concreta. “Neste caso, trata-se de afirmar a *existência real não da ‘questão social’ e sim de suas expressões*, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista” (SANTOS, 2012, p. 18, grifos da autora).

adensamento, o trato forte da questão social é um objeto inarredável. (MOTA, 2010, p. 37, grifos nossos).

A questão social é o elemento que dá concretude ao Serviço Social e, por isso, os componentes centrais da formação desta profissão se constituem no conhecimento da gênese, da constituição e dos processos de (re)produção daquela. Temos, então, como perspectiva:

[...] aprofundar a compreensão da questão social como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é a 'sua base de fundação histórico-social na realidade', e que nesta qualidade, portanto, deve constituir o eixo ordenador do currículo. (ALMEIDA et al., 1997, p. 20-21).

Embora tenha adquirido “novo” estatuto no projeto de formação profissional produzido pelo Serviço Social brasileiro nos anos 1990, o fato de a questão social ser o eixo central e ordenador do atual currículo não constitui, precisamente, uma novidade. Como correligionária do projeto político-profissional da década de 1980, a proposta curricular contemporânea reconhece a centralidade do debate sobre a realidade brasileira, já apontada no processo que engendrou o currículo de 1982 (ALMEIDA et al., 1997).

Neste momento, ocorre a aproximação do Serviço Social à tradição marxista, da qual resultam as tentativas de apreensão da questão social, ainda que a mesma não pertença ao universo conceitual de Marx. Este, a partir de sua análise sobre a “lei geral da acumulação capitalista” – expressa no capítulo 23 do Livro I de *O capital* – oferece-nos a anatomia da questão social, bem como o seu caráter indissociável ao desenvolvimento capitalista que, no entendimento de Netto (2011, p. 157),

[...] produz, compulsoriamente, a 'questão social' – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da 'questão social'*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A 'questão social' é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (grifos do autor).

E o autor continua: “a análise de conjunto que Marx oferece n’*O capital* revela, luminosamente, que a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a *exploração*” (NETTO, 2011, p. 157, grifos do autor). Em resumo, a “lei geral da acumulação” está assim

expressa: com o progresso da acumulação, percebemos um aumento na produtividade, havendo, assim, uma mudança na composição técnica e de valor do capital. Ao mesmo tempo em que se reduz o capital variável empregado na compra de força de trabalho, aumenta-se o capital constante empregado nos meios materiais de produção.

Tal processo produz uma população relativamente supérflua, os chamados “inúteis para o capital”, nos termos utilizados por lamamoto (2012). Dentre essa superpopulação relativa, encontramos uma superpopulação latente, sujeita a oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa de trabalho nos centros industriais. Nesta categoria, estão também os precarizados e temporários, parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais. Este quadro é complementado com o crescimento do pauperismo, segmento composto por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, porém desempregados, cuja sobrevivência depende da renda do conjunto dos trabalhadores.

Em Marx (2013), esta superpopulação relativa assume três formas: flutuante, latente e estagnada. Para o referido autor, aquela, ao mesmo tempo em que se constitui em produto necessário do desenvolvimento capitalista, converte-se em alavanca de acumulação para o sistema do capital. “Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano para ser explorado [...]” (MARX, 2013, p. 707).

Encontra-se aí raiz da (re)produção da questão social no contexto da sociedade capitalista, referente ao caráter cada vez mais coletivo da produção em detrimento da apropriação privada da atividade humana (trabalho), dos meios necessários para realizá-la e dos seus frutos; situação esta que se radicaliza com o desmonte das políticas sociais e a desresponsabilização do Estado na preservação dos direitos de amplos segmentos sociais. Tal responsabilidade passa a ser assumida pela eventual solidariedade dos cidadãos, ou seja, pelas sobras de seu tempo e de sua renda.

Assumindo tal perspectiva, lamamoto (2012, p. 156) afirma que a questão social “[...] condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche”.

A questão social expressa, portanto, as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas pelas disparidades nas relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais. Este processo é denso de conformismos e rebeldias, expressos nas lutas por direitos, e é nesse terreno de disputas que trabalha o assistente social (IAMAMOTO, 2012). O que é corroborado na seguinte assertiva:

Entendo [...] que a questão social deva ser situada como uma problemática que, no universo temático do Serviço Social, designe um conjunto de questões reveladoras das condições sociais, econômicas e culturais em que vivem as classes trabalhadoras na sociedade capitalista. (MOTA, 2010, p. 45, grifos da autora).

É nessa sociedade capitalista que as desigualdades sociais se expressam e são impostas ao conjunto dos trabalhadores e, de modo especial, às pessoas com deficiência “[...] por serem consideradas incapazes de ocupar lugar nos espaços sociais de produção de conhecimentos e de bens lucrativos à manutenção do capital” (ANDRADE & SILVA, 2014, p. 266).

A esta concepção, acrescentamos: não se trata apenas de considerar que pessoas com deficiência são consideradas “incapazes”. Devemos, sim, ter em conta um determinado contexto social que as incapacita, impondo-lhes barreiras (físicas ou atitudinais) que impedem o seu pleno acesso aos bens e equipamentos sociais. Nesta perspectiva, a CDPD reconhece a deficiência como um conceito em evolução, resultante da:

[...] interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]. (BRASIL, 2011, p. 22).

Como sabemos, vivemos em uma sociedade capitalista que, conforme Marx (2008, p. 09), divide-se “[...] em duas classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX, 2008, p. 09), sendo história da humanidade encarada por esse autor como a “história das lutas de classes”. Tal sociedade cumpre, pois, um papel essencial na produção e reprodução das diversas formas de desigualdades e, neste sentido, da questão social.

Nesse contexto, uma grande parcela da população com deficiência é duplamente oprimida, tanto pela condição de classe como por condições físicas,

sensoriais e comportamentais, que a colocam em uma situação de “desvantagem” em relação às pessoas sem deficiência, ainda mais quando levamos em consideração o padrão de normalidade socialmente imposto. Isso sem falar que por aí perpassam as questões de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visto que a deficiência, para além dos termos biológicos e sociais, deve ser apropriada em sua transversalidade. Todas essas questões, ressaltamos, são incorporadas pela CDPD, sobretudo, as de gênero e geração.

As pessoas com deficiência, conforme veremos a seguir, estiveram historicamente sujeitas a situações de opressão e invisibilidade. Todavia, no processo mesmo de (re)produção da questão social e suas manifestações, presenciamos um terreno denso de lutas, conformismos e rebeldias (IAMAMOTO, 2006, 2012). Daí que se manifestam as contradições na sociedade burguesa, constantemente repostas em patamares distintos a cada nova conjuntura sócio-histórica.

Se, por um lado, o capitalismo produz e reproduz a questão social, por outro, os sujeitos sociais criam diferentes mecanismos para fazer frente a esta, sendo as lutas e mobilizações as principais expressões desse processo. É aí que a questão social, para além de uma questão de polícia, coloca-se na cena política, reclamando respostas e intervenções qualificadas, sobretudo, por parte do Estado.

Da mesma forma, as pessoas com deficiência, ao vivenciarem as diversas formas de opressão e, portanto, as expressões da questão social, não permaneceram indiferentes a isso. Enquanto sujeitos históricos e políticos, organizaram-se em movimentos sociais, a fim de ampliar a sua participação nas decisões que envolviam as suas vidas. Essa mudança significativa foi responsável, no caso do Brasil, pelo surgimento do movimento político das pessoas com deficiência nos anos 70.

É a partir desse momento histórico que começamos a presenciar expressivas modificações nas formas de se conceber a deficiência e, por conseguinte, nos direitos e políticas referentes ao segmento. Ademais, o aprofundamento desse debate será realizado em linhas posteriores.

Importa salientar, neste momento, que o terreno onde se desenvolve o trabalho do assistente social é pleno de disputas, expressões das lutas por direitos. Logo, compreendemos como imensamente indispensável a atuação do assistente

social junto às pessoas com deficiência, enquanto profissional política e eticamente comprometido com defesa intransigente dos direitos humanos. Tal atuação deve materializar-se, especialmente, a partir de uma dimensão pedagógica, no sentido de informar esses usuários sobre os seus deveres e direitos, a fim de que obtenham as condições necessárias para lutar pelos mesmos. Partindo desse entendimento, Calixto et al. (2010, p. 01) escrevem que “o Serviço Social com o olhar voltado para as situações reais dos usuários em uma relação de poder e saber profissional torna-se mediador entre usuários e Instituição na luta pela acessibilidade”. Considerando tal perspectiva, Iamamoto (2006, p. 21) defende:

[...] o exercício da profissão é [...] uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Para a autora, o assistente social constitui mais do que um mero “executor terminal de tarefas”. Trata-se de um profissional propositivo que busca ir além das rotinas institucionais. Mas, para isso, necessita de um conhecimento da realidade social em que os usuários demandantes de seus serviços estão inseridos, pois é aí realidade que se encontram, também, as possibilidades de ação. Assim, ao destacar o significado social desta profissão, Cardoso (2008) diz que este está relacionado ao resgate de direitos que visam à inclusão, à emancipação e ao exercício da cidadania dos usuários, já que os mesmos, no final das contas, “[...] pagam com sua exclusão social, seu distanciamento cotidiano das fontes de desenvolvimento global (educação, saúde, trabalho e renda, lazer, etc.)” (CARDOSO, 2008, p. 27).

O trabalho do assistente social, ainda que se realize sob a tensão entre estatuto assalariado e projeto profissional, não pode perder de vista o compromisso ético com os direitos da classe trabalhadora, de modo geral, e, no caso específico, das pessoas com deficiências, a fim de que se sintam partícipes de suas lutas e sujeitos de sua própria história.

3.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A sociedade burguesa não aboliu as contradições entre as classes. Pelo contrário, ela fez surgir novas classes, bem como novas formas de opressão e luta (MARX, 2008). É nesse sentido, portanto, que Sasaki (2004, p. 01) afirma: “no Brasil, a grande maioria [...] de pessoas com deficiência tem sido excluídas de todos os setores da sociedade, sendo-lhes negado o acesso aos principais benefícios, bens e oportunidades disponíveis às outras pessoas [...]”, e a falta de acessibilidade⁴³ configura-se como o principal fator a contribuir com esse processo.

Marx (2013), em *O capital*, faz uma análise da sociedade capitalista por meio da luta de classes. Esta sociedade encontra-se, de acordo com o mesmo, dividida entre a classe possuidora dos meios de produção e, portanto, do poder econômico (burguesia) e a classe despossuída que detém apenas sua força de trabalho (proletariado). Para o autor, essa desigualdade entre classes é condição para que a classe detentora do poder econômico acumule riqueza através da exploração da classe dominada, fazendo com que o acesso desta aos bens sociais seja reduzido.

Assim, em uma realidade fortemente marcada por um aprofundamento das desigualdades, como a brasileira, o quadro torna-se ainda mais desfavorável à

⁴³ A utilização desse conceito para designar as condições de acesso das pessoas com deficiência data da década de 1940, quando do surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. Os profissionais de reabilitação passam a constatar a existência de barreiras arquitetônicas nos edifícios, espaços urbanos e transportes, como sendo o fator responsável pela dificuldade de reintegração dos adultos. Nos anos 1960, iniciam-se as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas, especialmente em universidades norte-americanas. Na década de 1970, surge o primeiro centro de vida independente, localizado na cidade de Berkeley, na Califórnia (EUA). Com isso, é acentuada a preocupação com a eliminação daquelas barreiras. Como podemos perceber, o significado do termo acessibilidade ainda se encontra restrito ao ambiente construído. Logo, a sensação das pessoas em relação à cidade é bastante negativa, constituindo, no imaginário daquelas, um ambiente perigoso e cheio de obstáculos a serem enfrentados diariamente. Com o a promulgação da CDPD, acessibilidade passa a ser reconhecida como um meio necessário ao pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Antes disso, nos anos 1990, o conceito de acessibilidade começa a ser incorporado ao de desenho universal, que não está voltado apenas às pessoas com deficiência. Os requisitos de acessibilidade são, portanto, estabelecidos pelo conceito de desenho universal, de acordo com o qual todos os equipamentos, ambientes e meios de comunicação devem ser usados o maior tempo possível por todos, sem necessidade de adaptação e favorecendo as pessoas de todas as idades e capacidades. Temos, então, a ampliação do significado do termo. Para além da construção de rampas, possibilitar condições de acessibilidade é o mesmo que assegurar a equiparação de oportunidades entre todas as pessoas, tanto as que possuem como as que não possuem algum tipo de deficiência. É por isso que, no entendimento de Arruda (2012), acessibilidade se trata de uma prática inclusiva por princípio.

satisfação das necessidades sociais, gerando um acirramento dos conflitos. Tal conjuntura contribui e coaduna com a precarização das condições de mobilidade urbana, acessibilidade e moradia, de acesso à cultura e ao lazer, bem como a educação e saúde; reiterando, dessa maneira, as situações de permanência e reprodução da questão social.

Outro problema preocupante é a imposição pela sociedade de um “padrão hegemônico de normalidade” (ARRUDA, 2012) e de velocidade que, no capitalismo, significa lucros. Deste modo, a invisibilidade e/ou negação da deficiência, acarretadas por meio do estabelecimento de um padrão de normalidade socialmente aceito, podem provocar a falta de acesso e/ou o impedimento da acessibilidade física, já que negam, também, necessidades singulares às pessoas com deficiência. Tal segmento, historicamente negligenciado pelo capitalismo, ainda encontra nos dias atuais, dificuldades no acesso ao espaço público⁴⁴, através do qual, segundo Hannah Arendt, ocorre o processo de afirmação dos direitos humanos, que se constituem, via ocupação do que é público enquanto espaço político, como porta de entrada à cidadania, idéia coerente com a noção de “direito a ter direitos”, que é defendida por Lafer (1988).

Na medida em que não se abre ao convívio com as diferenças humanas, a sociedade não leva em conta o conceito de desenho universal⁴⁵ na construção dos espaços e equipamentos sociais. Como consequência, tem-se a negação do acesso aos principais bens e oportunidades por parte das pessoas com deficiência (Cf. SASSAKI, 2004), o que torna limitado o acesso destas a importantes setores da vida social. Portanto, a falta de acessibilidade, atrelada à má distribuição de recursos,

⁴⁴ O acesso ao espaço público, como viabilizador do processo de afirmação dos direitos humanos (LAFER, 1988), está diretamente relacionado ao usufruto do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), o que é colocado pela Lei nº 10. 257/2001 – também chamada de Estatuto da Cidade –, como função social do solo urbano.

⁴⁵ O conceito de desenho universal está atrelado ao de acessibilidade. Ambos levam em consideração o respeito à diversidade humana, tendo em vista a inclusão social, como defende Romcy (2012). Ao conceituarem Acessibilidade Universal, Fernandes e Azevedo (2010, p. 01) demonstram que esta sinaliza “[...] a necessária construção de uma sociedade que quebre barreiras e muros e se abra para o convívio com as diferenças humanas”. Ou seja, a acessibilidade, à medida que se articula ao conceito de desenho universal, não é tratada apenas como um aspecto específico às pessoas com deficiência. Diz respeito ao conjunto da sociedade, já que as diferenças são constitutivas da condição humana. Assim, a CDPD define desenho universal como “[...] a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico” (BRASIL, 2011, p. 27), o que não exclui, quando necessárias, as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência.

contribui com a reprodução deste processo: não há acessibilidade e, conseqüentemente, não se pode exercitar plenamente a cidadania, cuja principal dimensão está na universalização do acesso dos bens produzidos coletivamente, porém apropriados por uma minoria.

Possibilitar condições de acessibilidade significa assegurar a equiparação de oportunidades com as demais pessoas em todas as esferas da vida social. O que se espera de uma sociedade politicamente democrática é que seja perseguido o princípio da equidade, mais especificamente para aquelas camadas sociais que foram historicamente excluídas quando do planejamento e execução das obras do espaço comum (Cf. ARISTÓTELES, 2012). Não por acaso, esse é um dos princípios que norteiam a reflexão ética dos assistentes sociais, tal qual afirma o Código de Ética do Serviço Social de 1993, que também aponta para a democracia, liberdade e igualdade como valores ético-centrais. Esse é o compromisso que a profissão vem assumindo nas últimas décadas, compromisso este que se destaca pela ruptura com o conservadorismo e aponta para a afirmação e a defesa dos direitos como um horizonte atual da atuação profissional.

Do ponto de vista prático, é a própria inserção dos assistentes sociais nas lutas por direitos no período dos anos 1980, bem como a sua experiência concreta, que fazem com que a profissão reconheça a necessidade de uma reflexão que dê conta dessas mudanças, exigindo um reposicionamento do Serviço Social diante da nova conjuntura. E, é a partir dessa reorientação, que a pesquisa adquire novo significado para a categoria.

Concomitantemente a esse movimento, as pessoas com deficiência começam a se organizar por meio de movimento político, tendo como intuito o resgate da cidadania que lhes foi historicamente negada e, assim, passam a lutar por seus direitos. Como profissão sócio-histórica, o Serviço Social precisa estar atento às transformações conjunturais que, por sua vez, estão articuladas às “novas” manifestações da questão social. Tais manifestações, como enfatizamos anteriormente, traduzem “novas” preocupações para a pesquisa e investigação em Serviço Social. Porém, há que se levar em conta um campo de mediações que envolve escolhas temáticas, recortes analíticos e referenciais teórico-metodológicos, visto que não existe uma linearidade entre dinâmica da sociedade e produção do conhecimento.

Assim, é apenas no final da década de 1990 que as pessoas com deficiência ganham centralidade como tema de investigação no Serviço Social e, mais especificamente, na pós-graduação *stricto sensu* da área. Nesse contexto, temos o desenvolvimento e a consolidação do chamado paradigma da inclusão, em substituição às práticas de integração social⁴⁶ referente às pessoas com deficiência.

Conforme aprofundaremos no tópico a seguir, a fase posterior à eliminação das pessoas com deficiência, por algumas culturas, será a asilar/segregadora. A superação dessa fase acontecerá por meio do debate sobre a necessária integração do referido segmento no âmbito das relações sociais.

Assim, o contexto de integração, hegemônico a partir do final dos anos 1960, representa uma ruptura com o padrão de segregação/exclusão. Entretanto, tal modelo constitui tão somente um esforço unilateral das pessoas com deficiência para se tornarem mais aceitáveis no seio da sociedade, seguindo, pois, a lógica do chamado “modelo médico de deficiência”, com ênfase na patologia e sua adaptação social.

Essa perspectiva, ainda está presente, inclusive, nos estudos do Serviço Social (como veremos ao longo de nossa exposição), devido à articulação com a temática da saúde em que predomina, muitas vezes, a concepção médico-biológica. Nela, os diversos setores da sociedade não são repensados, em sua organização e prática, para atenderem as pessoas com deficiência, não se discutindo, dessa maneira, a necessidade de adaptação da estrutura social, a acessibilidade e o rompimento com o padrão de normalidade socialmente hegemônico.

No curso da história, o paradigma da inclusão social vem superar o da integração, num sentido progressivo do convívio entre os seres humanos. Tal paradigma é fruto do movimento pela inclusão social que, sendo contemporâneo ao

⁴⁶ Por mais de cinquenta anos, o paradigma da integração social auxiliou na criação e elaboração de políticas, leis, programas e serviços destinados às pessoas com deficiência. Segundo Neves et al. (2004), a prática da integração social ganhou impulso a partir dos anos 1960, com a expansão de instituições especializadas no atendimento daquele segmento, constituindo uma forma de superação da fase segregadora/asilar, posterior à fase de eliminação, ambas presentes na trajetória histórica das pessoas com deficiência. As chamadas instituições “especiais” surgiram, nesse período, como forma de lidar com as deficiências por meio de um conhecimento específico. A integração social estava atrelada ao “modelo médico” de deficiência, que visava à adaptação do sujeito à sociedade. Ainda não se discutia acessibilidade universal e o rompimento com o padrão de normalidade socialmente hegemônico. Assim sendo, cabia às pessoas com deficiência, de acordo com esse paradigma, procurar adaptar-se à sociedade, e não o contrário. Por esse motivo, segundo Sasaki (2004), esse paradigma não satisfazia ao modelo de sociedade que se almejava para todas as pessoas, com e sem deficiência.

Ano Internacional das Pessoas Deficientes, surge nos Estados Unidos e Europa na metade da década de 1980. No caso do Brasil, o termo sociedade inclusiva passa a ser mencionado em textos, palestras e reuniões a partir de 1995 (GUERRA, 2001).

Segundo Sasaki (2004, p. 04), inclusão “[...] consiste em tornarmos a sociedade toda um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”. Falar em inclusão social, em conformidade com esta perspectiva, não significa referir-se exclusivamente às pessoas com deficiência, mas a todas as pessoas excluídas dos sistemas sociais comuns.

Novamente, ensina Sasaki (2004) que a inclusão social possui princípios fundamentais, tais como: celebração das diferenças, direito de pertencer e valorização da diversidade humana. Assim, tal prática se volta a “[...] um processo de conquista da cidadania vinculada às decisões, as quais devem ser de responsabilidade daqueles que estão envolvidos na questão” (RIBAS, 1995, p.138), o que implica, também, a derrubada das barreiras (físicas e atitudinais), bem como o acesso aos direitos básicos à vida (educação, saúde, moradia etc.) e a participação ativa na elaboração, implementação e controle social sobre as políticas voltadas às pessoas com deficiência. Enfim, isso exige que essas pessoas se tornem agentes de suas ações e resoluções.

Para se chegar a essas conquistas, foi necessário trilhar um longo caminho, que será esmiuçado no próximo tópico. Neste sentido, realizaremos um percurso sobre a trajetória histórica das pessoas com deficiência, a fim de oferecer uma compreensão das suas demandas, das concepções referentes às deficiências e, por conseguinte, aos seus direitos e às políticas que resultam daí. Por fim e ao mesmo tempo, mostraremos como isso tem sido absorvido pelo Serviço Social e influenciado na intervenção e produção de conhecimento na área.

3.2.1 “Nada sobre nós sem nós”: a trajetória histórica das pessoas com deficiência e sua luta por direitos

De acordo com Sasaki (2007), as práticas sociais relacionadas às pessoas com deficiência podem ser divididas em quatro eras principais: *exclusão* (antiguidade até início do século XX); *segregação* (entre as décadas de 1920 e

1940); *integração* (décadas de 1950 a 1980); e *inclusão* (década de 1990 até os dias atuais).

Em relação ao período pré-histórico, segundo Silva (1987), não há nada de concreto sobre as pessoas com deficiência. O que existe são suposições referentes ao ambiente e seu significado na vida da humanidade como um todo.

Nos estudos de antropólogos e historiadores, percebemos dois tipos de posturas adotadas em relação aos idosos, pessoas doentes ou com deficiência. Por um lado, podemos abranger as práticas de aceitação, tolerância, apoio, e gestos de carinho, envolvendo a doação de honrarias e a ocupação de um lugar de destaque na sociedade (o que não significava, contudo, a inexistência de práticas de segregação). E, por outro, temos eliminação, menosprezo e abandono, sendo os segmentos em questão tratados como “objeto do ridículo” na maioria das vezes. Em todas elas, sobressaem-se os motivos religiosos.

Em grande parte das sociedades primitivas, “[...] os enfermos e as pessoas com deficiência eram mortos ou abandonados” (BIGIO, 2009, p. 01). Na república de Platão, por exemplo, podiam ser encontradas referências a práticas eugênicas que, segundo Massari (s.d.), eram justificadas por um pensamento de construção da sociedade ideal, sem pessoas “defeituosas”.

Dentre as principais culturas antigas estudadas por Silva, O. (1987)⁴⁷ – egípcia, mesopotâmica, hebraica, grega e romana –, encontramos, no povo hebreu, a crença de que as deficiências significavam um certo grau de impureza ou de pecado, havendo referências às práticas discriminatórias e excludentes contra pessoas com deficiência nas próprias leis⁴⁸ e em alguns livros da Bíblia, especialmente em Levítico⁴⁹. Por outro lado, existiam recomendações no referido livro sobre a prática da caridade e da justiça para com as pessoas com deficiência, em especial aos cegos:

Por sua vez, o ‘Deuteronômio’ recomendava aos hebreus que garantissem a proteção e o bom tratamento aos cegos, colocando essas atitudes positivas diretamente ao lado e em pé de igualdade com o amor aos pais, a certeza da justiça, a condenação da idolatria, a garantia da propriedade e

⁴⁷ De acordo com este autor, tais culturas exerceram uma forte influência sobre a cultura ocidental.

⁴⁸ Durante a migração do Egito para a Terra Prometida, Moisés não apenas elaborou os Dez Mandamentos, mas também introduziu outras regras e leis ao código hebraico, o qual passou a receber influências de outras civilizações, como a egípcia e a mesopotâmica, e inclusive das severas normas da lei de talião, mais conhecida como Código de Hamurabi, de onde surgiu a famosa expressão, “olho por olho, dente por dente”. (SILVA, O., 1987).

⁴⁹ Conjunto de normas e orientações traçadas por Moisés para os sacerdotes (SILVA, O., 1987).

algumas outras práticas relacionadas a sexo e também a traições. (SILVA, O., 1987, p. 77).

Em resumo, as pessoas com deficiência ora eram alvos da exclusão e discriminação, ora da benesse e caridade.

Na Grécia Antiga, a eliminação de crianças “defeituosas”, ou que possuíam alguma doença, foi algo constante. Em Esparta, por exemplo, tais crianças eram mortas ou “expostas” em florestas e margens de rios, onde ficavam abandonadas à própria sorte. Estas práticas eram defendidas, inclusive, por renomados filósofos, como Platão: “[assim], na famosa república idealizada por Platão, só os bem formados de corpo e de espírito é que teriam qualquer papel. A criança ou adulto deficientes estariam, nessa hipotética realidade, fadados a morrer” (SILVA, O., 1987, p. 127). Daí a famosa expressão criada pelo mesmo, e que ainda hoje é bastante utilizada: *“mens sana in corpore sano”*, que significa *“mente sã num corpo sadio”*.

No que diz respeito à Atenas, podemos mencionar a existência de normas de proteção aos cidadãos que possuíssem alguma deficiência ou assolados por doença, além de leis que obrigavam os filhos a amparar os pais em situação de velhice ou deficiência:

Em Atenas essas normas, além de garantir a alimentação, davam ampla liberdade para que qualquer agressor fosse processado por atos de injúria ou de ataques físicos, caso algum desses cidadãos deficientes fosse assaltado, espancado ou sofresse qualquer tipo de violência. (SILVA, O., 1987, p. 130).

Em Roma, por sua vez, o infanticídio era legalizado em casos de “má formação” ou “monstruosidade”. Apesar disso, tal prática não era regular, visto que as crianças com deficiência eram abandonadas muitas vezes às margens do rio Tibre, onde:

[...] os escravos ou as pessoas empobrecidas que viviam de esmolas ficavam na espreita e atentos para eventualmente se apossarem dessas crianças, criando-as para mais tarde servirem como meio de exploração do compadecido e por vezes muito culpado coração romano, obtendo esmolas volumosas. (SILVA, O., 1987, 135).

Ressaltamos, a partir das constatações de Silva, O. (1987), a percepção da esmola como um negócio bastante lucrativo na Roma Antiga.

Foi apenas com a expansão do cristianismo que a sociedade passou a adquirir um comportamento “mais humano”, ao enxergar todas as pessoas com

deficiência como “filhos de Deus” (BIGIO, 2009). Ainda assim, milhares delas foram eliminadas em campos de concentração na Segunda Guerra Mundial (MASSARI, s.d.), enquanto na Europa Medieval,

[...] por falta de conhecimentos mais profundos quanto às doenças e suas causas, falta de educação generalizada e o receio do desconhecido e do sobrenatural, ocorria na Idade Média uma verdadeira necessidade no seio do povo e mesmo das classes mais abastadas, de dar aos males deformantes uma conotação diferente e misteriosa, muito mais diabólica e vexatória do que em qualquer outro sentido mais positivo. (SILVA, O., 1987, p. 238).

Assim, ser pessoa com deficiência na Idade Média significava ou ser alvo do desprezo e do “ridículo” – destacamos aí os “bobos da corte”, em sua maioria anões, que eram vistos também como objetos de sorte – ou da caridade e do “cuidado”. Em outros termos, eram alvos do preconceito, o que fez com que aquele segmento vivesse “marginalizado” e oprimido por vários séculos. Para SILVA, O. (1987), tal significado encontrava-se, mais uma vez, intimamente vinculado à religião.

No período correspondente à nova onda cultural instaurada na Europa entre os séculos XVI e XVII, alguns avanços começaram a surgir. Marcado por uma intensa valorização do ser humano (antropocentrismo), com o estabelecimento de uma filosofia humanista, este período, mais conhecido como Renascimento, avançou bastante no sentido da garantia de direitos àqueles que foram postos historicamente à margem da sociedade, incluindo aí as pessoas com deficiência.

No entanto, apesar de tais avanços, crianças com retardo mental profundo não eram vistas como seres humanos até o século XVI. Depois disso, as deficiências passaram a ser assimiladas com maior praticidade e, de certa forma, “aceitas” socialmente.

No século XIX, com o advento da Revolução Industrial e Intelectual, houve certo compromisso assumido pela sociedade em relação às pessoas com deficiência. Embora não se pensasse na chamada “inclusão social”, aquelas passaram a ser enxergadas como donas de seus sentimentos e com capacidade de viver uma vida digna, desde que fossem garantidos os meios necessários para

isso⁵⁰. Mesmo assim, prevalecia a ótica do “coitado”, “infeliz”, dentre outras concepções estigmatizadoras.

Foi nesse período, também, que começaram a se estabelecer as bases para as práticas de reabilitação, combinando cuidados médicos com serviços especiais que possibilitassem às pessoas com deficiência o exercício de uma vida digna. Com esse intuito, é criado o *Cleveland Rehabilitation Center*, em 1889, nos Estados Unidos, demarcando os primeiros indícios da reabilitação propriamente dita.

A partir da segunda metade do século XIX, surgiram preocupações, em alguns países nórdicos – Dinamarca, Estados Unidos e Alemanha –, sobre o potencial da pessoa com deficiência para o trabalho, tendo em vista a cobertura de suas necessidades e despesas. Foram criadas, então, organizações de atendimento social e profissional para este fim. Ainda no que diz respeito ao trabalho, foi aprovada, em 1884, por Otto Von Bismarck, a primeira lei do mundo de proteção às pessoas acidentadas do trabalho, como fruto das pressões advindas, em sua maioria, das companhias de seguros, o que chegou a ser imitado, inclusive, por outros países.

No Brasil, datamos da década de 1970 a constituição das pessoas com deficiência como protagonistas das lutas por cidadania e defesa dos direitos humanos, o que pode ser constatado, segundo Lanna Júnior (2010), apesar das poucas pesquisas relacionadas àquelas, em especial, nos estudos da História e da Sociologia. Seguindo essa lógica, a organização do segmento em movimento político se dá quando do início do processo de redemocratização do país.

Com este processo, emergem novos atores sociais – mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência, dentre outros – na disputa política pelo reconhecimento de direitos. Isso significa que “ao promoverem a progressiva ampliação da participação política no momento em que essa era ainda muito restrita, a atuação desses grupos deu novo significado à democracia” (LANNA JÚNIOR, 2010).

Antes dos anos de 1970, as ações voltadas para as pessoas com deficiência baseavam-se na caridade e no assistencialismo. Durante o período

⁵⁰ Na maioria dos casos, porém, a questão encontrava-se restrita a minimizar uma situação de miséria a um nível suportável de existência.

colonial, por exemplo, houve o predomínio de práticas isoladas de exclusão, sendo as pessoas com deficiência confinadas pela família ou recolhidas às Santas Casas e prisões. Essas últimas foram mais utilizadas nos casos de atentado à “ordem” pública.

Já no período pós-independência, quando o Brasil estava dando seus primeiros passos na constituição de uma Nação, foram iniciadas as primeiras ações voltadas para atender as pessoas com deficiência. Tais ações, porém, concentravam-se apenas nos cegos e surdos, especialmente no tocante à educação. O Brasil Imperial, marcado pela sociedade aristocrática, escravocrata, rural, elitista e com pouca participação política, não se encontrava preparado para assimilar as diferenças.

Neste sentido, não houve grandes avanços até o século XX. As ações do Estado continuavam deficitárias, influenciando a criação de organizações voltadas para a assistência médica e educacional, como as Sociedades Pestalozzi (1932), e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) que data dos anos de 1950. Ainda nesta década, foram criados os centros de reabilitação⁵¹, devido ao surto de poliomielite. Todas essas iniciativas, contudo, partiram da sociedade civil.

Até esse momento, as pessoas com deficiência eram vistas como objeto de caridade. Não tinham o direito de opinar e decidir sobre suas vidas, cabendo este papel aos seus familiares e especialistas. Foi durante este período, também, que o segmento passou a ser colocado na mesma categoria – ou seja, pessoas com deficiência –, por meio das chamadas instituições totais⁵², que desconsideravam as particularidades e individualidades pessoais (RIBAS, 2011).

De acordo com Lanna Júnior (2010, p. 30),

Todas as iniciativas, desde o Império até a década de 1970, são parte de uma história na qual as pessoas com deficiência ainda não tinham autonomia para decidir o que fazer da própria vida. Todavia, entre as pessoas com deficiência, esse foi um período de gestação da necessidade de organização de movimentos afirmativos dispostos a lutar por seus direitos humanos e autonomia, dentre os quais se destaca a capacidade de decidirem sobre a própria vida.

⁵¹ O surgimento dos centros de reabilitação suscitou o modelo médico de deficiência, que restringia tal questão ao indivíduo, como se este estivesse isolado de uma sociedade segregacionista, contrapondo-se aí ao modelo social (LANNA JÚNIOR, 2010).

⁵² Tais instituições tinham como principal objetivo o confinamento e o isolamento de pessoas com sequelas físicas ou mentais. Estes locais, por sua vez, não foram totalmente demolidos; funcionando, inclusive, em alguns países, especialmente os de cultura mais conservadora (RIBAS, 2011).

Até aqui, o autor acima mencionado corrobora com Silva, O. (1987). Este, devido ao contexto em que sua obra foi publicada, já no fim dos anos de 1980, quando ainda prevaleciam as práticas de reabilitação, encontra algumas idéias suas confrontadas e até mesmo desenvolvidas pelo primeiro, que traz a perspectiva da “inclusão” em detrimento da “integração social”, cujo debate será desenvolvido mais adiante.

No que se refere ao associativismo, representado por APAE e Pestalozzi, tal forma de organização das pessoas com deficiência, apesar das críticas, significou um passo para a constituição deste segmento enquanto movimento político. Contribuiu, pois, para a formação da consciência através da criação de espaços de convivência em que as dificuldades em comum poderiam ser reconhecidas e discutidas. Desta maneira,

[a] partir de meados do século XX, é possível observar o surgimento de organizações criadas e geridas pelas próprias pessoas com deficiência. A motivação inicial é a solidariedade entre pares nos seguintes grupos de deficiência: cegos, surdos e deficientes físicos que, mesmo antes da década de 1970, já estavam reunidos em organizações locais – com abrangência que raramente ultrapassava o bairro ou o município–, em geral, sem sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas que visavam ao auxílio mútuo e à sobrevivência, sem objetivo político prioritariamente definido. Essas organizações, no entanto, constituíram o embrião das iniciativas de cunho político que surgiram no Brasil, sobretudo durante a década de 1970. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 30).

Já no final da década de 1970⁵³, o movimento político das pessoas com deficiência ganha visibilidade. Sobre este fato, Lanna Júnior (2010, p. 36) escreve:

Os movimentos sociais, antes silenciados pelo autoritarismo, ressurgiram como forças políticas. Vários setores da sociedade gritaram com sede e com fome de participação: negros, mulheres, índios, trabalhadores, sem-terra, sem-terra e, também, as pessoas com deficiência.

Todo este processo teve como principal expressão a elaboração da CF/1988, que contou com ampla participação popular, inclusive dos movimentos sociais já mencionados:

Os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência, saíram do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se

⁵³ Neste contexto, houve o enfraquecimento do regime militar e o processo de redemocratização no Brasil. Sem falar no fortalecimento e reorganização dos movimentos sociais e a proclamação de 1981, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). Diante deste quadro, pois, as pessoas com deficiência foram colocadas no centro das deliberações.

nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 36).

Neste momento, ainda não existiam propostas, em termos constitucionais, condizentes aos direitos das pessoas com deficiência. Como exceção, temos a Emenda Constitucional N. 12/1978 – mais conhecida como “Emenda Thales Ramalho”, nome do ex-deputado federal que a criou –, cujo artigo único define:

[é] assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. educação especial e gratuita; II. assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos. (apud LANNA JÚNIOR, 2010, p. 65).

Assim, no processo de elaboração da nova constituição, os assuntos relativos às pessoas com deficiência foram discutidos na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, que estava subordinada à Comissão Temática da Ordem Social. Tal comissão realizou oito audiências públicas. Destas, três foram destinadas ao público aqui referido: “Deficientes Mentais, Alcoólatras, Deficientes Auditivos”; “Deficientes Físicos, Ostomizados, Hansenianos, Talassêmicos”; “Deficientes Visuais, Hemofílicos, Negros”.

Porém, antes disso, o movimento das pessoas com deficiência já estava se articulando para participar da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), através da realização de encontros – intitulados “*A Constituinte e os Portadores de Deficiência*” – em 1986, e de debates em todo o Brasil.

Uma das principais reivindicações das pessoas com deficiência discutida nos encontros era que o texto constitucional não consolidasse a tutela, e, sim, a autonomia. Nesse sentido, os argumentos do movimento não eram consentâneos ao anteprojeto de Constituição, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que tinha um capítulo intitulado ‘Tutelas Especiais’, específico para as pessoas com deficiência e com necessidades de tutelas especiais. O movimento não queria as tutelas especiais, mas, sim, direitos iguais garantidos juntamente com os de todas as pessoas. A separação, na visão do movimento, era discriminatória. Desde o início da década de 1980, a principal demanda do movimento era a igualdade de direitos, e, nesse sentido, reivindicavam que os dispositivos constitucionais voltados para as pessoas com deficiência deveriam integrar os capítulos dirigidos a todos os cidadãos. O movimento vislumbrava, portanto, que o tema deficiência fosse transversal no texto constitucional. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 67).

Neste sentido, o movimento das pessoas com deficiência almejava, dentre outras coisas, o desfrute dos direitos em igualdade de oportunidades com os

demais cidadãos, combatendo a idéia das tutelas que dispunha de um capítulo exclusivo no texto constitucional.

As novas formas de organização e ação das pessoas com deficiência, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, tinham como principal anseio o protagonismo histórico do segmento, opondo-se ao caráter assistencialista e filantrópico que marcou as ações voltadas a tal público. O intuito era o fim das tutelas, no sentido de se tornarem sujeitos de sua própria história.

Não vendo, contudo, suas demandas serem incorporadas da forma esperada pelo projeto constitucional, o movimento das pessoas com deficiência preparou um Projeto de Emenda Popular, o PE00086-5, que contou com campanhas no Brasil inteiro. Tal emenda, que almejava ser submetida à ANC, tinha como principal proposta a defesa de uma vida autônoma, bem como do exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência. De acordo com Lanna Júnior (2010),

[a] proposta continha 14 artigos sugerindo alterações no projeto da Constituição, onde coubessem temas como igualdade de direitos, discriminação, acessibilidade, trabalho, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, direito à informação, educação básica e profissionalizante. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 71).

Portanto, o movimento político iniciado na década de 1970 teve como pressuposto a superação da condição de opressão que estava imposta às pessoas com deficiência, condição esta que lhe dava invisibilidade. Tal situação tinha como objetivo, nas palavras de Gadotti (2007), tornar invisível, esconder para oprimir. É, pois, no sentido do protagonismo e das lutas por direitos humanos que, no final dos anos 1970, surge o movimento político das pessoas com deficiência, fazendo emergir o lema “*Nada sobre nós sem nós*”⁵⁴, difundido internacionalmente através do Ano Internacional das Pessoas Deficientes⁵⁵ na década de 1980.

⁵⁴ NADA significa “nenhum resultado”, ou seja, lei, política pública, programa, projeto, serviço, etc., os quais incidem em diversos campos de atividade (saúde, educação, trabalho, lazer, esporte, cultura, transporte, etc.). SOBRE NÓS se refere às pessoas com deficiência, que são de diversas etnias, raça, gênero, idade, nacionalidade, naturalidade, podendo ser a deficiência física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla. SEM NÓS significa “sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência”. Isto é, segundo SASSAKI (2011), estas pessoas estão querendo dizer que nada pode ser feito à respeito delas sem a plena participação das próprias.

⁵⁵ Proclamado em 1976, pela Organização das Nações Unidas (ONU), este ano é considerado como um grande marco na luta mundial das pessoas com deficiência por direitos e equiparação de oportunidades.

3.2.2 Pessoas com deficiência no Brasil: um longo caminho para efetivação de direitos

Como fruto do reconhecimento dos anos de invisibilidade e segregação aos quais as pessoas com deficiência foram historicamente submetidas, a CDPD foi aprovada com o intuito de especificar os direitos desse grupo social segundo a sua condição peculiar, para que, assim, possa usufruir das mesmas oportunidades daqueles que não possuem deficiência.

Portanto, a CDPD não vem criar “novos direitos” para as pessoas com deficiência, e sim os especificar. Concordando com tal afirmativa, Ferreira e Oliveira (2007) dizem:

Na prática, grupos de seres humanos, como mulheres, crianças e refugiados, por exemplo, estão sendo tratados desumanamente, tornando-se necessário o reconhecimento desse fato que desonra a humanidade para lembrar ao mundo que tais pessoas devem ser protegidas à luz dos direitos humanos.

Constituindo um tratado de direitos humanos, a CDPD, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, é fruto de uma dívida histórica para com o segmento em questão, como resultado das lutas sociais empreendidas pelo mesmo.

Em relação às pessoas com deficiência, estas ainda enfrentam diversas barreiras, que não são só físicas, mas também sociais⁵⁶. Isso sem falar na falta de acesso digno aos direitos básicos, como saúde, educação, trabalho, locomoção e informação, o que obstaculiza a sua interação e aceitação das pessoas com deficiência no meio social em que vivem.

Assim, a CDPD tem seu texto final aprovado quatro anos depois de sua elaboração, ou seja, em 13 de dezembro de 2006. Em 30 de março de 2007, esse acordo é firmado por 86 nações, dentre elas, o Brasil que, por meio dos Decretos N. 186/2008 e N. 6.949/ 2009, promulga a Convenção e seu protocolo facultativo, tornando-se seu signatário. Tal acontecimento se dá no contexto do 60º aniversário da DUDH e tem como objetivo o cumprimento do que está disposto no artigo 5º da Constituição Federal: “os tratados e convenções internacionais sobre direitos

⁵⁶ Estas são também conhecidas como barreiras atitudinais, que dizem respeito ao preconceito, aos estereótipos e estigmas.

humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional [...] serão equivalentes às emendas constitucionais.”

Como dever dos Estados partes, A CDPD estabelece a promoção e proteção do pleno desfrute dos direitos humanos – concebidos como indivisíveis e interdependentes – pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidade com os cidadãos sem deficiência.

No caso do Brasil, os direitos referentes às pessoas com deficiência, passam a ser inclusos na agenda dos direitos humanos a partir de 1995, embora grande parte daqueles já tivesse sido incorporada no arcabouço da Constituição Federal de 1988. Essa inclusão se dá nos marcos da criação da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério da Justiça e, posteriormente, com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que é implementada pelo Decreto N. 2.193/1997, além da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)⁵⁷.

A SNPD adquire maior importância no momento da ratificação da CDPD em nosso país, tendo como principais atribuições: a coordenação e supervisão do Programa Nacional de Acessibilidade e do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; a emissão de pareceres técnicos sobre projetos de leis voltados à promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, bem como o estímulo à realização de audiências e consultas públicas, a fim de envolver o segmento nos assuntos que o afetam direta e indiretamente; realização de campanhas de conscientização; coordenação de ações de prevenção e eliminação de todas as barreiras (físicas e sociais) que impedem o pleno desfrute de direitos por parte do grupo aqui referido.

Além disso, tal secretaria possui a competência de realização de parcerias e articulações com instituições governamentais e não-governamentais, e entidades representativas de pessoas com deficiência, com o objetivo de implementar a política de promoção e defesa dos direitos daquelas, difundindo, assim, a idéia do desenho universal. Ademais, salientamos que:

Nada aconteceu por acaso ou como benesse. Cada resultado foi marcado pela luta ininterrupta e pela intransigente promoção e defesa dos direitos

⁵⁷Antes denominada Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), foi elevada a subsecretaria em 26 de junho de 2009 através da Lei 11.958 e do Decreto 6.980, de 13 de outubro de 2009. Ela é responsável pela coordenação e articulação das políticas públicas referentes às pessoas com deficiência.

desse grupo. As pessoas com deficiência escrevem no Brasil e na ONU a sua história, cada vez com mais avanços e conquistas que se traduzem em redução das desigualdades e equiparação das oportunidades. (MAIOR, 2008, p. 21).

Haja vista o que foi dito, queremos deixar clara a nossa perspectiva de direitos humanos. Enquanto construção sócio-histórica, tais direitos constituem frutos das lutas sociais empreendidas pelos sujeitos coletivos. Considerando a possibilidade emancipação humana e a conseqüente superação de um modo sociabilidade fundado na exploração, os direitos humanos não se configuram no patamar último a ser alcançado. Ainda assim, aqueles são meios necessários para que alcancemos tal finalidade, isto é, a emancipação humana, ou, nos termos freirianos, a histórica vocação humana de “Ser Mais”.

Não intencionamos, contudo, adentrar nas polêmicas referentes a essa discussão, embora estejamos cientes de sua importância, sobretudo, para o Serviço Social que possui, de acordo com os princípios de seu Código de Ética, compromisso e vínculo intrínseco com a defesa intransigente dos direitos humanos. Salientamos, com isso, a necessidade de o debate sobre a materialização e/ou viabilização ser criticamente apropriado pelos assistentes sociais, de modo particular, os das pessoas com deficiência que, desde os anos 70, vem organizando-se em movimento político, tendo em conta a luta por direitos e cidadania.

Ainda nesse clima de lutas e mobilizações, lembramos que estamos vivenciando a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência⁵⁸, cujo Programa de Ação contém alguns objetivos que as nações participantes, incluindo o Brasil, devem cumprir: promover a conscientização da sociedade; ampliar, melhorar e assegurar o acesso à saúde; assegurar e garantir a educação; assegurar a participação política e inclusão social; eliminação de todos os tipos de barreiras a fim de promover a acessibilidade; promover o acesso ao mercado de trabalho; assegurar o acesso aos programas de seguridade e bem-estar social; promover políticas públicas que assegurem a participação na cultura, no esporte, no lazer e no turismo; promover a cooperação internacional.

⁵⁸ O decênio 2006-2016 foi proclamado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e aprovado, em junho de 2006, em assembléia geral, que se realizou em São Domingo, na República Dominicana.

Tais objetivos visam, assim, a contribuir com a ampliação da cidadania das pessoas com deficiência, através do exercício pleno dos direitos humanos, tendo em vista a construção de uma sociedade mais inclusiva. No entanto, sabemos que não basta declarar ou afirmar direitos.

Esses direitos, como construtos sócio-históricos e, por isso, inacabáveis, dependem das lutas dos sujeitos sociais para a sua efetivação. Logo, não basta dizer: *“na lei é uma coisa, na prática é outra”*. É pela práxis que os seres humanos transformam a realidade em que estão inseridos, na busca do seu *“ser mais”*, diferenciando-se, dessa maneira, dos animais. Os primeiros, porque possuem consciência de si e do mundo, vivem numa relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade. São capazes de ultrapassar situações-limites (fronteira entre o ser e o ser mais) através de atos-limites (superação e negação do já dado). Os últimos, ao contrário, não possuem consciência. Consequentemente, não são capazes de ultrapassar os limites postos. Para eles, o mundo é apenas suporte com o qual não estabelecem uma relação, tal qual é estabelecida por homens e mulheres.

Com isso, tencionamos introduzir a proposta de discussão do item posterior, que tem como finalidade tratar das concepções de deficiência. Tais concepções, que fundamentam os modelos de intervenção (médico e/ou religioso), são também historicamente mutáveis. Isso se dá a partir da mobilização, da problematização e do debate provocados pelos movimentos sociais, que conduzem, ainda, à mudança nas concepções de direitos, não mais tutelados, e nas políticas geradas a partir disso.

Em outros termos, os modelos de interpretação da deficiência têm sido vistos, historicamente, como expressões do entendimento sobre a questão, dando sentido e, ao mesmo tempo, sendo incorporados pela prática social. Nesta acepção, o movimento das pessoas com deficiência cumpre um papel fundamental, no sentido de problematizar e provocar o debate sobre as concepções, como já abordamos acima. Moreira (2012, 2013), em seus trabalhos no XIII ENPESS e no XIV CBAS, corrobora com esse posicionamento ao dizer que os estudos sobre deficiência nascem em um território de militância e investigação teórica, sendo a construção do modelo social um fruto desse processo.

[...] a construção do modelo social da deficiência abriu a possibilidade em não se pensar as pessoas com deficiência somente a partir do seu

significante biológico, instituinte da falta. Desde seu nascimento, esta abordagem vem desafiando os saberes e poderes que têm constituído o outro deficiente como anormal, patológico, inferior e incapaz. Tal modelo ofereceu argumentos que deslocaram as causas da deficiência, vista como limitações de um corpo com lesão, segundo modelo biomédico, para as estruturas sociais. (MOREIRA, 2013 – XIV CBAS).

Portanto, a compreensão da deficiência, numa perspectiva social, traz mudanças significativas para o enfrentamento político da discussão, revelando uma dimensão historicamente ignorada nas formas de lidar com a mesma, qual seja: a responsabilização das estruturas sociais, que não estão preparadas para acolher as diferenças inerentes à condição humana. A deficiência passa a ser entendida, numa perspectiva histórica, cultural, contextual e relacional, como um fenômeno social e político. Trata-se, pois, da construção sócio-histórica da deficiência, também abordada por alguns autores nos eventos científicos do Serviço Social, tanto ENPESS como CBAS.

Isto vem sendo posto em debate desde os anos 1960, quando do questionamento do modelo biomédico (também conhecido como modelo individual⁵⁹) pelo modelo social. E, apesar de o discurso do primeiro ainda possuir grande força, é o segundo que a CDPD acata e incorpora, sendo permeada, assim, pelo conceito de inclusão que se encontra intimamente vinculado aos preceitos do modelo social.

São essas duas abordagens que desafiam saberes e conformam horizontes teóricos, bem como “[...] a forma de ser e de aparecer de políticas e programas sociais fomentados historicamente às pessoas com deficiência” (MOREIRA, 2013 – XIV CBAS), o que pode ser vislumbrado em dois trabalhos do mesmo evento, nos quais se discute o novo modelo de avaliação do BPC à pessoa com deficiência (TEIXEIRA & NUNES, 2013; CORDEIRO, 2013 – XIV CBAS).

Tal avaliação passa a combinar, de acordo com as autoras, os dois modelos de deficiência, o biomédico (já existente desde o início do benefício) e o social. No entendimento de VAZ (2012 – XIII ENPESS), a incorporação da avaliação social como componente do processo geral de concessão do BPC à pessoa com deficiência tem ampliado a concepção de deficiência e apontado para um maior

⁵⁹ Tal perspectiva também é conhecida como individual, devido ao trato que confere à deficiência. Esta é compreendida, segundo a abordagem biomédica, como assunto de saúde-doença com a intenção da cura. As limitações sociais, com as quais as pessoas com deficiência convivem, são aí associadas aos impedimentos corporais, vistos como indesejáveis, e não expressões enraizadas na condição da diversidade humana.

acesso ao benefício, o que é confirmado pelos dados teórico-empíricos da pesquisa de Cordeiro (2013), já referenciada anteriormente. Tal constatação é apresentada, ainda, em outros trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS que, apesar dos recortes e abordagens diversificados, evidenciam a relevância dada ao assunto em pauta (BPC) nos dois eventos, principalmente quando se trata da temática das deficiências.

Esse processo de soma da avaliação social à avaliação/perícia médica tem contado com a determinante atuação do Serviço Social, por ser considerada uma profissão mais aproximada do modelo social de deficiência. A partir dessa concepção, Cordeiro (2013) defende que “[...] a dimensão social inserida na análise dos processos pelo assistente social teve impacto favorável nos resultados finais dos benefícios pleiteados” (CORDEIRO, 2013 – XIV CBAS).

Dito isto, não podemos tratar do debate sobre deficiência sem antes considerar os dois modelos que o permearam historicamente. Eles expressam entendimentos sobre o fenômeno em questão e, conforme mencionamos anteriormente, são incorporados pela prática social e a ela atribuem significados.

Em meio a tantos debates, importa deixar claro que a centralidade, em termos de direitos das pessoas com deficiência, deve estar no entendimento de que estes são direitos humanos e, por isso, desconsideram em seus valores e princípios éticos qualquer critério de classificação, pondo as pessoas em um mesmo patamar que é o de seres humanos. Assim sendo, a aprovação da CDPD e a sua adesão pelo Brasil expressam, além de uma importante conquista, uma peça fundamental na materialização destes direitos. Ademais, o desafio é impedir que tais direitos sejam continuamente violados, embora estejam assegurados e garantidos legalmente.

Mesmo com a relevância da temática, bem como os desafios e debates a ela inerentes, percebemos que a produção de estudos e pesquisas sobre pessoas com deficiência se configura como um campo ainda pouco explorado pelas ciências sociais brasileiras e, no caso específico do Serviço Social, a produção tem se mostrado um tanto insignificante, sobretudo, quando consideramos os dois grandes eventos da área. É o que podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 02 – Comparação do quantitativo de trabalhos sobre pessoas com deficiência nos CBAS e ENPESS por ano de publicação.



As pesquisas e produções sobre pessoas com deficiência nos CBAS têm oscilado, atingindo o seu ponto máximo no ano de 2004, havendo uma queda significativa entre 2007 e 2010, e depois um crescimento tímido em 2013, o que pode ser visualizado, mais detalhadamente, a partir da tabela a seguir.

Tabela 02 – Panorama quantitativo geral dos CBAS (1998-2013).

ANO	TRABALHOS APROVADOS	TRABALHOS SOBRE Pcd/PÓS-GRADUAÇÃO	TRABALHOS SOBRE Pcd/PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DE TRABALHOS/PÓS-GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DE TRABALHOS/PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DE TRABALHOS SOBRE Pcd
1998*	442	2	3	0,45%	0,68%	1,13%
2001*	748	1	7	0,13%	0,94%	1,07%
2004	1500	13	39	0,87%	2,60%	3,47%
2007	835	3	17	0,36%	2,04%	2,40%
2010	1132	3	10	0,27%	0,88%	1,15%
2013	1120	6	15	0,54%	1,34%	1,88%
TOTAL	5777	28	91	0,48%	1,58%	2,06%

Embora estejamos cientes do significativo aumento no número de trabalhos publicados nos CBAS durante o período analisado, o mesmo não é perceptível, pelo menos em termos de relevância, quanto às publicações cuja temática seja pessoas com deficiência, ficando sempre a porcentagem no intervalo

de 1% a 2%, exceto no evento ocorrido em 2004, considerado um ano peculiar em termos de relevância dada à abordagem da temática em questão.

O contexto de realização do XI CBAS se dá em princípios dos anos 2000, quando começa a se consolidar as conquistas, em termos de direitos e garantias voltadas às pessoas com deficiência, materializadas a partir de acordos e legislações (tanto nacionais como internacionais) firmados nos século XX, período analisado como o mais importante no que diz respeito à definição de normas sobre direitos e diversidade humana. É aí também que há um amadurecimento do movimento social do referido segmento, inclusive, no tocante à terminologia utilizada, “pessoas com deficiência”, vinculada ao paradigma da inclusão, não obstante percebamos o uso freqüente da expressão “pessoas portadoras de deficiência” em grande parte dos trabalhos; o que revela a adoção do termo usado pelo arcabouço jurídico-legal brasileiro que, por sua vez, encontra-se sob forte influência do modelo biomédico, conforme veremos ao longo da discussão. Isso acontece, sobretudo, nos trabalhos associados à área da saúde.

Por outro lado, temos a atuação daquele movimento em duas frentes: acessibilidade e equiparação de oportunidades. Como resultado disso, presenciamos, no caso do Brasil, a promulgação do Decreto N. 5.296/2004, que estabelece normas de acessibilidade e eliminação de barreiras espaciais e arquitetônicas dos ambientes físicos. Atento a esses processos e ao movimento da realidade histórico-social, o Serviço Social tende a incorporar tal debate e, no CBAS ocorrido em 2004, presenciamos a inclusão de um eixo específico sobre pessoas com deficiência, bem como um crescimento significativo das publicações relativas à essa temática.

No tocante ao ENPESS, avaliamos como não muito amplo o quantitativo de estudos sobre pessoas com deficiência, principalmente se comparado ao dos CBAS. Mesmo assim, notamos um crescimento progressivo da referida produção ao longo dos anos de realização do evento supramencionado, ao contrário do que acontece no CBAS, o que demonstra uma maior fidelidade dos pesquisadores da temática em relação àquele, não sendo visto aí nenhum tipo de oscilação.

Tabela 03 – Panorama quantitativo geral dos ENPESS (1998-2013).

ENPESS						
TOTAL	TRABALHOS APROVADOS	TRABALHOS SOBRE PcD/ PÓS-GRADUAÇÃO	TRABALHO SOBRE PcD/PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DE TRABALHOS/PÓS-GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DE TRABALHOS/PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	PERCENTUAL DE TRABALHOS SOBRE PcD
2000	230	2	1	0,87%	0,43%	1,30%
2004	535	2	2	0,37%	0,37%	0,75%
2006	745	2	2	0,27%	0,27%	0,54%
2008*	733	4	4	0,55%	0,55%	1,09%
2010*	1078	3	8	0,28%	0,74%	1,02%
2012*	986	13	12	1,32%	1,22%	2,54%
TOTAL	4307	26	29	0,60%	0,67%	1,28%

* APENAS COMUNICAÇÃO ORAL E POSTER

Apesar do maior destaque dado ao ENPESS, em termos de fidelidade dos pesquisadores do campo das deficiências, reconhecemos a participação de alguns destes nos dois eventos, por vezes, com o mesmo objeto, porém com recortes diferentes. Temos, ainda, a inserção de tais autores não só no âmbito da docência e pesquisa, mas na militância e atuação profissional junto às pessoas com deficiência, conforme visualizamos a partir deste trecho:

[...] cabe destacar nossa inserção como docente, pesquisadora autônoma e militante junto às pessoas com deficiência, profissional que atua no campo da Proteção Especial- eixo de proteção social elencado na Política Nacional de Assistência Social (2004) que envolve a atenção às pessoas com deficiências de 2004 a 2008; e como docente ministrando disciplinas transversais ao tema no campo das políticas sociais. (FONSECA, 2010 – XII ENPESS).

Para finalizar, embora os dados apontados acima corroborem com o fato de a deficiência ainda constituir um campo pouco explorado no Serviço Social, não menosprezamos a qualidade das produções sobre pessoas com deficiência nos CBAS e ENPESS analisados, que demonstram, em grande parte, uma sintonia com os debates, concepções e modelos estudados, sobretudo, numa perspectiva social e crítica de deficiência, articulando-a às expressões da questão social, bem como às dimensões investigativa e interventiva da profissão. Tal discussão, por sua vez, será vista de uma forma mais detalhada nas páginas que seguem.

3.3 AS CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E A VISIBILIDADE DO DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Antes de adentrarmos a discussão proposta por este tópico, consideramos necessário o entendimento sobre a adoção da terminologia “pessoas com deficiência”. Assim, de acordo com Sassaki (2002),

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica [...] se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências. (SASSAKI, 2002, p. 06).

Arruda (2012) corrobora com Sassaki (2002), quando diz satiricamente:

Mas por que pessoa com e não pessoa portadora de deficiência? Simples. A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta a sua deficiência: ela tem uma deficiência. Uma pessoa só porta algo que possa deixar de portar, deliberada ou casualmente. [...]. E quanto às necessidades especiais? Melhor deixá-las para o necessário pagamento das contas no final do mês. (ARRUDA, 2012, p. 88).

Em sua discussão acerca da inserção das pessoas com deficiência no ensino superior, Andrade e Silva (2014) asseveram que:

A compreensão da categoria pessoas com deficiência é fundamental para a realização de uma análise aprofundada sobre a elaboração social e histórica de pessoas com essas características, para assim melhor analisar a trajetória de conquistas destes indivíduos na sociedade atual. (ANDRADE & SILVA, 2014, p. 264).

Ou seja, o uso de terminologias referentes a determinados segmentos de nossa sociedade podem velar preconceitos e estigmas que, segundo Ribas (2011), não estão isolados do conjunto das relações humanas, profundamente marcadas pelas desigualdades sociais no contexto do capitalismo.

Em relação a isto, é importante alertar, sobretudo aos profissionais de Serviço Social, que o uso de termos ou conceitos desvinculados da noção de sujeito e cidadania caracteriza práticas de teor preconceituoso e segregador, conforme assevera Cardoso (2008). A referida autora recomenda, pois, a utilização de termos que humanizem e personalizem o sujeito e a sua rede de relacionamentos. Nesta perspectiva, Ribas (1995) considera que a forma como as pessoas são chamadas:

[...] encontra-se imersa num cruzamento entre as condições de vida socialmente estabelecidas pelo nosso país para todas as pessoas, a estruturação existente no interior da família e a imagem que o senso comum

(somado ao preconceito) faz daqueles que *possuem algum tipo de deficiência* ou restrições no corpo. (RIBAS, 1995, p. 29, grifos nossos).

Para o autor acima, a questão não diz respeito à deficiência que o sujeito possui, mas às barreiras que este enfrenta. Tais barreiras podem ser econômicas, sociais, culturais e familiares. Portanto, “[...] os rótulos descritos, quando aparecem soltos ou descontextualizados, nada mais são do que preconceitos infundados” (RIBAS, 1995, p. 30). Sasaki (2002, p. 06) concorda com Ribas (1995), ao assegurar que “os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época”.

Logo, termos como aleijado, defeituoso, incapacitado, excepcional, anormal ou inválido – expressões que são vistas por Ribas (1995) como desgastadas e preconceituosas – foram utilizados freqüentemente até os anos de 1980 (SASSAKI, 2002).

A partir de então, “[...] começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente” (SASSAKI, 2002, p. 07), por meio da influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981. O vocábulo “deficiente” adquire, desta maneira, a função de adjetivo. Paulatinamente, a expressão pessoa portadora de deficiência passa a entrar em uso, sendo geralmente reduzida a “portadores de deficiência”. Já o termo pessoas com deficiência entra em uso reafirmando por volta de meados da década de 1990, permanecendo até os dias atuais.

Neste sentido, retomamos as considerações de Massari (s.d., p. 01) quando a mesma diz: “retornando aos dias atuais, podemos detectar uma sensível evolução dos conceitos”. Bigio (2009) complementa tais afirmações ao escrever:

[...] apenas a partir de meados do século XXI o tratamento dispensado em relação as pessoas com deficiência [...] se daria no sentido de integrá-las com base em seus direitos enquanto seres humanos e indivíduos nascidos em dada sociedade. (BIGIO, 2009, p. 01).

Apesar de enfatizar o modelo médico de deficiência em detrimento do modelo sociocultural, o artigo quinto do Decreto 5.296/2000 considera como pessoas com deficiência todo aquele que “[...] possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades e se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física [...] deficiência auditiva [...] deficiência visual [...] deficiência mental [...] deficiência múltipla [...]”. O que demonstra uma imensa dificuldade de definição de tal conceito, conforme é pontuado por Ribas (2011).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo, através da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), não se propõe a definir as deficiências, e sim inseri-las em um contexto social onde elas possam ter alguma possibilidade de inclusão. Este documento, que se encontra em dissonância com a legislação brasileira, “[...] não tem o objetivo de rubricar as pessoas” (RIBAS, 2011, p. 18). Ao arraigar as deficiências num conjunto de situações mais amplas, as mesmas são tratadas em sua transversalidade, perpassando as relações de gênero, geração, raça/etnia e classes sociais, e atravessando determinadas sociedades e momentos históricos. É neste sentido que a CDPD, em seu artigo primeiro, define tais pessoas como:

[...] aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em termos biológicos, a deficiência caracteriza-se “[...] como sendo uma alteração física, psíquica ou sensorial capaz de causar dificuldades de orientação, locomoção, cognição ou comunicação” (ANDRADE; SILVA, 2014, p. 264). As pessoas com deficiência, continuam as autoras, são biologicamente vistas como aquelas que, comparativamente aos tidos “normais”, possuem alguma limitação na prática de atividades cotidianas, mas que, com a devida atenção e (re) habilitação, lhes é possibilitada uma vida mais autônoma, com o exercício natural das ações do dia a dia.

Na língua portuguesa, conforme Ribas (2011, p. 12), o termo deficiência sempre será pejorativo, sinônimo de “[...] insuficiência, de falta, de carência e, por extensão de sentido, de perda de valor, falha, fraqueza, imperfeição”. A palavra estabelece e representa uma imagem de deficiência que “[...] está relacionada a possíveis seqüelas que restringem a prática de uma atividade e, por conseqüência, esta incapacidade se associa às dificuldades na interação das pessoas com deficiência na sociedade” (ANDRADE; SILVA, 2014, p. 265).

Partindo da CIF, Ribas (2011) também analisa a representatividade das condições sociais nas situações vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Para ele, uma pessoa com deficiência que vive na pobreza e mora na favela, muitas vezes, não detêm condições dignas de acesso aos bens e políticas sociais, como saúde, educação e lazer. Situação totalmente divergente daqueles que gozam de

melhores condições de vida, lazer, bons tratamentos e atenção especializada, que viabilizam oportunidades de transposição dos obstáculos. Na primeira situação, como afirma o autor, a pessoa será mais deficiente do que outra que está inserida num contexto sócio-econômico mais favorável.

Em seu artigo sobre o convívio da sociedade com as pessoas com deficiência, Aranha (2001) propõe:

[...] ser a deficiência uma *condição social* caracterizada pela limitação ou impedimento da participação da pessoa diferente nas diferentes instâncias do debate de idéias e de tomada de decisões na sociedade. A autora atribui o processo de desqualificação ao fato da pessoa com deficiência ser considerada, no sistema capitalista, um peso à sociedade, quando não produz e não contribui com o aumento do capital. (ARANHA, 1995 apud ARANHA, 2001, p. 18, grifos da autora).

Logo, a deficiência não é só uma condição biológica, mas possui desdobramentos sociais, que são a causa da segregação e do estranhamento das pessoas com deficiência em sua relação com a sociedade. Ademais, trata-se de uma construção social, através da qual é vista como algo que foge dos padrões de normalidade referentes ao corpo e ao comportamento.

É assim que Fernandes (2012a), ao partir de uma concepção relacional na compreensão do campo social e das pessoas que nele estão inseridas, afirma que a expressão das diferenças tem sido subjugada, historicamente, pela criação de padrões naquele campo, onde se dá a produção da cultura da normalidade.

Acerca deste aspecto, como acentua Fernandes (2012a), a análise da questão da diversidade requer o entendimento de que uma multiplicidade de expressões é posta em um mundo padronizado, onde a estática se sobrepõe à dinâmica. Verificamos, assim, uma relação paradoxal entre diversidade e tendência unificante existente no social:

[...] se há um movimento próprio de tudo aquilo que está colocado no universo da vida humana, tudo sempre está em mutação, mas também existe, nesse mesmo universo, a conservação de normas, padrões e regulamentos para que o caos não se estabeleça. O problema aqui diz respeito à *sobreposição da estática à dinâmica*; se esses dois aspectos fazem parte do real, um sobrepor-se ao outro leva a *situações concretas de desigualdade de condições*. (FERNANDES, 2012a, p. 17, grifos nossos).

Ainda de acordo com a autora, há uma reprodução, pelas diversas instituições, de um “processo social da igualização”. Neste âmbito, as diferenças não são aceitas e, por vezes, são reprimidas. Vive-se sob uma condição social em que

se exige das pessoas a adequação a um padrão que determina um modo de ser que não fuja às normas estabelecidas. Como consequência, temos a segregação, o isolamento e a separação daqueles que se “desviam do caminho da padronização/normalização”.

Essa normalização das relações sociais, que é opressiva do ponto de vista das subjetividades e singularidades dos sujeitos, gera um “negativismo” referente às pessoas com deficiência. Tal “negativismo” tem a sua *raiz* no *modelo competitivo da vida social* que eleva os “vencedores” e diminui os “perdedores”. A partir dessa lógica, ocorre uma separação das pessoas entre “normais” e “desviantes”, em que presenciamos a segregação das últimas, que são expulsas da chamada “sociedade da normalização”, nos termos utilizados por Fernandes (2012a).

Enquanto característica básica do momento de institucionalização do social, o processo de padronização e/ou normalização exige uma convenção de uniformidade e, em sua função, cria-se a dificuldade de aceitação e inserção social do diferente e da mudança. A partir desse momento de relação com os outros e estabelecimento de vínculos com a realidade e o seu contexto, o indivíduo, que se caracteriza por ser diferente em sua essência, depara-se com o “normal”, ou seja, tudo aquilo que se orienta por uma padronização social, ou, nas palavras de Lippo (2012), tudo o que é construído social, cultural e historicamente, portanto, variável no tempo e no espaço. Nessa relação conflituosa entre sujeito e atmosfera de normalidade, apaga-se ou risca-se:

[...] a possibilidade para a observação individual no grupo. Confere, dessa forma, uma concepção de *invisibilidade do indivíduo no social*. Os *indivíduos passam a não ser vistos como indivíduos*, pois revestem uma conjuntura e estrutura de socialização. (SCHNEIDER, 2012, p. 32, grifos nossos).

Devido ao processo de normalização, cria-se uma dificuldade de inserção social daquilo que é diferente, não havendo uma aceitação da mudança. Isso é o que caracteriza uma atmosfera de normalidade, na qual ocorre a absorção (consciente ou inconsciente) de determinados modelos.

Portanto, normalidade e segregação são questões intimamente vinculadas, uma vez que aquilo que não é considerado “normal” é tido como

“desviante”, algo que se deve esconder. Como “sujeito desviante”, física, sensorial, mental e comportamentalmente, a pessoa com deficiência:

[...] representaria, para o ser humano ‘normal’, a lembrança e a representação concreta de sua incompletude, de sua imperfeição e da certeza de que não é, nem nunca será, aquilo que sonha: um ser perfeito. [...] para ser ‘perfeito’, muito é preciso reprimir, e, para ser diferente, arca-se com uma culpa muito grande. (LIPPO, 2012, p. 59).

Essa situação de segregação, segundo Fernandes (2012a), é reproduzida em diferentes níveis, incluindo a família⁶⁰ que, historicamente, exerceu e exerce papel fundamental na vida das pessoas com deficiência, seja nas práticas de proteção e cuidado, seja nas de isolamento, principalmente por vergonha da deficiência. Nesse espaço, também se incluem a negação da autonomia e da

⁶⁰ Historicamente, a família tem desempenhado um papel central na vida das pessoas com deficiência, o que deve ser sempre apreendido a partir de uma perspectiva sócio-histórica (e não natural). A partir desta perspectiva, a família é apreendida em sua função socializadora. Porém, não se podemos desconsiderar que tal instituição é influenciada pelo modo de sociabilidade no qual está inserida. Dessa maneira, muitas questões enfrentadas pela família não devem ser concebidas, meramente, como “problemas” de cunho individual, conforme aponta Silva (2012, p. 12) ao conceituar a referida categoria: “são pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos, tem função primária socializadora, há, portanto, uma reprodução ideológica, de costumes, de regras, valores. É necessário apreendê-la como plural, *inserida em um contexto de profunda desigualdade social, pois, muitas de suas necessidades não podem ser supridas, descartando o viés de culpabilização individual*” (grifos nossos). Para Madeira (2010), é necessário entender a família no contexto do capitalismo contemporâneo em suas principais expressões (neoliberalismo, reestruturação produtiva, globalização econômica e cultural), transitando da dimensão macroeconômica para as relações microfísicas presentes nas configurações familiares. Bruschini (2000), partindo de uma compreensão crítica sobre a categoria família, diz que esta é atravessada por uma ampla e contraditória questão. Dessa forma, para compreendê-la, é preciso dissolver sua aparência de naturalidade, inserindo-o dentro de um ponto de vista histórico. Existe uma variabilidade de estruturas familiares que se diferenciam conforme o tipo de sociedade e momento histórico. Há, ainda, uma diversidade conceitual quando se trata de família, cujo entendimento varia conforme a dimensão enfatizada (sociológica, antropológica, psicológica, marxista etc.). Nesta concepção, entendemos família como grupo social não natural, mutável (de acordo com o tipo de sociedade e com a história), e que engloba uma diversidade conceitual. Corroborando com a perspectiva defendida por Bruschini (2000), Durham (2004) concebe família como “*produto mutável da atividade social*”. Tendo em vista a perspectiva crítica de família, consideramos necessário o rompimento com as concepções que tendem a naturalizá-la. A partir do paradigma interdisciplinar proposto por Canevacci (1984), a família deve ser vista como construção sócio-histórica. Assim sendo, perceber as famílias (no sentido plural) sob uma ótica social e histórica significa levar em conta a multiplicidade dos modelos (famílias recompostas ou recombinações, constituídas por homossexuais, homoparentais etc.). Isso não quer dizer que a instituição família se encontra “ameaçada”. Pelo contrário, estamos apenas afirmando que o modelo nuclear não constitui o único possível, e que família não é somente aquela vinculada através de laços cosanguíneos, mas também através da afetividade. Portanto, o que levamos em conta, partindo da análise de Madeira (2010), é o contexto histórico e social, bem como os recortes de classe, étnico-racial, territorial/regional, de gênero e geração, e de orientação sexual; afastando-se da perspectiva familista que culpabiliza as famílias e as percebe como “desestruturadas”. Na verdade, não podemos falar em “famílias desestruturadas”, e sim em famílias inseridas num contexto vulnerabilizante, em que as políticas públicas são escassas e/ou focalizadas nos segmentos mais pauperizados da população, o que se reatualiza com o neoliberalismo. Neste sentido, compreender a família contemporânea requer a apreensão do capitalismo em suas atuais expressões.

independência, bem como o poder decisório dos que possuem alguma deficiência, podendo ser a família compreendida como campo de reprodução das opressões e preconceitos, ou até mesmo da violação de direitos, restringindo o planejamento e a realização dos projetos individuais daqueles sujeitos. Concordando com isso, Cerignoni e Rodrigues (2005) entendem que:

A família exerce grande influência na formação da pessoa. Quando ela se coloca, solidária e positivamente, a favor da pessoa humana, as deficiências e limitações quase sempre são superadas com tranquilidade. Mas, devido ao preconceito, a família se torna reprodutora das opressões e repressões. Por sentir vergonha da situação e considerar a pessoa com deficiência como inútil, nega-lhe o direito à alegria, ao prazer, à realização humana e afetiva, à convivência social, ao trabalho, à espiritualidade. A família restringe-lhe o espaço e a mobilidade, tornando-a medrosa, insegura, dependente e sem esperanças. Devido aos mesmos medos e preconceitos, outras famílias superprotegem seus membros com alguma deficiência, impedindo sua independência e realização das experiências [...] de cada faixa etária. (CERIGNONI & RODRIGUES, 2005, p. 07).

Ao olharem para o déficit, os “cuidadores” muitas vezes desistem de investir nas potencialidades da pessoa, somente pelo fato de esta possuir alguma deficiência. Como assegura Fernandes (2012a, p. 26), “a *velha idéia de que as pessoas com deficiências vivem por menos tempo* está ligada ao fato de essas pessoas não receberem os cuidados adequados na infância” (grifos nossos). Não é o que percebemos, por exemplo, em *A teoria de tudo*⁶¹.

Um filme dramático sobre amor e capacidade de transposição dos obstáculos socialmente impostos, *A teoria de tudo* é uma adaptação da obra biográfica escrita por Jane Wilde Hawking, em que esta fala de seus anos ao lado de Stephen Hawking, considerado como um dos mais célebres astrofísicos de todos os tempos.

Em 1963, quando estudava Física na Universidade de Oxford, Stephen decidiu encontrar uma teoria que explicasse o Universo. Neste momento, já depois de ter conhecido Jane, uma estudante de artes por quem se apaixonou, o jovem foi diagnosticado com uma doença incurável e degenerativa, esclerose lateral amiotrófica, levando-o à perda permanente de seus movimentos musculares. Os

⁶¹ A teoria de tudo, produzido em 2014 nos EUA e lançado no Brasil em 2015, é uma adaptação da obra biográfica, *Travelling to Infinity: My Life with Stephen*, de Jane Wilde. Dirigido por James Marsh, seu elenco é composto por Eddie Redmayne, no papel do astrofísico Stephen Hawking, Felicity Jones, no de Jane Wilde, dentre outros atores, como Tom Prior, Harry Lloyd e Emily Watson. Vencedor de dois Globos de Ouro de melhor ator (Redmayne) e melhor banda sonora original (Jóhann Jóhannsson), o filme foi indicado ainda a cinco Óscares, dentre eles, de melhor filme, melhor ator e melhor atriz (Redmayne e Jones, respectivamente).

médicos, por sua vez, não deram a Stephen mais do que dois anos de expectativa de vida. Ele se casou com Jane, com quem teve três filhos, Lucy, Robert e Timothy. Apesar da perda gradual de suas capacidades físicas, Hawking conseguiu ir além das barreiras que lhe foram impostas, sem nunca perder a sua incrível vontade de viver nem a sua genial capacidade de se admirar com o Universo. Para isso, contou com o apoio da esposa e de alguns amigos.

Muito além da cadeira de rodas, a vida de Stephen Hawking não se resume ao fato de ser um gênio “paralisado” por uma doença degenerativa. Com 73 anos de idade, mais do que a esperança de vida dada pelos médicos, ele é um aventureiro que viajou o mundo e escreveu diversas obras, dentre elas, *Uma breve história do tempo* (1988) e *A teoria de tudo: a origem e o destino do universo* (2002). *A teoria de tudo* trata-se, pois, de um filme comovente que fala sobre a história de um casal peculiar. Não só porque um dos parceiros tem esclerose lateral amiotrófica, mas pelo mesmo ser consagrado como uma das poucas estrelas que a Ciência produziu.

Sem olhar apenas para o déficit, o que Hawking conseguiu dar continuidade aos estudos, escrever e criar uma família. Mas, não o fez sozinho. Ele saboreou uma fatia da felicidade porque teve o amor e o incentivo de Jane, com quem viveu durante três décadas e cujo papel foi notável na vida do grande cientista. O filme destaca-se, sobretudo, pelas brilhantes interpretações de Eddie Redmayne (Stephen Hawking) e Felicity Jones (Jane Wilde).

Quem vê *A teoria de tudo*, precisa estar preparado para uma inesquecível viagem pelas vidas e memórias de Stephen e Jane. É, acima de tudo, uma jornada de constante luta desta “mente brilhante aprisionada num corpo que não funciona” frente às adversidades e barreiras impostas pela sociedade dos ditos “normais”, onde as pessoas e, de um modo geral, as diversas instituições sociais parecem ter dificuldade em enxergar a pessoa com deficiência como ser humano integral, não fragmentado e não reduzido à sua parte deficitária. Com isso, queremos chamar a atenção para o risco de perpetuação da segregação que se localiza:

[...] no fato de não pressionar o conjunto dos outros segmentos sociais para o entendimento e o reconhecimento da diversidade humana. Em uma prática separatista, descaracteriza-se a responsabilidade da sociedade em apresentar condições alternativas que incluam as pessoas com deficiência e as suas peculiaridades. A sociedade deve adaptar-se às diferenças, oferecer acessibilidade e ser inclusiva. (FERNANDES, 2012a, p. 28).

A temática da diversidade não está deslocada do contexto sócio-histórico que envolve todos os seres. Essa imbricação ser/sociedade “[...] indica uma verdadeira unidade entre ambos. O ser se constrói em sociedade, e esta é construída a partir da dinâmica movimentação entre os seres” (LIPPO, 2012, p. 11). Sendo assim, no debate de toda e qualquer problemática humana, não podemos ficar alheios à discussão contextual na qual aquela está mergulhada, pois, como afirma Fernandes (2012a, p. 28), “se de um lado os condicionamentos físicos abatem os seres, de outro lado o contexto onde se desenvolvem vai dar a eles direcionamentos diferenciados.”

No tocante às pessoas com deficiência, várias instâncias sociais têm realizado, desde os anos 1980, uma discussão com avanços significantes, contrapondo dois modelos de apreensão das deficiências: o modelo médico, que visa à adaptação do sujeito à sociedade; e o modelo social, no qual se considera não só a deficiência em si, mas a associação desta a um meio social que, por ser discriminatório, impede a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência na sociedade, em iguais oportunidades com os demais indivíduos.

Dentro do modelo social, observamos a coexistência de duas vertentes:

[...] a primeira geração com a crítica ao sistema e às barreiras impostas que impossibilitam sua independência e a segunda geração, das feministas, que traz um novo elemento para o debate, a dimensão do cuidado como meio de promover a justiça social para as Pessoas com Deficiência, que por conta do grau de suas lesões, não têm como alcançar o ideário de independência, mas necessitam do cuidado, muitas vezes por parte da família para ter acesso e viverem plenamente seus direitos e liberdades fundamentais. (SILVA, 2012, p. 11).

Os primeiros teóricos do modelo social, que se agruparam na chamada “primeira geração”, inspiraram-se no materialismo histórico ao lançarem mão de argumentos vinculados aos valores capitalistas de produtividade e funcionalidade, a fim de explicarem as opressões vivenciadas pelas pessoas com deficiência.

[...] para estes teóricos, a pessoa com deficiência era um sujeito produtivo tal como a não deficiente, sendo necessária eliminar as barreiras sociais, principalmente arquitetônicas e de transporte, para o desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades. O corpo com lesões neste debate era negligenciado, face ao compromisso com o projeto da independência. Dor, sofrimento, limites corporais foram reservados à esfera da vida privada. (MOREIRA, 2013 – XIV CBAS).

Todavia, entre os anos 1990 e 2000, o modelo social passa por uma revisão, com o ingresso da perspectiva feminista que constitui, assim, a segunda geração de teóricos do referido modelo. As contribuições dessa vertente vêm revigorar a tese social de deficiência, ao mesmo tempo em que acrescentam novos elementos ao enfrentamento político da questão.

Os aportes da vertente feminista desafiaram não só os defensores da abordagem biomédica, mas também os teóricos da primeira geração do modelo social que, sendo homens em sua maioria, foram considerados pelas feministas como “membros da elite dos deficientes”, não representantes dos interesses de grande parte das pessoas com deficiência, sobretudo, as que possuíam deficiência intelectual.

A crítica das feministas aos primeiros teóricos do modelo social se baseava no fato de que tal grupo lutava para se inserir no processo produtivo característico da sociedade sobre a qual teciam críticas. Ao invés disso, a segunda geração propunha-lhes a necessidade de uma ampla reformulação dos princípios regentes da vida coletiva em torno do trabalho.

Ao levantar e introduzir elementos para se problematizar a temática da deficiência, a geração feminista propõe, assim, o desafio de refletir sobre as diversas formas de experienciar a deficiência, bem como sobre o lugar reservado ao corpo com lesões: algo preponderante para o modelo médico e negligenciado pelos primeiros teóricos do modelo social.

Subentendemos, então, o papel da sociedade enquanto principal agente excludente do segmento em questão. Entretanto, não podemos desconsiderar outras dimensões referentes à deficiência, como o trato da subjetividade na experiência do corpo com limitações, o que requer uma discussão não somente sobre a deficiência, mas sobre o significado de viver em um corpo que possui singularidades mais marcantes, embora saibamos serem as especificidades algo inerente à condição humana que traz consigo a expressão das diferenças.

A crítica feminista vem possibilitando ao modelo social contemplar novas dimensões afetas à deficiência, tornando esta abordagem mais complexa e revigorante, bem como vem acrescentando novos componentes a serem considerados no tratamento político da questão. Aspecto que reforça a necessidade da realização de estudos que abranjam outros objetos acerca do tema. (MOREIRA, 2013 – XIV CBAS).

Ademais, estamos cientes de que a análise não pode ser desprovida da consideração de um contexto social mais amplo, pois compreendemos que a deficiência não se reduz somente ao indivíduo. Logo, não cabe à pessoa com deficiência “adaptar-se” ou “reabilitar-se” à sociedade, mas esta se preparar para receber e acolher aquela. É com este intuito que Fernandes e Azevedo (2010), em trabalho do XIII CBAS, tecem críticas em torno da cultura da normalidade:

A cultura da normalidade, infelizmente é algo que diz respeito a uma construção histórico social, mesmo sendo essa diferente da realidade subjetiva dos seres humanos. Normalidade não faz sentido, se for considerada a magnitude e a singularidade da vida humana. Levando-se em conta a imprecisão de tudo que diz respeito ao humano, a palavra normalidade se esvazia, se perde em meio a um dinamismo que não se enquadra em nenhum padrão. Todas as pessoas são diferentes umas das outras, incompletas, imperfeitas e assim se faz a caracterização de seres humanos, em um dia-a-dia com inúmeras restrições impeditivas. Espera-se que o trabalho com as diferenças sirva para desconstituir os empecilhos que restringem a expressão da vida e para desmontar o mito da perfeição, que se estiver presente nos “céus”, não o estará na “Terra”, por certo. (FERNANDES; AZEVEDO, 2010 – XIII CBAS; FERNANDES, 2012b – XIII ENPESS).

Essa crítica à chamada “cultura da normalidade” é inicialmente apresentada por Fernandes (2004, 2012b) em ensaio teórico no IX ENPESS e posteriormente desenvolvida por ela em trabalho no XIII ENPESS. Em ambas as produções, a autora assevera que o desenvolvimento daquela cultura se dá a partir de uma lógica que dicotomiza os seres humanos em: normais/anormais, iguais/diferentes, perfeitos/deficitários. Trata-se, pois, de uma interpretação fracionária da realidade dos sujeitos e a consequência disso é a segregação e/ou exclusão de todos aqueles que não se encontram no padrão de normalidade imposto pelo contexto social.

No IX e XIII ENPESS, Fernandes (2004, 2012b) destaca, ainda, a relevância do papel dos movimentos sociais organizados na desconstrução da cultura da normalidade, que aponta para a possibilidade de acesso à vida social por uma via única. Nesta perspectiva, a mesma recomenda a necessidade de “práticas inclusivas”, o que não significa juntar as diversas culturas e idéias num só espaço físico, mas a real conexão e relação entre as diferenças. Portanto, é preciso realizar um trabalho que vá à raiz da dificuldade de interação com as “diferenças/deficiências”, o que requer:

[...] a transformação de velhas concepções e a garantia de acesso a recursos adequados a fim de que a diversidade possa ser contemplada nos

espaços sociais. O que, por sua vez, pressupõe investimento econômico e cultural. Faz-se necessário conhecer as inúmeras possibilidades existentes em termos de tecnologia assistida, recursos de comunicação, adequação ambiental, etc., que possam oferecer às pessoas portadoras de deficiência condições de equiparação de oportunidades às outras pessoas. (FERNANDES, 2004, 2012b – IX e XIII ENPESS).

O problema, como defende Schneider (2012), está com a sociedade que fortalece o chamado “processo de ritualização da normalidade”. Por reproduzir o conformismo e o conservadorismo, essa mesma sociedade:

[...] prefere manter e transferir a deficiência, assim como a culpa, para a própria pessoa. A sociedade, de uma forma específica, fortalece o processo de repetição através dos rituais de procedimentos denominados como normais. Essa *ritualização da normalidade* é possível porque, no modelo e na estrutura sociais, não se abre um espaço para incorporar novas situações. (SCHNEIDER, 2012, p. 37, grifos nossos).

Considerando essas afirmações, podemos mencionar a existência de um significado social da deficiência, sempre perpassado por olhares que não sabem perceber na diversidade a condição do ser humano. A incompletude, neste sentido, é um elemento constitutivo das pessoas, porém não é socialmente aceita, sobretudo, quando se mostra de maneira explícita e visível, daí a vivência das diversas formas de estigmatização e preconceitos pelas pessoas com deficiência, em específico, e por todas as outras que expressam as suas diferenças, de modo geral. É assim, portanto, que presenciamos a expulsão e/ou segregação de pessoas que, de certa forma, não se encaixam nos padrões da sociedade, segundo o qual o ser humano só pode ser visto como tal quando não se diferencia.

A discussão das deficiências e suas peculiaridades que requerem adequações no modo de viver e nas condições de vida das pessoas em sociedade é algo que diz respeito ao conjunto da sociedade, uma vez que as diferenças são constitutivas, de um lado, da condição humana. De outro lado, nossa cultura social não admite as diferenças estigmatizando os sujeitos que não se enquadram nos padrões de comportamento e de produtividade. O mundo do capital trabalho admite que suas mercadorias tenham valor de uso e de troca, na medida em que todas as pessoas possam estar uniformizadas para ‘ser capaz’ produzir e reproduzir o capital. (FERNANDES; AZEVEDO, 2010 – XIII CBAS).

Assim, de acordo com Schneider (2012), há uma dificuldade de se encontrar uma clara conceituação para deficiência, o que representa para o mesmo:

[...] as limitações de compreensão que se têm sobre quem é o ser humano. O ponto de partida pauta-se numa visão genérica das pessoas e não dos indivíduos. Tal situação faz com que a atenção que se atribui a cada indivíduo em suas peculiaridades seja, em sua grande maioria, superficial e circunstancial. (SCHNEIDER, 2012, p. 36).

Portanto, é possível inferir que “[...] a deficiência, na sua abrangência e complexidade, demarca a compreensão que os indivíduos de uma sociedade têm sobre determinadas situação e realidade relativas às deficiências dos indivíduos” (SCHNEIDER, 2012, p. 38). É assim que Severino (2006), em seu trabalho no X ENPESS, refere-se a uma multiplicidade de concepções sobre deficiência e pessoas com deficiência, bem como a polêmicas em torno da terminologia e denominações utilizadas, o que, de acordo com a autora, pode variar com o momento histórico e a sociedade em que tal segmento social está situado. No caso do trabalho referenciado, a análise se detém à sociedade capitalista, caracterizada como “estruturalmente excludente”.

Para Lippo (2012), a deficiência é um “fenômeno relacional”. Nesta perspectiva, trata-se de:

[...] uma situação e não um estado definitivo, determinado apenas pelas incapacidades do indivíduo; *é uma situação criada pela interação entre a limitação física, sensorial, mental ou comportamental e o obstáculo social que impede ou dificulta a participação nas atividades da vida cotidiana.* (LIPPO, 2012, p. 59, grifos nossos).

Partindo dessa compreensão, o autor faz uma crítica à expressão “pessoas com deficiência”, que é, inclusive, empregada entre aspas pelo mesmo, demarcando a necessidade de um aperfeiçoamento e/ou superação dialética daquela:

De fato, a expressão ‘pessoas com deficiência’ centra-se em um déficit e não na diferença ou particularidade e tampouco na capacidade do indivíduo. Somos, portanto, favoráveis à sua *superação dialética*, isto é, pela construção de uma nova denominação que denote um conceito mais abrangente e menos estigmatizador da pessoa que porta uma ‘diferença restritiva’, principalmente através da participação ativa e propositiva dos diretamente atingidos por essas definições. (LIPPO, 2012, p. 62, grifos nossos).

Apesar dessa crítica, Lippo (2012, p. 73) recomenda o uso do termo, mas, ao mesmo tempo, pondera: “a mudança de nomenclatura, por si só, não transforma o sentido dado aos termos; *há uma transformação cultural que tem de ser consolidada*” (grifos nossos).

Considerando tal ponderação, problematizamos a utilização do termo “pessoa portadora de deficiência” em trabalho publicado no IX ENPESS. Neste relato de pesquisa, cujos resultados e conclusões são semelhantes aos de um trabalho apresentado no XI CBAS, Almeida e Xavier (2004) fundamentam-se na

literatura jurídica brasileira para justificar a opção pelo referido termo. Apesar disso, reconhecem a existência de uma discussão que, à época, já intencionava padronizar mundialmente o uso da expressão “pessoas com deficiência”.

[...] neste estudo, fez-se a opção pela utilização do termo *pessoas portadoras de deficiência*, tendo em vista a sua maior utilização na literatura jurídica brasileira. Conforme tem sido adotado atualmente nas legislações pertinentes, a exemplo da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência o conceito de deficiência é definido como: [...] *toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.* (ALMEIDA; XAVIER, 2004 – IX ENPESS, grifos das autoras).

No trecho acima, podemos observar a prevalência do modelo biomédico de deficiência, vinculado ao paradigma da integração, principalmente quando parte da concepção de deficiência presente na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O documento que regulamenta tal política – Decreto N. 3.298/1999 – está baseado no referenciado modelo quando foca a deficiência como algo que deve ser ajustado, a fim de ser enquadrado na ordem posta como normal e aceitável.

Porém, cada documento possui, em seu tempo, sua devida importância e contribuição para a construção da garantia de direitos que, como ressaltam Gomes e Valença (2008), é fruto de um processo histórico, resultado dos avanços referentes às discussões internacionais e lutas pela chamada “sociedade inclusiva”.

[...] tais garantias foram resultado de um processo que constituiu fases de avanços em relação às discussões estabelecidas internacionalmente. Assim, cada fase representou um marco histórico que deu subsídios para o avanço das leis específicas. Foram leis que refletiram a busca por uma sociedade inclusiva que dessem condições equitativas para que as pessoas com deficiência tivessem condições de igualdade e, conseqüentemente, pudessem ser entendidas sob o viés da pluralidade e como tal como sujeitos que apresentam habilidades para desenvolverem-se socialmente devendo para isso ter os meios apropriados para sua plena interação social. (GOMES; VALENÇA, 2008 – XI ENPESS).

É interessante notar, antes de tudo, a mudança e até mesmo coexistência dos termos e/ou conceitos ao longo dos anos de realização dos eventos aqui abordados (CBAS e ENPESS). Assim, o trabalho de Fonseca (2010), no XII ENPESS, trata dos modelos de interpretação da deficiência mais na perspectiva de complementação do que de exclusão entre ambos. A deficiência é entendida, neste

sentido, como um fenômeno complexo, biológico/individual e, simultaneamente, social.

Trata-se [...] de dois modelos mais complementares do que excludentes, já que a deficiência é ao mesmo tempo um fenômeno biológico, individual e social, que se expressa na interação dos indivíduos com o contexto em que vivem. Sendo um problema complexo, o modelo de deficiência engloba e compreende múltiplas dimensões e aspectos sociais significativos: estigma, preconceito, exclusão, entre outros. (FONSECA, 2010 – XII ENPESS).

Ainda levando em conta o debate sobre termos e concepções, Lippo (2012) propõe a superação dos enfoques tradicionais – *corpo, saúde e doença* na perspectiva médica ou da saúde; *inclusão/exclusão* na ótica da educação; e *assistencialismo* na visão da assistência social – na abordagem da “deficiência”, expressão empregada entre aspas pelo autor, o que indica, conforme o mesmo uma necessidade de aperfeiçoamento. Tal debate, como assevera, é situado:

[...] no plano mais geral dos processos de gênese e desenvolvimento dos processos sociais, entendendo que a “deficiência”, em última análise, está na própria sociedade e em seus múltiplos processos de produção e reprodução, e que, com as pessoas, singulares e únicas, existe apenas a diferença ou alteridade. (LIPPO, 2012, p. 13).

Nesta concepção, consideramos pertinente mencionar o filme “*Intocáveis*”⁶², lançado no Brasil em agosto de 2012. O fascínio da obra está na mensagem que deixa subentendida: pessoas com deficiência, acima de tudo, são pessoas que possuem anseios e desejos; que, além disso, relacionam-se com o mundo no qual estão inseridas, e manifestam sua sexualidade de diferentes formas.

No caso de Philippe, o personagem com tetraplegia, o seu prazer está atrelado ao simples toque das orelhas. Tal fato vem corroborar com o pensamento de Ribas (2011), para quem a sexualidade, para além da busca da “proeza sexual”, é firmada pelo afeto que envolve dois corpos, o que requer não o desempenho, mas a liberdade.

⁶² Dirigido por Olivier Nakache e Eric Toledano, dois grandes atores e cineastas franceses, este drama (com uma dose especial de comédia) é inspirado em fatos reais. Conta a história de Philippe – vivido por François Cluzet –, um aristocrata francês que fica tetraplégico após um acidente. Philippe contrata o ex-presidiário e morador da periferia, Driss – interpretado pelo ator e humorista, Omar Sy, também vencedor do prêmio César (correspondente ao Oscar) de melhor ator, tendo sido a primeira pessoa negra a receber tal premiação –, para ser o seu cuidador. O que deveria ser apenas uma experiência, acaba se tornando algo muito mais profundo – a amizade –, o que revela a beleza e encantamento do filme. Um dado importante, conforme revela o site Os Paparazzi, é que *Intocáveis*, com mais de 19 milhões de espectadores, foi considerado o filme mais visto na França em 2011. Em Fortaleza, o filme contou com uma pré-estréia no III Festival Varilux de Cinema Francês, realizado no Shopping Del Paseo, entre os dias 16 e 17 de agosto de 2012, e outra no Iguatemi, no dia 25 do mesmo mês, onde houve também um debate coordenado por Flávio Arruda.

Outro ponto interessante refere-se a uma das falas de Philippe: “[a] minha deficiência não está nessa cadeira de rodas, mas sim está sem ela”. E, mais uma vez, concordamos com Ribas (2011, p. 73) quando diz: “[os] equipamentos usados pelas pessoas com deficiência [...] são a extensão do próprio corpo”, a fim de promover, conforme o autor supracitado, a liberdade e autonomia destes sujeitos.

A deficiência não deve ser vista como o único fator preponderante na vida dos sujeitos que a possuem, sendo estes tachados, muitas vezes, pelo senso comum de “portadores de necessidades especiais” ou simplesmente “pessoas especiais”. Contudo, tal condição não pode ser esquecida, principalmente quando a questão está relacionada à elaboração de políticas públicas voltadas a segmentos historicamente invisibilizados pela sociedade. Sobre isto, Arruda (2012) se posiciona:

Antes atingidas diretamente por padrões de normalidade que as colocavam fora da norma socialmente hegemônica e as cobriam com um manto de invisibilidade, sua presença na vida social pode provocar atitudes como a de fazer de conta que a deficiência não existe. Atitudes como essa podem, por exemplo, prosperar a falta de acesso ou impedir a acessibilidade física [...], pois a negação da deficiência e de suas necessidades singulares produz a consequente negação de eventuais barreiras e sua continuidade como obstáculos urbanos. (ARRUDA, 2012, p. 94)

Portanto, o debate que estamos sugerindo se encontra em discrepância tanto com atitudes preconceituosas – que tendem, por um lado, “demonizar” as pessoas com deficiência, destituindo-as de seus anseios e vontades, e por outro, torná-las objetos de “compaixão”, ressaltando a idéia do “falso humanitarismo”, segundo os termos postos por Freire (1978) –, como com as de negação da deficiência, cujo intuito é ignorar aquilo que constitui uma condição inseparável de quem a possui. Em todas estas perspectivas, visualizamos a indiferença à diversidade humana, postura com a qual não compactuamos.

Isto posto, encerramos a seção com um significativo trecho do filme *Mary e Max – uma amizade diferente*⁶³, cujos personagens principais não são aceitos por

⁶³ Baseado em fatos reais, *Mary e Max* é uma animação escrita e dirigida por Adam Elliot. Um filme encantador que fala de um amor diferente, improvável, porém verdadeiro; um amor fraterno que atravessa 20 anos de história, sendo ambientado entre 1976 e 1996. Trata-se da história comovente de uma amizade cultivada entre Mary Dinkle e Max Jerry. Mary é uma menina solitária de 8 anos que vive na Austrália. Max é um homem de 44 anos, bastante solitário também, que mora em Nova Iorque, possui Síndrome de Asperger (um transtorno invasivo do desenvolvimento, quadro do espectro autista), compulsão alimentar e obesidade grave. Apesar da distância, da diferença cultural e de idade, suas vidas se cruzam, quando Mary escolhe, aleatoriamente, o nome de Max em uma lista telefônica, e ambos passam a se comunicar através de cartas. Surge, assim, uma grande

serem diferentes, não convencionais, não se enquadrando no padrão de normalidade exigido pela censura social:

O Dr. Bernard disse que meu cérebro é defeituoso, mas que um dia vai existir cura para essa minha incapacidade. Eu não gosto quando ele diz isso. Eu não me sinto incapacitado, defeituoso e como se precisasse de cura. Eu gosto de ser um “*aspie*”. Seria como tentar mudar a cor dos meus olhos. Mas, entretanto, tem uma coisa que eu gostaria de mudar. Eu gostaria de conseguir chorar corretamente. Eu tento e tento, mas não sai nada. Eu choro quando corto cebola, mas isso não conta. (MARY E MAX, 2009).

A riqueza das diferenças e da diversidade humana é retratada, dessa maneira, a partir da fala de Max, evidenciando que, no fundo, nenhum de nós somos “normais”, cada um com suas singularidades e peculiaridades, que podem ser mais explícitas em uns do que em outros. Logo, numa sociedade de diferentes, não faz sentido insistir no “protótipo do ser normal”, que é reafirmado por um modelo estigmatizador imposto socialmente e responsável pelo estabelecimento da “ideologia da capacidade”. As diferenças se expressam, ao mesmo tempo, em sua singularidade e particularidade, bem como em sua universalidade, já que a diversidade constitui algo comum e inerente a todo o gênero humano.

As contribuições tecidas até aqui ratificam a necessidade de uma análise crítica da produção de conhecimento em Serviço Social referente às pessoas com deficiência, o que se configura como algo extremamente relevante para a profissão; devido, sobretudo, à dificuldade de serem encontradas aí leituras mais específicas sobre a temática em questão. Torna-se cada vez mais iminente, a partir do que foi exposto, o debate sobre a materialização e/ou viabilização de direitos, no caso especial, aqueles referentes às pessoas com deficiência e a sua relação com o Serviço Social. A expectativa é, portanto, colaborar com o debate através do estudo que vem sendo desenvolvido, bem como dos apontamentos já sinalizados até aqui.

amizade baseada na sinceridade, confiança e respeito. Por correspondência, eles discutem sobre tudo, embora nunca tenham se visto: religião, sexo, amor, vida social, além de trocarem opiniões, questionamentos e terem idéias brilhantes. Descobrem, ainda, que tem muitas coisas em comum e compartilham de históricos de rejeição e abandono. Neste sentido, tudo o que mais desejam é encontrar alguém com quem possam dividir seus mundos, suas idéias, dúvidas, alegrias e dores, enfim, a sua vida. Um alguém que os aceite como são em suas diferenças e para quem possam confiar os seus segredos e desejos: um amigo verdadeiro. A animação mostra, com sensibilidade e didática, o cotidiano de uma pessoa autista, os seus rituais, a dificuldade de reconhecer e lidar com as emoções alheias e as suas próprias, bem como os desafios enfrentados nas relações interpessoais.

4 A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (1998-2013)

“É isso que deve ser uma pesquisa e uma tese: uma aventura por um mar que ninguém mais conhece”.

(ALVES, 2010, p. 239).

A abordagem sobre a produção intelectual do Serviço Social brasileiro, em si, não contém nenhum ineditismo, pois vem constituindo, desde os anos 1980, um tema recorrente em diversas produções acadêmicas, sobretudo, de importantes intelectuais da área, que se encontram elencados no ensaio de Mota (2013).

Todavia, o diferencial deste estudo está em seu objeto: a análise crítica da produção de conhecimento em Serviço Social, em termos da revisão de literatura referente às pessoas com deficiência, que toma como ponto de apoio os trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS pelos docentes e discentes dos programas de pós-graduação na referida área.

Os objetos de pesquisa e investigação do Serviço Social são expressões de determinada conjuntura sócio-histórica; ou, nos termos de Iamamoto (2012), o conhecimento configura-se, para a nossa categoria profissional, como um produto coletivo historicamente datado. Neste sentido, a discussão sobre pessoas com deficiência começa a aparecer nas produções acadêmico-profissionais do Serviço Social, especialmente no período de 1998 a 2007 quando surgem, particularmente no CBAS, eixos temáticos específicos versando sobre questões que envolvem o segmento em estudo, seja referindo-se ao debate dos direitos e garantias, seja articulando-se à temática da velhice. Apesar dessa significativa inclusão, o debate não foi contemplado em sessões temáticas específicas nos últimos CBAS (2010 e 2013), tal como se verificou nos períodos anteriores, e muito menos nos ENPESS.

Torna-se cada vez mais iminente, diante do exposto, o debate sobre a materialização e/ou viabilização de direitos, no caso especial, aqueles referentes às pessoas com deficiência e a sua relação com o Serviço Social. As contribuições tecidas até aqui demonstram, por sua vez, a necessidade de uma análise crítica da produção de conhecimento em Serviço Social referente às pessoas com deficiência, o que se configura como algo extremamente relevante para a profissão; devido, sobretudo, à dificuldade de serem encontradas aí leituras mais específicas sobre a temática em questão. Isso significa, parafraseando Alves (2010), aventurar-se em um mar que ninguém mais conhece.

Na aventura por este mar desconhecido, intencionamos provocar reflexões a respeito da visibilidade da temática “pessoas com deficiência” nos maiores eventos de natureza acadêmico-profissional do Serviço Social, ENPESS e

CBAS. Deste modo, esperamos colaborar com o debate sobre pessoas com deficiência no âmbito da profissão.

Tendo em vista tal perspectiva, estruturamos a presente seção da seguinte forma: primeiramente, realizamos um breve balanço da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social nos anos 1990 e 2000, a fim de contextualizar o momento em que se situa a nossa análise. Depois disto, abordamos um pouco sobre os dois eventos em pauta, CBAS e ENPESS, para, por fim, discutirmos mais detalhadamente sobre os resultados de nosso estudo.

As contribuições viabilizadas pelo texto, embora imediatas, apontam para a reflexão da temática em sua relação intrínseca com as expressões da questão; além de oferecerem subsídios para o fomento do debate no âmbito do Serviço Social – aqui concebido em suas dimensões interventiva e investigativa –, enfatizando o papel subsidiário do conhecimento no processo de transformação social.

4.1 BREVE BALANÇO DA PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 1990-2000

No início da década de 90, algumas questões se apresentam ao Serviço Social nos âmbitos da municipalização das políticas públicas, das políticas e estratégias empresariais, das transformações tecnológicas e organizacionais nos processos de trabalho e das respostas dos movimentos sindical e operário. Tais questões expressam processos sociais e ocupam um lugar central na vida da sociedade, não possuindo:

[...] uma refração imediata e automática, no mesmo ritmo temporal, na órbita da produção acadêmico-profissional. [...] aquelas possibilidades emergentes na trama das relações sociais têm uma refração na órbita profissional permeada por inúmeras mediações até se moldarem como respostas teóricas e técnico-políticas no campo profissional, seja no nível da produção científica, seja no nível das estratégias de ação profissional. *Assim, se a profissão dispõe de condicionantes sociais que ultrapassam a vontade e consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente.* (IAMAMOTO, 1993, p. 103, grifos nossos).

Entre 1990 e 1996, foram apontados, por Abreu e Simionatto (1997)⁶⁴, avanços qualitativos, lacunas, fragilidades, bem como desafios para as atividades de pesquisa no Serviço Social brasileiro:

De um modo geral, os resultados apontam avanços qualitativos alcançados pelo Serviço Social no campo da produção de conhecimentos, destacando-se a amplitude das temáticas trabalhadas, a capacidade de interlocução com outras áreas de conhecimento e a conquista de legitimidade como instância de investigação sobre o social. Ao mesmo tempo, indicam lacunas e fragilidades da produção intelectual desenvolvida nessa área, considerando, sobretudo, as debilidades identificadas no tocante à dimensão metodológica e à reflexão em face dos novos desafios que lhe são postos pelas transformações societárias ocorridas nas duas últimas décadas. Estes desafios se manifestam através das novas configurações das demandas colocadas à profissão, as quais requisitam o desenvolvimento de correlatas atualizações no que se refere a respostas e competências profissionais, reforçando a convicção de que *muito ainda precisa ser feito para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa em Serviço Social*. (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p. 116, grifos nossos).

Na década de 1990, as pesquisas privilegiaram um amplo leque de temáticas, a partir das quais se extraíram eixos temáticos centrais e grandes linhas. Para Abreu e Simionatto (1997), isto poderia demarcar a implementação de possíveis linhas de pesquisa na área do Serviço Social. Os eixos/linhas de pesquisa detectados, com suas respectivas temáticas, foram sete: Estado e políticas sociais; relações sociais e questão social; formas de organização da sociedade civil; práticas sociais; fundamentos do Serviço Social; prática e formação profissional do Serviço Social; e trabalho (linha de pesquisa em expansão na década considerada). Para a melhor visualização do/a leitor/a, dispusemos tais dados no Quadro 04 que, embora tenha sido construído a partir de nossa iniciativa, partiu dos resultados da pesquisa de Abreu e Simionatto (1997). Vejamos, pois, as páginas a seguir.

⁶⁴ O trabalho desenvolvido pelas autoras teve como proposta a exposição dos resultados do mapeamento das atividades de pesquisa no Serviço Social brasileiro no âmbito das unidades de ensino, a fim de identificar o estado da arte da pesquisa entre 1990 e 1996.

Quadro 04 – Principais linhas de pesquisa, com suas respectivas temáticas, na área do Serviço Social nos anos 1990.

Eixo/linha de pesquisa: Estado e Políticas sociais		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Políticas Setoriais (seguridade social, educação, lazer e habitação)	43	87
02-Gestão		
03-Poder local		
04-Direitos sociais		
05-Cidadania		
06-Democracia		
07-Participação e Controle Social		
Eixo/linha de pesquisa: Relações sociais e questão social		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Questão social e suas particularidades urbana e rural	47	53
02-Exclusão social/pobreza		
03-Condições de vida		
04-Demandas sociais		
05-Estratégias de sobrevivência		
06-Violência		
07-Desenvolvimento regional		
08-Questão do Mercosul		
09-Projeto Popular		
10-Relações e questão de gênero		
11-Criança, adolescente e família		
12-Terceira idade		
13-Representações sociais		
14-Cultura e subjetividade		
Eixo/linha de pesquisa: Formas de organização da sociedade civil		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Movimentos sociais urbanos	26	39
02-Movimento sindical e operário		
03-Movimentos sociais a partir de questões específicas		
04-Organização popular		
05-Organizações não-governamentais		
06-Democracia		
07-Partidos políticos		

Quadro 04 – Continuação.

Eixo/linha de pesquisa: Práticas sociais		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Prática institucional	04	-
02-Desenvolvimento de comunidade		
03-Educação popular		
Eixo/linha de pesquisa: Trabalho		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Mercado de trabalho do Assistente Social	04	23
02-Emprego e renda		
03-Inovações tecnológicas e organizacionais no contexto empresarial		
04-Modernização produtiva e trabalho		
05-Tecnologias alternativas e formas tradicionais de trabalho		
06-Trabalho feminino		
07-Trabalho infantil		
08-Força de trabalho familiar		
09-Acidentes de trabalho e doenças profissionais		
Eixo/linha de pesquisa: Prática e formação profissional do Serviço Social		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Demandas sócio-institucionais	21	24
02-Mediações		
03-Identidade profissional		
04-Militância política		
05-Supervisão de estágio		
06-Ensino		
07-Perfil do aluno		
08-Discurso profissional		
09-Determinantes e perspectiva da prática		

Continua

Quadro 04 – Continuação.

Eixo/linha de pesquisa: Fundamentos do Serviço Social		
Temáticas	Projetos de pesquisa concluídos	Projetos de pesquisa em andamento
01-Relação marxismo/serviço social	24	25
02-Concepções e conceitos do social no discurso teórico do Serviço Social		
03-Neoliberalismo e Serviço Social		
04-Serviço Social e fenomenologia		
05-História do Serviço Social		
06-Metodologia do Serviço Social		
07-Pesquisa e elaborações teóricas em Serviço Social		

Fonte: ABREU; SIMIONATTO, 1997.

Na pós-graduação, além dos eixos/linhas de pesquisa elencados acima, foi identificado mais um, a saber: *Teoria social*. Tais eixos, apreendidos por meio de análises das temáticas aí trabalhadas,

[...] demarcam possíveis linhas de pesquisa implementadas pelo conjunto dos programas de pós-graduação. Essas linhas correspondem à maioria daquelas identificadas a partir das informações coletadas junto às unidades de ensino do Serviço Social no País.

As diversas temáticas foram aglutinadas e quantificadas por pesquisa, observando os mesmos critérios adotados em relação aos dados levantados junto às referidas unidades de ensino [...]. (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p. 128).

Os resultados alcançados encontram-se, pois, no quadro abaixo:

Quadro 05 - Principais linhas de pesquisa, com suas respectivas temáticas, nos programas de pós-graduação em Serviço Social nos anos 1990.

Eixo/linha de pesquisa: Estado e políticas sociais				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total
01-Políticas públicas setoriais (seguridade social, combate à pobreza/renda mínima e educação)	14	41	03	58
02-Políticas empresariais				

Quadro 05 – Continuação.

03-Direitos sociais e humanos				
04-Cidadania				
05-Processos políticos				
06-Poder local				
07-Municipalização				
08-Participação				
09-Descentralização				
Eixo/linha de pesquisa: Questão social e relações sociais				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Não fornece dado	Total
01-Pobreza	09	56	01	66
02-Condições de vida				
03-Demandas sociais				
04-Necessidades sociais				
05-Vida operária				
06-Velhice				
07-Relações de gênero				
08-Crianças e adolescentes				
09-Violência				
10-Vida cotidiana				
11-Cultura				
12-Subjetividade				
13-Modos de vida				
14-Família				
15-Representações sociais				
16-Identities sociais				
17-Novos padrões societários				
18-Integração regional				

Eixo/linha de pesquisa: Formas de organização da sociedade civil				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total
01-Movimentos sociais urbanos	03	14	01	18
02-Processos participativos e mobilização popular				
03-Igreja Católica				

Quadro 05 – Continuação.

Eixo/linha de pesquisa: Práticas sociais				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total
01-Prática dos serviços sociais	05	05	-	10
02-Práticas sociais de classe				
03-Alternativas do trabalho comunitário				
04-Comunidades de base				
05-Educação popular				
Eixo/linha de pesquisa: Trabalho				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total
01-Processo de trabalho no mundo contemporâneo	02	17	-	19
02-Relações de trabalho				
03-Mercado de trabalho				
04-Condições de trabalho				
05-Terceirização				
06-Coletivos de trabalhadores				
07-Produção de qualidade				
08-Desemprego				
Eixo/linha de pesquisa: Prática e formação profissional do Serviço Social				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total
01-Processo de trabalho profissional	03	22	02	27
02-Prática profissional				
03-Identidade profissional				
04-Formação profissional				
Eixo/linha de pesquisa: Fundamentos do Serviço Social				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total

Quadro 05 – Continuação.

01-História do Serviço Social	02	17	-	19
02-Metodologia				
03-Construção do conhecimento				
04-Questões contemporâneas do Serviço Social				
Eixo/linha de pesquisa: Teoria social				
Temáticas	Pesquisas concluídas	Pesquisas em andamento	Pesquisas desativadas	Total
Temáticas pertinentes à teoria social	Não informado	Não informado	Não informado	02

Fonte: ABREU; SIMIONATTO, 1997.

No período analisado pelas autoras supracitadas, as mesmas também levam em conta a participação de profissionais não-docentes em núcleos de pesquisa nas IES. Neste sentido, elas verificam um distanciamento entre pesquisadores acadêmicos e profissionais de campo, o que não significa que estes não estivessem desenvolvendo atividades investigativas. Desta maneira, concordamos sobre a importância de se destacar “[...] o significado da *pesquisa como instrumento de capacitação continuada*, devendo ser incentivada, por parte da IES, a maior inserção desses profissionais em suas atividades de investigação” (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p. 122, grifos nossos).

Sobre a divulgação da produção intelectual, as autoras destacam:

A produção intelectual vem sendo divulgada de formas diversas, destacando-se a apresentação em fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais, promovidos no âmbito interno da profissão, bem como no de áreas afins, a exemplo da ANPOCS, e outras instâncias amplas do debate acadêmico, entre as quais podemos citar, entre outras, a SBPC. Aparecem, também, indicações de divulgação e socialização do conhecimento produzido através de livros, teses, dissertações, monografias, resumos em anais de eventos científicos, artigos em revistas de circulação local, nacional e internacional, textos didáticos, cartilhas, mídia, mostras de vídeos, exposições de fotografias e relatórios. (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p. 124).

Ainda assim, Abreu e Simionatto (1997) sinalizam, da mesma forma que Bourguignon (2008), a necessidade de ampliação dos espaços de socialização do conhecimento para além do Serviço Social com o intuito de publicização da produção intelectual e conferência de um novo estatuto ao que vem sendo investigado e produzido.

Se, por um lado, o número de projetos de pesquisa demonstra a importância que vem sendo dada a esta função ao lado do ensino e da extensão, de outro, o Serviço Social ainda necessita adensar as publicações sobre o conhecimento por ele produzido, na forma de artigos, livros e outros veículos de circulação nacional e internacional. (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p. 124-125).

Logo, é necessária a análise das condições de pesquisa no Serviço Social, sobretudo, considerando o seu dimensionamento no contexto da crise que atravessa a universidade nos últimos anos, tendo como marco principal a reforma do Estado sob a égide da ideologia neoliberal. Isso sem mencionar os agravantes derivados da falta de tradição de pesquisa na referida área. Tal discussão já tem sido pontuada estudo e, mais uma vez, reforçada por Abreu e Simionatto (1997), em seu panorama sobre a produção intelectual do Serviço Social nos anos 1990:

Apesar do reconhecimento institucional da produção intelectual no âmbito dessa profissão, pelas agências oficiais de fomento à pesquisa (CNPq, CAPES e outras), e da sua classificação como área de conhecimento credenciada a receber recursos, ainda são limitadas as condições de acesso aos mesmos. São poucos, como fica demonstrado neste mapeamento, os pesquisadores em Serviço Social que atendem às exigências das referidas agências, sobretudo no que se refere à titulação – doutor e livre-docente – e à inserção em programas de pós-graduação já consolidados. Em face da redução dos recursos públicos para o custeio das atividades de pesquisa e da política de estímulo aos centros de excelência, esses órgãos vem priorizando as IES's e áreas de conhecimento com tradição no campo da produção científica e tecnológica, dificultando ou mesmo inviabilizando o desenvolvimento de novos centros de pesquisa em universidades periféricas, aprofundando os limites das áreas sem essa tradição, entre as quais se encontra o Serviço Social. (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p. 133).

Essa “falta de tradição de pesquisa” no Serviço Social vincula-se à existência de debilidades, de acordo com Kameyama (1998), expressam-se no rebatimento tardio de temáticas na área, acarretando uma incorporação indiscriminada de diferentes concepções existentes na bibliografia de autores das Ciências Sociais. Isso faz com que muitos pesquisadores caiam no chamado ecletismo, com a escolha acrítica de determinadas doutrinas, sem a devida preocupação com a coerência e conexão com a realidade. Outra debilidade, que não

deixa de estar articulada à primeira, diz respeito aos modismos que caracterizam as flutuações de enfoques da pesquisa na área; além da ausência, como já aludimos anteriormente, de uma política de pesquisa coerente na definição de prioridades e objetivos que considerem as necessidades do Serviço Social, o que também acarreta a falta de relevância das temáticas.

Ainda em referência às debilidades, Iamamoto (1993) observa sobre a rarefeita produção acadêmica a respeito da chamada “clientela do Serviço Social”:

Pouco se sabe, para mais além do senso comum, sobre os segmentos populacionais com os quais se trabalha: os modos de trabalho e as formas sociais que assumem; as experiências, as aspirações e suas conformações em termos político-culturais. Os assistentes sociais têm uma possibilidade de contato direto extremamente privilegiada, com a vida cotidiana das classes subalternas, na sua diferencialidade. Mas esta possibilidade pouco tem se revertido em provocação para a pesquisa, que atente para as *diferenças internas dos vários segmentos das classes trabalhadoras* e para a apreensão das *formas distintas de subalternidade*; formas estas que vão implicar em encaminhamentos também distintos das ações profissionais. (IAMAMOTO, 1993, p. 113-114, grifos nossos).

Isto se traduz em propostas novas de pesquisa, fazendo-se necessário, portanto,

[...] estimular as investigações sobre as condições e situação de vida e de trabalho dos *múltiplos segmentos sociais* com os quais atuamos, resgatando as suas vivências e práticas, suas representações, enfim, como vivenciam e enfrentam as relações de exploração e dominação, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos. É nesse processo que constroem suas consciências não só como alienação, mas como mediação crítica da história. (IAMAMOTO, 1993, p. 114, grifos nossos).

Por outro lado, não podemos deixar de atentar para os avanços no processo de produção do conhecimento no Serviço Social, os quais são destacados por Kameyama (1998): o diálogo interdisciplinar com as diversas áreas das Ciências Sociais (Psicologia, Sociologia, Antropologia, Economia e Teoria Política), com a incorporação de temáticas advindas de tais saberes pelo Serviço Social e, ao mesmo tempo, o rebatimento das temáticas deste nas Ciências Sociais. Isso sem falar na criação de eventos científicos e espaços para a socialização das pesquisas produzidas ou em andamento, como o CBAS, o ENPESS e os periódicos.

O Serviço Social brasileiro vem se consolidando, assim, como importante produtor de conhecimentos nas áreas das ciências humanas e sociais, o que leva muitos autores a reclamarem o seu estatuto de “maioridade intelectual”. Tal estatuto

é evidenciado pela natureza das comunicações dos eventos acadêmico-profissionais, pelo aumento da citação de autores do Serviço Social, bem como pela crescente demanda de outras áreas do conhecimento por cursos de pós-graduação no Serviço Social.

Diante de tantos acúmulos e conquistas, podemos afirmar que a profissão não se limita ao consumo de conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais. Pelo contrário, torna-se produtora de um saber subsidiário à formação e ao exercício profissional dos assistentes sociais, proporcionando maior ênfase à pesquisa e à produção de conhecimentos; conhecimentos estes vinculados à determinada conjuntura sócio-histórica, configurando-se, pois, como produto coletivo historicamente datado, pelo menos, na forma que assume para o Serviço Social.

Se, por um lado, temos presenciado importantes conquistas, por outro os desafios são imensos, sobretudo, quando consideramos a atual conjuntura sócio-histórica, marcada por transformações societárias que se adensam nos anos 1990 e início do século XXI, trazendo em seu bojo o avanço da ofensiva neoliberal e o enfraquecimento dos direitos sociais, bem como das políticas sociais que os materializam. Tais transformações, associadas às transformações no mundo do trabalho, penalizam diversos segmentos sociais da classe trabalhadora, colocando “velhas e novas” preocupações para o Serviço Social, tanto em termos de intervenção profissional como de produção do conhecimento.

Lara (2011), partindo do trabalho de Yazbek e Silva (2005), aponta como emergentes as seguintes temáticas: desemprego, trabalho infantil, violência doméstica, drogas, discriminação por gênero e etnia, idosos, moradores de rua, crianças e adolescentes, trabalhadores sem-terra e sem-teto, dentre outras questões temáticas referentes à “exclusão”; terceiro setor, trabalho voluntário e Programas de Transferência de Renda, cuja emergência se dá diante do redimensionamento, bem como do crescimento de alternativas privadas e filantropizadas face à questão social; e a Assistência Social, compreendida como política pública, constitutiva do tripé da Seguridade Social, e que vem se configurando como tema de estudos, pesquisas e campo de interlocução do Serviço Social com os movimentos da sociedade civil, que englobam fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários dos serviços sócio-assistenciais.

Em relação à pós-graduação, Lara (2011) avalia como amplos os eixos temáticos dos projetos de pesquisa, teses e dissertações, considerando o período de 1998 a 2003. Tal amplitude demonstra, para o autor,

[...] a interação da profissão com a realidade social, pois suas pesquisas são frutos de estudos e intervenções em heterogêneas regiões do país, que se expressam com diferentes configurações da vida social. (LARA, 2011, p. 54).

Interessante notar que, dos 17 eixos temáticos classificados por Carvalho; Silva e Silva (2005 apud LARA, 2011), o que concentra maior número de trabalhos é *infância, juventude, família e sociedade*, que conta com 108 teses e dissertações, 88 projetos de pesquisa. Ganham destaque, ainda, os eixos temáticos vinculados à crítica da realidade social contemporânea, o que, segundo Lara (2011), deve-se à roupagem teórica que o Serviço Social vem assumindo nas últimas décadas.

Até 2004, ainda de acordo com a pesquisa de Iamamoto (2012), o Serviço Social possuía 55 linhas de pesquisa ativas, agrupando 581 projetos concluídos ou em andamento. Os eixos temáticos representativos do conjunto da área, com as linhas e projetos de pesquisa que agrupam, encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 06 - Principais eixos temáticos da área de Serviço Social, com suas respectivas linhas e projetos de pesquisa, no triênio 2001-2003.

Eixos temáticos	Linhas de pesquisa	Porcentagem %	Projetos de pesquisa (concluídos ou em andamento)	Porcentagem %
01-Políticas sociais: Estado e Sociedade civil	19	34,5	238	41
02-Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social	08	14,5	103	17,7
03-Cultura e identidades: processos e práticas sociais	08	14,5	83	14,3
04-Família, relações de gênero e geração	06	10,9	75	12,9

Quadro 06 – Continuação.

05-Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão	07	12,7	47	8,0
06-Movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular	07	12,7	34	5,8

Fonte: CAPES/MEC, 2001-2003 (apud IAMAMOTO, 2012).

Iamamoto (2012), ao analisar os dados relativos à *Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação da CAPES/MEC (2001-2003)*, diz que essa concentração temática da pesquisa:

[...] indica uma profissão com profunda vocação histórica, atenta ao cenário das transformações operadas nas relações entre o Estado e a sociedade no País, no marco das relações internacionais, apresentando uma inquietante agenda de questões, que denota uma intensa interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p. 459).

Lara (2011) concorda com Iamamoto (2012), comentando que:

Em seu conjunto, a amplitude dos eixos temáticos apresenta as preocupações de uma profissão que está colada às mudanças da realidade social, pois os temas de estudo ganham destaque em consonância às alterações sociais. (LARA, 2011, p. 55).

Os eixos temáticos representam, desta forma, preocupações atuais do Serviço Social e respondem pelas principais manifestações da questão social, inclusive o eixo de pessoas com deficiência que, nas pesquisa de Lara (2011), aparece juntamente com o tema “terceira idade/envelhecimento”, ambos congregando 35 trabalhos (4,6%), no período correspondente a 1998-2003.

Logo abaixo, trataremos do papel significativo dos espaços de socialização da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social, com destaque para os eventos científicos da categoria, no caso, CBAS e ENPESS. Enfatizaremos as últimas edições ocorridas entre 1998 e 2013, além da amplitude que os referidos eventos vêm assumindo nos últimos anos, sobretudo, no que diz respeito aos principais debates, temáticas e a quantidade de trabalhos aí apresentados/publicados, com o devido mérito para a participação da pós-graduação neste crescimento.

4.2 OS EVENTOS CIENTÍFICOS DO SERVIÇO SOCIAL: IMPORTANTES CANAIS DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O balanço da pesquisa no Serviço Social, brevemente esboçado aqui, sugere a riqueza temática que incorpora os interesses dos pesquisadores e possibilita a apreensão desta profissão que, nas palavras de Iamamoto (2012), é “densa de historicidade”.

Isto aponta para a constituição do *ethos profissional* em suas dimensões investigativa e interventiva que, embora sejam consideradas em suas naturezas distintas, afirmam a atitude investigativa e a pesquisa como partes essenciais do exercício e formação profissional do assistente social, o que se expressa nas competências e atribuições da profissão; bem como no projeto de formação profissional materializado nas Diretrizes de 1996.

O fortalecimento desta atitude investigativa pode ser impulsionado, conforme sugere Iamamoto (2012), por uma política de pesquisa para a área de Serviço Social, “[...] que, sem ferir a liberdade na busca do conhecimento, estimule a investigação em torno de eixos prioritários para a consolidação do projeto acadêmico profissional brasileiro” (IAMAMOTO, 2012, p. 466-467). Os eventos científicos da categoria, de modo específico, o ENPESS e o CBAS, tem se configurado em espaços privilegiados para a socialização dos resultados das pesquisas, oportunizando um mapeamento das temáticas de interesse e do acervo investigativo na área. Sendo assim, reportamo-nos à discussão mais particularizada dos CBAS e ENPESS, sua criação e desenvolvimento, bem como a presença vida da pós-graduação, dando ensejo às produções nestes espaços, sobretudo, no encontro de pesquisadores.

4.2.1 CBAS

Os primeiros congressos de Serviço Social, realizados entre as décadas de 1940 e 1960, já demonstram sinais de inquietação no meio profissional quanto à formação e à necessidade de atualização da profissão, respectivamente; o que não surge apenas como uma demanda desta, mas, sobretudo, das forças sócio-históricas em cena. Vale salientar novamente: os eventos estão atrelados à

exigência de “auto-justificação” sempre presente no Serviço Social, instituindo-se, pois,

[...] *em momentos privilegiados para explicitar a atualização da instituição – objeto, métodos, técnicas etc. – em relação aos principais problemas da conjuntura presente.* É também um momento em que aqueles intelectuais podem sugerir retificações e reafirmar a legitimidade da instituição. (CARVALHO & IAMAMOTO, 2013, p. 345, grifos nossos).

Apesar do caráter “modernizador” e de “desenvolvimentismo mais voltado ao social” (Cf. CARVALHO & IAMAMOTO, 2013) – presentes, de forma respectiva, no I Congresso Brasileiro de Serviço Social⁶⁵ e II Congresso Brasileiro de Serviço Social⁶⁶ –, é o chamado “Congresso da Virada” – como ficou conhecido o III CBAS – que se estabelece como um importante marco para a renovação do Serviço Social brasileiro.

O III CBAS aconteceu no ano de 1979 em São Paulo. Nesse contexto, percebeu-se o enfrentamento ao conservadorismo, especialmente a partir da

⁶⁵ Promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o I Congresso Brasileiro de Serviço Social realizou-se, em 1947, em caráter preparatório para o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social – que ocorreria, em 1949, no Brasil. Reuniu representantes das principais entidades governamentais e privadas vinculadas ao Serviço Social e à Assistência Social. Nesta conjuntura, houve a reafirmação da influência norte-americana no Serviço Social da América Latina, sobretudo, a partir do I Congresso Pan-Americano, que aconteceu no Chile em 1945. Além disso, tal congresso se caracterizou pela ausência de um tema central, daí a organização dos debates em seis grandes campos – Serviço Social e Família; Serviço Social de Menores; Educação Popular e Lazeres; Serviço Social Médico; Serviço Social da Indústria, Agricultura e Comércio; e Agentes do Serviço Social (Cf. CARVALHO & IAMAMOTO, 2013). Esta diversidade de temas deveu-se à situação do Serviço Social brasileiro no momento, quando houve uma expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, o que foi viabilizado pelo aparato assistencial desenvolvido pelo Estado Novo e pelas corporações empresariais. Tal expansão, por sua vez, constituiu um reflexo da necessidade de controle das pressões exercidas pelo proletariado urbano num contexto de avanço da industrialização e urbanização.

⁶⁶ O II Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorreu, em 1961 – após catorze anos de intervalo do congresso anterior –, numa conjuntura extremamente favorável à profissão. Ou seja, de “desenvolvimentismo mais voltado ao social”. Tal desenvolvimento objetivava a ser integral, equilibrado, nacional, harmônico e voltado ao ser humano (sob uma perspectiva moralizadora e de justiça social), o que pôs a essencialidade de uma Reforma Institucional. Logo, “[a] vitória do janismo representa [...] a colocação na ordem do dia de uma nova estratégia desenvolvimentista, que, mantendo os grandes eixos do crescimento econômico, passaria a centrar-se no homem, no pleno florescimento de suas capacidades, tudo dentro da ordem e do respeito à dignidade da pessoa humana” (CARVALHO & IAMAMOTO, 2013, p. 366). Assim sendo, “[...] o Congresso se realiza sob o impacto do *crédito de confiança* dado à instituição pelo novo chefe do Poder Executivo, que, por sinal, é também o Presidente de Honra do Congresso [...]” (Idem, p.367, grifos dos autores). Diante desta realidade, o Serviço Social sentiu uma necessidade de “readaptação”, o que se refletiu, inclusive, no tema central do referido evento – “*Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social*”. Portanto, é importante ressaltar que, neste momento, “[não] apenas o discurso do Poder se faz através de uma linguagem conhecida; o próprio Serviço Social é situado como instrumento de consecução dos objetivos nacionais. Mais ainda, o Poder adianta a forma pela qual o Serviço Social deverá trabalhar: diversas modalidades de atuação em Desenvolvimento de Comunidade” (Idem, p. 368).

interlocução com o pensamento marxiano, proporcionando um rompimento com análises simplistas da sociedade capitalista e sua influência sobre as demandas e desafios postos à profissão (CFESS, 2009).

Dentre os diferentes sujeitos profissionais envolvidos em tal processo, enfatiza-se o protagonismo das entidades de representação do Serviço Social, com sua direção democrática no cumprimento das agendas políticas da profissão e no diálogo com os demais sujeitos coletivos no campo da esquerda, sem perder de vista a autonomia e a capacidade de reflexão crítica. Merece destaque, também, a criação dos cursos de pós-graduação,

[...] que contribuíram para legitimar a profissão no universo acadêmico, para a formação de pesquisadores(as) e para a realização de estudos que possibilitaram a apreensão da obra marxiana como um legado fundamental para desvendar, numa perspectiva de totalidade, o sistema complexo de desenvolvimento da sociabilidade. (CFESS, 2009, p. 08).

Esse movimento viabilizou, ainda, o processo de construção de um projeto profissional alinhado ao pensamento crítico, tendo como perspectiva a sintonização da categoria profissional com a apreensão da realidade em sua complexidade e densidade histórica⁶⁷.

O CBAS é visto, portanto, como importante espaço de discussão e socialização de conhecimentos na área de Serviço Social. Além disso, trata-se da maior reunião da categoria de assistentes sociais no Brasil, envolvendo profissionais e estudantes (inclusive os da pós-graduação). A intenção de suas conferências, mesas redondas, plenárias simultâneas, sessões de apresentações de trabalhos e atividades culturais é dar fomento às reflexões e discussões subsidiárias à construção da agenda política do Serviço Social brasileiro.

Para termos uma idéia da amplitude do evento em questão, basta analisar os dados relativos ao *IX CBAS*, realizado no ano de 1998 em Goiânia. Sob a temática “Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional”, contou com 442 trabalhos enviados, tanto na forma de pôster como na forma de apresentação oral.

⁶⁷ O trabalho, nessa perspectiva, passa a ser tematizado em sua dimensão ontológica – ou seja, enquanto atividade fundante do ser social e, por isso, presente em todo tipo de sociedade –, além de compreendido em suas particularidades na sociedade capitalista – situação histórica em que se verifica a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, submetendo a classe trabalhadora a processos de exploração de sua força de trabalho. (CFESS, 2009).

O X CBAS foi sediado, em outubro de 2001, pela capital fluminense, e versou sobre “Trabalho, Direitos e Democracia: assistentes sociais contra a desigualdade”. No que diz respeito às propostas de trabalho, cabe ressaltar que este congresso recebeu 940 produções, sendo aceitos para apresentação 548 comunicações orais e 200 pôsteres, o que significa, ao todo, 748 trabalhos.

O XI CBAS realizou-se no ano de 2004 em Fortaleza/CE. Este, segundo Iamamoto (2012), reuniu 3180 participantes – 2434 profissionais, 618 graduandos e 128 pós-graduandos. Isso sem mencionar as 1500 comunicações aprovadas para a apresentação, reflexo das inquietações científicas que abrangem a pesquisa e o exercício profissional do Serviço Social.

O XII CBAS aconteceu em 2007, na cidade de Foz do Iguaçu. Com a temática “Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e serviço social”, o evento recebeu 1119 trabalhos – 715 em forma de comunicação oral e 159 em forma de pôster –, dos quais foram aprovados 835 – 689 em modalidade oral e 146 em modalidade pôster.

Ocorrido, em 2010, na capital federal (Brasília/DF), o XIII CBAS teve como temática principal: “Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e consolidação do projeto ético-político”. Dos 1351 trabalhos enviados – 1085 na modalidade de comunicação oral e 266 na modalidade de pôster –, 1132 foram aceitos para apresentação – 914 comunicações orais e 218 pôsteres.

Por fim, o XIV CBAS – que se desenvolveu sob a temática “Impactos da Crise do Capital nas Políticas Sociais e no Trabalho do/a Assistente Social” – reuniu os seus participantes em outubro de 2013, na cidade de Águas de Lindóia/SP. Além disso, aprovou 959 comunicações orais e 161 pôsteres, perfazendo um total de 1120 trabalhos.

Os dados acima ratificam, pois, o esforço dos profissionais, docentes e discentes (da graduação e pós-graduação) em formular e apresentar os resultados sistematizados de suas experiências; bem como em socializar as suas pesquisas nas diversas áreas de formação e atuação profissional, das políticas e questões cruciais que desafiam, cotidianamente, o Serviço Social.

Dessa maneira, o CBAS configura-se como evento de natureza político-científica, ao oferecer debates que subsidiam a construção da agenda das entidades nacionais do Serviço Social – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO –, e

espaço de socialização do conhecimento e da produção científica, o que é corroborado pelo elevado número de trabalhos enviados ao mesmo.

4.2.2 ENPESS

O ENPESS é um espaço de debates e interlocução acadêmica, que vem se consolidando, nas últimas décadas, como o mais importante evento científico do Serviço Social Brasileiro. Antes de adentrar à discussão do ENPESS, necessário se faz realizar um breve histórico sobre a criação da ABEPSS, articulando-o à consolidação do referido evento enquanto tal.

Em 1946, como já sabemos, foi criada a ABEPSS, ainda sob a denominação de ABESS, pois sua função, à época, era representada apenas pela regulamentação do ensino superior em Serviço Social. Em 1987, por sua vez, surgiu o CEDEPSS, órgão acadêmico da ABESS, cujo principal papel dizia respeito ao fomento da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social.

Já o ano de 1998 pode ser considerado um marco, no sentido de que é nesse momento que há a provação de um novo estatuto, por meio de assembléia realizada em dezembro do mesmo ano, recriando a ABESS sob nova designação. Logo, esta passa a se denominar ABEPSS. Vale deixar claro que, neste contexto, a realidade presencia profundas transformações, que dizem respeito às demandas da política educacional, com repercussões para o Serviço Social. Isso sem mencionar a expansão da profissão no Brasil, nos avanços significativos para a pesquisa e produção do conhecimento, bem como na necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Tais fatores levam, assim, à redefinição da entidade em sociedade científica e à reorganização de sua estrutura institucional. Citemos, pois, o próprio trecho de apresentação do VII ENPESS:

Não se trata apenas de alteração de nomenclatura. A mudança, construída coletivamente pelas unidades de ensino associadas, traz embutida a preocupação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis da formação profissional (graduação e pós-graduação), como condição para enfrentar o desafio da capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, como colocam as novas diretrizes curriculares. (ENPESS, 2000, s/p).

De 1988 a 2000, a supramencionada entidade promoveu sete encontros nacionais de pesquisadores, representando estes os principais eventos científicos no âmbito do Serviço Social. Nesta perspectiva, temos o ENPESS, evento bienal que vem sendo realizado desde 1988, com o objetivo de incentivar a produção do conhecimento. Isto tem se dado através da articulação de projetos de pesquisa, do estímulo à associação entre pesquisadores e instituições, além do aprofundamento de temáticas pertinentes e relevantes, fomentando o debate, o intercâmbio de experiências e a divulgação da produção científica da área.

Para entendermos o significado do evento em questão, iniciemos com os dados referentes ao VII ENPESS. O mesmo acontece entre os dias 21 a 24 de novembro de 2000, na Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, sob o tema “O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania”. Conta, ainda, com o envio de 334 trabalhos, donde 230 recebem aprovação para apresentação e publicação nos anais do evento, sendo divididos em eixos temáticos, conforme o que está disposto no Quadro 07.

Quadro 07 – Relação do número de trabalhos aprovados no VII ENPESS, por eixo temático.

Temáticas	Nº	%
1) Transformações no Mundo do Trabalho	22	9,55
2) Serviço Social e Formação Profissional	18	7,85
3) Processo de Trabalho e Serviço Social	13	5,65
4) Política Social, Previdência Social e Assistência Social	38	16,52
5) Criança e Adolescente	31	13,47
6) Saúde	40	17,39
7) Cultura, Identidade e Práticas Sociais	26	11,30
8) Gênero	23	10,00
9) Questão Agrária e Questão Urbana	19	8,26
Total	230	100

Fonte: ENPESS, 2000. Anais do VII ENPESS.

Ainda de acordo com os dados do VII ENPESS, dos 230 trabalhos aprovados,

[...] 82,60% são de pesquisadores das instituições públicas e 17,40% das instituições privadas. A participação dos Programas de Pós-graduação na consolidação da área de conhecimento é expressiva, correspondendo a 51,73%, distribuídos nos seguintes programas: 1) UFRJ 22,68%; UFPE 19,32%; UnB 13,44%; UFPB 12,06%; UERJ 9,24%; PUCSP 8,04%; PUCRS 6,72%; UNESP/Franca 4,02%; PUCRJ 3,36%.

Quanto à categoria dos autores dos trabalhos, verifica-se que 62,60% foram apresentados por docentes das universidades públicas e particulares, 13,47% por docentes em co-autoria com alunos de graduação, 6,04% por docentes em co-autoria com alunos de pós-graduação, 6,95% por alunos de pós-graduação, 5,21% por assistentes sociais, 3,47% por alunos de graduação e 1,30% por docentes e assistentes sociais. (ENPESS, 2000, s/p, grifos nossos).

Os dados acima parecem reafirmar a tese do papel fundamental dos programas de pós-graduação, tanto em nível de mestrado como de doutorado, no desenvolvimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento, e não somente como profissão. Isto se dá porque é na pós-graduação que a pesquisa se apresenta mais sistematizada e acentuadamente, tese sustentada por diversos autores, sobretudo, Setubal (2011). É na academia que o processo investigativo e de produção do saber viabiliza-se de forma mais fácil, devido às condições propícias encontradas em tal ambiente e, no caso dos mestrados e doutorados, por ser o chamado “índice de produtividade” um dos requisitos de manutenção e financiamento dos mesmos. Porém, isso não significa que a pesquisa deva ser reduzida à pós-graduação. No Serviço Social, a pesquisa não pode ser pensada de forma dissociada da intervenção, como já vimos anteriormente.

Continuando o nosso “passeio” pelos ENPESS, temos a nona edição deste evento, que se realiza nos dias 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004, em Porto Alegre/RS. O IX ENPESS, que tem como tema “*Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social*”, recebe 535 trabalhos aprovados.

Como podemos observar, o debate sobre a produção do conhecimento e a formação profissional ganha centralidade nesta edição. Sua agenda de discussões é abrangente e estreitamente vinculada às atuais diretrizes curriculares, que tem como marca principal o reconhecimento da pesquisa como elemento constitutivo (e não apenas complementar) da formação e exercício da profissão, tendo como finalidade o deciframento das múltiplas expressões da questão social. Tais discussões, por sua vez, desenvolvem-se num contexto de profundas transformações sociais pautadas na política neoliberal:

Os impactos negativos da política neoliberal estão presentes no nosso dia a dia: a tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais e a busca incansável de políticas que possibilite o ajuste neoliberal. As mudanças sociais são profundas e as possibilidades de reversão tornam-se cada vez mais distantes, rompendo com a promessa inicial de que as conseqüências deste ajuste seriam transitórias. Os impactos sociais destes “ajustes” globais são visíveis e tem sido objeto de vários estudos. [...].

Repõe-se, em cada ENPESS o constante desafio na busca de subsidiar a construção de alternativas críticas para o enfrentamento da questão social, que fuja à mistificação neoliberal e que formulem propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia. As profissões que trabalham com a realidade humano-social, como o Serviço Social, recebem os impactos destas aceleradas transformações, por isso nenhuma delas pode se colocar fora desta rota social de construção de cidadania. Como diz Chauí: a construção de comportamentos políticos novos implica sujeitos políticos novos, capazes de se instituírem no processo social, ocupando seu lugar social. (ENPESS, 2004, s/p).

O X ENPESS ocorre entre os dias 04 a 08 de dezembro de 2006, em Recife/PE, versando sobre a temática *“Crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil”*. A escolha da mesma referenda, pois,

[...] um dos mais profícuos debates acadêmicos da área ao tratar, teórica, filosófica e politicamente os desafios profissionais na realidade brasileira no contexto contraditório da dinâmica destrutiva da ordem destrutiva do capital, tendo presente a pertinência histórica do ideário emancipatório dos povos de todo o mundo. O X ENPESS afirma e incorpora nesse debate o campo das políticas sociais e dos direitos sociais, considerando a possibilidade histórica de superar a ordem capitalista que, por definição, reproduz continuamente a desigualdade social que lhe é inerente. (ENPESS, 2006, s/p).

Tal temática é mediada, ainda, pelos quatro grandes eixos do ENPESS (Fundamentos do Serviço Social, Formação Profissional e Processo Interventivo do Serviço Social, Questão Social e Trabalho, e Política Social), e abordada em conferência, mesas redondas e nas sessões de comunicações orais, exposição de pôsteres e mesas coordenadas; além de oficinas de projetos de teses, dissertações e iniciação científica, encontros de editores de periódicos científicos, e de grupos e redes de pesquisa na área do Serviço Social.

Para o X ENPESS, foram submetidos 1024 trabalhos, dos quais se aprovaram 745. O momento histórico em que se desenvolveu o evento:

[...] constitui cenário de significativas comemorações da área do Serviço Social, tais como, os *70 anos do Serviço Social brasileiro*, os *60 anos de criação da ABEPSS* e os *10 anos de elaboração das diretrizes curriculares*, com a realização de atividades que marcam a profícua trajetória do Serviço Social e da ABEPSS na condução do debate acadêmico, da pesquisa, da formação profissional e do desenvolvimento político-acadêmico do Serviço Social na sociedade brasileira. (ENPESS, 2006, s/p).

No XI ENPESS, com a temática *“Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios”*, as sessões de

apresentações de trabalhos estão centradas em quatro eixos (Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social; Questão Social e Trabalho; Política Social) que, por sua vez, desdobram-se em 30 sub-eixos, em torno dos quais há a submissão de 1356 trabalhos. Destes, apenas 852 são aprovados, ficando assim distribuídos: comunicação oral (636 trabalhos); pôster (97 trabalhos); 17 mesas temáticas coordenadas; projetos de teses, dissertações e iniciação científica (102 trabalhos); além dos resumos dos grupos e redes de pesquisa (34 inscritos).

Registramos, também, que a escolha da temática do evento, que ocorre em São Luís/MA, nos dias 01 a 06 de dezembro de 2008, reflete o:

[...] entendimento de que as estratégias capitalistas investem vorazmente na fragmentação da classe trabalhadora, como força contraposta à ordem destrutiva do capital; aprofundam a questão social, a partir, principalmente, da intensificação das formas de precarização do trabalho, da ampliação do desemprego, da pauperização dos trabalhadores e das reformas processadas nas políticas sociais, sob os ditames das saídas neoliberais dadas pelo capital à sua própria crise; são saídas que tendem à negação de direitos conquistados e à reatualização da assistência nas formas de filantropia e de ajuda caritativa, como uma das principais alternativas no enfrentamento das desigualdades sociais.

Diante deste quadro, o XI ENPESS buscou contribuir para o aprofundamento do debate sobre as lutas e processos de resistência dos trabalhadores brasileiros e de todo mundo, na perspectiva das conquistas democráticas e emancipatórias - base material e horizonte histórico do projeto ético-político profissional do Serviço Social em desenvolvimento na sociedade brasileira desde 1979. (ENPESS, 2008, s/p).

Já o *XII ENPESS*, que aconteceu no Rio de Janeiro, durante os dias 06 a 10 de dezembro de 2010, foi considerado o maior encontro de pesquisadores realizado até aquele ano, sobretudo, em termos de trabalhos enviados (1682), aprovados (1293) e previstos para apresentação (913 comunicações orais, 165 pôsteres e 32 mesas temáticas coordenadas).

Este foi o ENPESS que desencadeou a estrutura dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), cujo processo fortaleceu a pesquisa no Serviço Social, nos níveis graduado e pós-graduado:

Os GTPs são estratégia de coletivização da dimensão investigativa e de resistência política em tempos de produtivismo e individualismo acadêmicos, e que refletem o ambiente da sociedade do capital neste início de século. São também estruturas para conectar a pesquisa com as demandas dos trabalhadores, socializando reflexões e análises que alimentem a luta social por transformações profundas no Brasil e alhures. (ENPESS, 2010, s/p).

Foi daí, portanto, que decorreu o tema central da edição do evento já referenciada: *“Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”*.

No XIII ENPESS, os GTPs também contribuíram e serviram de base para a escolha dos eixos temáticos de apresentação de trabalhos e organização dos colóquios, orientando a emissão de pareceres. Neste sentido, o evento se estruturou a partir de diferentes espaços e momentos, a saber: três grandes conferências; colóquios dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs); colóquios dos eixos de ação da ABEPSS (graduação, pós-graduação, pesquisa, relações internacionais, saúde); reuniões e apresentações de trabalhos; oficinas de projetos; roda de conversa no espaço da sessão Pôster; lançamento de livros. O objetivo, com a montagem dessa estrutura, foi:

[...] criar um espaço acadêmico-político diversificado tanto para a socialização da rica produção da área quanto para a discussão das ações políticas da ABEPSS, propiciando a oportunidade de construção coletiva de uma agenda política para as novas gestões. (ENPESS, 2012, s/p).

Nas diferentes modalidades de apresentação dos trabalhos, as mesas contaram com um coordenador e um assessor temático que tiveram a função de fazer a síntese final de cada eixo, a qual foi apresentada durante o encerramento do XIII ENPESS, delimitando-se as novas tendências e continuidades do debate sobre/no Serviço Social.

O evento, que se realizou entre os dias 05 a 09 de novembro de 2012, em Juiz de Fora/MG, foi gestado em um contexto que também influenciou a escolha do tema daquele, *“Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”*. Assim, o tema escolhido:

[...] traz um conjunto de preocupações que procuram orientar tanto a produção do conhecimento na área, como os processos de intervenção profissional do Serviço Social e de áreas afins. *Como já destacamos na página do ENPESS, o avanço do chamado “neodesenvolvimentismo” como suposta estratégia de enfrentamento da pobreza e das desigualdades, delineado nas políticas de governos vigentes em grande parte da América Latina, constitui, atualmente, um projeto hegemônico.* Configura-se assim um contexto no qual nos interessa debater “Qual desenvolvimento, sua (im)possibilidade e para qual projeto de sociedade?”. (ENPESS, 2012, s/p, grifos nossos).

Ao longo do tempo, o ENPESS se mostra como importante na socialização do conhecimento e do debate da categoria. É o que revelam os dados

referentes ao XIII ENPESS, num comparativo à sua oitava edição, também ocorrida em Juiz de Fora/MG:

Em 2002, no VIII ENPESS, realizado em Juiz de Fora, 427 trabalhos foram aprovados. Hoje, 2012, dez anos depois, novamente em Juiz de Fora, são 1.343 trabalhos aprovados nas modalidades de apresentação oral (798), pôster (188), mesa coordenada (35) e oficina de projeto (322). (ENPESS, 2012, s/p, grifos nossos).

Com isto, percebemos que, a cada edição do ENPESS, aumenta o envio e a aprovação de trabalhos, bem como a participação de profissionais, discentes e docentes da área do Serviço Social, segundo nos aponta o texto de apresentação dos anais do XIII ENPESS. Por esse motivo, tal evento, assim como o CBAS e embora resguarde algumas diferenças em relação a este, possui um papel fundamental na divulgação das produções e pesquisas, não só entre o nosso meio profissional e acadêmico, mas na interlocução com outras áreas.

Nas próximas seções, socializaremos, com maior riqueza de detalhes, os resultados de nossa pesquisa, a partir de uma análise dos trabalhos por período de realização dos eventos, conforme a distribuição abaixo. Optamos por assim proceder, devido à particularidade de cada momento, sobretudo, quando consideramos a linha de acréscimo (ou decréscimo) da produção, como nos foi possibilitado visualizar através do Gráfico 02 (Cf. Seção 3).

4.3 QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Os trabalhos selecionados dos CBAS e ENPESS, que respondem pelos estudos sobre pessoas com deficiência na pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, oferecem relatos de pesquisa e/ou de experiência, bem como resultados de investigações e ensaios teóricos que compreendem um material de ampla heterogeneidade e alcance analítico. No Quadro 08, apresentamos uma síntese das principais temáticas classificadas a partir das principais considerações dos autores sobre o assunto e da inserção dos referidos trabalhos nos eixos temáticos de cada evento.

Quadro 08 – Eixos temáticos.

Eixo temático		Número de trabalhos	Porcentagem %
1	Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho	08	24,24%
2	Seguridade social, previdência e assistência social	07	21,21%
3	Seguridade social, reabilitação e saúde	05	15,15%
4	Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais	05	15,15%
5	Pessoas com deficiência, inclusão social e educação	03	9,09%
6	Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais	02	6,06%
7	Pessoas com deficiência e família	02	6,06%
8	Infância e adolescência	01	3,03%
Total		33	100%

O quadro acima oferece, em números, um panorama geral sobre a produção dos programas de mestrado e doutorado em Serviço Social acerca das pessoas com deficiência. Elaboramos oito eixos temáticos que abarcam 33 trabalhos. Estes foram pesquisados nos dois grandes eventos acadêmico-profissionais do Serviço Social. O Quadro 09 apresenta os eventos com seus respectivos números de trabalhos.

Quadro 09 – Trabalhos por eventos.

ENPESS	CBAS
15	18
Total de trabalhos	
33	

Os trabalhos pesquisados nos CBAS e ENPESS são de 1998 a 2013. No ENPESS, consultamos 15 trabalhos que se dividem nos seguintes eixos temáticos: Seguridade social, previdência e assistência social (4); Seguridade social, reabilitação e saúde (1); Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho (4); Pessoas com deficiência, inclusão social e educação (2); Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais (3); Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais (1). Em relação ao ENPESS, o CBAS oferece alguns trabalhos a mais para o estudo, com 18, que são distribuídos nos eixos temáticos, a saber: Seguridade social, previdência e assistência social (3); Seguridade social, reabilitação e saúde (4); Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho (4); Pessoas com deficiência, inclusão social e educação (1); Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais (2); Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais (1); Infância e adolescência (1); Pessoas com deficiência e família (2). Observemos, então, o Quadro 10.

Quadro 10 – Eixos temáticos e número de trabalhos por eventos.

Eixos temáticos		ENPESS	CBAS	Total
1	Seguridade social, previdência e assistência social	04	03	07
2	Seguridade social, reabilitação e saúde	01	04	05
3	Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho	04	04	08
4	Pessoas com deficiência, inclusão social e educação	02	01	03
5	Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais	03	02	05
6	Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais	01	01	02
7	Infância e adolescência	-	01	01
8	Pessoas com deficiência e família	-	02	02
Total		15	18	33

Na análise dos anais dos ENPESS e CBAS, enfatizamos a interlocução do Serviço Social com outras áreas do conhecimento, cujos pesquisadores publicam ensaios teóricos e pesquisas em parceria com profissionais, estudantes e/ou estudiosos da área. Isso sem falar na demanda de tais pesquisadores pela realização de seus estudos pós-graduados em programas do Serviço Social.

Em relação aos eixos temáticos, os trabalhos apresentam pesquisas empíricas e/ou análises teóricas, o que, em nosso entendimento, torna mais rico o material estudado, pois, desde que se encontrem relacionadas à realidade concreta, tais pesquisas oferecem subsídios para o desvendamento do objeto em questão em suas diferentes formas de expressão. A pesquisa empírica configura-se, deste modo, como:

[...] fundamental para a investigação de determinada realidade social e, quando a apreensão teórica é articulada, com categorias que vão além do imediato, torna-se essencial para desvendar o oculto. A pesquisa deve ir além de uma visão fenomênica do “fato social” e apreender a realidade em sua constituição sócio-histórica. (LARA, 2011, p. 193).

A seguir, realizaremos uma breve síntese dos principais assuntos abordados nos eixos temáticos.

O eixo temático *Seguridade social, previdência e assistência social* traz discussões sobre os seguintes assuntos: a incorporação da avaliação social pelo novo modelo de avaliação do BPC à pessoa com deficiência e a contribuição do assistente social neste processo, bem como os avanços e desafios na implementação do referido modelo; a implantação do modelo de atenção às pessoas com deficiência pela política de assistência social no Rio de Janeiro; a direção social da política de assistência social a partir da demanda feminina pelo BPC; a atenção presta à pessoa com deficiência pela política de assistência social em sua articulação com as demais políticas de seguridade social. O eixo temático é composto, ainda, por sete trabalhos que representam 21,21% do total da produção analisada. O mesmo é apresentado no Quadro 11 segundo as particularidades de cada trabalho.

Quadro 11 – Eixo temático – Seguridade social, previdência e assistência social.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Tatiana Maria Araújo da Fonseca	Aluna do Doutorado em Política Social/UFF	O sistema único da assistência social e os dilemas da implantação do modelo de atenção as pessoas com deficiência no Rio de Janeiro	Resultado de pesquisa	XII ENPESS	2010
Rodrigo Isaias Vaz	Aluno do Mestrado em Serviço Social/ PUC-SP	A mulher trabalhadora e o benefício assistencial (BPC): uma análise da política de assistência social a partir da demanda feminina pelo benefício assistencial à pessoa com deficiência	Resultado de pesquisa	XIII ENPESS	2012
Jociene Amancio de Camargo Rodrigues	Aluno do Mestrado em Serviço Social/PUC-SP	Benefício de Prestação Continuada: uma análise da atenção prestada à pessoa com deficiência através da Política de Assistência Social	Resultado de pesquisa	XIII ENPESS	2012
Alano do Carmo Macedo	Aluno do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social/UECE	Benefício assistencial à pessoa com deficiência: avanços e desafios nos anos de 1996 a 2011	Resultado de pesquisa	XIII ENPESS	2012
Tatiana Maria Araujo da Fonseca	Aluna do Doutorado em Política Social/UFF	A incorporação da atenção à deficiência pela política de assistência social no município do Rio de Janeiro	Resultado de pesquisa	XIV CBAS	2013

Quadro 11 – Continuação.

Larissa Veloso Nunes	Assistente Social do INSS/DF	A avaliação social como caracterizadora do novo modelo de avaliação do BPC à pessoa com deficiência	Ensaio teórico	XIV CBAS	2013
Solange Maria Teixeira	Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/UFPI				
Talita Teobaldo Cintra Cordeiro	Aluna do Mestrado em Política Social/UnB	A contribuição do assistente social do INSS no acesso de pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social - BPC	Resultado de pesquisa	XIV CBAS	2013

O quadro apresenta seis trabalhos que são resultados de pesquisas e um que é ensaio teórico. Dos trabalhos do eixo temático, um foi escrito por docente em parceria com assistente social, o que demonstra a contribuição dos profissionais de campo do Serviço Social que publicam suas pesquisas e/ou reflexões nos espaços de socialização do conhecimento na área.

Destacamos, ainda, a inserção destes profissionais nos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social. É o que podemos perceber ao consultar os *Currículos Lattes* de Vaz (2012), Rodrigues (2012), Macedo (2012) e Cordeiro (2012), todos assistentes sociais do INSS, bem como de Fonseca (2010, 2013), assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS-RJ). Acreditamos, assim, que o contato direto e o enfrentamento cotidiano da questão social e de suas múltiplas expressões têm colocado aos profissionais a necessidade permanente de atualização, fazendo com que aqueles se insiram em cursos que reciclem os seus referenciais teórico-metodológicos. Isso sem considerar a relação com profissionais de outras áreas e com os segmentos sociais organizados, bem como a própria inserção na docência, o que exige respostas cada vez mais complexas e qualificadas por parte do Serviço Social.

No eixo temático *Seguridade social, reabilitação e saúde*, as discussões se concentram em torno das seguintes questões: a concepção de deficiência e a viabilização de direitos das pessoas com fissura labiopalatina; os recursos audiológicos para o atendimento das pessoas surdas; o atendimento voltado às

crianças surdas no Programa Surdez na Infância (PSI) do Centro de Pesquisas Audiológicas (CPA) do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) da USP-Bauru; a intervenção do Serviço Social do Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais (HPRLLP/Bauru-SP) junto aos casos faltosos de cirurgias primárias (lábio e/ou palatal) e as relações de parceria com a Promotoria Pública; o serviço de assistência ambulatorial às pessoas estomizadas do Distrito Federal. Este eixo responde por cinco trabalhos que representam 15,15% da produção analisada. O Quadro 12 apresenta as particularidades de cada trabalho.

Quadro 12 – Eixo temático – Seguridade social, reabilitação e saúde.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Maria Inês Gândara Graciano	Aluna do Pós-doutorado em Serviço Social/PUC-SP	A pessoa com fissura labiopalatina: concepção sobre deficiência e viabilização de direitos	Resultado de pesquisa	XI ENPESS	2008
Caroline Spósito	Assistente social do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP e pesquisadora com bolsa FAPESP				
Kelly Cristhiany da Silva Tavares	Assistente social do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP-Bauru	As organizações públicas de atendimento aos portadores de deficiência auditiva no Brasil	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Cleonice da Silva	Currículo Lattes não encontrado				
Sonia Tebet Mesquita	Aluna do Doutorado em Serviço Social/UNESP				

Quadro 12 – Continuação.

Cleonice da Silva	Currículo Lattes não encontrado	Os casos novos do programa surdez na infância: a veiculação de informações	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Sonia Tebet Mesquita	Aluna do Doutorado em Serviço Social/UNESP				
Silvana Aparecida Maziero Custódio	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UNESP	A intervenção do serviço social junto aos casos de abandono de tratamento: relações de parceria entre HPRLLP e Promotoria	Resultado de pesquisa	IX CBAS	1998
Maria Inês Gândara Graciano	Assistente Social e Chefe do Serviço Social do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP				
Mercedes Andrelo Malosci	Currículo Lattes não encontrado				
Amabile F. Pagani	Currículo Lattes não encontrado				
Danielle de Oliveira	Aluna do Mestrado em Política Social/UnB	Serviço de estomaterapia: análise do serviço de assistência ambulatorial aos estomizados do distrito federal	Resultado de pesquisa	XII CBAS	2007

O quadro apresenta quatro trabalhos escritos por assistentes sociais, quase todas inseridas, pelo menos, à época de realização de cada evento, em cursos de pós-graduação em Serviço Social (mestrado, doutorado ou pós-doutorado), e também atuantes na área da saúde, sobretudo, da reabilitação. A produção do conhecimento do eixo temático ganha relevância por responder por pesquisas articuladas à realidade e ao exercício dos profissionais.

O eixo temático *Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho* aborda a inserção das pessoas com deficiência no competitivo mundo do trabalho e a sociabilidade do segmento a partir desta inserção; as relações sociais e de trabalho, bem como a importância do processo de reabilitação; a inclusão das pessoas com deficiência nas empresas privadas; os programas de qualificação para o mercado de trabalhos, com destaque para as vivências e perspectivas avaliativas de seus usuários. Este é o eixo mais numeroso, com oito trabalhos, que representam 24,24% da produção analisada. O Quadro 13 apresenta o eixo temático conforme as particularidades de cada trabalho.

Quadro 13 – Eixo temático – Trabalho, inclusão social e participação no mercado de trabalho.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Maria Margareth Bezerra dos Santos	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UFPE	A participação no mercado de trabalho e a sociabilidade de pessoas com deficiência	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Regina Yara Pereira Rondon Monje	Aluna do Doutorado em Serviço Social/PUC-SP	Interferências da gagueira nas relações sociais e de trabalho e a importância do processo de reabilitação	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Luciana Gonçalves de Souza	Aluna do Mestrado em Política Social/UnB	Uma reflexão sobre a inserção das pessoas portadoras de deficiência nas empresas privadas	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Sandra Magda Araújo de Almeida Xavier	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UFPB	Perspectivas avaliativas acerca do PLANFOR	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPB	segundo os usuários portadores de deficiência			

Quadro 13 – Continuação.

Cristiane Cardoso de Oliveira	Aluna do Doutorado em Serviço Social/PUC-RS	A eficiência na deficiência	Resultado de pesquisa		
Leonia Capaverde Bulla	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC-RS			VII ENPESS	2000
Flora Marisa Xavier Reys Cerqueira	Aluna da Graduação em Serviço Social/Faculdade Católica de Uberlândia	Equiparação de oportunidade às pessoas com deficiência: realidade ou utopia?	Resultado de pesquisa	XIII ENPESS	2012
Ana Lúcia Martins Kamimura	Aluna do Doutorado em Serviço Social/Unesp-Franca				
Sandra Magda Araújo de Almeida Xavier	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UFPB	Qualificação profissional x inclusão social: avaliação do PLANFOR segundo os usuários portadores de deficiência	Resultado de pesquisa	IX ENPESS	2004
Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPB				
Maria do Perpetuo Socorro Rocha Sousa Severino	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UFRN	O Processo de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho em Mossoró-RN	Resultado de pesquisa	X ENPESS	2006

Todos os trabalhos que compõem a relação são resultados de pesquisa. Desse eixo temático, cinco trabalhos foram escritos por alunos do mestrado e três do doutorado, sendo que três trabalhos construíram-se em parceria com os docentes dos programas de pós-graduação em Serviço Social. É interessante notarmos a participação de duas autoras tanto no ENPESS como no CBAS, ambos realizados em 2004. Nos dois eventos, as mesmas escrevem trabalhos com temáticas semelhantes, procurando, no entanto, trazer recortes diferenciados.

Observamos também a existência de interlocução das IES, bem como da graduação com a pós-graduação na área. É o caso, por exemplo, do trabalho de Cerqueira e Kamimura (2012), o que nos leva a inferir acerca da existência de uma

relação produtiva e orgânica entre os níveis de formação profissional, além do impacto significativo das produções da pós-graduação em relação à graduação e a inserção dos estudantes daquela em unidades de ensino em Serviço Social na região abrangida pelas universidades.

O eixo temático *Pessoas com deficiência, inclusão social e educação* apresenta estudos acerca dos temas que seguem: as condições de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na política de educação; acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior; a atuação do Serviço Social no Projeto de Educação Inclusiva do Município de Santo André e o desafio de garantir direitos.

Quadro 14 – Eixo temático – Pessoas com deficiência, inclusão social e educação.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Priscila Pereira Santos	Aluna do Mestrado em Serviço Social/PUC-SP	Garantir direitos: o desafio do Serviço Social no Projeto de Educação Inclusiva da Prefeitura do Município de Santo André	Relato de experiência	XI CBAS	2004
Rosângela Helena Pezoti	Aluna do Mestrado em Serviço Social/PUC-SP				
Maria Jacinta da Silva	Aluna do Doutorado em Políticas Públicas/UFMA	Crianças e adolescentes com deficiência: indicadores de inclusão na política de educação	Resultado de pesquisa	X ENPESS	2006
Selma Maria Muniz Marques da Silva	Currículo Lattes não encontrado				
Terezinha Moreira Lima	Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/UFMA				
Flávia Augusta Santos de Melo	Assistente social da UFS	Análise sócio-institucional do acesso e permanência de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Sergipe: uma experiência de pesquisa	Resultado de pesquisa	XI ENPESS	2008
Sandra Francelino Soares Silva da Costa	Aluna da graduação em Serviço Social/UFS				
Maria Lúcia Machado Aranha	Professora da Pós-graduação em Serviço Social/UFS				

O eixo temático apresentado no Quadro 14 é composto por três trabalhos que representam 9,09% da produção analisada. Um trabalho é relato de experiência sobre a atuação das autoras no Núcleo de Serviço Social da Associação Brasileira de Apoio Educacional ao Deficiente (ABED)⁶⁸, mais especificamente, quando do desenvolvimento e implementação do projeto de inclusão educacional voltado a alunos com deficiência, resultante do convênio, realizado em 2001, entre ABED e Prefeitura Municipal de Santo André. Dois trabalhos são resultados de pesquisas, sendo que um deles é excerto de pesquisa da graduação, que traz contribuições de uma docente da pós-graduação em Serviço Social e uma assistente social.

O eixo temático *Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais* oferece análises sobre os movimentos, formas de mobilização e associações de pessoas com deficiência, enfatizando a importância destes nas lutas pela conquista e consolidação de direitos no Brasil; a trajetória de luta e reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos; a Acessibilidade Universal e as condições de acesso das pessoas com deficiência aos bens sociais; a cidadania das pessoas com deficiência; o significado sócio-histórico da deficiência na sociedade capitalista. Tal eixo é apresentado no Quadro 15 e responde por cinco trabalhos, que representam 15,15% da produção analisada.

Quadro 15 – Eixo temático – Pessoas com deficiência, direitos humanos e lutas sociais.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Luciana Gonçalves de Souza	Aluna do Mestrado em Política Social/UnB	A mobilização social das pessoas portadoras de deficiência e a APABB	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Maria Suyanny Gouveia da Silva	Currículo Lattes não encontrado				
Idília Fernandes	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC-RS e assistente social da FADERS	Acessibilidade e cidadania das pessoas com deficiência	Ensaio teórico	IX ENPESS	2004

⁶⁸ Fundada em 1993, a ABED caracteriza-se como organização não governamental, cuja finalidade objetivo é a promoção do acesso e a melhoria da educação e formação profissional voltada às pessoas com deficiência, fortalecendo as redes de serviços e a inclusão social do referido segmento.

Quadro 15 – Continuação.

Selma Graciele Gomes	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UFSC	Uma trajetória de construções: o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos	Resultado de pesquisa	XI ENPESS	2008
Maria Manoela Valença	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFSC				
Idilia Fernandes	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC-RS e assistente social da FADERS	Condições para o acesso das pessoas com deficiência aos bens sociais no estado do RS	Relato de experiência	XIII CBAS	2010
Rosane Arostegui de Azevedo	Assistente social				
Idilia Fernandes	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC-RS e assistente social da FADERS	A condição da deficiência na sociedade capitalista contemporânea	Ensaio teórico	XIII ENPESS	2012

Dos trabalhos do eixo temático, três foram escritos por assistentes sociais, das quais uma está inserida em programa de pós-graduação enquanto docente. Um trabalho é relato de experiência, respondendo pela sistematização do exercício profissional de suas autoras. Os demais trabalhos constituem ensaios teóricos e resultados de pesquisa, sendo que um destes se trata de excerto de trabalho de conclusão de curso, fruto do processo de pesquisa documental e bibliográfica. Observamos, ainda, a contribuição dos docentes na co-autoria dos trabalhos de discentes da pós-graduação em Serviço Social, o que revela uma preocupação, por parte destes segmentos, em divulgar as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico.

O eixo temático *Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais* é composto por dois trabalhos que representam 6,06% da produção analisada. Apresenta abordagens envolvendo as seguintes questões: a contribuição de conceitos antropológicos na análise de ressignificação

da deficiência pela perspectiva social; os modelos social e biomédico enquanto componentes na construção de políticas e programas sociais. As particularidades dos trabalhos inseridos neste eixo temático encontram-se no Quadro 16.

Quadro 16 – Eixo temático – Pessoas com deficiência: concepção, modelos clássicos de interpretação e políticas sociais.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Nádia Xavier Moreira	Aluna do Doutorado em Serviço Social/UFRJ e assistente social militar da Marinha do Brasil	Estrutura e evento em Marshall Sahlins: contribuição para análise da ressignificação da deficiência pela abordagem social	Ensaio teórico	XIII ENPESS	2012
Nádia Xavier Moreira	Aluna do Doutorado em Serviço Social/UFRJ e assistente social militar da Marinha do Brasil	Modelos clássicos de interpretação da deficiência: componentes na construção de políticas e programas sociais	Ensaio teórico	XIV CBAS	2013

O quadro mostra a presença da mesma autora nos dois grandes eventos do Serviço Social brasileiro, CBAS e ENPESS, sempre abordando sobre o mesmo objeto, porém com recorte diferenciado. Ambos os trabalhos são ensaios teóricos e sua autora, além de ser assistente social, está inserida em programa de pós-graduação na área, o que parece ser algo comum entre os pesquisadores cujas produções estão sendo analisadas neste estudo. Isso sem falar na significativa participação destes sujeitos nos dois eventos aqui considerados, algo que tem sido bastante recorrente se levarmos em conta os dados da pesquisa.

Por fim, temos os eixos temáticos *Infância e adolescência* e *Pessoas com deficiência e família*. Tais eixos são os que englobam menos trabalhos, representando, respectivamente, 3,03% e 6,06% da produção analisada. As discussões que aparecem aí se concentram em torno dos seguintes assuntos: o debate sobre o estigma e a exclusão social junto aos adolescentes com fissura lábio

e/ou palato acompanhados pelo HPRLLP/Bauru-SP; a participação do pai no processo de reabilitação do usuário de implante coclear, com ênfase no papel da família e divisão sexual das atividades exercidas por homens e mulheres, sobretudo, no processo de socialização e/ou educação das crianças com deficiência; a concepção de “negligência familiar” dos profissionais e pais de crianças com deficiência atendidas pela APAE de Franca, trazendo uma contextualização da família brasileira nas políticas públicas de assistência social. O Quadro 17 expõe as particularidades dos trabalhos presentes no eixo temático *Infância e adolescência*.

Quadro 17 – Eixo temático – Infância e adolescência.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Silvana Aparecida Maziero Custódio	Aluna do Mestrado em Serviço Social/UNESP	Deficiência na adolescência, um estigma de exclusão social?	Resultado de pesquisa	IX CBAS	1998
Saulo Camargo	Currículo Lattes não encontrado				
Neide Aparecida de Souza Lehfeld	Pesquisadora em Serviço Social				
Lilian D'Aquino Tavano	Currículo Lattes não encontrado				

O quadro acima é composto por um trabalho que constitui resultado de pesquisa desenvolvida junto aos adolescentes atendidos pelo hospital onde atua uma das pesquisadoras, o que nos chama a atenção para o que diz Iamamoto (2012) sobre a dupla possibilidade de intervenção do assistente social ao se colocar na intermediação entre as esferas pública e privada. Uma destas possibilidades se refere à viabilização do acesso dos sujeitos aos recursos e serviços, por meio do desvendamento da realidade dos mesmos, o que oportuniza o acúmulo de informações sobre as expressões da questão social contemporânea. É o que percebemos também nos trabalhos cujas particularidades estão dispostas no Quadro 18.

Quadro 18 – Eixo temático – Pessoas com deficiência e família.

Autor	Perfil do autor	Título do trabalho	Caráter do estudo	Evento	Ano
Sonia Tebet Mesquita	Aluna do Doutorado em Serviço Social/UNESP	A participação do pai no processo de (re)habilitação do usuário de implante coclear	Resultado de pesquisa	XI CBAS	2004
Rosângela Gomes Luchetti	Currículo Lattes não encontrado				
Cleonice da Silva	Currículo Lattes não encontrado				
Ana Cristina Nassif Soares	Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UNESP-Franca	Negligência familiar e a pessoa com deficiência – algumas aproximações	Resultado de pesquisa	XIV CBAS	2013
Denise Jesuína de Faria	Assistente social				
Viviane Cristina Silva Vaz	Assistente social da APAE				

O quadro apresenta dois trabalhos que são resultados de pesquisas. Um deles é excerto de pesquisa dissertativa e conta com a contribuição de profissional de outra área que, além disso, é docente no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca. As demais autoras do referido trabalho são assistentes sociais com título de mestre em Serviço Social. Uma delas atua na APAE, lócus onde se desenvolveu a pesquisa. Observamos, com isto, a interlocução do Serviço Social com as outras áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas, que, além de compartilhar das nossas produções, passam a se inserir em cursos de níveis graduado e/ou pós-graduado na área.

Os eixos temáticos aqui elencados condensam, de um modo geral, subsídios fundamentais para a apreensão da temática “pessoas com deficiência” em suas diferentes manifestações, devendo ser compreendidas a partir de sua inserção em um contexto social mais amplo. A nosso ver, ganham relevo, em todo o material consultado, as pesquisas que apontam para uma perspectiva social de deficiência, apesar da presença do modelo biomédico em algumas análises, bem como de

visões conservadoras, preconceituosas e pejorativas sobre o assunto, sobretudo, no que diz respeito ao uso inadequado das terminologias, o que necessita, por outro lado, de uma análise aprofundada sobre o contexto em que se inscrevem os estudos e seus autores.

Nas próximas seções, apresentaremos a caracterização metodológica dos estudos selecionados, identificando as proposições, pontos convergentes e divergentes entre os mesmos; além de problematizar os possíveis estereótipos ainda existentes sobre pessoas com deficiência, centrados nos enfoques tradicionais e/ou discursos do senso comum, que vêem na deficiência a possibilidade de cura ou de prática da caridade.

4.4 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (1998-2000)

Quantitativamente, este é o período que compreende menos trabalhos (3), sendo dois trabalhos do CBAS e um do ENPESS, o que representa 9,09% do total da produção analisada. Como enfatizamos em linhas anteriores, as pessoas com deficiência passam a ser tema central de investigadores dos mestrados e doutorados em Serviço Social a partir do final dos anos 1990. Neste momento, as preocupações de estudo giram em torno do mercado de trabalho, do estigma sofrido pela pessoa com deficiência, do incentivo ao processo de reabilitação etc.

Iniciamos a discussão com o texto publicado por Custódio et al. (1998a) no IX CBAS, que trata da intervenção do Serviço Social do HPRLLP junto aos casos faltosos de cirurgias primárias (lábio e/ou palatal) numa relação de parceria com a Promotoria Pública. As autoras verificam, portanto, como se processam as relações de parceria entre Serviço Social e Promotoria junto aos casos de abandono de tratamento no HPRLLP e a necessidade do seu desenvolvimento para a garantia dos direitos de cidadania pela CF/88 e pelo ECA.

Tendo em vista o alcance de seu objetivo, o referido trabalho segue uma abordagem quanti-qualitativa, com a aplicação de questionário, enviado por correio, com perguntas abertas e fechadas. O universo da pesquisa foi composto pelos 442 pacientes que abandonaram o tratamento e que foram acionados pela intervenção da Promotoria do Ministério Público, entre 1993 e 1995. A amostra foi de 10% desse

universo, sendo composta pelos 42 pacientes que retornaram ao tratamento após a intervenção. Os dados foram dispostos em gráficos para a visualização do leitor, sendo necessário, ainda, um estudo da situação das políticas públicas de saúde no Brasil, bem como da influência do sistema sócio-econômico no acesso aos direitos de cidadania e as possibilidades de realização de parceria na viabilização do processo de reabilitação sob uma perspectiva cidadã.

Por meio de sua pesquisa, as autoras supramencionadas constataam que, embora existam determinações legais do ECA e da CF/88 quanto ao acesso universal aos serviços de saúde, grande parte da população encontra-se “excluída” dos direitos, o que, nos casos de abandono de tratamento no HPRLLP, deve-se ao “sistema social e econômico vigente” como fator contribuinte da questão do absentismo. No entanto, a intervenção do Serviço Social do referido hospital, via parceria com a Promotoria, é avaliada na pesquisa como algo positivo, sobretudo, no processo de prevenção do abandono do tratamento.

Custódio et al. (1998b), em seu outro trabalho no IX CBAS, trazem uma discussão sobre os adolescentes com lesões lábio e/ou palato, tendo como foco o “estigma” e a “exclusão social”. Para isto, realizam uma pesquisa junto a adolescentes, de 12 a 18 anos, com fissura lábio e/ou palato, acompanhados pelo HPRLLP e residentes em Bauru-SP. A pesquisa, de abordagem quanti-qualitativa, desenvolve-se em duas fases. Na primeira, os autores traçam o perfil (sexo, classificação sócio-econômica, escolaridade e ocupação) do universo, por meio de pesquisa documental dos prontuários, contando com 65 adolescentes. Na segunda fase, selecionam cinco adolescentes, caracterizando-se a amostra como não probabilística intencional. Para colherem os depoimentos dos sujeitos, utilizam-se da técnica da entrevista “não-diretiva”. Os dados quantitativos da pesquisa, referentes ao perfil dos adolescentes com fissura lábio e/ou palato, encontram-se dispostos em gráficos para a visualização do leitor, sendo seguidos por suas respectivas análises.

Com base na análise dos dados da pesquisa, os autores elaboram uma classificação no intuito de caracterizar o “estigma”, compreendido pelos mesmos como “particularizador-generalizador”, ou seja, imprime uma particularidade um tanto rara dentro do contexto social, e perpetua-se e atribui-se a todos aqueles que possuem a mesma característica. Tal classificação se dá quanto: ao posicionamento

do estigmatizado, ao número de agentes envolvidos e à relação entre agente estigmatizador e estigmatizado.

Segundo a pesquisa, o “estigma” pode acontecer, ainda, nas mais diversas formas de expressão e/ou manifestação: explícita, implícita, restrita ou ampla. Com isso, intenciona-se desmistificar a “estigmatização” através de uma profunda análise, buscando o seu “desvelamento” – numa referências às palavras utilizadas pelos autores – e desmascarando a sua ocorrência nos depoimentos dos adolescentes pesquisados. Portanto, “os estigmas sofridos pelos adolescentes ratificaram a exclusão social, impedindo nuances mais sutis, demonstrando que, na verdade, ambas se complementam, formando um processo de associação e inter-relação”. Comprova-se, também, a existência do estigma sofrido pelo adolescente com deficiência, mesmo este não se sentindo discriminado. Tal estigma manifesta-se, sobretudo, na “família restrita” por meio da proteção dos pais. A exclusão expressa-se, além disso, no mercado de trabalho, não só pelas “limitações” daquele jovem, mas “[...] pelo preconceito e discriminação de uma sociedade altamente seletiva e marginalizadora” (CUSTÓDIO et al., 1998b, p. 350 – IX CBAS).

Em relação à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, a primeira produção do período analisado (1998-2001) é de Oliveira e Bulla (2000), que buscam refletir, também, sobre o espaço de atuação do assistente social junto às “pessoas portadoras de deficiência física” (termo utilizado pelas autoras, apesar de as mesmas terem a pretensão de trabalhar com a perspectiva inclusiva).

As autoras resgatam, neste trabalho publicado no VII ENPESS, o processo de transformação pelo qual vem passando as instituições de assistência às pessoas com deficiência em busca da eficiência. Destacam o atual enfoque da reabilitação que, segundo aquelas, não está restrito à recuperação das deficiências, mas da auto-imagem, da independência e da autonomia, enquanto componentes da inclusão social que se configuram como competência das instituições voltadas à atuação junto às pessoas com deficiência.

Cabe, pois, a estas instituições o papel de encorajar o segmento ao desenvolvimento de potencialidades, partindo do entendimento de que há a possibilidade de eficiência, no sentido de “superação da deficiência” que é caracterizada por Oliveira e Bulla (2000 – VII ENPESS) como dupla: “[...] a dos

preconceitos e limitações próprias da deficiência e a seguir a da qualificação para um mercado cada vez mais exigente e restrito para todos os trabalhadores”.

As discussões presentes no estudo perpassam, ainda, pelas transformações no mundo do trabalho e suas particulares implicações para as pessoas com deficiência, cuja exposição tornam evidentes as dificuldades enfrentadas no cotidiano das pessoas com deficiência devido à existência de um perfil esperado para o trabalhador; perfil este que não se encaixam os sujeitos que possuem algum tipo de deficiência, o que reduz as possibilidades destes de conseguir trabalho.

No entanto, ao levarem em consideração a capacidade de transformação humana e de questionamento da estrutura social, Oliveira e Bulla (2000 – VII ENPESS) mencionam estudos que:

[...] comprovam que *trabalhadores portadores de deficiência tem encontrado nichos de mercado em que são mais eficientes*, apresentam melhor desempenho e produtividade que o comum dos trabalhadores, além de assiduidade e dedicação acima da média. *São casos de superação que ultrapassam seus colegas de trabalho. São fatores que condizem com a economia globalizada e nesse particular são fatores de inclusão.* Mesmo assim o número de incluídos nessas funções é insuficiente para atender a demanda. (grifos nossos).

O trabalho é aí apreendido como elemento imprescindível à auto-realização do ser humano, bem como da sua auto-estima e imagem. Portanto, é tida como necessária a garantia de mercado de trabalho às pessoas com deficiência, enquanto forma também de viabilização de inclusão na sociedade,

[...] acrescentando-se vida aos dias dessas pessoas, espaço de participação social e cidadania. Há uma tarefa cooperada a realizar: a pessoa portadora de deficiência conscientizando-se de como é percebido em seu meio (preconceitos de que é vítima), em seguida de busca de seus direitos e pelas instituições (sociedade) de viabilização de superação das deficiências até chegar às conquistas e à afirmação social. (OLIVEIRA; BULLA, 2000 – VII ENPESS).

Percebemos que a pesquisa das autoras caracteriza-se como essencialmente qualitativa, com o uso de abordagem crítico-dialética e de entrevistas semi-estruturadas, com o intuito de colher as histórias de vida e trabalho de 20 pessoas com deficiência física, selecionadas por meio de amostragem não-probabilística intencional.

Com o estudo, é observada a importância da “eficiência” na vida das pessoas com deficiência e existência de qualificação em outras áreas, exigindo um

esforço contínuo de “superação” das deficiências. Neste trabalho são tecidas, ainda, algumas considerações sobre a atuação do assistente social junto ao referido segmento, acompanhando todas as fases do processo, da capacitação à inclusão no mercado de trabalho, algo que se recomenda ser feito sob a ótica do contexto social e das mudanças necessárias àquele no resguardo dos direitos de cidadania:

É exigência do mercado globalizado que o trabalhador portador de deficiência desenvolva uma ocupação, com uma formação específica e também com habilidades gerais. Como todos, deve estar disposto à permanente atualização tecnológica, identificada com a atividade que realiza. As formas de trabalho solidário ou cooperativado tem se mostrado um caminho eficaz para acesso ao mercado de trabalho. Mas é preciso ter claro que o importante é estar trabalhando, ter uma ocupação, mesmo que não se esteja empregado nos termos tradicionais.

O estudo mostrou que o preconceito é um fenômeno produzido e mantido por um grupo que interpreta e aborda a deficiência como incapacitação para o trabalho. O Assistente Social deve participar da construção conjunta de uma educação libertadora, que conscientize a população da necessidade de abandonar preconceitos e a faça decidir-se por um engajamento produtivo nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas, que garantam qualidade de vida indistintamente a todos. É esse entendimento que abre espaço para o Serviço Social: colaborar para uma nova visão de homem e de mundo, numa sociedade em que se minimize a exclusão, buscando a realização plena da cidadania para todos. (OLIVEIRA; BULLA, 2000 – VII ENPESS).

No conjunto dos trabalhos publicados nos anos de 1998 a 2000, observamos um viés individual na abordagem da deficiência, apesar do esforço dos autores em tentar compreendê-la a partir de sua inserção no contexto social. No trabalho de Oliveira e Bulla (2000), por exemplo, o uso de termos, como “esforço”, “superação”, “eficiência” etc., remetem a posturas de negação da deficiência, cuja intenção é ignorar aquilo que é característico das pessoas que a possuem. Entendemos que tal condição não precisa ser o único fator preponderante na vida dos sujeitos, o que contribui com a (re)produção de preconceitos e análise da deficiência como sinônimo de incapacidade.

Contudo, ao apreendermos a deficiência como condição inseparável de quem a possui, defendemos que a mesma não pode ser esquecida, sobretudo, quando se está em pauta o debate sobre a diversidade humana, bem como a efetivação de direitos e elaboração de políticas voltadas a segmentos historicamente invisibilizados pela sociedade.

4.5 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (2004-2007)

Este é o período em que a produção sobre pessoas com deficiência atinge o seu ápice, pelo menos, em termos quantitativos. São 14 trabalhos, que representam 42,42% do total dos estudos analisados. Deste conjunto de trabalhos, dez pertencem ao CBAS e quatro ao ENPESS.

Iniciamos a nossa análise pelo trabalho publicado por Fernandes (2004) no IX ENPESS, que se trata de um ensaio teórico acerca da temática das deficiências/diferenças cujo intuito é o questionamento de determinados conceitos; conceitos estes que situam as diferenças no lado inverso daquilo que é considerado “correto, ideal para todos”. O estudo traz, ainda, um debate sobre as concepções de acessibilidade, inclusão e cidadania das pessoas com deficiência, em específico, bem como de todos os sujeitos que expressam, de modo geral, as suas diferenças.

A acessibilidade é visualizada por Fernandes (2004) como a via pela qual se dá a inclusão da diversidade dos sujeitos. Incluir, nesta acepção, não significa juntar a diversidade de idéias e culturas num mesmo meio. A inclusão requer uma necessária conexão e real relação entre as diferenças. Tal posicionamento solicita a transformação de velhas concepções que se traduzem, por exemplo, na chamada “cultura da normalidade”, que se desenvolve a partir de uma interpretação fracionária da realidade, bem como a garantia de acesso aos recursos e espaços sociais que devem contemplar a diversidade inerente à condição humana.

O trabalho de Almeida e Xavier (2004), publicado no IX ENPESS, apresenta resultados de um estudo avaliativo acerca do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), sob a ótica dos usuários com deficiência.

O PLANFOR, que começou a ser estruturado em 1995 pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, passou a vigorar em 1996, com financiamento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tendo sua vigência até 2002, quando foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o PLANFOR configurou-se como estratégia de articulação das políticas de educação profissional com as de trabalho e renda, cujo objetivo era disponibilizar, de forma gradual, toda a capacidade de educação

profissional no Brasil, qualificando e requalificando, anualmente, 20% da População Economicamente Ativa (PEA).

Levando isso em consideração, bem como a inserção das pessoas com deficiência no contexto mais amplo das transformações societárias e no mundo do trabalho, quando há o aprofundamento das expressões da questão social, Almeida e Xavier (2004) nos trazem um relato de pesquisa, cujo desenvolvimento se dá em João Pessoa/PB. A Coordenadoria de Treinamento, Produção e Apoio Profissionalizante (CORPU), pertencente à instituição governamental Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), constitui o lócus investigativa.

A pesquisa de Almeida e Xavier (2004) realizou-se junto a trinta pessoas com deficiência qualificadas pela FUNAD no ano de 2000. Enquanto instrumental metodológico, foi adotado o Sistema de Indicadores de Avaliação de Programas Sociais (SIAPS), caracterizando-se a pesquisa como avaliativa de programa social. Foram utilizados, também, a observação sistemática, a entrevista, o questionário e o diário de campo. Para o processo de análise e interpretação dos dados, recorreu-se ao tratamento de dados estatísticos através do uso da tabulação, quadros e gráficos, bem como à análise de conteúdo, em termos qualitativos.

Na análise dos resultados, Almeida e Xavier (2004) identificaram três indicadores (acessibilidade, qualidade e efetividade) referentes aos cursos do PLANFOR. Neste sentido, as pesquisadoras concluíram que:

[...] o processo de Qualificação Profissional das pessoas portadoras de deficiência visando à sua Inclusão Social, constitui-se em uma questão complexa, cujas estratégias de enfrentamento demandam um conjunto articulado de fatores que permeiam o âmbito das políticas e programas sociais - enquanto mecanismos de repasse de informações e práticas democráticas consolidadas – do Estado, do mercado e da sociedade civil. Esta constatação confirma a hipótese desta pesquisa, qual seja: a de que os cursos profissionalizantes promovidos pelo PLANFOR não têm dado respostas suficientemente efetivas no sentido de inserir as pessoas portadoras de deficiência em direção ao processo de inclusão social que se traduz não apenas através da satisfação de suas necessidades a partir de sua inserção/inclusão no mercado de trabalho e geração de renda, como, na garantia de melhores condições de vida, sobretudo, a partir dos princípios de justiça social e efetivação de sua cidadania. (ALMEIDA; XAVIER, 2004 – XI CBAS).

Tais resultados e conclusões complementaram o trabalho das pesquisadoras no IX ENPESS, no qual as mesmas afirmaram que os cursos do

PLANFOR centraram-se numa perspectiva residual de formação, já que a qualificação estava afastada de uma “formação cidadã”.

Embora a denominação seja Qualificação Profissional, a concepção adotada por Almeida e Xavier (2004) tem uma perspectiva ampliada que parte do conceito de Educação Profissional, sobretudo, daquela que se fundamenta no paradigma da inclusão social, ou nos termos utilizados pelas autoras, à luz da “utopia da sociedade inclusiva”:

[...] chama-se “utopia” em razão de se tratar da sociedade capitalista, portanto, regida pela predominância dos interesses mercantis excludentes - como sendo aquela regulada por princípios éticos da igualdade, liberdade e autonomia entre os homens em direção ao atendimento das suas necessidades enquanto direito, em decorrência da condição de cidadania. (ALMEIDA; XAVIER, 2004 – IX ENPESS).

Dentre os teóricos da Educação Profissional, as autoras se apoiam em Maria Silvia Manfredi, para quem a formação voltada ao trabalho é apenas uma das dimensões do processo de formação humana.

Já o texto de Santos (2004), no XI CBAS, busca analisar como as políticas locais de acessibilidade determinam a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife/PE. A pesquisa, que tem como recorte temporal o período de 2000 a 2005, é realizada nas instituições envolvidas no Programa de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além do trabalho de campo, a autora utiliza as pesquisas dos tipos bibliográfica e documental. As técnicas utilizadas para obtenção de dados são entrevistas e observação.

No momento em que o trabalho de Santos (2004) foi submetido ao XI CBAS, a fase em que se encontrava a pesquisa, que ainda estava em andamento, apontava para uma crítica às políticas públicas voltadas à participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mais especificamente, o BPC e a política de cotas. Isto no sentido de afirmar a necessidade de atualização crítica dos conceitos que davam respaldo a tais políticas, atestando as potencialidades e possibilidades do segmento no conjunto da classe trabalhadora e a necessária interdisciplinariedade naquelas:

Tal argumentação, de ares críticos, ignora as dificuldades objetivas e históricas de pessoas com deficiência qualificarem-se para o exercício profissional, em virtude da escassez de equipamentos públicos adaptados às suas necessidades específicas. Assim, ao passo que a assistência social da forma em que vem sendo efetivada, de fato, desestimula a inserção de

peças com deficiência na esfera produtiva, a política de cotas de emprego não se faz acompanhada de políticas de reabilitação profissional e de acessibilidade, denotando inconsistência e incoerência nas concepções acerca da deficiência. (SANTOS, 2004 – XI CBAS).

É interessante ressaltar a preocupação de Santos (2004) em situar o seu objeto de estudo no contexto sócio-histórico das relações capitalistas, onde são consideradas as necessidades do trabalhador com deficiência em seu “conflito com os mecanismos de reprodução do capital”. Neste sentido, a autora começa enfatizando o cenário da década de 90, quando o capital obteve vários ganhos no que diz respeito à desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, além da precarização do trabalho.

Logo, a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem sido tratada, segundo Santos (2004), sob o ponto de vista do preconceito acumulado historicamente e ratificado pelo ideário de competitividade gerado pelo modo de produção capitalista. Isto suscita, na concepção da autora, um ciclo vicioso, bem como um “contramovimento da emancipação da pessoa com deficiência por meio do trabalho”, algo difícil de ser combatido por ser dotado de sutilezas e constituído de sujeitos próximos ou aparentemente neutros, no caso, a família e o Estado que, sob o discurso de proteção e tutela, obstruem os canais de participação.

É importante deixar claro que o sentido de emancipação, tal qual apreende Santos (2004), incompatibiliza-se com a direção crítica, no sentido mesmo da radicalidade, presente na concepção marxista. Para Azevedo e Aquino (2007), em seu diálogo com Karl Marx, a emancipação humana será construída, em sua plenitude, por meio da superação da dualidade entre “cidadão” – membro do Estado político que aparece, em sua “universalidade irreal”, como pessoa pública, cuja cidadania se constitui de forma abstrata – e homem – membro da sociedade civil burguesa, indivíduo independente e egoísta. Esta dualidade, expressa principalmente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁶⁹, de 1789,

⁶⁹ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, também conhecida como Declaração Francesa, foi aprovada em 1789 pela Assembleia Nacional Parisiense. Constituiu produto de uma revolução cujo objetivo era a ruptura com o absolutismo e a construção de uma nova compreensão de cidadão, enquanto portador de direitos naturais, segundo os *jusnaturalistas* (Hobbes, Locke e Rousseau), que trouxeram as primeiras concepções de direitos humanos, fundados nas idéias de vida, propriedade e igualdade. Assim, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, juntamente com a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, ambas fundamentadas em princípios liberais, configuraram-se como marco inicial dos direitos humanos e base para a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

configura-se como emancipação política posta pela Modernidade, o que, embora consista em um grande avanço histórico-político, não corresponde, segundo a análise de Azevedo e Aquino (2007), numa interpretação de Marx, o patamar último da história humana.

A cisão entre esfera pública e esfera privada, ou melhor, entre sociedade civil burguesa e Estado político expressa-se na alienação humana de sua vida genérica. A propriedade privada, posta como particularidade da sociedade civil burguesa, não é totalmente eliminada do Estado político, mas se torna um pressuposto desta cisão. As desigualdades (sociais, religiosas, de educação etc.), determinadas como não políticas por tal Estado, são aparentemente eliminadas pelo mesmo, que as deixa se manifestar na esfera particular da sociedade civil. Dito isto, apreendemos que a emancipação política, em sua forma histórica, distingue-se da emancipação humana, em sua plenitude e livre de contradições. Tal emancipação implica, na real (e não na formal-abstrata) superação dos elementos particulares da sociedade burguesa, em especial, a propriedade privada e o trabalho alienado, forma adquirida pela atividade humana no contexto da referida sociedade; bem como da forma política cuja expressão se dá no Estado Moderno. Em outros termos, o “homem individual” não se encontra mais separado, neste novo modo de sociabilidade, de sua vida genérica e de sua força social.

Ao mesmo tempo, sabemos do compromisso e vínculo intrínseco do Serviço Social com a emancipação humana, o que requer da profissão uma postura crítica, bem como a utilização de determinados instrumentos, dentre os quais encontramos os direitos humanos. Tais direitos, embora não constituam o patamar máximo a ser atingido, são meios necessários para alcançarmos a emancipação humana, conforme veremos mais adiante.

Por ora, continuamos a nossa discussão com o trabalho de Mesquita, Silva e Tavares (2004), publicado no XI CBAS, que busca identificar os recursos audiológicos para o atendimento às pessoas surdas. No caso, os termos utilizados pelas autoras são “deficiente auditivo” e/ou “portadores de deficiência auditiva”, ambos em desuso, mesmo considerando o contexto em que se desenvolveu o estudo.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, Mesquita, Silva e Tavares (2004) procederam com a realização de uma coleta de dados, via internet, no site do

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Dos 1242 estabelecimentos cadastrados na área de audiologia do site, 388, concentrados nas capitais dos Estados, foram selecionados e caracterizados conforme a natureza da organização, o tipo de unidade, as esferas administrativas, gestão e dependência. O intuito foi mapear/identificar as instituições públicas de atendimento às pessoas surdas. Portanto, tratou-se de um estudo exploratório, com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental.

Por meio da pesquisa, Mesquita, Silva e Tavares (2004) constataram a necessidade de descentralização dos recursos audiológicos para fins de acesso dos usuários aos seus direitos, conforme a preconização do SUS. De acordo com as autoras, as regiões que mais contavam com recursos eram Sul e Sudeste. Foi nesse âmbito, também, que os mesmos encontravam-se descentralizados, isto é, não concentrados apenas nas capitais. Nas demais regiões, além dos poucos recursos, havia uma centralização destes nas capitais. Elas observaram, ainda, que, independentemente dos recursos, o acesso estava relacionado à divulgação desses serviços, além da localização física, recursos materiais para locomoção, meios de transporte disponíveis e a prestação de serviços. Portanto, “num país imenso como o nosso, para evitar desperdícios e gastos extras faz-se necessário organizar os serviços, visando dar acesso a todos os tipos de atendimento” (MESQUITA; SILVA; TAVARES, 2004 – XI CBAS).

O trabalho de Monje (2004), também publicado no XI CBAS, procura conhecer como ocorrem as relações sociais e trabalhistas e a importância do processo terapêutico para a pessoa gaga em atendimento na Clínica de Fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB/USP). Em outras palavras, o trabalho supramencionado voltou-se ao estudo das conseqüências e interferências da gagueira na vida pessoal e profissional das pessoas “com esse tipo de comprometimento” (sic).

Quanto à metodologia, a pesquisa de Monje (2004) caracterizou-se por sua natureza qualitativa, dos tipos bibliográfica e de campo, relacionando referencial teórico e os depoimentos empíricos de cinco sujeitos, de um universo de doze pessoas gagas atendidas pela clínica. A apresentação da pesquisa de campo, bem como de sua análise e interpretação, foi feita concomitantemente à pesquisa bibliográfica referente a cada eixo, objetivando relacionar a teoria ao conteúdo

empírico das entrevistas. Para desenvolver o tema proposto, a autora recorreu a seções que foram estruturadas de forma a oferecer ao leitor algum conhecimento sobre a gagueira e seus reflexos na vida da pessoa gaga para, finalmente, apresentar a clínica e o processo de reabilitação realizado nas áreas de Fonoaudiologia e Serviço Social.

Os resultados encontrados por Monje (2004) tiveram o intuito de viabilizar à equipe interdisciplinar a elaboração de projetos de atendimento à pessoa gaga e à sua família, visando à superação e enfrentamento das dificuldades, e favorecendo a consciência participativa, a “emancipação” e “inclusão social”.

O trabalho de Mesquita, Luchetti e Silva (2004), no XI CBAS, também trouxe uma discussão sobre o processo de reabilitação de pessoas com deficiência, buscando identificar a participação dos pais de crianças surdas neste processo.

A pesquisa de Mesquita, Luchetti e Silva (2004), caracterizada como estudo exploratório, realizou-se junto aos pais de crianças surdas, atendidas pelo CPA⁷⁰, com idade de 01 ano e 02 meses a 07 anos, e que se submeteram à cirurgia de implante coclear. Para tanto, o estudo contou com uma amostra de 37 pacientes, num universo de 100, que foram selecionados a partir da aplicação de um questionário, que deveria ser respondido até 31/01/04. Na pesquisa sobre a participação no processo de (re)habilitação, trabalhou-se com um perfil de pai que residia com o paciente. A abordagem foi quanti-qualitativa e o método utilizado, conforme mencionam, foi o dialético.

Enquanto resultado do estudo, Mesquita, Luchetti e Silva (2004) trouxeram a compreensão dos pais sobre o processo de reabilitação, algo visto pelos mesmos como sinônimo de “integração”. Ademais, verificaram-se as diferentes formas de participação destes pais, bem como o entendimento sobre o papel da família, como um todo, e de cada membro no referido processo. Família aí compreendida a partir da divisão sexual do trabalho na sociedade autoritária, com ênfase no papel da mãe, o que, de acordo com as autoras, constituiu-se em dificuldade para a realização do estudo, devido à escassa literatura sobre o papel do pai na educação dos filhos, sobretudo, das crianças com deficiência.

⁷⁰ Em atividade desde 1989, o CPA constitui-se em unidade na área da ciência da audição do Hospital de Reabilitação e Anomalias Craniofaciais da USP/Bauru. Suas atividades voltam-se à pesquisa, ensino e extensão, com prestação de serviço na área de reabilitação da pessoa surda, desenvolvendo diferentes programas, dentre eles, o Programa de Implante Coclear.

Outro ponto que chama a atenção no estudo de Mesquita, Luchetti e Silva (2004), e que também tem sido recorrente em outros trabalhos aqui analisados, sobretudo, os dos pesquisadores vinculados à área da saúde e reabilitação, diz respeito à contradição aí existente. Embora demonstrem ter uma “concepção crítica” de deficiência, enfatizam demasiadamente o processo de reabilitação que, de acordo com tais autores, visa à capacitação das pessoas com deficiência para se “adequarem” ao seu ambiente, demonstrando uma visão individual de deficiência, desarticulada do contexto social e histórico.

Em relação à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mais um trabalho se apresenta no XI CBAS. Estamos falando do estudo de Souza (2004) que propõe uma reflexão acerca da inclusão do segmento nas empresas privadas, com ênfase no comércio, tendo em vista as transformações nas formas de produção e reprodução, e nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil.

Portanto, o intuito de Souza (2004) foi apresentar reflexões sobre as perspectivas que confrontam as pessoas com deficiência inseridas nas empresas privadas mediante a “lei de cotas” (Lei N. 3298/1999). Para tanto, além da investigação empírica realizada junto a tais sujeitos, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. Com isso, a autora percebeu que:

[...] neste tempo de crise de capital e de reestruturação produtiva que tem trazido um desemprego estrutural globalizado, a flexibilização nas formas de produção bem como a precarização do trabalho, a *peessoa portadora de deficiência* surge como uma nova figura de *trabalhador precarizado* dentro das empresas privadas destacadas as do ramo comercial. Apesar da mobilização social, das leis e decretos e da fiscalização do Ministério Público do Trabalho na garantia do acesso ao trabalho, a conjuntura econômica e política vêm precarizando ainda mais a relação capital X trabalho transformando as *peessoas portadoras de deficiência* que vem se inserindo no mercado de trabalho em trabalhadores precarizados. (SOUZA, 2004, grifos nossos – XI CBAS).

De fato, o enfrentamento do mundo do trabalho é uma tarefa árdua e plena de desafios para todos aqueles que sobrevivem da sua força de trabalho, sobretudo, nas atuais circunstâncias históricas, quando se acentuam o desemprego e a precarização dos trabalhadores. Isso sem falar na lei geral da acumulação capitalista e na sua correspondente necessidade de manutenção de uma população sobrance ou exército de reserva. Esta é uma situação que se torna ainda mais

agravante para segmentos que, preconceituosamente e de forma histórica, têm sido considerados “incapazes” para o exercício de uma atividade laboral.

Ainda no XI CBAS, Souza (2004), desta vez em co-autoria com Silva (2004), destacou a importância dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na construção e consolidação dos direitos no Brasil. Sendo assim, a intenção do trabalho foi apresentar, de forma específica, a riqueza da trajetória da mobilização dos funcionários com deficiência do Banco do Brasil e seus familiares, tendo em vista a busca por políticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento do processo de “inclusão social do segmento”.

No estudo de Souza e Silva (2004), demonstrou-se, ainda, o surgimento da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil (APABB) e a importância desta enquanto parte de um movimento social, além de suas contribuições para o fortalecimento pessoas com deficiência. Para tanto, as autoras deram destaque às pesquisas documental e bibliográfica, caracterizando-se o estudo como essencialmente qualitativo.

Chama a atenção, neste trabalho, a ênfase dada a uma suposta “oposição” entre Estado e Sociedade Civil, sobretudo, quando destacam o surgimento dos atores sociais no seio desta “à revelia” do primeiro. Assim, fica subentendido que é na Sociedade Civil, em contraposição ao Estado, que habitam todos os valores positivos e do “bem comum”, esquecendo-se das contradições aí presentes e da relação dialética com o Estado, cuja primazia ainda precisa ser considerada, principalmente quando falamos em garantia de direitos.

Pezoti e Santos (2004) discutem, em seu trabalho no XI CBAS, sobre o desafio de garantir direitos às pessoas com deficiência, tendo como ponto de partida a realidade das famílias atendidas pelo Projeto de Educação Inclusiva da Prefeitura Municipal de Santo André, com o intuito de conhecer os recursos disponíveis para o atendimento da população com deficiência do município. Trata-se de um relato de experiência sobre a atuação das autoras no Núcleo de Serviço Social da ABED, mais especificamente, quando do desenvolvimento e implementação do referido projeto, voltado a estudantes com deficiência, resultante do convênio, realizado em 2001, entre poder público municipal e organização não governamental.

Neste projeto, o Núcleo de Serviço Social da ABED objetiva à defesa e garantia dos direitos educacionais de crianças, adolescentes, jovens e adultos com

deficiência, por meio do conhecimento da realidade e da identificação de políticas públicas que atendam às demandas desse segmento. Considerando tal realidade, Pezoti e Santos (2004) buscam compreendê-la a partir de um contexto profundamente marcado pelas desigualdades e expressões da questão social, como a pobreza, a “exclusão” e a subalternidade, fazendo, assim, uma alusão ao pensamento de Carmelita Yazbek.

Partindo deste conhecimento, tanto da realidade como dos recursos disponíveis para o atendimento das famílias de pessoas com deficiência, foi possível a realização de articulação, formação e informação com os diversos segmentos da comunidade, além da parceria com o Poder Público para a organização de serviços que levassem em conta as demandas dessas famílias e a proposição de políticas públicas para o atendimento daquelas. O trabalho de Pezoti e Santos (2004) procurou, ainda,

[...] contribuir motivando as famílias para que participem de outros espaços de organização e reivindicação ou construam um espaço próprio para a sua participação.

Também neste período, devido ao processo do Orçamento Participativo que aconteceu no município, discutimos durante as reuniões o que é o orçamento participativo, a importância da participação da população no processo e motivamos para que todos participassem das plenárias regionais.

Como conquistas, tivemos a inclusão no Orçamento Participativo de três propostas levantadas pelos grupos de família que prevêm a implantação de um serviço de equoterapia na cidade, a adaptação do transporte coletivo que atende o município e a ampliação do número de neuropediatras e psicólogos na rede de saúde.

Podemos constatar através da participação das famílias nos grupos que, é grande a desinformação sobre as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência, o que agrava a exclusão e a segregação de grande parte desta população. As famílias, de um modo geral, não dispõem de informações sobre as deficiências, suas causas e conseqüência, e os recursos públicos para o seu atendimento.

Construir instrumentos que permitam vencer as desigualdades sociais existentes, garantindo e consolidando direitos, é um desafio da prática do Serviço Social e uma exigência do nosso projeto político-profissional. (PEZOTI; SANTOS, 2004 – XI CBAS).

Necessário se faz atentar aí para o resgate da dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social, ou, nos termos de Iamamoto (2012), o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que deve ser integrado, de forma orgânica, aos movimentos sociais e organizações políticas de segmentos e grupos sociais subalternos, “[...] o que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos dos movimentos sociais e dos

processos massivos de organização sindical e social, a partir da década de 90” (IAMAMOTO, 2012, p. 200).

Neste viés do trabalho de base do Serviço Social, temos o texto de Mesquita e Silva (2004), também publicado no XI CBAS. As autoras trouxeram uma discussão sobre as informações veiculadas junto aos pais de crianças surdas. Para isto, as mesmas se valeram de pesquisa do tipo exploratória, com abordagem quanti-qualitativa. As principais técnicas que utilizaram foram a observação participante, tratando-se, pois, de um relato de pesquisa que envolveu o lócus de atuação profissional das autoras, e entrevista semi-estruturada, com a aplicação junto aos pais que compareceram ao CPA para o atendimento de novos casos no PSI.

Mesquita e Silva (2004) fundamentaram o seu estudo em teorias sobre a deficiência e nos programas desenvolvidos pelo CPA, bem como na prática da veiculação de informações. Com isso, chegaram à conclusão sobre:

[...] a necessidade de criar programas informativos mais completos, que viabilizem instruções para o conhecimento dos recursos e, ainda, um conhecimento precoce da deficiência auditiva, já que foi observado o desconhecimento da grande severidade, do comprometimento e das conseqüências causadas por um diagnóstico tardio por parte de seus *portadores* e/ou responsáveis e profissionais.

É preciso complementar e aprimorar a veiculação de informações, seja escrita, falada ou informatizada e que seja acessível a todas as classes sociais e, ainda, implementar o intercâmbio com os profissionais da área da saúde, mais especificamente com os profissionais da área da saúde auditiva, para informações efetivas que facilitem o processo de encaminhamento do paciente.

Conclui-se, portanto, que a informação, quando repassada de maneira clara e numa linguagem condizente com o usuário, facilita o alcance dos objetivos do programa indo ao encontro de suas necessidades (dos usuários), pois é a informação que faz com que o sujeito se organize para o *enfrentamento de uma nova realidade, presença da deficiência e necessidade de reabilitação do seu portador*.

Independentemente dos avanços na comunicação o que se há de considerar ainda é o conteúdo das informações, seus objetivos, seu público alvo. No caso, do CPA, *a veiculação das informações além de fazer o indivíduo “conhecedor” de sua situação real, busca envolvê-lo, fazendo dele o sujeito da reabilitação*. (MESQUITA; SILVA, 2004, grifos nossos – XI CBAS).

Evidencia-se, no trecho acima, uma necessidade de conhecimento da deficiência (“situação real”) para “superá-la” ou “adequá-la” ao meio social (tornar o indivíduo “sujeito da reabilitação”), o que resgata a concepção do modelo biomédico ou individual. Desconsidera, portanto, o meio em que está inserida a pessoa com deficiência e a necessidade daquele, e não do sujeito, em adequar-se para que

possa acolher, de forma segura e acessível, todas as pessoas, com ou sem deficiência.

No X ENPESS, realizado em 2006, aparece uma discussão relacionada à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Trata-se de um esboço do projeto de dissertação de Severino (2006), que analisa o processo de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Mossoró-RN. Neste trabalho, a metodologia abrange: revisão literária, análise documental, observações e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa é caracterizada por sua natureza qualitativa.

Em sua justificativa, Severino (2006) diz abordar sobre as concepções, modalidades de tratamento e controvérsias do termo deficiência. A temática é situada, ainda, na sociedade capitalista contemporânea e articulada às políticas sociais voltadas à pessoa com deficiência. Por se configurar como um esboço de projeto de dissertação, a autora espera que:

[...] pesquisa teórico-empírica se constitua em fonte de conhecimentos, suscite questionamentos, aponte limites e distorções na efetivação do aparato legal, identifique instrumentos, demandas, determinantes que viabilizam a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, e desta maneira contribua fornecendo subsídios para a política destinada a esse contingente, na perspectiva de efetivação/ampliação numa dimensão distinta daquela que Martins nomeia de inclusão marginal, precária, instável. (SEVERINO, 2006 – X ENPESS).

Ainda em 2006, encontramos um trabalho sobre inclusão de crianças e adolescentes na política educacional. Estamos fazendo referência ao texto de Lima, Silva e Silva (2006), publicado no X ENPESS. O mesmo se configura como um resultado de pesquisa que aborda a situação de crianças e adolescentes com deficiência em São Luís/MA e as condições de acesso destas à política educacional, com ênfase na rede pública de ensino estadual e municipal, tendo como recorte temporal o ano de 2003.

O estudo de Lima, Silva e Silva (2006) se justificou pela ausência de indicadores que se constituíssem em subsídios à formulação de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes com deficiência em São Luís/MA. Portanto, a pesquisa deveu-se à necessidade de compreensão da realidade do referido segmento populacional e, no caso específico deste trabalho, foram apresentados, resumidamente, alguns indicadores da área educacional, bem como as condições

de acesso de crianças e adolescentes com deficiência ao ensino público estadual e municipal em São Luís/MA.

Assim sendo, podemos caracterizar o estudo de Lima, Silva e Silva (2006) como relato de pesquisa; pesquisa esta realizada junto às escolas da rede pública de ensino estadual e municipal de São Luís/MA, com recurso, também, ao levantamento bibliográfico e documental, e enfoque quanti-qualitativo. Com base nisto, verificou-se que a política de educação voltada às crianças e adolescentes com deficiência de São Luís/MA, embora se configurasse como uma proposta em andamento, estava apresentando sinais de avanço e perspectiva de construção de uma educação inclusiva. No entanto, ainda havia um longo e difícil caminho a percorrer, perdurando a “cultura da segregação e exclusão”, juntamente com o preconceito e falta de sensibilidade com relação às diferenças:

[...] muito ainda precisa ser construído, tanto no plano das idéias quanto da efetivação no cotidiano da escola para a construção da educação inclusiva, de forma vinculada ao processo de construção de uma sociedade inclusiva. (LIMA; SILVA; SILVA, 2006 – X ENPESS).

A partir dessas afirmações, as autoras supramencionadas elencam um conjunto de limites e avanços na política de educação, sobretudo, em relação à inclusão do “aluno com necessidades educacionais especiais”, numa alusão à expressão utilizada por elas que, ao final do trabalho, propõem que:

[...] o processo de pesquisa e os seus resultados permitem indicar novas possibilidades tanto de continuidade de estudos e pesquisas sobre a realidade das crianças e adolescentes quanto proposições na perspectiva de subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas inclusivas. (LIMA; SILVA; SILVA, 2006 – X ENPESS).

Muito se fala sobre o retorno e o alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social. Orientado pelo compromisso ético-político, o conhecimento construído pela categoria adquire um significado especial, sobretudo, quando articulado a avanços em diferentes campos do exercício profissional, como as políticas públicas, o enfrentamento às expressões da questão social, a materialização do projeto ético-político etc. É justamente isto que observamos nas proposições do trabalho de Lima, Silva e Silva (2006), bem como em outros estudos aqui analisados, como o de Oliveira (2007), no XII CBAS, que tem como objetivo

principal analisar o Serviço de Estomaterapia⁷¹, mais especificamente, o de assistência ambulatorial aos estomizados⁷² da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal.

Na época de realização do estudo de Oliveira (2007), o Serviço de Assistência Ambulatorial ao Estomizado constituía o único serviço da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal que se responsabilizava pelo atendimento aos estomizados, revelando, de acordo com a autora, um descaso do governo estadual na elaboração de políticas públicas voltadas às necessidades daquela população:

A falta de programas sistemáticos atinge o segmento que não tem condições de arcar com as despesas geradas pela confecção do estoma e segrega a população entre os que podem pagar pelos serviços particulares e os que não podem pagar. (OLIVEIRA, 2007 – XII CBAS).

É o que Behring e Boschetti (2008) denominam de “dualidade discriminatória” entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, numa articulação do assistencialismo focalizado com o mercado livre voltado ao “cidadão consumidor”. Esta é uma situação que se agrava no contexto da hegemonia neoliberal, que avança no Brasil a partir dos anos 1990, quando presenciamos o tensionamento dos padrões de proteção social e a privatização de setores de utilidade pública, sobretudo, a educação, a *saúde* e a previdência social. Neste cenário, ocorre a flexibilização dos direitos e das relações trabalhista, prevalecendo, para as políticas sociais, o trinômio neoliberal: privatização, focalização e descentralização, no sentido de transferência de responsabilidades para os entes federados e/ou instituições privadas. A tendência geral é, portanto, a restrição e redução dos gastos sociais, o que transforma as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias.

⁷¹ Estomaterapia é uma especialidade estabelecida, a partir dos anos 1980, pelo *World Council of Enterostomal Therapists* (WCET), uma associação de enfermeiros. Tal especialidade se desenvolve sob uma determinada visão de estomizado, a saber: este, para além de uma boa técnica cirúrgica para a sua reabilitação, demanda informações e instruções adequadas ao autocuidado.

⁷² Conforme o Decreto N. 5296/2004, estomia é considerada uma deficiência física, e o estomizado é a pessoas que foi submetida ao desvio do trânsito intestinal ou urinário por intermédio de cirurgia. Isso se dá devido a doenças, traumas e outros problemas, o que faz com que tais pessoas adquiram um estoma. A palavra stôma, de origem grega, significa boca, caracterizando-se como “[...] uma abertura feita cirurgicamente no abdômen por onde as fezes e/ou a urina são desviados do seu caminho normal. Conforme o segmento exteriorizado, as estomias recebem nomes diferenciados, no intestino grosso chama-se colostomia; no intestino delgado, ileostomia e na bexiga, urostomia. Existem vários tipos de estomas como a traqueostomia, utilizada na intubação, na obstrução das vias respiratórias, dentre outras; a esofagostomia, em casos de má formação do esôfago; a gastrostomia, para alimentação, mas os mais comuns são os intestinais e os urinários”. (OLIVEIRA, 2007).

Assim, à luz dos princípios do SUS e das pesquisas bibliográfica e documental, com recorrência aos dados da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), a autora observa que o Serviço de Estomaterapia do DF constitui uma política de saúde que se situa entre a originalidade e o conservadorismo. Ou seja, o projeto implementado no DF, embora tenha se configurado como uma tentativa de organização e sistematização da assistência ao estomizado, possui algumas fragilidades, principalmente quando analisadas à luz dos princípios do SUS.

Ademais, constatamos, de um modo geral, e não só no trabalho de Oliveira (2007), como em outros, uma articulação com os estudos da educação e da saúde, sobretudo, com a última. Não que isso seja algo negativo, principalmente quando consideramos o pluralismo. No entanto, revela também a inclusão tardia de temas no Serviço Social, o que pode levar, segundo Kameyama (1998), a incorporação indiscriminada de concepções pelos autores da área que caem, por vezes, no ecletismo.

O ecletismo se configura, no entendimento de Netto (2011), como expressão da estrutura sincrética do Serviço Social, princípio constitutivo e fio condutor do desenvolvimento e afirmação do Serviço Social como profissão. Tal estrutura, segundo o autor, fundamenta-se: na questão social em suas múltiplas refrações, que se apresenta como eixo de demandas socio-históricas, no contexto da sociedade burguesa consolidada e madura; na natureza interventiva da profissão; e no horizonte em que se desenvolve essa intervenção, o cotidiano.

O sincretismo, no Serviço Social, plasma-se em três modalidades, a saber: profissional, ideológico – baseado na interação dos chamados caldos culturais europeu e norte-americano – e científico/teórico, que legitima, dá forma e embasa as práticas e representações do Serviço Social.

Ao tratar do sincretismo, Netto (2011), faz a crítica ao “sistema de saber de segundo grau”, que diz respeito à acumulação seletiva de subsídios das Ciências Sociais, o que não se realiza por síntese, mas por “agregarismo”, donde resulta o ecletismo enquanto expressão do sincretismo. É esta tendência que o Serviço Social tenta superar, dando ênfase, desta maneira, ao pluralismo, como um dos princípios do projeto ético-político profissional, resultado do acúmulo das décadas de 1980 e 1990, em especial, da experiência da vertente de ruptura. Reconhecemos, pois, a importância do pluralismo que traz a possibilidade de interpretações diversas da

mesma realidade, bem como das diferentes contribuições teóricas, sem, contudo, perder a perspectiva crítica.

4.6 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (2008-2010)

Este período é composto por cinco trabalhos, sendo quatro do ENPESS e um do CBAS que, juntos, representam 15,15% do total da produção analisada. Trata-se de produções que abordam as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, bem como a trajetória histórica do segmento para a conquista e acesso aos mesmos, incluindo o acesso à educação superior e demais bens sociais. Portanto, são trabalhos alinhados às temáticas principais de seus respectivos eventos, que versam sobre a crise do capital e, neste contexto, os desafios para a produção do conhecimento e materialização do projeto ético-político do Serviço Social, o que se encontra intimamente vinculado à questão dos direitos e das lutas sociais.

Começamos o debate com o trabalho publicado por Gomes e Valença (2008) no XI ENPESS, que tem como objetivo principal contextualizar a trajetória de construção dos direitos voltados às pessoas com deficiência, tratados sob uma perspectiva histórica e de indissociabilidade das lutas sociais. Para as autoras, esta trajetória de lutas e conquistas de direitos vem possibilitando o rompimento do segmento social com a condição de invisibilidade, o que se expressa nas garantias estabelecidas em documentos internacionais, bem como na CF/1988 e nas leis infraconstitucionais.

Para alcançar tal objetivo, as autoras acima mencionadas recorrem à pesquisa documental das legislações nacionais e internacionais que se referem às pessoas com deficiência, de modo especial, a partir do século XX. Os referenciais teóricos adotados fundamentam-se em autores cujas análises estão referendadas em tais conquistas. Com base neste levantamento bibliográfico, percebe-se a necessidade de tratar o assunto por meio de sua contextualização histórica:

Dessa forma, traz-ser-á tal discussão sob o aspecto histórico pautado no processo constitutivo de discussões que culminaram em documentos que são imprescindíveis para o atual caráter das leis voltadas às pessoas com deficiência. (GOMES; VALENÇA, 2008 – XI ENPESS).

Como resultado, a pesquisa de Gomes e Valença (2008) traz a possibilidade de levantamento da trajetória de conquistas e garantias de direitos voltados às pessoas com deficiência, ao longo do século passado e início do presente século. Todo este processo é visto como resultado de avanços referentes às discussões internacionais e das lutas por inclusão social. As garantias legais referentes ao segmento em questão, são entendidas como vastas, e, se aplicadas, concretizariam a sociedade inclusiva tão almejada.

No entanto, as autoras colocam a necessária reflexão das leis existentes, além de problematizarem o grande fosso entre o vasto arcabouço legal e a sua efetivação que, ao não ser garantido, torna-se letra morta. Logo, é evidente a insuficiência das garantias legais para a efetivação do acesso pleno das pessoas com deficiência à sociedade, o que traz consigo o desafio de lutar pela concretização de direitos. Tais direitos, de acordo com Gomes e Valença (2008), devem ser materializados para que haja, de fato, a convivência dos seres humanos baseada na emancipação humana.

Melo, Aranha e Costa (2008), em trabalho no XI ENPESS, investigam as condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência na UFS. O trabalho, que é baseado nos resultados da pesquisa de conclusão do curso de graduação em Serviço Social, busca traçar o perfil dos estudantes com deficiência da universidade. Investiga, também, as condições arquitetônicas, os meios de transportes utilizados, as práticas pedagógicas e a existência de uma política de assistência estudantil voltada à demanda dos sujeitos pesquisados.

Definidos o objeto e os objetivos do referido estudo, fez-se necessário o estabelecimento de prioridades e sujeitos envolvidos na investigação. Para tanto, e ao explorar a realidade,

[...] foram detectados sujeitos centrais ao estudo. Nesse sentido foram entrevistados os sujeitos diretos e indiretos. Inicialmente buscou-se o contato com os estudantes que possuíam alguma deficiência declarada, mas, no processo/etapa de aplicação dos instrumentos de coleta de dados, outras demandas surgiram, por exemplo, foi necessário o contato com setores, órgãos e gestores da universidade que estão envolvidos com a temática em questão, seja na elaboração, coordenação ou execução de alguma atividade ou ação específica para os estudantes com deficiência. Assim, do universo da pesquisa constatou-se que, 52% são de estudantes com deficiência, 24% é composto de representantes de setores da universidade, 6% de professores que ministraram disciplinas para os estudantes com deficiência (estes foram indicados pelos estudantes no ato da aplicação da entrevista), 12 % representam os chefes de departamentos que possuem estudantes com deficiência e 6% monitor- na ocasião da

pesquisa, só existia um estudante bolsista que acompanhava o estudante com deficiência, já que, a universidade ainda não estruturou um programa ou projeto específico para esse fim, sem mencionar as condições a que o bolsista é submetido, sem capacitação ou qualificação para a atividade. (MELO; ARANHA; COSTA, 2008 – XI ENPESS).

A pesquisa de Melo, Aranha e Costa (2008) caracterizou-se, assim, por sua natureza qualitativa e teve como base o método dialético. O universo compôs-se de estudantes que possuíam algum tipo de deficiência, e que foram aprovados nos vestibulares ocorridos no período de 2000 a 2007. Para a coleta de dados, fizeram uso de questionários e entrevistas semi-estruturadas junto aos docentes, discentes e representantes de alguns setores da UFS.

Com a pesquisa, Melo, Aranha e Costa (2008) constatam que as barreiras atitudinais e arquitetônicas têm sido responsáveis pela obstrução do desenvolvimento de ações por parte da universidade, no sentido de tratar inclusão no ensino superior como um direito:

[...] as ações estão se dando de forma desarticulada e a instituição ainda não se propôs a construir uma política de inclusão capaz de atender as especificidades dos alunos com deficiência. Entretanto a pesquisa revelou ainda que para além dessas barreiras atitudinais, os determinantes para essa situação de exclusão estão postos na realidade sócio-econômica que o Brasil vive atualmente, sob a égide do modelo neoliberal, no qual estão inscritas as IFES brasileiras. (MELO; ARANHA; COSTA, 2008 – XI ENPESS).

Verificam, ainda, a escassez de estudos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, o que, de acordo com as autoras, acaba dificultando, de certa forma, a realização de sua pesquisa. Estrutura arquitetônica, práticas pedagógicas da UFS e transporte público, do qual grande parte dos estudantes depende, também são caracterizados:

Com relação à *estrutura arquitetônica* da UFS, constatou-se que a mesma constitui grande barreira para a permanência dos alunos com deficiência, seja Motora ou Visual. A ausência de rampas, sinalização tátil, banheiros adaptados, escadarias, implicam na quase inexistência de comunicação dos alunos com os diversos setores e na falta de acesso a serviços essenciais para sua permanência na instituição [...].

O *transporte* também exerce grande influência na vida acadêmica do aluno. Sendo público não oferece as condições de acessibilidade, e se particular gera dependência em relação aos familiares e outros. Não são raros os momentos em que os alunos com deficiência faltam às aulas devido à ausência de um transporte adequado às suas necessidades.

Outro fator importante diz respeito às *práticas pedagógicas*. A ausência de recursos adequados aos professores e de uma política de capacitação para os mesmos, faz com que os docentes da UFS sejam obrigados a engendrar mecanismos para tentar superar as dificuldades que surgem da interação

aluno com deficiência – professor - realidade institucional. (MELO; ARANHA; COSTA, 2008, grifos nossos).

Outro elemento considerado na análise é a assistência estudantil, sobre a qual as autoras escrevem:

[...] ficou claro que a Universidade Federal de Sergipe não dispõe de um programa de assistência de caráter universalista capaz de atender às especificidades dos alunos com deficiência, sua atuação está completamente voltada para os alunos considerados de baixa renda, sejam eles oriundos do interior ou da capital, inexistindo projetos voltados para os estudantes com deficiência ou mesmo a adequação dos já existentes para esse fim. (MELO; ARANHA; COSTA, 2008).

Todos estes elementos, conforme Melo, Aranha e Costa (2008), exercem influência direta no acesso e permanência dos estudantes com deficiência, que possuem necessidades diferentes das pessoas tidas como “normais”, sendo indispensável a disponibilidade, por parte da instituição, de uma estrutura física e administrativa com capacidade para atender tal demanda que, no caso da UFS, volta-se para os alunos com deficiência física e visual, não se constatando, pelo menos, no momento de realização da pesquisa, o ingresso de estudantes com deficiência intelectual e auditiva.

Já o trabalho de Graciano e Spósito (2008) procura identificar a concepção das pessoas com fissura labiopalatina sobre deficiência e efetivação dos direitos sociais. Para tanto, o estudo tem como objetivos específicos: traçar o perfil socioeconômico; verificar a concepção de deficiência relacionada à fissura labiopalatina e às dificuldades encontradas em decorrência de problemas estéticos, de comunicação, odontológicos e psicossociais; identificar o nível de conhecimento sobre as leis relacionadas à defesa dos direitos sociais das pessoas com deficiência; verificar o acesso a benefícios/direitos relacionados à pessoa com deficiência; e levantar opiniões e sentimentos a respeito do enquadramento da pessoa com fissura labiopalatina como pessoa com deficiência.

Quanto à metodologia utilizada, trata-se, segundo Graciano e Spósito (2008), de um estudo qualitativo e descritivo, que engloba as pesquisas documental, bibliográfica e de campo. Como técnica de pesquisa, as autoras fazem uso de entrevista estruturada junto a pessoas com fissura labiopalatina (lesões de maior gravidade), residentes em São Paulo, com faixa etária entre 18 a 35 anos, e em

tratamento no HRAC por um período mínimo de cinco anos, o que, na verdade, totaliza 952 casos:

Os sujeitos da amostra constituem-se de 195 indivíduos, ou seja, 20% do universo (previamente calculada pelo estatístico do HRAC, com índice de erro de 0,5%), sendo a amostra do tipo não probabilística por acessibilidade e acidental [...] uma vez que a seleção dos indivíduos foi feita com base no agendamento para tratamento no HRAC, no período de outubro de 2006 a abril de 2007. (GRACIANO; SPÓSITO, 2008 – XI ENPESS).

O método utilizado na análise, ainda de acordo com as autoras, é o dialético. Em relação aos resultados alcançados, a pesquisa identifica que:

71% não tem conhecimento de leis; 92% sem acesso a direitos; 75% sofreram constrangimentos devido à fissura. 76% são a favor do enquadramento da fissura como deficiência para garantia de direitos [...]. O posicionamento a favor do enquadramento evidencia preocupação de pessoas reabilitadas com outras sem oportunidades. Tal inclusão assegurará direitos de cidadania. (GRACIANO; SPÓSITO, 2008 – XI ENPESS).

Grande parte dos entrevistados considera que a fissura labiopalatina deve ser vista como deficiência para acesso aos direitos e benefícios sociais, embora a maioria não se considere pessoa com deficiência devido à reabilitação, evidenciando, assim, uma preocupação com as demais pessoas (de um modo geral) que não tiveram acesso ao processo de reabilitação. Ainda assim, as autoras consideram que o não enquadramento da fissura labiopalatina como deficiência configura-se como uma afronta aos direitos consagrados na CF/88 e na DUDH. Por outro lado, as mesmas entendem que:

[...] devido a inúmeros fatores condicionantes ao acesso e sucesso do tratamento, o grau de comprometimento (estético e/ou funcional) da pessoa com fissura labiopalatina é que definirá a necessidade de enquadramento da pessoa com fissura labiopalatina como deficiência. Pois, mediante esse reconhecimento, é que a pessoa com fissura labiopalatina poderá ter acesso a direitos trazidos pelas leis, especialmente o acesso ao mercado de trabalho com base na reserva de cotas e ao passe livre, que certamente oportunizarão o acesso ao tratamento, e sua reabilitação, superando a condição de pessoa com deficiência para a de pessoa reabilitada e conseqüentemente incluída socialmente. (GRACIANO; SPÓSITO, 2008 – XI ENPESS).

Por fim, as autoras supracitadas consideram ampla a legislação brasileira sobre pessoas com deficiência, porém a mesma não especifica se fissura labiopalatina constitui ou não uma deficiência, embora deixe esta possibilidade nas entrelinhas.

No XII ENPESS, temos o trabalho de Fonseca (2010), cujo objetivo foi o estudo sobre o impacto do SUAS em seus diferentes níveis de proteção social nas condições de vida das pessoas com deficiência e, neste sentido, a oferta de políticas de assistência social voltadas ao segmento a partir do contexto de implantação do referido sistema nas dez coordenadorias de assistência social no município do Rio de Janeiro.

Tendo como principal interesse avaliar a atenção do poder público municipal em relação à política de assistência social voltada às pessoas com deficiência, o trabalho trouxe os resultados iniciais da pesquisa de doutorado e se respaldou em estudo anterior, submetido ao Mestrado Acadêmico em Política Social da UFF, cujo título era *O processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada e a política de assistência social: um estudo sobre o benefício concedido às pessoas com deficiência no Município do Rio de Janeiro*. Nessa ocasião, questões foram levantadas a respeito da política de assistência social, enquanto componente do tripé da seguridade social, através da implementação da revisão do BPC às pessoas com deficiência.

Para fins de doutoramento, o estudo apresentou como problema principal: o impacto do SUAS em seus diferentes níveis de proteção social nas condições de vida das pessoas com deficiência. Como o trabalho procurou trazer os elementos iniciais da pesquisa, o estudo caracterizou-se como documental e teórico. Com isso, permitiu-se pensar a proteção social às pessoas com deficiência via SUAS, propiciando resultados e conclusões, bem como reflexões preliminares, que destacamos no trecho a seguir:

A técnica de pesquisa documental nos permitiu analisar documentos primários e secundários, acerca da constituição da Política de Assistência Social no Rio de Janeiro voltada para as pessoas com deficiência.

A pesquisa ainda em vigor apresenta uma constatação sobre uma dicotomia estabelecida: de um lado uma instituição como a FUNLAR, oferecendo uma gama de serviços assistenciais de maneira centralizada às pessoas com deficiência, totalmente distanciada da lógica e do modelo do SUAS. Do outro lado, temos uma estrutura municipal dividida em 10 territórios com autonomia de gestão da política de assistência social e que nos gera indagações sobre a atenção dos CREAS às demandas e necessidades das pessoas com deficiência.

Em razão da experiência profissional vivida, percebemos várias potencialidades e também fragilidades na oferta e no acesso das políticas de assistência social ofertadas às pessoas com deficiência. Conhecer a realidade do município do Rio de Janeiro nos auxilia na análise de possibilidades mais concretas de produção de ações de Política de Assistência Social para o conjunto das pessoas com deficiência. (Fonseca, 2010 – XII ENPESS).

Cabe destacar, na leitura do trecho acima, para a inserção de sua autora nos âmbitos não só da docência e pesquisa acadêmica, mas, sobretudo, da militância e da proteção social, todos eles envolvendo o debate e a atenção às pessoas com deficiência. Isto nos revela o compromisso dos pesquisadores, que, em sua grande parte, também atuam no campo, com a apreensão da realidade dos sujeitos usuários das políticas e serviços sociais, contribuído, por meio de suas investigações, com o acúmulo de informações sobre a questão social e suas diversas refrações na contemporaneidade; fato que já destacamos aqui.

Por outro lado, chama a atenção, no trabalho de Fonseca (2010), a influência de um dos defensores da chamada “nova questão social”⁷³, no caso, Robert Castel, sobre os referenciais teóricos da autora, em especial, na

⁷³ O debate promovido pelos chamados “defensores da nova questão social”, de cunho neoliberal, acabou influenciando a discussão brasileira sobre a questão social, sobretudo, a do Serviço Social. Para estes teóricos, as mudanças no capitalismo contemporâneo, a partir dos anos 1970 do século XX, assinalaram uma ruptura com o capitalismo industrial e com a questão social emergente do século XIX, marcada pelo surgimento do pauperismo na Europa Ocidental. Como principais manifestações, a crise capitalista da década de 1970 apresenta, segundo Castel (1998), o agravamento do problema do emprego (ou “crise do emprego”), consequência inevitável da revolução tecnológica que rompe com o modelo industrial; bem como a ampliação do processo de desfiliação e vulnerabilidade social, ambas alimentadas pela precarização. Neste processo, entram em cena “novos sujeitos” com “novas necessidades”, no caso, os “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998) e “novos pobres e excluídos” (ROSANVALLON), que não remetem mais à “antiga” categoria de exploração, daí a ruptura com a “antiga questão social”. Há, pois, o questionamento do modelo de proteção social baseado no risco coletivo. Tais análises, conforme Pastorini (2007), apoiam-se nas seguintes ideias: o fim da luta de classes e, por conseguinte, a negação do marxismo como paradigma de explicação desta nova realidade; o predomínio do paradigma da exclusão sobre o da luta de classes e das desigualdades sociais; crise do Estado de bem-estar social e esgotamento das clássicas formas de intervenção estatal; e ênfase na fratura da coesão e do laço social. Assim como Yamamoto (2012), Pastorini (2007) não percebe a questão social como fenômeno recente, mas sim como uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações capitalistas que, por sua vez, (re)produz-se sob novas mediações históricas na contemporaneidade. Não se trata, pois, de uma disfunção ou ameaça à ordem e à coesão social, e nem se apresenta como uma “nova questão social” (ROSANVALLON, 1998), resultante da inadequação dos antigos métodos de gestão do social, fruto da crise do Estado-providência e da relação salarial. Consequentemente, “[...] decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais [...], quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida” (IAMAMOTO, 2012, p. 161). Qualquer “nova questão social” torna-se, assim, inexistente. O que existe, na verdade, são novas expressões da questão social que é insuprimível sem a supressão da ordem capitalista (NETTO, 2011). Com isso, longe de transpor, sem as devidas mediações, aquelas doutrinas para a realidade brasileira (diga-se: totalmente diferente da europeia), torna-se igualmente necessária, para uma real aproximação do conceito de questão social, a identificação das particularidades de cada sociedade; apreendendo, assim, o modo (também particular) de adesão à lógica do capitalismo global na contemporaneidade, bem como os diferentes impactos gerados por tais transformações, tanto para os países do centro capitalista como para os periféricos.

conceituação de pessoas com deficiência que, no trato dos “riscos sociais”, são relacionadas ao conceito de “invalidez”; bem como da proteção social.

Sendo assim, Fonseca (2010), ao apoiar-se em Castel, conceitua pessoas com deficiência como sujeitos que se encontram em situação de “desvantagem pessoal”, estando isentas da obrigação de trabalhar, o que as constitui em “clientes potenciais do sócio-assistencial”. Logo, as políticas de assistência social, enquanto políticas voltadas à proteção social, são responsáveis por assegurar a atenção às necessidades e demandas de tal população. Já os sistemas de proteção social são pensada a partir dos atores públicos (Estado) e privados (família, por exemplo) que prestam esta ação coletiva. A origem de tais sistemas, conforme a autora, é oriunda da necessidade social de impedir os “riscos” sobre os indivíduos ou grupos sociais. Estes “riscos”, que são quase sempre oriundos de fatores políticos, culturais e sociais, configuram-se, portanto, como um dos conceitos do qual parte a autora para entender a proteção social.

A proteção social é pensada, também, a partir da realidade brasileira e, desta maneira, em sua relação com o momento de promulgação da CF/1988, quando se avança na concepção de seguridade social; momento este que conta com a participação dos movimentos de pessoas com deficiência, categorias profissionais, como o Serviço Social, dentre outros atores sociais correlatos, que se engajam no debate sobre a oferta de políticas de seguridade social voltadas ao segmento (FONSECA, 2010).

Mais uma vez, aparece a discussão sobre os modelos de interpretação da deficiência, e é daí que Fonseca (2010), ao pensar as pessoas com deficiência, considera a existência de diferentes definições para a deficiência que atravessam diversos saberes, principalmente o médico e o social:

Traçar a fronteira conceitual entre essas diversas expressões da diversidade humana é um exercício que atravessa diferentes saberes, em especial entre o conhecimento médico e as ciências sociais. Esta variedade de interpretações e experiências em torno do corpo e da relação deste como ambiente social perpassa grande parte das discussões contemporâneas sobre deficiência e justiça social. (FONSECA, 2010 – XII ENPESS).

Tais modelos, desta forma, mais se complementam do que se excluem, sendo a deficiência entendida, pela autora, como um fenômeno complexo, biológico,

individual e social, que incorpora diversas dimensões e aspectos sociais significativos, tais como: estigma, preconceito, exclusão etc.

Fernandes e Azevedo (2010), em seu trabalho no XIII CBAS, verificam condições de acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e aos equipamentos sociais nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Como as próprias autoras denominam, trata-se de:

[...] um relato de experiência de uma assistente social que construiu sua tese de doutorado trazendo para o debate a situação de interdição social das pessoas com deficiência e a necessária construção social da acessibilidade universal. (FERNANDES; AZEVEDO, 2010 – XIII CBAS).

Neste sentido, o trabalho foi desenvolvido a partir da parceria entre políticas públicas institucionais e e debate acadêmico, numa articulação com a universidade que se deu através da Faculdade de Serviço Social. Tal parceria proporcionou, assim,

[...] inúmeras possibilidades de desenvolvimento desse tema e prática social da Acessibilidade Universal em busca da superação das interdições sociais colocadas para as pessoas com deficiência, em específico, mas para as pessoas que expressam suas diferenças, em geral. (FERNANDES; AZEVEDO, 2010 – XIII CBAS).

Como resultado dessa experiência, houve a construção do projeto de pesquisa “*Condições para o acesso das pessoas com deficiência aos bens sociais no estado do RS*”, que levou à produção do trabalho para o XIII CBAS. Sua metodologia de pesquisa se deu através da articulação de conhecimentos acerca da realidade do Rio Grande do Sul. Tratou-se, portanto, de uma proposição, isto é, algo que ainda iria ser executado. Por isso, não foi possível vislumbrar conclusões. No entanto, embora tenha se tratado de um processo em construção, as autoras sinalizaram que:

Após a construção do diagnóstico social e situacional, tendo o mesmo como matéria-prima, será necessário criar os fóruns de debate e encaminhamento com os gestores do município para o encaminhamento das demandas encontradas na pesquisa. Nessa etapa deverá ocorrer uma ampla discussão e problematização sobre o espaço de inclusão, tendo em vista os dados coletados e analisados no processo da pesquisa. Dessa discussão deverá resultar a proposição de ações pontuais em cada município que sinalizem na direção do que é preconizado pelas políticas públicas na área da deficiência e na legislação vigente. (FERNANDES; AZEVEDO, 2010 – XIII CBAS).

Diante dos trabalhos analisados, reconhecemos que o acesso das pessoas com deficiência aos direitos configura-se como forma de expressão da sua cidadania e “inclusão social”. No entanto, não devemos ser tão românticos a ponto de imaginar que tal acesso corresponda ao patamar último, sobretudo, por tratar-se de sujeitos tão marginalizados socialmente. O acesso à cidadania limitada diz respeito ao acesso à vida também limitada do capital, que vê os seres humanos somente como força de trabalho, isto é, como algo que contribui para a produção social da riqueza; o que não lhes proporciona liberdade e realização pessoal. Pelo contrário, apenas viabiliza a construção de condutas dentro dos limites do trabalho alienado no contexto da sociedade capitalista.

Para além da “reabilitação” da sociedade para a “inclusão social” das pessoas com deficiência, o que propomos é a “reabilitação” da sociedade que supere os limites do capital, pois este tanto absorve como submete amplos segmentos da classe trabalhadora, onde se incluem um grande contingente de pessoas com deficiência, a um processo de exploração da força de trabalho. Tudo isto em prol do usufruto da riqueza social por uma minoria detentora dos meios de produção, em detrimento de uma maioria que é obrigada a sobreviver sob condições materiais bastante limitadas.

Mesmo assim, e ao reconhecer que os seres humanos precisam das condições materiais e espirituais para fazer história, estamos cientes de que os limites da sociedade capitalista não invalidam a luta por direitos em tal contexto sócio-histórico. Ainda mais quando atentamos, primeiramente, para o fato de que as pessoas com deficiência não eram consideradas como sujeitos de direitos até algum tempo atrás, e, em segundo lugar, a formação social brasileira que, em seu modo particular de construção da chamada revolução burguesa, sempre encarou os direitos não enquanto tais, ou seja, em sua suposta universalidade, mas como privilégios de uma elite. Com isso, não pretendemos afirmar que a luta por direitos não deva ser vista como o patamar último alcançado pela humanidade, e sim como estratégia, uma importante conquista no sentido da construção de uma nova sociabilidade, livre de todas as formas de opressão e/ou exploração.

4.7 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CBAS E ENPESS (2012-2013)

O período é composto por 11 trabalhos, sendo cinco do CBAS e seis do ENPESS, que representam 33,33% do total da produção analisada. A produção, neste momento, é marcada por temáticas referentes à seguridade social, com foco na política de assistência social, sobretudo, a partir da incorporação da avaliação social como critério de concessão do BPC⁷⁴ às pessoas com deficiência. Assim, criou-se o Decreto N. 6.214/2007⁷⁵, para que se leve em consideração, na concessão do referido benefício, a interação entre pessoa com deficiência e o seu ambiente físico e social.

Tal mudança constitui resultado de reivindicações dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, do meio acadêmico, dos gestores da política de assistência social, em parceria com o Serviço Social do INSS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o conjunto CFESS/CRESS, sendo vista, por grande parte dos autores deste período, como um avanço, devido à superação apenas do olhar médico deficiência, para contemplar o contexto social em que vive o sujeito. Portanto, este modelo de avaliação, ao combinar perícia médica com avaliação social, incorpora uma abordagem multidimensional da saúde, da funcionalidade e da “incapacidade” para a vida independente e o trabalho, indo além da compreensão de deficiência centrada nas funções e estruturas do corpo,

⁷⁴ O BPC, instituído no Brasil por meio do artigo 203 da CF/1988 e regulamentado pela LOAS (Lei N. 8.742/1993), configura-se como um benefício da política de assistência social, sendo gerido pelo MDS e operacionalizado pelo INSS. Este benefício garante, por mês, um salário mínimo ao idoso, com idade a partir de 65 anos, e à pessoa com deficiência, comprovada a incapacidade para a vida independente e o trabalho e uma renda mensal bruta inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Da mesma forma, o idoso, além da idade mínima, deve atender este critério de renda. Embora sua instituição e regulamentação tenha se dado, respectivamente, em 1998 com a CF e em 1993 com a LOAS, é apenas em 1996 que há a implantação do BPC, quando este passa a substituir a Renda Mensal Vitalícia (RMV), em vigor nos anos de 1975 a 1996. Desde então, o BPC começa a ser reconhecido como primeiro benefício não contributivo e integrado às demais políticas setoriais, tendo como objetivos o enfrentamento da pobreza, a garantia da proteção social e a universalização dos direitos sociais. No entanto, ainda que percebamos aí um importante avanço, o acesso ao BPC se dá de forma bastante seletiva e focalizada, atendendo apenas os segmentos absolutamente “incapazes” de prover sua subsistência, e que tem a renda como critério restritivo.

⁷⁵ O Decreto N. 6.214, de 26 de setembro de 2007, vem regulamentar o BPC devido ao idoso e a pessoa com deficiência, alterando a LOAS (Lei N. 8.742/1993) e a Lei N. 10.741/2003, além de acrescentar parágrafo ao Art. 162 do Decreto N. 3.048/1999. No que diz respeito ao BPC devido à pessoa com deficiência, o decreto acima mencionado, em seu Art. 16, estabelece que a avaliação da deficiência e da incapacidade para acesso ao benefício será composta de avaliação médica e social, o que viabiliza o entendimento de tal fenômeno a partir de uma visão de totalidade e em seus múltiplos aspectos, superando, desta maneira, o modelo biomédico, centrado apenas no corpo.

passando a levar em conta a acessibilidade e o grau de participação da pessoa com deficiência na sociedade. Corroborando com tal constatação, Nunes e Teixeira (2013), em seu trabalho no XIV CBAS, dizem que:

[...] nada mais justo e coerente que um benefício assistencial tenha a avaliação social compondo seu processo avaliativo de concessão, e mais ainda que esse instrumental tenha nascido de uma reflexão, discussão e elaboração baseada em uma fundamentação teórica que contemple todas ou quase todas as barreiras e dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência no acesso a uma vida mais justa, principalmente num país como o nosso, de graves desigualdades sociais, em que a pessoa com deficiência, mesmo com capacidade laborativa, não tem oportunidade de sobreviver do seu próprio labor, seja por falta de oportunidade ou mesmo por preconceito, colocando-o à margem da sociedade.

O uso do instrumental carece, pois, de um olhar crítico, ético-político e investigativo do assistente social, que, segundo as autoras supramencionadas,

[...] não deve se limitar à identificação de barreiras e dificuldades, mas entender e interpretar as questões apresentadas pelo requerente e realizar, se necessário, intervenções que possam contribuir na superação das condições de vida da população requerente de BPC, além disso, contribuindo para fomentar pesquisas e políticas públicas mais inclusivas. (NUNES; TEIXEIRA, 2013 – XIV CBAS).

Neste trabalho, Nunes e Teixeira (2013) procuram discutir sobre o novo modelo de avaliação para a concessão do BPC à pessoa com deficiência. Para tanto, valem-se de pesquisa bibliográfica em trabalhos científicos e legislações correlatas, caracterizando-se o estudo como qualitativo.

Do mesmo modo, o trabalho de Macedo (2012), no XIII ENPESS, vem analisar os avanços e desafios que contornam as conquistas do novo modelo de acesso ao BPC/LOAS, nos anos de 1996 a 2011. O estudo busca compreender, também, as tensões entre concepções e paradigmas que permeiam as práticas e os saberes dos profissionais (médicos e assistentes sociais) responsáveis pela operacionalização do processo de avaliação médico-social que condiciona o acesso de pessoas com deficiência ao BPC/LOAS. O intuito, com isso, é apreender as repercussões de tais práticas e concepções no processo de reconhecimento, acesso, garantia e ampliação do direito ao benefício.

Em seu trabalho, Macedo (2012) prioriza discussão teórica do tema, salientando, também, suas observações preliminares de campo, tratando-se, assim, de uma pesquisa em andamento. A mesma tem como característica a combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

A partir da discussão teórica e das observações preliminares de campo, Macedo (2012) constata a centralidade da política de assistência social no contexto da precarização e “inexistência” do trabalho, quando se tem o aumento do número de beneficiários do BPC, sobretudo, entre 1996 e 2011. Observa-se, ainda, que a maioria destes beneficiários é constituída por pessoas com deficiência. Isso sem falar na existência de estudos que apontam o crescimento exponencial dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e a crescente aplicação deste no BPC/LOAS, o que evidencia a relevância do benefício no âmbito da política de assistência social. Por fim, é possibilitado o levantamento de informações acerca dos usuários do BPC/LOAS, demonstrando, pois, as condições de pobreza nas quais os mesmos estão inseridos.

Ademais, Macedo (2012) demonstra que adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) possibilitou uma ampliação da compreensão sobre deficiência por parte do modelo de avaliação médico-social para o acesso ao BPC/LOAS às pessoas com deficiência. A discussão e construção histórica dos modelos de avaliação e compreensão da deficiência são acompanhadas pelo movimento político do segmento e pela reforma sanitária, que ganham relevância num contexto de reivindicações e ascensão do movimento democrático. Isso sem mencionar o debate sobre a política de acessibilidade das pessoas com deficiência. Diante disto, e ao analisar os dados preliminares de seu estudo, o autor afirma:

[...] percebemos a relevância deste estudo para discutirmos os avanços e desafios que contornam as conquistas do novo modelo de acesso ao BPC/LOAS centrado na CIF, evidenciando as tensões que permeiam os saberes e as práticas dos profissionais que operacionalizam os critérios de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, “*apriori*” referenciadas na CIF e expressas em um instrumental de avaliação médico-social. E, por fim, apontar as possíveis contribuições que esse novo modelo pode oferecer para ampliar o acesso desse importante direito social às pessoas com deficiência. (MACEDO, 2012 – XIII ENPESS).

Ainda sobre os novos critérios de acesso ao BPC, temos o trabalho de Cordeiro (2013), no XIV CBAS, cujo objetivo principal é verificar, na Agência da Previdência Social (APS) de Taguatinga/DF, se a participação do assistente social do INSS no processo de avaliação da deficiência contribuiu com a ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao benefício.

Para alcançar tal objetivo, Cordeiro (2013) realizou, em 2010, pesquisa na APS de Taguatinga/DF, agência que, conforme a autora, mantinha [...] o maior número de benefícios assistenciais destinados a pessoas com deficiência na Gerência Executiva do INSS no DF (GEX/DF), com um total de 5.825 benefícios”. Foram utilizadas, ainda, consultas aos bancos de dados gerenciais do INSS, além da comparação de indicadores de concessão e indeferimentos de requerimentos do BPC à pessoa com deficiência nos períodos de junho de 2009 a fevereiro de 2010 e junho de 2008 a fevereiro de 2009. Isso sem falar na aplicação de questionário com perguntas, que só admitiam uma resposta, a oito médicos peritos (do total de onze, pois três estavam afastados à época). Os participantes da pesquisa (oito médicos peritos) haviam realizado perícias médicas durante um período de dois a cinco anos, concluindo-se, assim, que todos trabalharam durante o modelo anterior de avaliação da deficiência, que só continha a avaliação médica.

Com a pesquisa de Cordeiro (2013), percebemos um impacto no resultado final dos benefícios pela inclusão da avaliação social em fase anterior à perícia médica, devido às características do novo modelo de avaliação da deficiência. Isso sem falar na ampliação da concessão do BPC a partir do período de vigência do novo modelo de avaliação. Sobre as duas versões de instrumentos para avaliação da deficiência, a autora pontuou que:

Acredita-se que as resistências observadas sobre o 1º instrumento do novo modelo de avaliação da deficiência se devem ao desconhecimento ainda evidenciado sobre a forma com que o sistema gerencial do INSS reconhece o direito ao BPC a partir da Tabela Conclusiva de Qualificadores. Isso gerava um incômodo no médico perito pelo sentimento de perda do controle sobre o resultado final do requerimento. Contudo, a segunda versão do instrumento de avaliação médica devolveu ao médico perito a possibilidade de decidir unilateralmente sobre a concessão do benefício, uma vez que se não considerar a deficiência de longo prazo, o requerimento será indeferido. Em outras palavras, independentemente das combinações previstas de resultados favoráveis ao requerente – como os casos aqui discutidos de deficiência moderada com barreiras sociais graves – o benefício será negado se a deficiência não for considerada de longo prazo, o que abre discussão para a redução da importância da avaliação social. Essa alteração na avaliação médica, se não for assumida com responsabilidade pelo médico perito pode implicar no retorno à tendência de restrição do acesso ao BPC para pessoas com deficiência. (CORDEIRO, 2013 – XIV CBAS).

O trabalho de Vaz (2012), no XIII ENPESS, também analisa o BPC à pessoa com deficiência. Mas, é interessante notar aí a existência de uma perspectiva de gênero. E, é partindo desta perspectiva, que o autor avalia o perfil

demandatário e a direção social da política sócio-assistencial, em que as mulheres constituem a grande maioria. A pesquisa, que se fundamenta na categoria trabalho, tem início no Curso de Especialização do CFESS e no Mestrado em Serviço Social da PUC-SP, e se move em torno da seguinte questão:

As mulheres são vítimas de maior precarização das condições de trabalho e de exclusão da proteção previdenciária. Quando atingem idade avançada, em situação de doença/incapacidade, não conseguem acessar a Previdência e pleiteiam o BPC. Tal quadro representa uma possível migração da demanda previdenciária à Assistência [...]. (VAZ, 2012 – XIII ENPESS).

Trata-se, pois, de um relato de pesquisa que resultaria na dissertação de mestrado de Vaz (2012) que, por estar em andamento, não traz a definição de alguns elementos, como o universo que a ser estudado. Ainda assim, demonstra intenção em levantar dados referentes aos requerimentos e concessões do BPC na capital e Região Metropolitana de São Paulo. Isto devido à impossibilidade de análise dos dados nacionais.

Para o trabalho do XIII ENPESS, Vaz (2012) traz uma abordagem sobre principal perfil demandatário do benefício, com base na pesquisa monográfica do Curso de Especialização/CFESS. Neste âmbito, são levantados apenas os dados referentes ao município onde trabalha o autor, no caso, São Paulo:

O perfil em questão, a mulher de meia idade, entre 40 e 60 anos; de baixa escolaridade; com doenças crônicas principalmente relacionadas a fatores ambientais; com histórico de subemprego formal, trabalho doméstico ou trabalho informal; sem cobertura previdenciária; responsável pelo sustento próprio e/ou familiar; fornece elementos para uma análise ampliada que considere as determinações materiais e o histórico de vida dessas pessoas, bem como a consequente problematização do significado da política social que está sendo demandada por estas mulheres. E a maior ou menor concessão do Benefício para este perfil requerente pode colocar luz sobre a direção social imprimida pelo BPC enquanto principal benefício da política de assistência social. (VAZ, 2012, grifos do autor – XIII ENPESS).

Isto posto, os resultados e conclusões a que chegam o trabalho de Vaz (2012) se configuram apenas como preliminares, além de estarem situados contexto de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil; contexto este que, segundo o autor, evidencia a restrição dos direitos previdenciários e de saúde, contribuindo com a ampliação da assistência social e maior demanda dos benefícios assistenciais, cujo principal segmento demandatário são as mulheres trabalhadoras.

Estas mulheres constiuem parcela da chamada “classe-que-vive-do-trabalho” que ocupa, em sua grande maioria, postos de trabalho precarizados, sem

vínculo empregatício e informais. Isso sem falar na constituição dos novos arranjos familiares, que apontam o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, demonstrando a responsabilização destas pelo cuidado e sustento da família. Tais fatores corroboram, no entendimento de Vaz (2012), com o afloramento da opressão de classe e gênero, o que determina, de acordo com o autor, a constituição de um determinado perfil como principal demandatário do BPC.

Quando falamos em BPC, não podemos deixar de referenciar a atenção presta pela política de assistência social à pessoa com deficiência. É assim que, no trabalho de Rodrigues (2012), no XIII ENPESS, visualizamos um debate acerca desta atenção, numa articulação com as demais políticas que compõem o tripé da seguridade social (saúde e previdência social), tendo como foco, mais uma vez, o BPC. A autora realiza, antes disto, uma discussão sobre a pessoa com deficiência no Brasil e atenção prestada a esta parcela da população, bem como os critérios para o acesso ao BPC e o impacto do novo modelo avaliativo que introduz, a partir do Decreto 6.214/2007, a avaliação social como parte do processo de reconhecimento do referido direito.

O trabalho de Rodrigues (2012), que traz os primeiros apontamentos de sua pesquisa de mestrado, relembra brevemente a trajetória das três políticas de seguridade social. Em seguida, traz alguns dados sobre a população com deficiência no Brasil, a partir do Censo realizado pelo IBGE em 2010. Na sequência, apresenta o BPC, seus princípios, gestão e operacionalização, além de realizar um levantamento de 100 solicitações referentes à concessão e perfil dos requerentes do benefício, na APS Jabaquara/SP, no período de abril a julho de 2011. Este recorte temporal tem como base, por sua vez,

[...] a data de 24/05/2011, data em que entrou em vigor o segundo instrumental de avaliação social e perícia médica (Portaria Conjunta MDS/INSS n.01 de 24/05/2011), na tentativa de analisar o impacto desse novo instrumental sobre o reconhecimento ou não do direito ao BPC por incapacidade. (RODRIGUES, 2012 – XIII ENPESS).

O que se constata, ainda que preliminarmente, é:

[...] o caráter restritivo da atenção desta política, tendo em vista o alto índice de indeferimentos de pedidos através do critério de renda familiar per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para acesso ao benefício, modelo avaliativo que privilegia o olhar médico e cultura institucional de direito social vinculada ao caráter contributivo. (RODRIGUES, 2012 – XIII ENPESS).

A nova perspectiva de análise do BPC, embora esteja amparada na CIF e tenha incorporado a avaliação social, não traz uma visão diferenciada para o critério de renda do benefício, constituindo apenas um “instrumento avaliativo de incapacidade”, numa referência à expressão utilizada por Rodrigues (2012), que, fala, ainda, de outro elemento causador de preocupações e questionamentos, neste caso, perícia médica, cujo peso, em detrimento da avaliação social, devolve ao profissional médico a decisão final sobre o reconhecimento ou não do direito ao benefício assistencial. Tal decisão, por sua vez, encontra-se atrelada a uma pergunta incluída na avaliação médica, por meio de Portaria Conjunta MDS/INSS N. 01/2011, a qual estabelece que o BPC é devido à “pessoa com incapacidade acima de dois anos”:

A questão preocupante neste caso, é que as condições ambientais e sociais a que o cidadão está sujeitado não são consideradas para estabelecer o acesso e período de tratamento, recuperação e reabilitação do requerente, deixando somente a cargo do profissional médico a decisão sobre o reconhecimento ou não ao direito socioassistencial. Tal situação representa um retrocesso na avaliação deste benefício, pois coloca a avaliação social com peso menor em relação ao saber médico. (RODRIGUES, 2012 – XIII ENPESS).

A referida autora também constata que:

[...] a maior parte dos requerentes faz parte da população economicamente ativa (adultos), mas encontram-se em situação de doença/deficiência sem a proteção da política social previdenciária, pois fazem parte do grande número de pessoas no mercado informal. Além disso, ao procurarem o benefício assistencial são alvos de uma culpabilização individual pela não inserção no regime previdenciário, desconsiderando dinâmica do capital exclui os cidadãos do acesso aos seus direitos sociais, e transforma as políticas sociais em espaços privilegiados para o acesso de poucos. (RODRIGUES, 2012 – XIII ENPESS).

Portanto, o que vislumbramos, a partir da pesquisa de Rodrigues (2012), é a existência de critérios excludentes, que apenas garantem o acesso de poucos, ou seja, daquelas pessoas que se encontram em níveis de extrema pobreza e com incapacidade prioritariamente definida pelo olhar médico.

Continuando o debate sobre a política de assistência social e a atenção devida à pessoa com deficiência, temos o trabalho de Fonseca (2013), no XIV CBAS, que analisa a deficiência e sua incorporação pela referida política no município do Rio de Janeiro.

Como parte de uma tese de doutorado, o estudo de Fonseca (2013) tem como mérito o alcance de outros objetivos, a saber: 1) analisar o conceito de

deficiência a partir de teóricos no campo das ciências sociais e da política social; 2) analisar a atual concepção de deficiência e sua relação com a cidadania social a partir dos paradigmas do reconhecimento e redistribuição; 3) analisar a trajetória histórica da política de assistência social no Brasil no tratamento da deficiência; 4) perceber o lugar da deficiência na referida política; 5) conhecer o processo de incorporação da deficiência pela assistência social a partir dos gestores das secretarias municipais de assistência social e de pessoas com deficiência, bem como dos conselheiros municipais de assistência e da pessoa com deficiência; 6) analisar os avanços e entraves à incorporação da deficiência no atual SUAS.

A pesquisa, de caráter eminentemente qualitativo e exploratório, caracterizou-se pela realização de estudo bibliográfico e documental. Com isso, Fonseca (2013) conseguiu coletar dados e informações sobre o campo da deficiência, partindo de um “olhar de diversidade do ponto de vista da política social e dos direitos humanos”, bem como sobre a constituição da política de assistência social no Brasil e, mais especificamente, no município do Rio de Janeiro.

Tal levantamento foi realizado tendo em vista a fase pós-SUAS, em 2004, e o lançamento da política de assistência social. No entanto, realizou-se um necessário retorno às bases constitucionais, desde o processo de redemocratização do Brasil, além de um aprofundamento da análise da produção teórica das particularidades do pós-constituição, da LOAS, em 1993, para, enfim, enfatizar e delimitar historicamente o ano de 2004, com a implementação da PNAS que trouxe à cena pública a concepção do SUAS.

Acresceu-se a isso a realização de observação e entrevistas abertas, com amostra do tipo aleatória, junto aos gestores e conselheiros das áreas de assistência social e pessoas com deficiência no município do Rio de Janeiro. A escolha dos entrevistados se deu a partir de seu exercício na gestão e no controle desde 2004, com a implementação do SUAS, e depois com a aprovação da CDPD, em 2008.

Para condução das entrevistas, elaborou-se um roteiro aberto com questões-temas que orientaram os eixos centrais dos diálogos construídos com os conselheiros e gestores. O intuito, portanto, foi realizar uma análise comparada dos discursos desses sujeitos nos diferentes momentos da política de assistência social e da pessoa com deficiência no período de 2004 a 2012.

As observações de Fonseca (2013) foram registradas em diário de campo. A análise dos dados se deu a partir da análise de conteúdo e de discurso. Neste sentido, a pesquisa contemplou três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e tratamento do material recolhido. A última fase, por sua vez, subdividiu-se em: ordenação, classificação e análise propriamente dita.

A finalidade do estudo de Fonseca (2013) foi a socialização do debate sobre a proteção social e a cidadania das pessoas com deficiência, além do aprofundamento de questões relativas ao campo dos direitos humanos e da diversidade. Com isso, a autora verificou que a política de assistência social tem reproduzido, num micro-espço, a mesma sociedade excludente e responsável pela segregação.

Existe, para Fonseca (2013), um desconhecimento e distanciamento entre o espaço da política e o lugar do cidadão com deficiência. Assim, para que consiga assegurar os direitos e atender as necessidades desses cidadãos, a assistência social precisa percorrer um longo caminho para a efetivação de uma verdadeira inclusão dos mesmos.

A política de Assistência Social embora se proponha a atender um público mais ampliado do que era mencionado na LOAS o que é perceptível em vários em diversos trechos da PNAS- Política Nacional de Assistência Social, o fato real que se coloca é que a infra-estrutura, os recursos humanos e a organização da política de assistência que ainda é muito frágil para receber as diferenças e lidar com elas. A realidade dos CRAS- Centros de Referência da Assistência Social e CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social do Brasil ainda está muito distante de um comportamento inclusivo para atender as diferenças, a diversidade. São raras as iniciativas municipais em publicizar os direitos socioassistenciais que devem ser materializados para esse público através da própria comunicação, da linguagem: seja através da língua de sinais, em Braille ou em mídia eletrônica áudio-visual. Ou seja, quando uma pessoa com características diferentes daquelas que se esperava encontrar em determinado ambiente é apresentada ou é vista fazendo parte dele, essa pessoa é considerada estranha [...]. O *estranhamento* também ocorre no interior da Política de Assistência Social. Ainda que não seja um estranhamento total, existem vários estranhamentos de outra ordem que se traduzem em mecanismos excludentes, como não saber lidar com diferentes deficiências, não criar mecanismos de comunicação e acessibilidade necessários à esse grupo, não especializar programas e projetos, não utilizar recursos do SUAS, entre outros. (FONSECA, 2013, grifos nossos – XIV CBAS).

Ainda em conformidade com Fonseca (2013), há uma tendência de especialização das ações junto às pessoas com deficiência no atual governo, sobretudo, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Entretanto, esse fato não pode suprimir, de acordo com ela, o lugar da assistência social e demais políticas setoriais que devem considerar os sujeitos em sua singularidade.

Nesta perspectiva das políticas públicas e diversidade da condição humana, o trabalho de Fernandes (2012), no XIII ENPESS, que apresenta aspectos teóricos, discussões e resultados/conclusões bastante semelhantes aos trabalhos publicados pela mesma autora no IX ENPESS e XIII CBAS, embora sejam diferentes os seus recortes.

Em seu ensaio teórico, Fernandes (2012) tem a pretensão de questionar determinados conceitos que situam as diferenças no lado oposto daquilo que é considerado correto, ideal para todos. Com isso, a autora almeja, ainda,

[...] demonstrar que as diferenças podem ser propulsoras da dinâmica das transformações do social, pois, para trabalhar com o conceito de acessibilidade universal é necessário quebrar muros arquitetônicos e culturais, bem como, questionar a estrutura social desse capitalismo desumano. (FERNANDES, 2012 – XIII ENPESS).

Como podemos observar, trata-se de um estudo teórico que envolve as concepções de diversidade, deficiências/diferenças, ambas situadas no movimento contraditório do social, bem como da necessidade de construção da Acessibilidade Universal. Dito isto, Fernandes (2012) conclui que a requisição do direito de pertencimento ao mundo social, em pleno século XXI, revela que este ainda não se estruturou na vida em sociedade, de modo a incluir as diferenças peculiares à condição humana. Assim sendo, a acessibilidade, tanto em termos arquitetônicos como culturais, apresenta-se como:

[...] a via pela qual a heterogeneidade dos sujeitos poderá ser incluída. Na história da humanidade e, como um resultado da questão social, foram criadas inúmeras interdições e barreiras que impediram determinados sujeitos de ter acesso ao mundo. O reconhecimento, embora tardio, de toda essa interdição é um traçado que conduz a desconstituição das interdições a partir da transformação da cultura e das condições materiais estabelecidas até então. (FERNANDES, 2012 – XIII ENPESS).

Em relação às políticas inclusivas, o texto de Kamimura e Cerqueira (2012), no XIII ENPESS, buscou analisar a inserção das pessoas com deficiência em empresas no município de Uberlândia, por meio do Banco de Empregos da Associação de Paraplégicos de Uberlândia (APARU), identificando, ao mesmo

tempo, os fatores que contribuíram para a não admissão e permanência dos candidatos às vagas no mercado de trabalho, sobretudo, no ano de em 2010.

Kamimura e Cerqueira (2012) utilizaram as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com realização de entrevistas semi-estruturadas e observações assistemáticas. Nesta perspectiva,

[...] a coleta de dados atingiu o universo de três (3) empresas e dezenove (19) associados que estão à procura de emprego. Para enriquecer o estudo foram consultados vinte (20) cadastros de empresas que disponibilizaram vagas no período pesquisado, observando se essas corresponderam aos critérios mínimos estabelecidos no que diz respeito à condição/exigência da função. (KAMIMURA; CERQUEIRA, 2012 – XIII ENPESS).

Tendo em vista a aproximação à realidade vivenciada pelos associados da APARU, no que se refere à admissão e permanência destes em empresas que utilizam a força de trabalho de pessoas com deficiência, foram analisados os seguintes dados: *gênero, faixa etária, participação e mobilização dos associados, qualificação, compreensão de informática e internet, escolaridade, adaptação, oportunidade de ser admitido e permanecer no mercado de trabalho, motivos de não estar trabalhando e de não se incluir no mercado de trabalho, dificuldades das empresas em contratar pessoas com deficiência*. Tal análise levou em consideração os paradigmas socialmente construídos em torno da deficiência e a equiparação de oportunidade destinada ao segmento em questão.

Como resultado da pesquisa, Kamimura e Cerqueira (2012) observam que, para uma sociedade ser plenamente inclusiva, é preciso fomentar políticas propiciadoras da tomada de consciência em prol do acesso de pessoas com deficiência, considerando o contexto histórico no qual desenvolveram sua sociabilidade ao longo da vida. A qualificação e adaptação são reconhecidas como exigências primeiras para a efetivação da equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entretanto, fica claro através que:

[...] a equiparação de oportunidade às pessoas com deficiência se dá (ou não) quando a empresa supostamente se adéqua para efetivar a inclusão, ou seja, proporcionam instrumentos de trabalho adequados, treinamentos aos funcionários sobre o que é a deficiência e disponibiliza funções adaptadas em relação às deficiências, para que os sujeitos possam realizar as atribuições em respeito a suas limitações. (KAMIMURA; CERQUEIRA, 2012 – XIII ENPESS).

No decorrer do processo histórico, político, econômico e social, novas configurações são assumidas pelos paradigmas que permeiam a discussão sobre a

deficiência. Assim, práticas de eliminação e exclusão permanecem enraizadas no cotidiano das pessoas com deficiência, seja pela imposição da lógica capitalista em tempos de neoliberalismo ou não, bem como pela falta de conhecimento e estabelecimento de padrões tidos como “normais”. Diante disto, o estudo procurou demonstrar que:

[...] as novas configurações do trabalho, suas contradições, os desmontes e sua precarização expressa nas políticas públicas com vistas ao enfrentamento das expressões da questão social dificultam a admissão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O direcionamento da contratação de pessoas com deficiência perpassa pelo desempenho atribuído e à deficiência, pois o trabalhador com deficiência somente está apto a desempenhar alguma atribuição se não houver dificuldade ou incapacidade para realizá-la. Diante disso, a pesquisa apontou a predominância de um número expressivo de funções que exigem capacidade física plena dos candidatos com deficiência que em sua maioria não estão aptos para desempenhá-las, pode-se elencar que as dificuldades exigidas em relação à adaptação vão além das capacidades e limitações dos associados da APARU. (KAMIMURA; CERQUEIRA, 2012 – XIII ENPESS).

No período aqui analisado (2012-2013), temos, ainda, uma produção que relaciona a categoria pessoas com deficiência ao debate sobre família, ambas as temáticas pouco exploradas no âmbito do Serviço Social. E, é exatamente isto o que veremos a seguir com o trabalho de Soares e Faria (2013), publicado no XIV CBAS.

Esse estudo, que foi fruto de um trabalho dissertativo do Mestrado em Serviço Social da UNESP-Franca, buscou refletir sobre a compreensão dos pais e profissionais da APAE acerca do conceito de negligência familiar, bem como da construção histórica da deficiência, a trajetória da APAE no atendimento ao referido segmento e a contextualização da família brasileira na política pública de assistência social. Assim, a proposta principal, para as autoras, teve como fator motivador o seu exercício profissional junto a APAE, e, neste sentido, buscaram:

[...] conhecer sobre a questão da negligência familiar e a pessoa com deficiência em um contexto de avanço das normas legais que corrobora com a doutrina da proteção integral instituída no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e ao mesmo tempo os desafios postos em sua concretização. (SOARES; FARIA, 2013 – XIV CBAS).

Logo, tratou-se de um estudo essencialmente qualitativo, com o uso das pesquisas dos tipos bibliográfica e de campo. Esta se deu junto as famílias de pessoas com deficiência e profissionais da APAE de Franca/SP. Soares e Faria (2013) procuraram, então, enfatizar uma perspectiva crítica das concepções de

peças com deficiência, entendidas como construção sócio-histórica, negligência familiar e a relação da família com a política de assistência social. Isso foi percebido principalmente quando aquelas se referiram a perspectiva crítica presente no Serviço Social, cujo compromisso tem sido referendado pelo Código de Ética e projeto ético-político profissional, além dos referenciais teóricos adotados e articulação teoria/realidade.

É interessante notar a relação entre família e pessoas com deficiência, sobretudo, no tocante ao cuidado e proteção que, em grande parte, é de responsabilidade integral da mulher/mãe. Esta, no caso do estudo em tela, não conta muitas vezes com uma rede de apoio ou alguém para dividir os cuidados, o que acarreta o acúmulo de atividades.

Ao tratarem de negligência junto as famílias e profissionais da APAE, Soares e Faria (2013) apontam que aquela deve ser considerada no contexto da sociedade brasileira, em seus determinantes sócio-econômicos, subjetivos e culturais, não devendo a responsabilidade recair tão somente sobre a família. Isso sem levar em conta a importância da proteção de uma rede socioassistencial, bem como o contexto social em que essas famílias estão inseridas, ou seja, uma realidade que produz e reproduz as desigualdades, não apenas nos aspectos objetivos da vida humana, mas nas suas relações de gênero, raça, etnia, geração, condição sexual etc. Assim, as autoras afirmam que:

Os dados obtidos revelaram que famílias compreendem o que é negligência familiar com base na experiência pessoal de cuidado, relacionado com as questões objetivas de vida. Essa percepção também é demonstrada nas análises dos profissionais envolvidos na pesquisa. Observamos também que essas famílias não contam com o acesso aos direitos garantidos específicos à pessoa com deficiência. (SOARES; FARIA, 2013 – XIV CBAS).

Por fim, elas dizem ser o tema pouco estudado pelo Serviço Social, fato que as fazem considerar que, neste âmbito,

[...] há pouca produção científica em relação ao tema proposto, há conceitos e interpretação diversa, desvelar e trazer para o universo da profissão em específico se faz necessário para que possamos contribuir de fato com a política de proteção integral proposta pelo ECA, e não perpetuando ainda mais com a exclusão e com as permanências culturais de punição das famílias. (SOARES; FARIA, 2013 – XIV CBAS).

No tocante à produção científica, destacamos os trabalhos de Moreira (2012, 2013), publicados, respectivamente, no XIII ENPESS e XIV CBAS. Ambos buscam discutir deficiência e pessoas com deficiência a partir da revisão de

literatura, sobretudo, por meio das produções das Ciências Sociais, com foco na Antropologia, enfatizando, assim, a influência das perspectivas biomédica e social, também conhecidas como modelos clássicos de interpretação da deficiência, sobre os programas e políticas sociais voltados ao segmento.

No XIII ENPESS, Moreira (2012) tenciona pensar, a contribuição dos conceitos de estrutura e evento, no âmbito antropológico, para a análise da resignificação da deficiência trazida pela abordagem social. Como mencionamos, trata-se de um estudo de revisão de literatura que toma de empréstimo as construções teóricas de Marshall Sahlins acerca das categorias estrutura e evento, bem como os estudos sobre deficiência pautados na perspectiva social. A deficiência é, pois, pensada a partir do resgate dos seus dois modelos clássicos de interpretação (biomédico e social), e tais construções são feitas em sum diálogo com as reflexões de Sahlins sobre evento e estrutura.

A reflexão sobre a relação entre estrutura e história, realizada por Sahlins, oferece, de acordo com Moreira (2012), subsídios para uma proposta interdisciplinar entre antropologia e história. O conceito antropológico de estrutura configura-se como um objeto histórico, enquanto o evento histórico constitui aquilo que conforma novos significados às práticas sociais, o que é dado com interpretação, e só adquire significado histórico se apropriado pelo sistema cultural. História e estrutura, ou melhor, evento e cultura, são, portanto, conceitos que não se excluem. E, é partir destas contribuições, que a autora pensa a abordagem social da deficiência. Sendo assim,

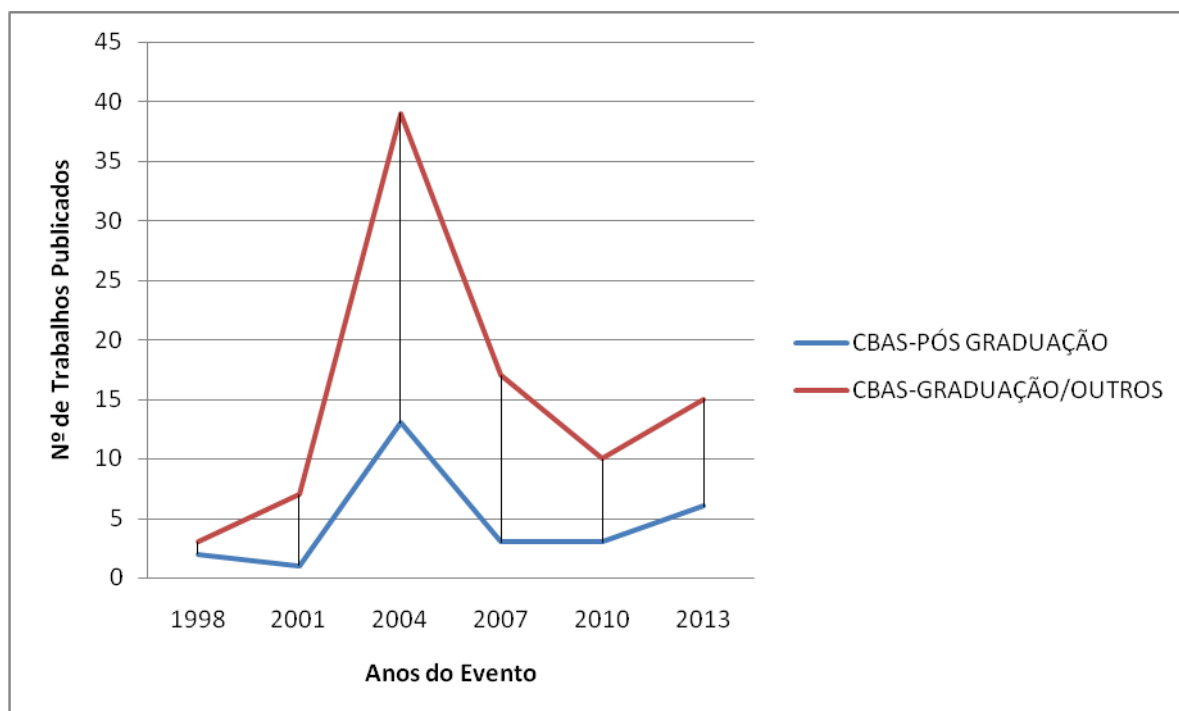
Um acontecimento (um fenômeno) só se torna significativo quando seus efeitos históricos são acolhidos na cultura em questão, cuja maneira de acolhimento nunca é a única possível, haja vista ser o evento uma interpretação de algo acontecido e interpretações variam. (MOREIRA, 2012 – XIII ENPES).

Dialogando com os mesmos referenciais e contribuições, Moreira (2012, 2013), em seus dois trabalhos, em especial, o do XIII ENPESS, evidencia a abordagem social da deficiência enquanto evento, na medida em que representa uma “guinada revolucionária” no tratamento da questão, provocando impactos no sistema cultural e na estrutura social, e no modo específico de se lidar com as pessoas com deficiência, cujas expressões objetivas são observadas no desenho dos direitos, da legislação e das políticas públicas voltadas ao segmento nas últimas

décadas. Tais políticas, na concepção apresentada por Moreira (2013), no XIV CBAS, são historicamente conformadas pelos modelos social e biomédico de deficiência; conceito este que se fundamenta, na perspectiva da autora, naquele que é referendado pela CDPD, que acata e incorpora o modelo social.

Sem adentrar em mais polêmicas a respeito do assunto, tendo em vista os limites de nosso estudo, precisamos deixar claro que o itinerário teórico realizado até aqui nos permitiu aprofundar o debate em torno das questões que circunscrevem as produções do Serviço Social sobre pessoas com deficiência. A opção pela análise, não só por temáticas, mas, sobretudo, por período, serviu para abalizarmos o nosso entendimento acerca da significância adquirida pela temática ao longo de cada momento histórico. É o que podemos visualizar, também, a partir dos gráficos abaixo:

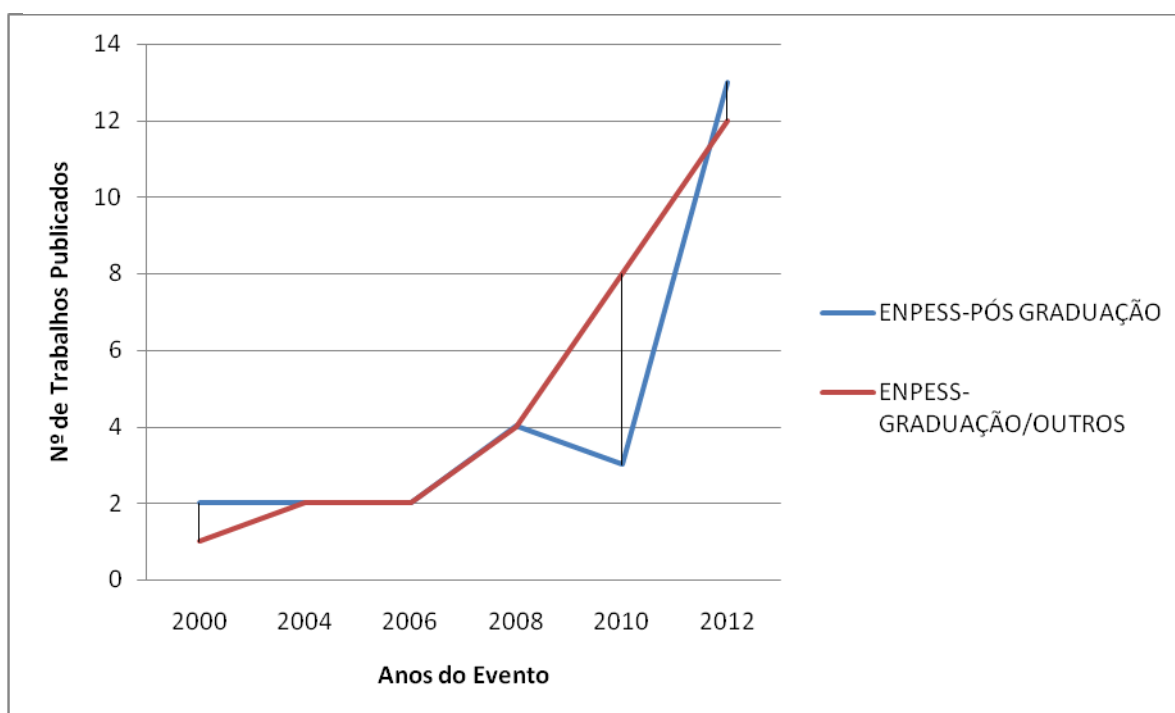
Gráfico 03 – Distribuição dos trabalhos dos CBAS por níveis de formação em Serviço Social.



Em que pese a expressividade, em termos quantitativos, do total de trabalhos publicados ao longo dos anos de realização dos CBAS, as proporções variam conforme cada nível de formação profissional em Serviço Social, no caso, graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Portanto, a observação desses dados demonstra uma maior concentração de trabalhos no âmbito da graduação, porém a

pós-graduação se apresenta como mais estável, havendo uma pequena instabilidade em 2004, período considerado, aqui, em sua peculiaridade que se deve ao crescimento da produção. De qualquer forma, a tendência da produção sobre pessoas com deficiência na pós-graduação, no caso do CBAS, é o crescimento. Já no ENPESS, o quadro se altera:

Gráfico 04 – Distribuição dos trabalhos dos ENPESS por níveis de formação em Serviço Social.



Há certa estabilidade nas produções sobre pessoas com deficiência em ambos os níveis. Entretanto, são os estudantes da graduação, juntamente com os outros segmentos (profissionais de Serviço Social e outras áreas, bem como a pós-graduação *lato sensu*), os responsáveis principais pelos índices de crescimento desta produção, o que não significa que não haja uma participação dos mestrados e doutorados em tal empreitada. Notamos a participação destes em ambos os eventos (CBAS e ENPESS), sobretudo, dos pesquisadores da temática aqui referenciada, além da parceria com outros profissionais e graduandos na construção dos trabalhos, e envolvimento com a atuação no campo, o que também influencia as produções; produções estas capazes de qualificar as respostas profissionais requeridas pelas novas exigências da contemporaneidade.

Em nosso trabalho, procuramos mostrar como a discussão sobre pessoas com deficiência está presente na produção do Serviço Social, com atenção particular para os CBAS e ENPESS, e a importância que esta aproximação tem para a compreensão da realidade de amplo contingente populacional que, historicamente, tem sido posto à margem da sociedade, vivenciando as mais diversas manifestações da questão social, seja pela falta de acessibilidade ou pelo preconceito que, por sua vez, obstruem o acesso às políticas públicas e ao trabalho. Ainda assim, há muito que se avançar, pois a temática da deficiência carece de estudos, mais especificamente, aqueles voltados à perspectiva social, donde destacamos a contribuição do Serviço Social. Por ora, findamos este processo de construção, não com intenção de que ele acabe aqui, mas com o anseio de experimentar novas “lonjuras”, fechar ciclos para iniciar outros. Dito por Cora Coralina: “é que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.”

Então, que possamos seguir adiante nesta estrada, embora as dificuldades e o medo insistam em se fazer presentes, pois não há nada impossível para um coração cheio de vontade e paixão. Paixão, sobretudo, por uma temática que, vale reiterar, é tão pouco explorada por nossa categoria.

5 CONCLUSÃO

“Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.”

(IAMAMOTO, 2006, p. 49).

O percurso que realizamos até aqui foi necessário para demarcarmos a nossa compreensão sobre o conhecimento, a pesquisa, a intervenção e a investigação; estas últimas enquanto dimensões indissociáveis do exercício e da formação profissional do assistente social. O objetivo desse itinerário foi o aprofundamento das questões que circunscrevem os estudos do Serviço Social, sobretudo, da pós-graduação da área, acerca das pessoas com deficiência.

A produção do conhecimento sobre pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação em Serviço Social apresentada neste estudo assenta-se nas temáticas e concepções oriundas dos debates nos CBAS e ENPESS, mais especificamente, os que ocorrem a partir do final dos anos 1990, contexto em que se intensificam as produções dos cursos de mestrado e doutorado na área sobre deficiência. Em linhas gerais, podemos afirmar que estas produções, em seus primeiros momentos, são influenciadas pelo modelo biomédico ou individual, não sendo a deficiência tratada sob a perspectiva da transversalidade, como preconiza a CDPD, mas apenas no viés do corpo e da saúde.

No decorrer dos anos 2000, outras conquistas significativas foram alcançadas, como a promulgação da CDPD, em 2006, que dentre os diversos

avanços, trouxe uma concepção de deficiência assentada na perspectiva social. No Brasil, a Convenção entrou em vigor em 2008, e, neste âmbito, as pessoas com deficiência passaram a ser referenciadas em leis e decretos, como o Decreto N. 5.296/2004, as Leis N. 1.048/2000 e 1.098/2000, todos estes referendando a Política de Acessibilidade. E, em 2007, a inclusão de um novo modelo de avaliação do BPC à pessoa com deficiência, com a incorporação da avaliação social, que se constituiu como fruto das reivindicações dos movimentos sociais e categorias profissionais, dentre elas, o Serviço Social.

Recentemente, no dia 10 de junho de 2015, foi aprovado pelo Senado Federal o projeto que cria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A proposta, que já passou pela Câmara dos Deputados e permaneceu em debate por mais de 20 anos, segue agora para a sanção presidencial. Além disso, prevê uma série de garantias e direitos ao segmento, cuja história vem sendo marcada, desde o Brasil Colônia, pelo preconceito e segregação social.

Dentre as garantias e direitos previstos, podemos destacar: reserva de cotas nas empresas com 50 a 99 empregados; criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com o intuito de coletar e processar informações a respeito da gestão, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o segmento, bem como para realizar estudos e pesquisas; prioridades na tramitação processual, recebimento de precatórios, restituição do Imposto de Renda, e serviços de proteção e socorro; estabelecimento de cotas mínimas em unidades habitacionais subsidiadas por programas ou recursos públicos; auxílio-inclusão à pessoa com deficiência moderada ou grave, beneficiária do BPC; utilização do FGTS na aquisição de órteses e próteses; dentre outros. A tônica do projeto é, desta maneira, a previsão do direito de inclusão das pessoas com deficiência na vida social, por meio de garantias básicas de acesso, a serem concretizadas através de políticas públicas ou iniciativas privadas (BRASIL, 2015).

O Serviço Social, como profissão marcada pelo seu significado sócio-histórico, está atento ao movimento da realidade. E, é assim que o conhecimento se manifesta, enquanto fruto das experiências sociais e aproximação da realidade, que, no Serviço Social, constitui produto da pesquisa, resultado de um caminhar histórico que se constrói e reconstrói, de forma gradativa e permanente, tanto no contexto

acadêmico como no campo profissional, espaço que confere concretude às demandas sociais advindas das diversas expressões da questão social. Portanto, o conhecimento, no Serviço Social, não se trata apenas de uma forma de saber, mas, acima de tudo, uma maneira de apreender a realidade social para, depois, intervir nesta. Em outros termos, não se trata, segundo Baptista (1992), apenas do saber crítico, mas do saber fazer crítico, o que aponta para a especificidade do conhecimento aí produzido, que tem como horizonte a intervenção profissional, daí a indissociabilidade entre esta e a dimensão investigativa da profissão.

Nos espaços de socialização do conhecimento produzido pela categoria, a exemplo dos CBAS e ENPESS, as produções têm evidenciado preocupações de pesquisa em torno da questão social e das suas diversas formas de enfrentamento, com destaque para as políticas sociais públicas. Ou seja, as questões que movem a pesquisa, no Serviço Social, derivam da natureza interventiva da profissão, bem do envolvimento e experiência desta e do assistente social com o processo de apreensão das determinações das demandas sociais e com o enfrentamento das expressões da questão social. Isto não significa, porém, que exista uma linearidade entre dinâmica social e produção de conhecimento, e, muito menos, que tais questões motivadoras decorram somente de intenções pessoais ou de uma exigência da categoria profissional, embora sejam frutos dos interesses do pesquisador e de um contexto social e historicamente determinado.

Tendo o seu cotidiano perpassado pelas manifestações da questão social, as pessoas com deficiência aparecem nas produções do Serviço Social e, mesmo que a deficiência ainda se constitua em campo pouco explorado pelos pesquisadores da referida área, podemos notar uma tendência de crescimento, ainda que tímida, dos estudos sobre a temática, sobretudo, ao observarmos os dados referentes à pós-graduação *stricto sensu* nos CBAS e ENPESS, cujas edições são aqui apresentadas. Debates calorosos acirram-se em torno da categoria “pessoas com deficiência”, conforme já analisamos. Surgem as mais diversas posições, temáticas e conceitos vinculados às pessoas com deficiência ao longo dos anos de realização dos eventos, particularmente, de 1998 a 2013.

São discussões relacionadas ao debate da inclusão/exclusão social, o que envolve a disputa de paradigmas e concepções, que, no caso da deficiência, dizem respeito aos modelos clássicos de interpretação, bem como ao paradigma da

integração em detrimento da inclusão. Neste âmbito, aparecem trabalhos sobre o direito ao trabalho e participação no mercado de trabalho, as relações com a família, as políticas públicas, sobretudo, as de assistência, saúde e educação, bem como a questão da acessibilidade, as mobilizações e movimentos sociais, e o significado sócio-histórico das pessoas com deficiência em sua inserção no contexto da sociedade capitalista.

Percebemos, ao longo dos anos, a evolução dos conceitos e terminologias referentes às pessoas com deficiência, mas, por outro lado, a presença do conservadorismo e pensamentos preconceituosos. Isso sem falar no ecletismo, o que se deve à inserção tardia de alguns temas no Serviço Social. Em relação aos autores dos trabalhos, foi possível perceber um envolvimento entre os níveis de formação, graduação e pós-graduação, bem como a interlocução com profissionais de outras áreas e instituições, para além dos cursos de mestrado e doutorado. E, o mais importante: a inserção de alguns pesquisadores não só no âmbito acadêmico, mas também no campo profissional, de onde emanam, em grande parte, as suas preocupações de pesquisa, tornando-se o assistente social eminente interlocutor das reflexões sobre a questão social e a realidade da população usuária dos serviços e políticas públicas. Com isso, notamos, ainda, a preocupação, por parte deste profissional, com a sua capacitação e necessidade de renovação de seus referenciais teórico-metodológicos, o que se traduz na busca por programas de pós-graduação.

Como afirma Iamamoto (2006), orientar o trabalho profissional no sentido da consolidação do projeto ético-político da profissão requer um perfil profissional crítico e propositivo, com capacidade de formulação, avaliação e recriação das propostas ao nível das políticas sociais e organização das forças da sociedade civil. Daí a necessidade de incorporação da pesquisa como atividade constitutiva do trabalho e consolidação acadêmica do Serviço Social, com vistas ao acúmulo de dados sobre as múltiplas refrações da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social. Para isto, é indispensável a elevação da qualidade do ensino superior na área, já que esta é indissociável da competência profissional crítica, fornecendo as bases para a leitura da realidade e desempenho profissional voltado à materialização do projeto ético-político.

É preciso, portanto, que este profissional crítico e inventivo, e aqui retomamos as palavras iniciais de Iamamoto (2006) na presente seção, tenha a capacidade de lidar com o “tempo presente, os homens presentes e a vida presente”; tempo este de “[...] divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência ameaçada na própria vida” (IAMAMOTO, 2006, p.18), onde se encontram amplos segmentos da classe trabalhadora, em que estão inclusas as pessoas com deficiência. É preciso, ainda, força, coragem e ousadia para “resistir e sonhar”, pois, continua a autora,

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o tempo presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2006, p. 17).

E, são justamente estes tempos que desafiam a nós, assistentes sociais. Tempos de crise, em que há o crescimento do desemprego e da precarização, enfim, tempos de transformações societárias que entram em cena na década de 1990 e se aprofundam neste século XXI, tentando colocar em xeque, inclusive, a hegemonia do projeto profissional. Mas, é exatamente neste contexto que o projeto demonstra a sua vitalidade, sobretudo, diante da capacidade de adequá-lo aos desafios postos pelos novos tempos. Tempos que, nas palavras de Carlos Drummond de Andrade,

Esse é tempo de partido, tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes, viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese, penhor de meu sono, luz dormindo acesa
na varanda?
Miúdas certezas de empréstimos, nenhum beijo sobe ao ombro para contar-
me a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal, são roucas e duras, irritadas,
enérgicas, comprimidas há tanto tempo, perderam o sentido, apenas
querem explodir. (ANDRADE, 1978, p. 109).

REFERÊNCIAS

- ABESS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)**. In: Cadernos ABESS, n. 7, 1997. P. 58-76.
- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Temporalis, Ano VII, n. 14. **Diretrizes curriculares do curso de Serviço Social**: sobre o processo de implementação. Brasília: ABEPSS, 2007.
- ABREU, M. M. **Pesquisa em Serviço Social**: tendências na implementação das diretrizes curriculares. In: Temporalis, Ano VII, n. 14. Diretrizes curriculares do curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. Brasília: ABEPSS, 2007. p. 119-148.
- _____; SIMIONATTO, I. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. **Cadernos ABESS**, n. 7, São Paulo: Cortez, 1997. P. 113-140.
- ALMEIDA, N. L. T.; et al. **Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate**. In: Cadernos ABESS, n. 7, 1997. p. 15-57.
- ALMEIDA, B. L. F.; XAVIER, S. M. A. Perspectivas avaliativas acerca do PLANFOR segundo os usuários portadores de deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.
- _____; _____. Qualificação profissional x inclusão social: avaliação do PLANFOR segundo os usuários portadores de deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: ABEPSS, 2004. 1 DVD.
- ALMEIDA, R. O.; BRASIL, G. M.; OSTERNE, M. S. F. A produção do conhecimento nas ciências sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, jan/mar, 2013. p. 152-170.
- ALVES, R. **Do universo à jabuticaba**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- ANDERY, M. A.; et al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 5. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1994.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Nosso tempo. In: **Antologia poética**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. P. 109-116.
- ANDRADE, Rejane Bezerra; SILVA, Grayceane Gomes. Pessoas com deficiência e questão social: uma análise no âmbito da educação superior. In: CUNHA, Aurineida

Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni da (Orgs.). **Expressões da questão social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 263-283.

AQUINO, J. E. F.; AZEVEDO, E. E. B. Emancipação política e emancipação humana em Marx: a crítica do Estado político n' A questão judaica. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 5, n. 2, p. 95-108, dez. 2007.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Marília, SP, ano XI, n. 21, p. 01-24, mar. 2001.

ARISTÓTELES, R. Cidade acessível: alterando paradigmas urbanos. In: **Calçadas acessíveis: o caminho para a democratização dos espaços urbanos**. Fortaleza: Instituto da Cidade; Ed. Assaré, 2012.

ARRUDA, F. N. Acessibilidade: um aspecto importante para a vida nas cidades. In: **Calçadas acessíveis: o caminho para a democratização dos espaços urbanos**. Fortaleza: Instituto da Cidade; Ed. Assaré, 2012.

A TEORIA DE TUDO. Direção: James Marsh. Produção: Tim Bevan; Eric Fellner; Anthony McCarten. Roteiro: Anthony McCarten. Elenco: Eddie Redmayne; Felicity Jones; Tom Prior; Harry Lloyd; David Thewlis; Thomas Morrison; Emily Watson; Simon McBurney. EUA: Universal Pictures, 2014. 123 min.

AZEVEDO, E. E. B. **A gênese das formas jurídicas em MARX**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 5, 1992. p. 84-95.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BEHRING, E. R. **O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BIGIO, L. R. A pessoa com deficiência, o princípio da igualdade e as políticas públicas no setor de transporte coletivo urbano no município do Rio de Janeiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2012, 3 jan. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12170>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

BOSCHETTI, I. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da "reforma" do ensino superior no final dos anos 1990: gestão 1998-2000. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 27-42, jul/dez. 2011.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2008.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 9. Ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 01/92 a 57/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 01 a 06/94. Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. Ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

_____. **Estatuto da Cidade.** Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos. 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n.º 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n.º 3.048, de 06 de maio de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1889.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Senado Federal. Senado aprova Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Notícias**, Brasília, DF, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/10/senado-aprova-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRITO, L. C. A. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da produção ideal de um processo real. In: MENEZES, A. M.; FIGUEIREDO, F. (Org.). **Trabalho**,

educação e sociabilidade: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CALIXTO, I. R.; et al. O Programa BPC na Escola: reflexões a cerca da acessibilidade das pessoas com deficiência no município de Ji-Paraná/RO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: CFESS, 2010. 1 CD-ROM.

CANEVACCI, M. **Dialética da família.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAPES/MEC. Mestrados e doutorados reconhecidos. **Área de conhecimento: Serviço Social.** Disponível em:

<<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarConceitoles&codigoArea=61000000&descricaoArea=SERVI%C7O+SOCIAL&descricaoAreaConhecimento=SERVI%C7O+SOCIAL&conceito=TODO>>.

Acesso em: 30 jan. 2014.

CARDOSO, F. G. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Cadernos ABESS**, n. 8, São Paulo: Cortez, 1993. p. 27-32.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social:** observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CERIGNONI, F. N.; RODRIGUES, M. P. **Deficiência:** uma questão política?. São Paulo: Paulus, 2005.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CBAS termina com desafios para o serviço Social.** Notícias, 2013. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1027>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

_____. **Um longo caminho para efetivar direitos.** CFESS Manifesta 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Dia Internacional da Pessoa com deficiência, dezembro de 2012.

_____; et al. (Orgs.). **30 anos de Congresso da Virada.** Brasília: CFESS, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

CISLAGHI, J. F. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: Salvador, E.; et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Sobre a plataforma Lattes**. Plataforma Lattes, disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

CORDEIRO, T. T. C. A contribuição do assistente social no INSS no acesso de pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia, SP: CFESS, 2013. 1 CD-ROM.

COSTA, G. M. **Serviço Social em debate: ser social, trabalho, ideologia**. Maceió: EDUFAL, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUSTÓDIO, S. A. M.; et al. A intervenção do serviço social junto aos casos de abandono de tratamento: relações de parceria entre HPRLLP e Promotoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Anais...** Goiânia, GO: CFESS, 1998a. p. 344-348.

_____; et al. Deficiência na adolescência, um estigma de exclusão social?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Anais...** Goiânia, GO: CFESS, 1998b. p. 348-351.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: **A dinâmica da cultura: estratégia de antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2000. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEPSS, 2004. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais...** São Luís: ABEPSS, 2008. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012. 1 CD-ROM.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, I. Relações sociais no convívio com as diferenças e deficiências numa perspectiva histórica. In: LIPPO, H.; et al. (Orgs.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012. p. 17-30.

_____. Acessibilidade e cidadania das pessoas com deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: ABEPSS, 2004. 1 DVD.

_____. A condição da deficiência na sociedade capitalista contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora, MG: ABEPSS, 2012. 1 DVD.

_____; AZEVEDO, R. A.. Relato de experiência: condições para o acesso das pessoas com deficiência aos bens sociais no estado do RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: CFESS, 2010. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Vandir da Silva; OLIVEIRA, Lilia Novais de. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. [S.l.], 2006. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/Convencao_Vandir_Lilia.php>. Acesso em: 10 jul. 2011.

FONSECA, T. M. A. A incorporação da atenção à deficiência pela política de assistência social no município do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia, SP: CFESS, 2013. 1 CD-ROM.

_____. O Sistema Único da Assistência Social e os dilemas da implantação do modelo de atenção às pessoas com deficiência no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, RJ: ABEPSS, 2010. 1 DVD.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GADOTTI, M. **Paulo Freire e a educação popular**. Proposta Revista Trimestral de Debate da FASE. [S.l.], n. 113, 2007. P. 21-27.

GALVÃO, C. M.; MENDES, K. S.; SILVEIRA, R. C. C. P. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, out/dez, 2008; 17(4): p. 758-64.

GOMES, C. **Em busca do consenso**: radicalidade democrática e afirmação de direitos. Tendências contemporâneas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GOMES, S. G.; VALENÇA, M. M. Uma trajetória de construções: o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, MA: ABEPSS, 2008. 1 DVD.

GRACIANO, M. I. G.; SPÓSITO, C. A pessoa com fissura labiopalatina: concepção sobre deficiência e viabilização de direitos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, MA: ABEPSS, 2008. 1 DVD.

GUERRA, K. K. **O que os olhos não vêem, o coração não sente**: o processo de inclusão da pessoa portadora de deficiência. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2001.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009. p. 701-717.

_____. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul/dez. 2011.

IAMAMOTO, M. V. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, n. 6, São Paulo: Cortez, 1993. p. 101-116.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INTOCÁVEIS. Direção: Eric Toledano; Olivier Nakache. Produção: Laurent Zeitoun; Nicolas Duval-Adassovsky; Yann Zenou. Roteiro: Eric Toledano; Olivier Nakache. Elenco: François Cluzet; Omar Sy; Anne Le Ny; Audrey Fleurot; Clotilde Mollet; Alba Gaia Kraghede Bellugi; Cyril Mendy; Christian Ameri; Grégoire Oestermann; Joséphine de Maux. França: California Filmes, 2011. 112 min.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, n. 8, 1998. p. 33-76.

KAMIMURA, A. L. M.; CERQUEIRA, F. M. X. R. Equiparação de oportunidade às pessoas com deficiência: realidade ou utopia?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora, MG: ABEPSS, 2012. 1 DVD.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009. p. 201-219.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LARA, R. **A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Sergio. **Serviço Social e trabalho: do que se trata?** [S.l.], 2006. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/ssocial_trabalho_2000.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

LIMA, T. M.; SILVA, M. J.; SILVA, S. M. M. M. Crianças e adolescentes com deficiência: indicadores de inclusão na política de educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, PE: ABEPSS, 2006. 1 DVD.

LIPPO, H. Introdução. In: LIPPO, H.; et al. (Orgs.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças.** Canoas: Ed. ULBRA, 2012. p. 11-14.

_____. Terminologia acerca das pessoas com deficiência. LIPPO, H.; et al. (Orgs.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças.** Canoas: Ed. ULBRA, 2012. p. 57-73.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 1985.

MACÁRIO, E.; VALE, E. S. do; ALVES, D. Modernização Conservadora e Ensino Superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada. **Universidade e Sociedade.** Florianópolis, n. 52, 2013.

MACEDO, A. C. Benefício assistencial à pessoa com deficiência: avanços e desafios nos anos de 1996 a 2011. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora, MG: ABEPSS, 2012. 1 DVD.

MADEIRA, M. Z. A. **Fundamentos norteadores da intervenção com famílias.** Fortaleza, 2010.

MAIOR, I. M. M. L. Apresentação. In: RESENDE, A. P. C. e VITAL, F. M. (Orgs.). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada.** Brasília: CORDE, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **A dimensão política da pesquisa social**. Palestra proferida no III Seminário Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Fortaleza-CE, em 06 de agosto de 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 689-784.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARY E MARX: uma amizade diferente. Direção: Adam Elliot. Produção: Melanie Coombs. Roteiro: Adam Elliot. Música: Dale Cornelius. Elenco: Philip Seymour Hoffman, Toni Collette, Eric Bana, Dame Edna Everage, Bethany Whitmore. Melbourne: Play Arte, 2009. 1 DVD (92 min).

MASSARI, Solange Aparecida. **A igualdade começa pelo planejamento da cidade**. [S.l.], s.d. Disponível em: <<http://www.brasilacessivel.org.br/artigo2.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

MEDEIROS, Milena Gomes de. Estado e direitos no capitalismo: questões para uma análise crítica. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, MA: UFMA, 2011. 1 CD-ROM.

MELO, F. A. S.; ARANHA, M. L. M.; COSTA, S. F. S. S. Análise sócio-institucional do acesso e permanência de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Sergipe: uma experiência de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, MA: ABEPSS, 2008. 1 DVD.

MESQUITA, S. T.; SILVA, C.; TAVARES, K. C. S. As organizações públicas de atendimento aos portadores de deficiência auditiva no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

_____; _____. Os casos novos do programa surdez na infância: a veiculação de informações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

_____; LUCHETTI, R. G.; SILVA, C. A participação do pai no processo de (re)habilitação do usuário de implante coclear. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MONJE, R. Y. P. R. Interferências da gagueira nas reações sociais e de trabalho e a importância do processo de reabilitação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

MOREIRA, N. X. Estrutura e evento em Marshall Sahlins: contribuição para a análise da resignificação da deficiência pela abordagem social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora, MG: ABEPSS, 2012. 1 DVD.

_____. Modelos clássicos de interpretação da deficiência: componentes na construção de programas e políticas sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia, SP: CFESS, 2013. 1 CD-ROM.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009. p. 667-700.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, ano XXVI, n. 84, p. 05-20, nov. 2005.

NEVES, M. E. R.; et al. Assistência e inclusão social das pessoas portadoras de deficiência: a complexidade da questão. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Lucieneoliveira.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

OLIVEIRA, C. C.; BULLA, L. C. A eficiência na deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., 2000, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: ABEPSS, 2000. 1 DVD.

OLIVEIRA, Danielle de. Serviço de estomaterapia: análise do serviço de assistência ambulatorial aos estomizados do Distrito Federal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu, PR: CFESS, 2007. 1 CD-ROM.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde, 2004.

OS PAPARAZZI. **Filme “Intocáveis” um drama que promete muita emoção**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.ospaparazzi.com.br/filmes/intocaveis-9154.html>>. Acesso em: 25 ago 2012.

PESSOA, Fernando. Deste modo ou daquele modo. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.fpessoa.com.ar/poesias.asp?Poesia=237>>. Acesso em: 01 out. 2012.

PEZOTI, R. H.; SANTOS, P. P. Garantir direitos: o desafio do Serviço Social no Projeto de Educação Inclusiva da Prefeitura do Município de Santo André. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

PONTES, R. N. De ABESS a ABEPSS: crise, transição e conquistas. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 15-26, jul/dez. 2011.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 01, p. 116-128, jan/jul. 2012.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009. p. 377-391.

RIBAS, João B. Cintra. **Viva a diferença**: convivendo com as nossas restrições ou deficiências. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, J. A. C. Benefício de Prestação Continuada: uma análise da atenção prestada à pessoa com deficiência através da política de assistência social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora, MG: ABEPSS, 2012. 1 DVD.

ROMCY, C. M. A. O Estatuto da Cidade e a acessibilidade. In: **Calçadas acessíveis**: o caminho para a democratização dos espaços urbanos. Fortaleza: Instituto da Cidade; Ed. Assaré, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, J. S. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Maria Margareth Bezerra dos. A participação no mercado de trabalho e a sociabilidade de pessoas com deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, SP, ano 10, n. 57, p. 08-16, jul/ago. 2007.

_____. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, SP, ano 10, n. 58, p.20-30, set/out. 2007.

_____. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, jul/ago, 2004.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, SP, ano 05, p. 06-09, jan/fev. 2002.

SCHNEIDER, L. A. O sujeito com deficiência no contexto das relações sociais. In: LIPPO, H.; et al. (Orgs.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012. p. 31-42.

SNDH. SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 10, n. esp., p. 64-72, 2007.

SEVERINO, M. P. S. R. S. O processo de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho em Mossoró-RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, PE: ABEPSS, 2006. 1 DVD.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 10, n. esp., p.15-25, 2007.

_____. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, A. M. B. **A identidade social das pessoas com deficiência física: os beneficiários do cartão da gratuidade para pessoas com deficiência no transporte público de Fortaleza**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2012.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, N. T. F. **As relações sociais e o serviço social no Ceará 1950/1960**. Fortaleza, 1987.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A pós-graduação na área do Serviço Social no Brasil: contribuições das áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas para a construção de conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: ABEPSS, 2004. 1 CD-ROOM.

SILVEIRA, Sandra da Silva. Direitos humanos, natureza e origem: um pacto a favor do capital? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: CFESS, 2010. 1 CD-ROM.

SOARES, A. C. N.; FARIA, D. J.; VAZ, V. C. S. Negligência familiar e as pessoas com deficiência: algumas aproximações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia, SP: CFESS, 2013. 1 CD-ROM.

SOUZA, L. G. Uma reflexão sobre a inserção das pessoas portadoras de deficiência nas empresas privadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

_____; SILVA, M. S. G. A mobilização social das pessoas portadoras de deficiência e a APABB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: CFESS, 2004. 1 CD-ROM.

SOUZA, Rosenária Ferraz. Os direitos humanos na ordem do capital: a invisibilidade do trabalho como mecanismo de violação de direitos na sociabilidade contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: CFESS, 2010. 1 CD-ROM.

TAVARES, M. A. Questão social e Serviço Social em debate. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 07, n. 14, p. 89-117, 2007.

TEIXEIRA, S. M.; NUNES, L. V. A avaliação social como caracterizadora do novo modelo de avaliação do BPC à pessoa com deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia, SP: CFESS, 2013. 1 CD-ROM.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, R. I. A mulher trabalhadora e o benefício assistencial (BPC): uma análise da política de assistência social a partir da demanda feminina pelo benefício assistencial à pessoa com deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora, MG: ABEPSS, 2012. 1 DVD.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.
In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: ABEPSS/CFESS,
2009. p. 143-164.